

# CASAS COM HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CASCAIS

## Um Itinerário Turístico Pedestre

**Maria Isabel Andrade Baptista**



**Estoril  
Maio de 2012**

## ÍNDICE

Introdução.....	1
<b>1. Caracterização Geográfica e Administrativa – A Vila de Cascais.....</b>	<b>4</b>
1.1 Clima.....	5
1.2 Orografia.....	5
1.3 Hidrografia.....	7
1.4 Coberto Vegetal.....	8
1.5 População.....	12
<b>2. Os Antecedentes Históricos do Concelho – Sinopse.....</b>	<b>14</b>
<b>3. Contexto Económico e Social.....</b>	<b>18</b>
3.1 Actividades Económicas.....	18
3.2 O Despertar do Turismo.....	21
3.3 O Urbanismo.....	25
<b>4. A Transformação de Cascais.....</b>	<b>29</b>
<b>5. Casas com História e Memória em Cascais – Um itinerário Pedestre.....</b>	<b>34</b>
5.1 Casa de Ricardo Espírito Santo Silva.....	36
5.2 Villa Itália II / Casa de Humberto II de Itália.....	39
5.3 Casa de Eduardo Luís Pinto Basto – Vila D’Este – Vila Itália I.....	42
5.4 Casa D’Orey / Casa de Nossa Senhora da Assunção.....	44
5.5 Casa dos Condes dos Olivais e da Penha Longa.....	46
5.6 Casa de Santa Maria.....	49
5.7 Casa de São Bernardo.....	55
5.8 Palácio O’Neill.....	59
5.9 Casa de Henrique de Araújo.....	65
5.10 Casa Francisco Trindade Baptista.....	69
5.11 Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos.....	72
5.12 Casa do Conde Monte Real.....	76

5.13 Casa de São Cristóvão / Casa Alfredo da Silva.....	79
5.14 <i>Chalet</i> da Rainha Maria Pia de Sabóia.....	81
5.15 Casa Joaquim da Silva Leitão.....	83
5.16 Edifício dos Antigos Paços do Concelho.....	86
5.17 Casa dos Condes da Guarda.....	88
5.18 Palácio Seixas.....	91
5.19 Casa D. Pedro.....	94
5.20 Casa Asse das Três / Casa dos Almadas.....	100
5.21 Casa Duque de Loulé.....	102
5.22 Casa D. António de Lencastre.....	106
5.23 Palácio Faial.....	109
5.24 Palácio Palmela.....	112
5.25 Casa Pérgola.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
BIBLIOGRAFIA.....	121
Obras de Carácter Geral.....	121
Concelho de Cascais.....	124
ANEXOS.....	131
ANEXO I – Ficha da Casa Ricardo Espírito Santo Silva.....	132
ANEXO II – Ficha da Villa Itália II / Casa Rei Humberto de Itália.....	143
ANEXO III – Ficha da Casa de Eduardo Luís Pinto Basto.....	150
ANEXO IV – Ficha Casa d’Orey / Casa de Nossa Senhora da Assunção.....	158
ANEXO V – Ficha Casa dos Condes dos Olivais e Penha Longa.....	169
ANEXO VI – Ficha Casa de Santa Maria.....	181
ANEXO VII – Ficha Casa de São Bernardo / Conde de Arnoso.....	203
ANEXO VIII – Ficha Torre de São Sebastião / Palácio O’Neill / Museu Condes Castro Guimarães.....	215
ANEXO IX – Ficha Casa Henrique de Araújo Sommer.....	251

ANEXO X – Ficha Casa Francisco Augusto Trindade Baptista.....	268
ANEXO XI – Ficha Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos.....	275
ANEXO XII – Ficha Casa do Conde Monte Real.....	297
ANEXO XIII – Ficha Casa São Cristóvão / Casa Alfredo da Silva.....	306
ANEXO XIV – Ficha Casa João Ulrich / <i>Chalet</i> da Rainha D. Maria Pia de Sabóia.....	315
ANEXO XV – Ficha Casa Joaquim da Silva Leitão.....	326
ANEXO XVI – Ficha Edifício dos Antigos Paços do Concelho.....	337
ANEXO XVII – Ficha Casa dos Condes da Guarda.....	347
ANEXO XVIII – Ficha Palácio Seixas.....	362
ANEXO XIX – Ficha Casa D. Pedro.....	368
ANEXO XX – Ficha Casa Asse das Três / Casa D. Nuno / Casa dos Almadás.....	382
ANEXO XXI – Ficha Casa Duque de Loulé.....	388
ANEXO XXII – Ficha Casa D. António Lencastre / Casa dos Pelicanos.....	399
ANEXO XXIII – Ficha Palácio Faial.....	408
ANEXO XXIV – Ficha Palacete Palmela.....	415
ANEXO XXV – Ficha Casa Pérgola.....	439







## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, “Casas com História e Memória em Cascais – Um Itinerário Turístico Pedestre”, visa a obtenção do Título de Especialista, na área de Turismo e Lazer.

O objecto deste trabalho versa a criação de um itinerário turístico pedestre, na Vila de Cascais.

Trata-se de um trabalho académico e, sobretudo, didático, destinado a Profissionais de Informação Turística.

Foram várias as razões que levaram à feitura e ao desenvolvimento do mesmo.

Em primeiro lugar, embora, a autora, tenha nascido na Freguesia do Estoril, sempre residiu, passou a sua infância e juventude na Freguesia de Cascais. Uma vivência de várias décadas com memória, que permite um conhecimento vasto do território em causa, o que não deixa de ser uma razão determinante para a elaboração deste trabalho.

Em segundo lugar, a autora, no desempenho da actividade como docente da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), apresentou já duas dissertações, uma de Licenciatura e outra de Mestrado, que visaram a Vila e o Concelho de Cascais.

Para tal, tornou-se necessário uma pesquisa mais aprofundada sobre o património cultural da região o que permitiu uma nova avaliação e reinterpretação do espaço.

Em consequência, resultou uma melhor qualidade da informação e uma maior capacidade do desempenho da actividade de Profissional da Informação Turística, que continuamos a desenvolver em paralelo, nas contingências temporais, que o horário de docente permite.

Em terceiro lugar, desde 2006 até ao momento, a autora, tem agilizado e desenvolvido este programa pedestre, acompanhando, até ao momento, apenas grupos nacionais, com elevado número de participantes, provenientes de várias regiões do País, para a Fundação INATEL.

Por fim, pretende-se dar resposta a outros colegas de profissão, que têm solicitado informação sobre a Vila de Cascais, que se pretende seja de qualidade, a fim de tornar memorável a visita, incentivando o turista a regressar.

Desde a década de 90 do século XX que a Câmara Municipal de Cascais, a fim de acompanhar as novas tendências do turismo mundial, tem vindo a incrementar a sua oferta turístico-cultural, através da valorização e classificação do Património já existente, e pela criação de novos espaços culturais, assim temos: o Museu Condes de Castro Guimarães (1931); o Museu do Mar Rei D. Carlos (1992); o Centro Cultural de Cascais (2000); o Forte de S. Jorge de Oitavos (2001); a Casa de Santa Maria (2004); o Farol de Santa Marta (2007); a Casa das Histórias Paula Rego (2010); a Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a Torre Fortificada de Cascais.

Neste contexto, a Vila de Cascais, começa a configurar uma oferta turística cultural significativa, justificando-se plenamente a criação de itinerários em Cascais, tanto motorizados como pedestres, de dia inteiro ou de meio-dia, e não só de passagem (inserida nos “tours” de Sintra, onde a oferta cultural é grande), com paragens de trinta minutos para uma rápida contemplação da baía de Cascais, como tem sido hábito até à data.

Assim, este itinerário destina-se a qualquer tipo de público, não só às “gentes” locais e aos nacionais, mas a todos aqueles que nos visitam e que demonstram interesse em conhecer a história e a evolução da Vila de Cascais e as suas vivências.

Na sua recente publicação, o Duque d’Anjou, declara-a incluída no “triângulo dourado”, Sintra, Cascais e Estoril, que, após a Segunda Guerra Mundial, albergou, além de muitos outros refugiados, a “corporação dos príncipes”: os Condes de Barcelona, o Rei Humberto II de Itália, os Condes de Paris, o Rei Carol da Roménia, os Habsburgos. Algumas destas famílias continuam ainda a residir nesta área, outros partiram, mas voltam sempre que podem, especialmente no Verão, numa romagem de saudade, reconhecendo a hospitalidade que aqui receberam e que quando regressaram aos seus países de origem trataram de divulgar.

Seguramente por este motivo, muitos turistas e descendentes de refugiados da Segunda Guerra Mundial procuram conhecer os locais onde residiram os seus reis ou os seus familiares.

Este percurso pode ainda ser adaptado e efectuado através de um meio de transporte motorizado.

A metodologia utilizada baseou-se, na pesquisa de obras de carácter histórico geral e particular sobre a Vila, obras literárias, imprensa de âmbito nacional e local, algumas descrições informais de personalidades que conhecem esta realidade, a visita ao interior destas casas, assim como a observação e análise de todos os exteriores das mesmas.

Elaborou-se uma ficha, o mais exaustiva possível, por cada casa, cujo conjunto consta do anexo ao trabalho, que contém toda a pesquisa desenvolvida e respectiva bibliografia, a qual serviu de base a toda a informação organizada e que se considera indispensável para uma boa comunicação.

Foi sobre estas fichas que se compôs o texto principal deste trabalho.

Deste modo, pretendemos dar a conhecer, de uma forma sintetizada toda a informação recolhida acerca deste itinerário, a fim de auxiliar os Profissionais de Informação Turística, que tenham necessidade de o pôr em prática.

A estrutura do trabalho decorre da necessidade de planear e desenvolver um itinerário, em Cascais.

O trabalho apresenta-se dividido em cinco partes: as primeiras quatro apresentam o território, suas características geográficas, administrativas e económicas e na quinta parte propõe-se o itinerário pedestre e apresenta-se a descrição detalhada do mesmo, com a respectiva informação.

# CASAS COM HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CASCAIS – UM ITINERÁRIO TURÍSTICO PEDESTRE

## 1. Caracterização Geográfica e Administrativa – A Vila de Cascais

A Vila de Cascais é sede de um pequeno município, situado na Região de Lisboa (NUTS II) e localizado a cerca de 27 km a Ocidente da mesma. É um dos dezasseis municípios que constituem o Distrito e um dos dezoito municípios que integram a Grande Área Metropolitana de Lisboa<sup>1</sup>. (Lima dos Santos, 2005, p. 35).

O Concelho compreende uma área territorial de 97,07 km<sup>2</sup>, distribuindo-se por seis freguesias, todas tipificadas como Áreas Predominantemente Urbanas (APU)<sup>2</sup> (Santos, 2005, p. 35): Cascais (20,07 km<sup>2</sup>), Alcabideche (39,76 km<sup>2</sup>), São Domingos de Rana (20,51 km<sup>2</sup>), Estoril (8,79 km<sup>2</sup>), Parede (3,56 km<sup>2</sup>) e Carcavelos (4,37 km<sup>2</sup>).

A constituição de quatro destas freguesias pressupõe-se bastante recuada no tempo, conhecendo-se apenas as datas de formação das freguesias do Estoril e da Parede, fundadas recentemente, respectivamente, em 18 de Setembro de 1915 e 14 de Maio de 1953, a primeira com lugares das freguesias de Cascais, São Domingos de Rana e Alcabideche e a segunda com lugares da freguesia de São Domingos de Rana. No concelho não existe nenhuma cidade por opção própria, como referido pelo Dr. António Capucho<sup>3</sup>, ex-presidente da Câmara. (cit. por Lima dos Santos, 2005, p. 36).

O Concelho está limitado a Norte pelo concelho de Sintra, a Leste pelo de Oeiras e a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

A Freguesia de Cascais está limitada a Norte pela Freguesia de Alcabideche, a Sul e a Oeste pelo Oceano Atlântico e a Este pela Freguesia do Estoril, compondo-se de lugares como: Torre, Birre, Areia, uma parte do Guincho, Murches, Charneca, uma

---

<sup>1</sup> A Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML) decorre do disposto na Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio. Note-se que a GAML coincide com a Região de Lisboa (NUTS de nível II) como definido no Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro (Lima dos Santos, 2005, p. 35).

<sup>2</sup> De acordo com a Tipologia de Áreas Urbanas de 1998 do INE, as Áreas Predominantemente Urbanas (APU) integram as seguintes situações: (a) freguesias urbanas (as freguesias com densidade populacional superior a 500 hab./Km<sup>2</sup>, ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5.000 habitantes); (b) freguesias semi-urbanas (as freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab./km<sup>2</sup> e inferior ou igual a 500 hab./Km<sup>2</sup>, ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes) contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; (c) freguesias semi-urbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; (d) freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5.000 habitantes (Lima dos Santos, 2005, p. 36).

<sup>3</sup> António Capucho em entrevista a Azevedo.

parte da Aldeia de Juso, Pampilheira, Cobre, Fontainhas, e uma parte de Alvide e da Castelhana até ao Pai do Vento.

### **1.1 Clima**

A Freguesia de Cascais, propriamente dita, dada a sua localização geográfica privilegiada (38° 42' N e 9° 25' W) beneficia da influência de determinados factores de clima: a exposição solar a Sul; um sistema de ventos marítimos que sopram, no Verão, predominantemente de Norte e Noroeste, condicionando as culturas, as formações dunares e a erosão da costa; a proximidade do Oceano Atlântico, a Oeste e a Sul, que a humidificam e lhe moderam as temperaturas; a corrente quente do Golfo, que tem aqui a sua passagem mais próxima da costa portuguesa, junto ao Farol da Guia; e a Serra de Sintra, eruptiva, a Norte, que constitui uma barreira de condensação da humidade atmosférica. Assim, não apresenta grandes amplitudes térmicas, nem Verões muito quentes nem Invernos muito frios. A nebulosidade é fraca e as chuvas ocorrem com mais abundância no Outono, podendo dizer-se que esta é uma região sem Inverno, com uma longa Primavera que abrange quase dois terços do ano.

Os elementos climáticos, que aqui se verificam, imprimem-lhe uma fisionomia própria com aspectos bem diferentes do resto do País e até das regiões contíguas, podendo considerar-se este território como sujeito à influência de um clima mediterrânico húmido (Moreira, *et al.* 1998, p. 18), o que proporciona a actividade turística durante todo o ano.

### **1.2 Orografia**

Orograficamente, a área da freguesia que se abre para Norte, desde o Oceano Atlântico até à Serra de Sintra, não apresenta grandes elevações, observando-se apenas pequenas colinas e vales pouco acentuados.

Embora a sua superfície seja de pequenas dimensões, apresenta uma faixa litoral considerável, de cerca de 30 km, que se estende desde a Praia da Cresmina, no Guincho ao Monte Estoril.

Esta área costeira é constituída por arribas, mais ou menos baixas, com alturas variando entre os seis e os dez metros de altura, pelos sistemas dunares do

Guincho/Cresmina e pelo Pinhal da Marinha. Intercalam-na algumas praias, como a Praia da Cresmina, a Praia de Santa Marta, a Praia da Ribeira, a Praia da Rainha, a Praia de Nossa Senhora da Assunção e a Praia de Nossa Senhora da Conceição.

Esta orla marítima de constituição rochosa calcária do Cretácio<sup>4</sup> apresenta pronunciadas formações cársicas<sup>5</sup>, principalmente na zona mais a Sudoeste, como na Boca do Inferno, onde se podem identificar campos de lapiás<sup>6</sup>, e o litoral cársico<sup>7</sup> de Oitavos.

O «Lapiás» costeiro pode observar-se desde a Cidadela de Cascais até ao Guincho (...) é uma formação cársica (...) resultantes da conjugação da chuva, do vento e da acção do mar (...) Esta formação, com os vários aspectos que reveste, tem grande interesse pelo que foi incluída na Área da Paisagem Protegida Sintra/Cascais, mesmo na estreita faixa que vai do Farol de Santa Marta até ao Farol da Guia (*Câmara Municipal de Cascais/Associação Cultural de Cascais*, 1989, pp. 50-51).

Para o interior desta estreita faixa rochosa calcária, formou-se o sistema dunar da Marinha/Cresmina/Guincho, onde a rocha mãe, também de calcários cretácios<sup>8</sup>, se encontra revestida por uma camada mais ou menos espessa de areia, constituindo regossolos<sup>9</sup>.

A Norte da Praia do Abano, o litoral retoma a forma de arribas rochosas, que se elevam até ao Cabo da Roca. Esta falésia é formada por rochas eruptivas plutónicas.<sup>10</sup>

---

<sup>4</sup> Cretácio, definido pelo naturalista belga d'Halloy em 1822, é uma divisão dos tempos geológicos, compreendida na Era Mesozóica, que durou de 135 a 65 milhões de anos. Em terra os dinossauros ainda eram dominantes, extinguindo-se no final do período. Mamíferos e aves ainda são insignificantes em número. Quanto à flora, os angiospermas (plantas com flores) diversificam-se e adquirem bastante importância (Parker, S.P., 1988, Cretáceo, [on line]. Disponível em <http://www.fgel.uerj.br/Dgrg/webdgrg/Timescale/Cretaceo.html>. [Consultado a 01/04/2012]. A orla marítima de Cascais, também designada por Orla Mesozóica, é uma área que se formou quando surgiram fossas extensas, precursoras da fragmentação do grande bloco continental designado por Pangeia, a que se seguiu a deriva dos continentes assim originados e a formação, entre outros, do Oceano Atlântico.

<sup>5</sup> Formações cársicas encontram-se em áreas calcárias. O calcário (principalmente constituído por carbonato de cálcio ou CaCO<sub>3</sub>) é uma rocha muito solúvel e vulnerável à erosão pela água. A sua própria estrutura «fissurada» contribui para isso e acelera o processo de corrosão química de substâncias ácidas. A água da chuva reage pelo dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) atmosférico, contido na estrutura porosa do solo, formando o ácido carbónico, que é lexiviado, juntamente com os ácidos húmicos (resultantes da decomposição da matéria orgânica). Estas substâncias, ao entrarem em contacto com o calcário, corroem-no, criando nele fendas e irregularidades várias, tais como: grutas; dolinas, cavidades em forma de funil; poljes, depressões que acumulam água ou formam rios subterrâneos; évolas, depressões formadas por várias dolinas; algares, cavernas ou poços; campos de lapiás, irregularidades calcárias fissuradas e com várias configurações. (António Pena, José Cabral, 1996, 107-108).

<sup>6</sup> Campos de lapiás são áreas (gesso, sal-gema, calcários, que apresentam fenómenos de dissolução particularmente intensos, produzidos por águas selvagens (águas pluviais ou resultantes da fusão da neve e do gelo), que, neste caso, modelaram o calcário, os quais assumem, aspectos característicos, estendendo-se por uma grande superfície. (idem).

<sup>7</sup> Cf. nota 3.

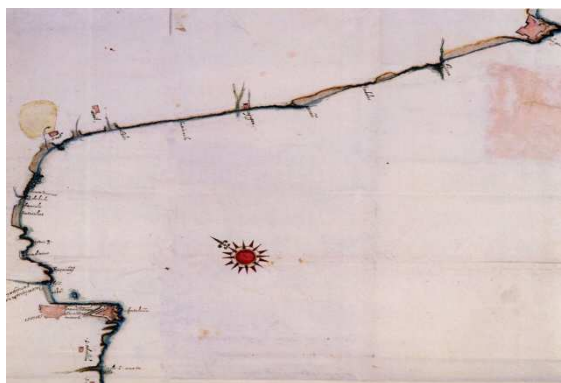
<sup>8</sup> Cf. nota 2.

<sup>9</sup> Regossolos são solos minerais pouco desenvolvidos, não hidromórficos, medianamente profundos ou mais espessos, textura normalmente arenosa, contendo na fracção areia e /ou cascalhos apreciáveis teores (≥ 4%) de minerais facilmente intemperizáveis. [http://www.cientec.net/cientec/InformacoesTecnicas\\_Irriga/Solo\\_PrincClasses\\_21.asp](http://www.cientec.net/cientec/InformacoesTecnicas_Irriga/Solo_PrincClasses_21.asp). [Consultado a 01/04/2012].

<sup>10</sup> Rochas eruptivas plutónicas são rochas resultantes de magmas que, no decurso de uma erupção, consolidaram à superfície ou muito perto da superfície.

Nesta zona da orla marítima, orientada para Oeste, verifica-se quase sempre uma ondulação elevada, que devido à sua constituição rochosa calcária deu origem a formações de grutas ou furnas, algumas delas ainda hoje aproveitadas para viveiros de marisco, ou, como no caso da Boca do Inferno, que ao longo dos anos se transformou em passeio para residentes e ponto de paragem obrigatório para forasteiros.

Em 15 de Outubro de 1981, foi criada a Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais, reclassificada a 11 de Março de 1994 como Parque Natural de Sintra Cascais (PNSC), que abrange 33 km<sup>2</sup>, um terço da área total concelhia e 43% do total da área da Freguesia de Cascais. O Parque foi constituído com a finalidade de preservar os valores patrimoniais e manter o equilíbrio ecológico nesta zona da costa, que, devido a uma grande pressão urbanística, turística e recreativa, tem vindo a sofrer graves danos.



Desenho aguarelado de finais do séc. XVI do litoral da costa de Cascais. Arquivo Casa de Alba.

Fonte: Margarida de Magalhães Ramalho, *Estoril, a vanguarda do turismo*.

### 1.3 Hidrografia

Na Freguesia de Cascais, não se encontram cursos de água perenes, dada a reduzida capacidade de retenção dos solos calcários desta zona e o clima de acentuada estiagem, propiciando apenas ribeiras temporárias. De salientar, apenas a Ribeira de Cascais<sup>11</sup>, por ter maior caudal e que, no seu percurso, atravessa o centro da Vila, dividindo-a e desaguando na Praia da Ribeira, também conhecida por Praia do Rei ou

<sup>11</sup> “Ribeira de Cascais, que nasce na Serra de Sintra, recebe, ao longo do seu curso, três nomes: Ribeira de Penha Longa, até próximo de Alcabideche; Ribeira das Vinhas, a seguir, por terras dessa freguesia; Ribeiro ou Rio de Cascais, na parte inferior. Assim, este simples ribeiro caracteriza as três zonas cascalenses, cascaenses ou cascarejas: nas alturas é a ribeira de Penhas Longas, entre pedrascos; na parte média é a ribeira das Vinhas, terra de culturas; na parte inferior, é a ribeira de Cascais, a que, pela honra de atravessar a Vila, chamam também Ribeira de Cascais, e Rio de Cascais com maior orgulho ainda, Rio da Vila, no foral.” (Andrade, 1964, p. 439).

Praia dos Pescadores. A sua bacia hidrográfica é constituída pela Ribeira das Vinhas, Ribeira dos Marmeleiros, Ribeira do Pisão, Ribeira da Penha Longa, Ribeiro da Mula e a Ribeira dos Algarves (Sirovs, 2006, pp. 27-29).

#### **1.4 Coberto Vegetal**

Acerca da paisagem natural original da freguesia, pouco ou nada resta, dado que tem sido profundamente alterada e danificada pelo rápido desenvolvimento urbano dos seus lugares, que exigiu um enorme aumento de construção, com jardins apensos, vias de comunicação e também pela exploração, ao nível do solo, dos recursos existentes, no que diz respeito aos materiais de construção.

Na orla marítima, de Cascais ao Guincho, a espécie vegetal predominante era no final do século XIX, o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), espécie que alguns botânicos consideram endémico ou naturalizado desde há séculos, e, cujas características fizeram desta espécie o grande e quase único meio de arborização das dunas litorais e dos baldios serranos. Especialmente, nos terrenos arenosos da Marinha, pode observar-se ainda uma grande mancha desta espécie, implantada aqui há algumas dezenas de anos. Encontrando-se ainda, algum pinheiro manso (*Pinus pinea*), uma espécie mediterrânica, espontânea em Portugal Continental, e que actualmente se encontra ameaçada, não só pelo crescimento turístico e recreativo desta área como também pelos sucessivos fogos nestes últimos anos, muito embora esta zona, como foi referido anteriormente, se encontre abrangida por um Plano de Ordenamento Especial, que visa exactamente a conservação e preservação das espécies, com o objectivo de manter o equilíbrio ecológico necessário (Andrade, 1969, pp. 95-98).

Ainda a faixa litoral, desde os complexos dunares do Guincho/Cresmina e do Pinhal da Marinha, até às altas falésias do Cabo da Roca, apresenta uma grande diversidade de pequenas plantas que faziam parte do coberto vegetal original, entre as quais, como escreve José d'Encarnação “existe uma que não se encontra em mais nenhuma parte do Mundo – a *Armeria Pseudarmeria* (variedade de «saudade»).” (Encarnação, 1979, p. 8).



*Armeria pseudarmeria* (cravo-romano, craveiro-romano).

Fonte: Images for *Armeria pseudarmeria* – Report images [on line]. Disponível em <http://www.botanicalgarden.ubc.ca>. (Consultado em 05/03/2012).

Além da *Armeria pseudarmeria*, também conhecida como raiz-divina ou cravo-romano, encontramos ainda a cravina brava (*Dianthus cintranus* ssp. *Cintranus*), uma planta endêmica da Serra de Sintra; a cocleária menor (*Lonopodium acaule*), um endemismo ibérico; além de mais três endemismos lusitânicos, que se encontram “em perigo”: *Omphalodes kuzinskyanae* (miosótis-das-praias), *Herniaria marítima* e *Limonium dodartii* ssp. *lusitanicum*.



*Omphalodes kuzinskyanae* (miosótis-das-praias) e *Herniaria marítima*.

Fonte: Images for *Omphalodes Kuzinskyanae* e *Herniaria marítima* – Report images [on line]. Disponível em <http://www.botanicalgarden.ubc.ca>. (Consultado em 05/03/2012).

Embora o chorão (*Carpobrotus edulis*), planta suculenta, proveniente do Cabo da Boa Esperança e a acácia (*Acácia longifolia* – acácia-de-folhas-longas, acácia-de-

espigas (Serra de Sintra); *A. cyanophylla*, também designada *A. saligna*, vulgarmente designada acácia (*e.g.* Serra de Sintra); *A. dealbata* – acácia-dealbada ou acácia mimosa (*e.g.* Ribeira da Mula); *A. melanoxylon* – acácia-austrália, acácia-das-cabras, acácia-negra, pão-das-cabras, entre outros nomes (*e.g.* Capuchos), provenientes da Austrália e da África do Sul, não serem plantas autóctones foram aqui naturalizadas desde há séculos e eram também abundantes no litoral, consideradas, no entanto, plantas infestantes.



*Limonium dodartii ssp. Lusitanicum.*

Fonte: Images for *Limonium dodartii ssp. Lusitanicum* – Report images [on line]. Disponível em <http://www.botanicalgarden.ubc.ca>. (Consultado em 05/03/2012).

Sobre as arribas mais baixas, a Sul e a Sudeste deste litoral, nos lugares que sofrem uma maior influência do salitre, e predominantemente do oceano para o interior, encontravam-se as seguintes espécies: rasteira (*Frankenia hirsuta*); perrexil-do-mar (*Crithmum maritimum*); feno das areias (*Elymus farctus ssp. Boreali-atlanticus*); narciso das areias (*Pancratium maritimum*); cordeiros da praia (*Otanthus maritimus*); raiz-divina (*Armeria welwitschii*); trevo de Creta (*Lotus creticus*); guiabelha (*Plantago maritima*); granza da praia (*Crucianella maritima*) (Moreira, *et al.*, 1998, pp. 20-23).

Nas zonas mais para interior da freguesia de Cascais, encontravam-se algumas áreas de carrascal (*Quercus coccifera*<sup>12</sup>) em estado de degradação que teriam substituído

---

<sup>12</sup> *Quercus coccifera*, proveniente do Sul da Europa, as suas características morfológicas e ecológicas são das melhores que definem a vegetação degradada da Bacia do Mediterrâneo. Em Portugal, aparece no Centro e no Sul, afastado das zonas costeiras. Desenvolve-se em solos pobres e pedregosos, protegendo-os da erosão.

a floresta original, constituída, sobretudo, pelo carvalho (*Quercus*) nos locais de maior frescura.

Actualmente, grande parte da vegetação natural da freguesia é constituída por espécies mediterrânicas, algumas delas aqui introduzidas nos parques, jardins e estufas, que envolviam e embelezavam as magníficas casas de Verão, que se fizeram construir a partir da década de 70 do século XX.

De entre estas espécies vegetais que aqui se desenvolveram, favorecidas pelas condições do clima, podemos citar algumas das mais conhecidas e que caracterizam hoje em dia esta zona: vários tipos de Palmeiras de diferentes partes do Mundo – a tamareira ou palmeira-das-igrejas (*Phoenix dactylifera*), originária do Norte de África e da Ásia Ocidental (e.g. Paredão de Cascais ao Monte Estoril); a palmeira-das-Canárias (*Phoenix canariensis*) (e.g. Cascais, Rua Frederico Arouca, junto à Praia da Ribeira); a tamareira-do-senegal (*Phoenix Reclinata*), proveniente de África (e.g. Cascais, junto ao Hotel Baía); a palmeira-da-califórnia (*Washingtonia filifera*), originária Califórnia do Sul e do Novo México (e.g. junto à Cidadela de Cascais); a palmeira-do-méxico (*Washingtonia robusta*), proveniente do México (e.g. Cascais, Torre, Rua dos Eucaliptos); a palmeira-do-cânhamo (*Trachycarpus fortunei*), da China e de Burma (e.g. Cascais, na Rua Frederico Arouca e no Largo Vasco da Gama); as cicas, ramo-bento ou palmeira-sagu (*cycas revoluta*), do Japão (e.g. em quase todos os jardins da freguesia); a iuca, palmeira-lírio ou árvore-de-pureza (*Yucca gloriosa*), América do Norte; a iucapata-de-elefante ou pau-da-água (*Yucca guatamalensis*), Guatemala, México, Estados Unidos da América (e.g. Cascais, Alcoitão); o agave americano, piteira brava, aloé-dos-cem-anos ou piteira-de-boi (*century plant*), México (e.g. ao longo da costa concelhia); o aloé-vera, aloé-candelabro, foguetes-do-natal, babosa (*Aloe arborescens*), África do Sul, Zimbabué (e.g. ao longo da costa concelhia); o eucalipto-comum ou gomeiro-azul (*Eucalyptus globulus*), Austrália (e.g. Cascais, Parque Marechal Carmona); o cedro-bastardo, cipreste-mediterrânico, cipreste-comum ou cipreste dos cemitérios (*Cupressus sempervirens*), de origem mediterrânica (e.g. Guia), entre outros; o buxo (*Buxus sempervirens*), da Europa e do Mediterrâneo, Norte de África e Ásia Ocidental (e.g. Cascais, Parque Marechal Carmona); a tamargueira (*Tamarix gallica*), Europa e Norte de África (e.g. Estoril, Paredão). E ainda várias outras espécies disseminadas pelos jardins públicos e privados da freguesia: o lilás ou lilaseiro (*Syringa vulgaris*), proveniente do Sudeste da Europa; o loendro (*Nerium oleander*), Mediterrâneo e Leste

Asiático; o hibisco ou rosa-da-china (*Hibiscus rosa-sinensis*), China; o hibisco ou rosa-da-síria (*Hibiscus syriacus*), Sudoeste da Ásia; a fátzia-do-japão ou arália (*Fatsia japonica*), Japão; o evónimo-dos-jardins ou barrete-de-padre (*Euonymus japonica*), Japão; os brincos-de-princesa (*Fuchsia x hybrida* “Lena”), América do Sul; a malva-rosa, a sardineira ou pelargónio, da África do Sul; a lúcia-lima, da América do Sul; o jasmim ou jasmineiro-dos-poetas (*Jasminum polyanthum*), China; a glicínia-da-china (*Wisteria sinensis*), China; e a bougainvillea (*B. glabra*), da América do Sul (Sirovs, 2010, pp. 8 a 121).

### 1.5 População

O depoimento mais antigo que se conhece, referente à população de Cascais e à sua constituição data de 1527. A vila contava então com 172 vizinhos, dos quais 11 eram escudeiros, 6 eram clérigos, 26 eram viúvas e o restante era povo (Andrade, 1990, pp. 225-226).

Em 1620, há notícias de uma nova contagem, mas o número apresentado inclui não só os habitantes da freguesia de Cascais, como também, as localidades circunscritas à vila, o que torna impossível uma comparação em termos de aumento.

No século seguinte, em 1736, uma nova contagem refere a existência de 2 484 habitantes e em 1758 a vila contava 2 592 habitantes (Henriques, 2004, pp. 23-24), embora se observe algum aumento, no entanto, comprova-se bastante baixo. Facto, a que não deve ter sido alheio o terramoto de 1755.

Em 1801, contava 2 550 habitantes e a partir daqui baixará significativamente até à década de 70 do século XIX.

A contagem de 1843 regista o valor mais baixo, quando comparado com os dois séculos antecedentes, 1 320 habitantes.

Baseado nos censos populacionais de 1864, 1878, 1890 e 1900, João Miguel Henriques, informa-nos do seguinte:

O primeiro fornece-nos, desde logo, dados detalhados acerca da sua composição etária, discriminando os habitantes por sexo e estado civil e descrevendo a população de facto, presente aquando do inquérito, composta por 738 homens e 736 mulheres. A estes valores há que adicionar 120 homens e 82 mulheres acidentalmente ausentes, ainda que recenseados, e subtrair 73 homens e 10 mulheres

transeuntes, população flutuante. Deste modo, a população legal atinge os 1 593 indivíduos que se alojam em 438 fogos (...) (2004, pp. 23-24).

No censo de 1878, a população legal aumenta, atingindo o valor de 1 685 habitantes, distribuídos por 416 fogos.

Entre os 797 homens, 449 são solteiros, 309 casados e 39 viúvos, cifra à qual devemos adicionar 52 ausentes. Já no que diz respeito às 794 mulheres, 435 são solteiras, 288 casadas e 71 viúvas, encontrando-se, ainda 42 ausentes (Henriques, 2004, p. 25).

Em 1890, o total de habitantes é já de 2 754, sendo 1 732 homens e 1 022 mulheres. Dos homens, 972 são solteiros, 702 casados e 58 viúvos; das mulheres, 567 são solteiras, 373 casadas e 82 viúvas, distribuídos por 574 fogos. Dos 2 754 habitantes, 1 293 são nascidos na freguesia de Cascais, 531 de outras freguesias do concelho, 858 provenientes de outros concelhos do distrito e 72 estrangeiros (Henriques, 2004, p. 26).

Esta população dividir-se-ia por diferentes sectores das actividades profissionais da seguinte forma:

Extrapolando a relevância das diversas actividades profissionais desenvolvidas na freguesia com base nos dados relativos ao concelho, pressente-se o peso do sector denominado por indústria, que alcança 37,3%; seguido pelo dos trabalhos agrícolas, com 35,6%; da pesca e caça, com 6,3%; e do comércio, com 5,8%. Refira-se, no entanto, que em indústria se incluem todos os profissionais que se dedicam a actividades artesanais, pelo que o conceito é muitíssimo abrangente, importando anotar, também, que, no caso específico de Cascais, o comércio se deve revestir de maior relevância, o mesmo sucedendo no que concerne à pesca e caça (Henriques, 2004, pp. 27-28).

O censo de 1900 veio confirmar o acentuado crescimento desta freguesia em relação às outras do mesmo concelho, o que já se verificara no anterior censo. Assim, nesta data, a freguesia dispunha de 776 fogos e a população era constituída por 3 743 indivíduos, dos quais 1 919 eram homens, sendo 1 202 solteiros, 669 casados e 48 viúvos; das 1 824 mulheres, 1 066 eram solteiras, 601 casadas, 156 viúvas e uma separada judicialmente. Nasceram no concelho de residência 1 643, noutros concelhos do distrito 840, naturais de outros lugares 1 091 e no estrangeiro 169 (Henriques, 2004, p. 29).

Relativamente ao censo de 1911 verifica-se que a freguesia de Cascais, que nessa época era composta pela vila de Cascais, Monte Estoril, Alto Estoril, Estoril e Alto da Bela Vista, regista uma posição predominante quando comparada com outras freguesias que constituíam o concelho, apresentando um total de 5 295 habitantes residentes, distribuídos por 1 234 fogos. Considerando a população flutuante, verifica-se

um total de 5 779 indivíduos, sendo 2 752 homens e 3 027 mulheres. Se por outro lado avaliarmos a população só da vila, verificamos que, dos 5 779 indivíduos 3 445 são habitantes da mesma, o que demonstra bem a sua importância nessa altura.

Entre 1911 e 1920, devido, talvez, à situação política do País, nota-se um abrandamento no crescimento populacional do concelho (6,6%), ou seja, de 14 308 passou a 15 251 habitantes, aumentando novamente de 1920 a 1930 (50,4%), pelo que passou a contar 22 932 habitantes.

## **2. Os Antecedentes Históricos do Concelho - Sinopse**

A presença humana nesta região data de épocas remotas, como o atestam os achamentos recolhidos em vários locais do concelho, revelando que por aqui estanciam populações desde o Paleolítico Inferior, vivendo da pesca e da caça.

Da Pré-História, o maior número de vestígios corresponde à Idade dos Metais, em especial, cerâmica campaniforme<sup>13</sup> característica de uma população que, tendo chegado por mar, continuou a manter contactos comerciais com as regiões mediterrânicas.

Correspondente aos períodos romano, visigótico e árabe abundam, sobretudo, topónimos romanos e árabes (Alcabideche, Alvide); ruínas e inscrições funerárias romanas; e sepulturas visigóticas. (Andrade, 1964, pp. 11-12).

Após a reconquista de Santarém e de Lisboa por D. Afonso Henriques, em 1147, os muçulmanos abandonaram Sintra e arredores, tendo Cascais ficado englobado no território sintrense.

---

<sup>13</sup> Cerâmica Campaniforme – Idade dos Metais – “característica duma população que, tendo chegado por mar, continuou a manter contactos comerciais com regiões mediterrânicas. Deste período, algumas das peças descobertas são raras no Mundo.” (Encarnação, 1979, p. 12).

Em 7 de Junho de 1364<sup>14</sup>, Cascais foi elevada a Vila<sup>15</sup>, por D. Pedro I, a pedido dos “homens bons” do Lugar, o que lhe permitiu ter autonomia administrativa e separar-se do concelho de Sintra, à qual estava ligada desde o início da época cristã, comprovando a importância granjeada ao longo do tempo. (Andrade, 1964, p. 34). Contudo, as deliberações tomadas, nesta primeira carta régia de D. Pedro I, não estabelecem o território concelhio da Vila de Cascais, de onde se conclui que a autonomia apenas visava a vila. (Marques, 1989, p. 11).

Assim, só passados seis anos, em 8 de Abril de 1370<sup>16</sup>, no reinado de D. Fernando, se instituiu, simultaneamente, o Senhorio, sendo primeiro donatário, Gomes Lourenço do Avelar<sup>17</sup> e se definiu o território concelhio de Cascais:

O facto de Cascais ter sido nessa data entregue, como feudo, a Gomes Lourenço do Avelar, poderoso valido do rei, influiu porventura na determinação de um território que logicamente Sintra não desejaria perder. Foi assim definida uma área de quase 100 km<sup>2</sup>, muito semelhante à do actual concelho. (Marques, 1989, p. 12).

Após o primeiro Senhor de Cascais, muitos foram os que lhe sucederam, figuras ilustres da nobreza, que se distinguiram ao serviço de Portugal. Um dos mais ilustres e que mais honrou a Vila foi o quinto Senhor de Cascais, o Dr. João das Regras, que a recebeu pela proficiência com que advogou a causa de D. João I, durante a crise de 1383-1385 (Andrade, 1964, pp. 29-30).

Depois da morte deste, em 1404, esta sucessão passará por quatro das principais casas de Portugal, por descendência directa, durante cinco séculos e desobrigado da Lei

---

<sup>14</sup> Texto legislativo básico que estabelecia: “1º - que Cascais ficasse de então em diante isenta de qualquer sujeição a Sintra e fosse considerada vila; 2º - que tivesse jurisdição cível e crime própria, como as demais vilas do Reino; 3º - que elegeisse juizes e oficiais concelhios segundo normas nos outros municípios; e 3º - que pagasse anualmente ao rei 200 libras, além de todos os demais direitos reais a cobrar no território do novo concelho. É de notar que este documento não definia qualquer território que ficasse por *termo* da nova vila. Aparentemente, só o povoado [de Cascais] é que se considerava doravante autónomo. Todo o demais território continuava a pertencer ao *termo* de Sintra.” (Marques, 1989, pp. 11-12).

<sup>15</sup> “O índice da Chancelaria de D. Pedro I não menciona nenhum foral como concedido por ele: o rei todavia tomou a peito nobilitar e engrandecer certas terras, isto é, definir os pedidos que a tal propósito lhe fizeram os povos, por exemplo: Sines e Cascais que elevou de simples povoações a vilas, respectivamente em 1362 e 1364, isentando da jurisdição de S. Tiago do Cacém a primeira, e da de Sintra a segunda.” (J. Leite de Vasconcelos, 1936, vol. II, p. 424, citado por Andrade, 1964, p. 34).

<sup>16</sup> “A carta régia de 1370 determinava: 1º - a separação do castelo e do ‘lugar’ de Cascais de qualquer sujeição a Sintra; 2º - a doação a Gomes Lourenço do Avelar de toda a jurisdição cível e crime, com ressalva do direito de apelo para o rei nos feitos crimes, da jurisdição sobre os marítimos, que continuava a pertencer ao monarca, da liberdade de entrada e acção de corredeiros no novo senhorio, e dos direitos reais sobre dízimas de mercadorias transportadas em navios e em Cascais descarregadas e transaccionadas.” (Marques, 1989, p. 12).

<sup>17</sup> Fidalgo importante, que se distinguiu ao serviço de D. Pedro I e de D. Fernando em diversos cargos relevantes.

Mental<sup>18</sup>, Monsanto, Cascais, Louriçal e Ericeira, que por políticas de casamento se foram aliando.

O desmoronar da Casa dos Senhores de Cascais, sobrevém com a morte prematura da última marquesa, D. Ana José Maria da Graça Meneses e Castro, em 1762, ano que marca a extinção do Senhorio (Andrade, 1964, p. 209).

Em 1494, D. João II, reconhecendo a sua posição estratégica como baluarte de defesa do Tejo e da cidade de Lisboa, fortaleceu-a, ordenando a construção da “torre de Cascais com sua cava, com tanta e tão grossa artilharia que defendia o porto” (Garcia de Resende, 1902, *Crónica de D. João II*, vol. II, p. 134, cit. por Andrade, 1964, p. 56).

Decorrido século e meio da elevação de Cascais a Vila, D. Manuel I, em 15 de Novembro de 1514, concedeu-lhe Foral, dando mais regalias aos seus moradores, o que expressa a importância da localidade neste início do século XVI (Andrade, 1964, p. 70; Andrade, 1969, p. 10).

Um dos maiores reveses sofridos pela Vila ocorreu durante a crise portuguesa de 1580, quando o exército de Filipe II de Castela, comandado pelo Duque de Alba, desembarcou perto da Guia, na Lagem do Ramil ou do Romel, com a finalidade de se aproximar de Lisboa. Antes porém, tomou a fortaleza de Cascais, executando o governador<sup>19</sup> e o alcaide<sup>20</sup> (Encarnação, 1979, p. 22).

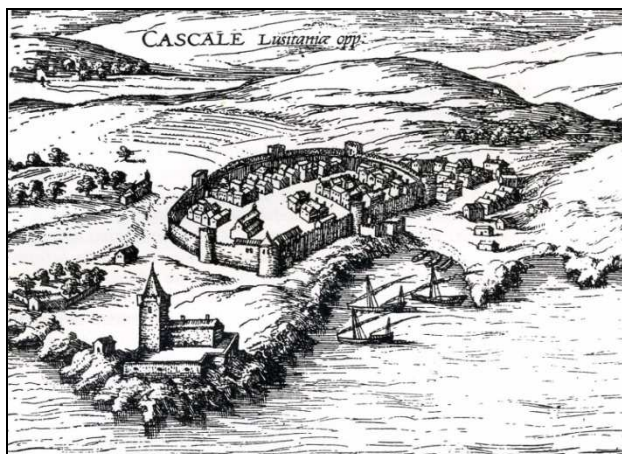
Alguns anos mais tarde, D. António, Prior do Crato, neto de D. Manuel I e um dos principais pretendentes ao trono português, não tendo renunciado aos direitos à Coroa, tentou reaver o trono, auxiliado por uma esquadra inglesa, comandada pelo almirante Drake, que transportava um corpo militar sob a chefia do general John Norris. Após o insucesso do empreendimento, o reembarque, efectuado em Cascais - um momento trágico na história da Vila, que ficou memorável pelo saque e pelo incêndio de grande parte da povoação, perpetrado pelos próprios ingleses (Andrade, 1964, p. 125).

---

<sup>18</sup> A Lei Mental foi promulgada no reinado de D. Duarte e esteve em vigor até 1832. Determinava que as terras doadas ou a doar pela Coroa só podiam ser transmitidas aos filhos varões primogénitos e não podiam ser divididas.

<sup>19</sup> D. Diogo de Menezes (Andrade, 1964, p. 118), cuja estátua se encontra hoje frente ao Portão de Armas da Cidadela de Cascais e às Casas de Augusto Perestrello de Vasconcelos e Francisco Augusto Trindade Baptista.

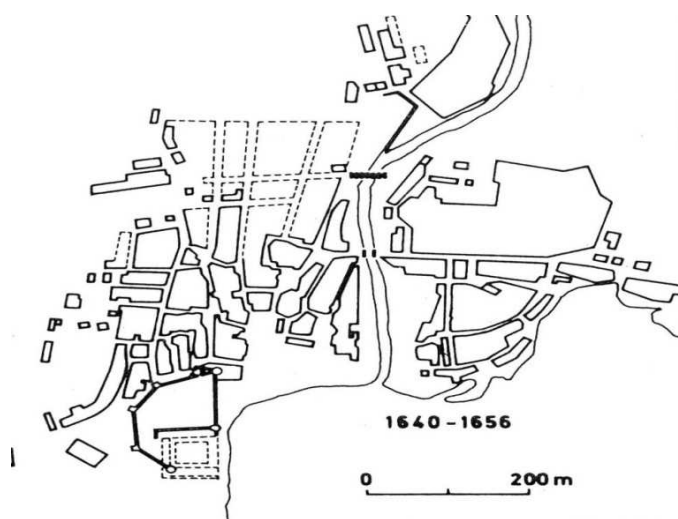
<sup>20</sup> Henrique Pereira (Andrade, 1964, p. 119).



Cascais na segunda metade do século XVI.

Fonte: Fernando Castelo-Branco, *Cascais nos inícios do seu municipalismo e na crise de 1383*.

A partir de 1640, durante o reinado de D. João IV, foram levantadas por ordem régia, ao longo da costa concelhia, desde o Cabo da Roca a S. Julião da Barra, muitas fortalezas e reforçadas as que existiam, precavendo qualquer desembarque espanhol (Andrade, 1964, pp. 158-160).



Cascais nos meados do século XVII.

Fonte: Carminda Cavaco, *A Costa do Estoril, esboço geográfico*.

No século XVIII, o terramoto de 1755, à semelhança de Lisboa, destruiu em poucos minutos Cascais, remetendo-a para um ciclo de decadência que se prolongará até à segunda metade do século XIX. (Andrade, 1964, p. 213).

Este declínio foi agravado com o surgimento de nova contrariedade: as Invasões Francesas. Em 30 de Novembro de 1807, 400 soldados franceses, comandados pelo General Maurin, invadiram a vila e submetem-na à pilhagem e ao saque. (Andrade, 1964, p. 260).

Em 1834, após as lutas liberais, a expulsão das ordens religiosas e a retirada do regimento de Infantaria 19, que aqui se encontrava estacionado, os maus anos agrícolas, as epidemias, a cólera-morbus e a febre-amarela levam a Vila de Cascais a grande decadência, que se prolongará até 1860 (Andrade, 1964, p. 295).

Acontecimento relevante para a regeneração e transformação da Vila ocorrerá em 1870, pelo facto de Cascais ter chamado a atenção da Família Real, que passou a deslocar-se de Sintra para aqui em meados de Setembro, tornando a vila um local de encontro obrigatório, não só da Corte, como da aristocracia portuguesa e estrangeira, de capitalistas e dos mais representativos intelectuais do século XIX e XX. (Andrade, 1964, pp. 296-304).

As novas elites, que de imediato afluíram, ressentiam-se da escassez de alojamento e da sua pouca adequação, originando então o despontar de uma arquitectura de veraneio, mais de acordo com o estatuto dos seus proprietários, que virá a marcar a paisagem até aos nossos dias, em especial, a faixa concelhia junto ao litoral. (Andrade, 1964, pp. 306-308).

Cascais, passará a designar-se orgulhosamente como “Vila da Corte” e “Rainha das Praias”, iniciando, assim, a sua expansão até à actualidade. (Andrade, 1964, p. 299).

### **3. Contexto Económico e Social**

#### **3.1 Actividades Económicas**

Dado o contexto geográfico da vila de Cascais, verifica-se que a principal actividade dos primeiros habitantes desta região foi a pesca, muito embora a caça, a

criação de animais e a agricultura estivessem também presentes como actividades complementares.

Afonso do Paço escreve: “Estas populações alimentavam-se de caça, e pesca, além de animais que criavam e da agricultura, sendo prova de tudo isto os restos encontrados nas escavações arqueológicas” (1964, p. 10).

Mas, é sem dúvida alguma, a situação privilegiada da freguesia de Cascais, junto à orla marítima, e a abundância de peixe nas suas águas que incitam desde logo as primeiras comunidades aqui estabelecidas a desenvolver as artes piscatórias, tendo sido este provavelmente o seu principal alimento.

Esta actividade tradicional torna-se, ao longo dos séculos, uma relevante indústria e fonte de riqueza da vila, apesar de se constatar no censo de 1890 que apenas 6,3% (incluindo a caça) da população do “concelho” se ocupava na actividade piscatória, depreendendo-se que estaria já em progressivo declínio. (Henriques, 2004, p. 26).

Contudo, o peso das gentes do mar e as suas tradições marcaram indubitavelmente o quotidiano da vila, provando a importância que lhes era conferida e determinando algum poder decisivo. A assinalar esta preponderância, regista-se a construção da igreja mais simbólica da vila, a Igreja dos Navegantes, situada na rua com o mesmo nome, que se julga ter sido edificada no final do século XVI, a expensas dos pescadores de Cascais. (Andrade, 1964, p. 66).

Num artigo publicado em 28 de Maio de 1903, pode ler-se:

A pesca é a única indústria que existe em Cascais, e se ela for proibida a população da vila cai fatalmente na miséria, porque essa indústria traz a esta praia muito acima de 1 800 pessoas, que aqui vivem desde Março a Outubro, e que em alojamento e alimentação deixam muitos contos de réis, dos que auferem na sua indústria, divididos entre os proprietários dos prédios e de estabelecimentos comerciais, e além disso produzem receita para a câmara, muito superior a um conto de réis anual (Cascais e a pesca (1903). *O Independente*, (28 de Maio), p.1, cit. por Henriques, 2004, p. 35).

Paralelamente com a indústria da pesca e as actividades marítimas desenvolvem-se estruturas específicas de suporte, nomeadamente: estaleiros de construção naval, sobretudo, para embarcações de recreio; fábrica de gelo, uma das mais antigas; fábricas de peixe; e fábricas de conservas (Encarnação, 1979, p. 37).

Em relação às fábricas de conservas, consta que, em 1908, pelo menos uma ainda funcionava em Cascais, porque a 12 de Fevereiro de 1908, Louis Apert, seu proprietário, requer à câmara que ligue o estabelecimento à canalização geral das águas (Henriques, 2004, p. 36-37).

Entre 1915 e 1920, existiam cerca de 12 fábricas de transformação de peixe em funcionamento, que foram desaparecendo pouco a pouco (Andrade, 1969, p. 83).

Quanto à actividade agrícola, verifica-se que a freguesia nunca foi uma região agrícola por excelência, devido à aridez do solo e grande dificuldade na obtenção de água, uma vez que as poucas ribeiras existentes secam no Verão

Ferreira de Andrade, referindo-se não apenas à freguesia mas ao concelho de Cascais, dá-nos a seguinte informação, escrevendo: “A superfície total do concelho de Cascais é de 9856 hectares dos quais apenas 2000 são aproveitados para culturas, sendo a área restante ocupada pelos centros urbanos, vias de comunicação, matas e terrenos incultos” (1969, p. 101).

Contudo, verifica-se que as áreas utilizadas para esta actividade se situavam mais a interior do concelho, praticando-se as culturas de sequeiro com predominância para o trigo (Andrade, 1969, p. 102).

Quanto à produção de vinho, destacava-se a região vinícola de Carcavelos, que ocupava a maior parte da área desta freguesia e, embora apenas demarcada oficialmente a 18 de Setembro de 1908, havia muito que contribuía para a actividade agrícola e riqueza do concelho de Cascais (Miranda, *et al.*, 2001, p. 91).

No entanto, a produção de vinho nesta região, muito afectada pela filoxera em 1876, decaiu progressivamente e sobrevive somente até ao último quartel do século XX, apesar de nos anos de 1933/34, terem sido desenvolvidas medidas para incrementar e proteger os vinhedos (Miranda, *et al.*, 2001, pp. 89, 90).

A segunda indústria mais importante para o município em termos económicos foi a de extracção de pedra. Extraía-se grande variedade de mármore, pedra de cantaria e de adorno.

O reconhecimento da qualidade e da grande variedade de tipos de pedra no concelho de Cascais levou ao seu aproveitamento desde tempos recuados e, conseqüentemente, originou o desenvolvimento desta actividade.

No que concerne ao seu aproveitamento, Ferreira de Andrade escreve:

Essa mesma qualidade de pedra foi aproveitada quando, no reinado de D. Manuel, o Senado de Lisboa mandou arranjar a principal artéria da capital, a famosa Rua Nova das Mercadorias. (...) De Cascais seguiram, para a urbe do Tejo, embarcações carregadas de pedra. (...) Outra referência, bastante curiosa, à excelência da pedra cascalense, é feita em 1758 pelo então prior da Igreja de Nossa Senhora da Assunção [Padre Manoel Marçal da Silveira] ao escrever: ‘Não é pequena grandeza desta vila e desta freguesia e de seus naturais ser quem descobriu toda a pedra para a grande Fábrica de Mafra um nacional dela, o mais insigne mestre de pedreiros; foi o famoso Barambilha [António Martins], natural desta terra’. (...) Foi este humilde obreiro quem, de facto, descobriu o maravilhoso mármore preto que se admira nos altares da Basílica de Mafra e de outras admiráveis misturadas. Saliente-se que entre as inúmeras variedades de granito cor-de-rosa e cinzento-azulado das pedreiras da Malveira da Serra e mármore da Torre da Guilha, houve, também em São Domingos de Rana, segundo Pinho Leal (que documento o comprova?) uma pedreira de belo mármore vermelho. (...) De Cascais, é igualmente, todo o mármore preto que ornamenta a ara que em 1529 se fez para a capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, igualmente na capital. (...) e o granito com que foi feita [em 1964] a base do monumento a D. Pedro I (Andrade, 1964, p. 61; 1969, p. 80).

Em 1873, contavam-se em “lavra” 26 pedreiras, que em cinco anos tinham produzido cerca de 7 324 carradas (Barruncho, 1873, p. 69).

Esta actividade representava, simultaneamente, trabalho para grande parte da população e constituiu uma das grandes fontes de riqueza, tendo-se mantido a sua exploração até ao último quartel do século XX (Encarnação, 1979, p. 39).

Uma das actividades que não podemos deixar de referir, pela sua tradição secular na freguesia de Cascais e que se manteve em laboração até há poucos anos foi a dos fornos de cal.

A estes fornos de cal, já fazia menção, em 1364, a Carta de Doação do Castelo e do Lugar de Cascais ao seu primeiro donatário Gomes Lourenço do Avelar (Andrade, 1969, p. 83).

Nos anos 70 do século XX, encontravam-se ainda em laboração alguns destes fornos na Quinta da Marinha, Aldeia de Juso e Malveira da Serra.

### **3.2 O Despertar do Turismo**

As actividades antes mencionadas foram desde longa data as privilegiadas na freguesia, no entanto, assiste-se, na segunda parte do século XIX, a uma emergência da diversificação e progressivo aumento de actividades directamente relacionadas com as

práticas do turismo moderno: vilegiatura em praias e em termas. Consequentemente, podemos assinalar esta época como o princípio da indústria do Turismo na vila e a que mais marcará a sua vivência, subsistindo até à actualidade.

Neste primórdio são poucos os dados acerca desta actividade, contudo, nos livros de registo dos diversos serviços da câmara, encontra-se referido a existência de alguns estabelecimentos hoteleiros: Hotel União, propriedade de Bernardo Soutelo, e Hotel Lisbonense ou Neto, já existente em 9 de Agosto de 1871 e destruído por um incêndio cerca de 1892. (Henriques, 2004, p. 37).

Em 1892, são referidos três hotéis na vila: o Lisbonense, o Central<sup>21</sup> e o Globo. (*Anuário Comercial*<sup>22</sup>, (1893), cit. por Henriques, 2004, p. 37)

No ano seguinte, o mesmo anuário, menciona mais um hotel na vila, o Hotel Bragança. De 1894 a 1900, registar-se-á apenas o aparecimento de uma nova unidade hoteleira, o Hotel Costa [inaugurado em 1900], que se situava na Avenida Valbom, 14 a 20 (Henriques, 2004, p. 39).

Em artigo publicado no *Correio de Cascais* nesta época, pode ler-se: “Como estava anunciado, realizou-se na quinta-feira a inauguração do novo hotel Costa, na Avenida Valbom. O estabelecimento está muito bem montado, correspondendo o serviço à fama do seu proprietário, o antigo e conhecido Costa de Caneças.” (Hotel Costa (1900). *Correio de Cascais*. (15 de Abril), p. 3, cit. por Henriques, 2004, p. 39).

Actividade não menos importante para o desenvolvimento da vila foi o jogo, que, embora, não estando ainda legislado nem regulamentado, se processava nos mais diversos locais, como: clubes, casas de recreio, associações, hotéis, casinos, entre outros. (Baptista, 2011, p. 1).

De salientar, a designação casino, que não possuía o mesmo sentido actual, aplicando-se então aos estabelecimentos de âmbito recreativo e privado, nos quais, entre as muitas actividades de lazer que se podiam realizar, tais como leitura, organização de

---

<sup>21</sup> Propriedade de Felice Petracchi, provavelmente localizado na Rua da Palma. In *Correio de Cascais*, com o título ‘Hotel Central’, esclarece o seguinte: ‘Este afamado hotel que pertenceu ao sr. Felice Petracchi, e que é hoje do sr. Victor Lestage continua bem servindo os seus fregueses, sendo procurado por distinta roda, que confirma a competência do novo proprietário daquele estabelecimento’ (Henriques, 2004, p. 37).

<sup>22</sup> Cf. ‘Cascais’, in *Anuário-almanaque comercial da indústria, magistratura e administração* ou *Anuário oficial de Portugal, ilhas e ultramar*, depois *Anuário comercial* ou *Anuário oficial de Portugal, ilhas e ultramar, da indústria, magistratura e administração*, Lisboa, anos XIII-XXVIII, 1893-1909. Com excepção do ano de 1901, cujo exemplar existente na Biblioteca Nacional não dispõe das páginas referentes ao concelho de Cascais (Henriques, 2004, p. 31).

bailes, concertos, casamentos, jantares e outros, também se jogava. (Baptista, 2011, p. 29).

Em 21 de Dezembro de 1904, um Acórdão do Tribunal Administrativo, considerou que os casinos estavam equiparados a “casas de recreio” e como tal “sujeitos [também] a taxas de imposto municipal, quer seja ou não permitido neles o jogo de azar”. (Baptista, 2011, p. 29).

Os rendimentos destes locais de lazer, ‘estabelecidos pelas câmaras municipais, com autorização do governo’, constituíam receita ordinária das mesmas (artigo 73.º do *Código Administrativo*, aprovado por Decreto de 2 de Março de 1895). (Baptista, 2011, p. 38).

Assim, estes princípios terão contribuído seguramente para que se criasse a ideia errónea de que o jogo era uma actividade legal. No entanto, esta determinação só viria a acontecer com o Decreto n.º 14 643, de 3 de Dezembro de 1927. (Baptista, 2011, p. 44).

De acordo com o anteriormente exposto, a ligação entre o jogo e Cascais, como estância de veraneio, revela-se de extrema importância para o desenvolvimento da vida balnear, funcionando não só como atracção de clientes mas, representando, também, financiamento de infra-estruturas e manutenção de diversas instituições.

A referência mais antiga, a um casino de Cascais aparece-nos, em 1873, no livro de Pedro Barruncho, pelo que se pressupõe que tenha sido o primeiro, e comenta: “A Vila ainda carecia deste lugar de distracção, e veio proporcionar-lho o sr. José de Freitas Reis, fazendo construir, para aquele fim, uma bela casa, ainda por concluir, com quarenta e sete metros de comprimento e doze de largo. Está situada, com frente para o mar, junto à praia, na foz do rio que atravessa a vila.” (Barruncho, 1873, pp. 158-159).

Em 1899, um artigo publicado por Guilherme Rodrigues, no *Correio de Cascais*, informa-nos acerca da sua história:

Existiam naquele lugar uns barracões e o terraço contíguo, tudo pertencente ao ministério da guerra. José de Freitas Reis comprou os barracões, edificou o club, ficando o terraço independente. Há poucos meses é que o referido ministério o vendeu em hasta pública, sendo arrematado pelo senhor José Joaquim de Freitas, filho do já falecido José de Freitas Reis, e actual proprietário do club (Guilherme Rodrigues (1899). *Correio de Cascais*, nº 17. (15 de Outubro), p. 2, coln. 2, cit. por Henriques, 2005, p. 42).

Após este primeiro casino, são inúmeros os que se lhe sucedem e dos quais tomamos conhecimento através do periódico anteriormente mencionado.

Em 2 de Julho de 1899, é noticiado a existência do Casino Cascaense, que encerrou em 1907.

(...) Estabelecido na Travessa da Conceição, em frente da estação do caminho-de-ferro. Abrindo há pouco tempo as suas portas, tornou-se o ponto de reunião das pessoas que vêm a Cascais recrear-se por algumas horas, sendo também muito frequentado por muita gente da colónia balnear. É causa da preferência dada a esse Casino, em relação a outros do mesmo género, o facto d [e] as suas salas estarem elegante e confortavelmente mobiladas, e o afamado serviço do seu restaurant, onde se janta ou ceia magnificamente, e relativamente por pouco dinheiro (Casino Cascaense (1899). *Correio de Cascais*, nº 3. (9 de Julho), p. 3, coln. 1, cit. por Henriques, 2004, p. 44).

A partir de 1900, são ainda noticiados, na Vila de Cascais, o Casino de Cascais; o Casino da Baía de Cascais, situado na Praça Costa Pinto; o Casino Central (1902), no nº 41 da Rua Visconde da Luz; o Cascais-Club (1904), na Rua do Arco, que passou a designar-se mais tarde Casino Oceano; e o Casino Lusitano (1904), que encerrou em 1906. (Henriques, 2004, pp. 41, 44, 45).

Em 1901, acerca dos clubes e casinos, o *Correio de Cascais*, publica um artigo, em que refere o seguinte: Vamos, não se diga que não temos agora boas distrações em Cascais. A primeira delas é, sem contestação, a que nos proporciona o Club da Praia (...). O número dos sócios do club eleva-se já a mais de 200 (O Club da Praia (1901). *Correio de Cascais*, nº 118. (22 de Setembro), p. 3, coln. 1, cit. por Henriques, 2004, p. 42).

Contudo, entre 1900 e 1907, durante os governos de Hintze Ribeiro<sup>23</sup> e João Franco<sup>24</sup>, o jogo é fortemente reprimido.

De acordo com Raquel Henriques da Silva, reportando-se a um artigo de 1902 no *Correio de Cascais*, o jogo teria sido: “ (...) nos anos de 1890, a verdadeira mola do desenvolvimento não só de Cascais e do Monte Estoril como dos núcleos a nascente. De tal modo que, (...) se afirma que ‘grande número de casas estão por alugar tanto aqui

---

<sup>23</sup> Par do Reino, Procurador-Geral da Coroa e Ministro das Obras Públicas, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, líder do Partido Regenerador, assumiu por três vezes o lugar de Presidente do Conselho.

<sup>24</sup> João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, colaborador directo de Hintze Ribeiro entrou em dissidência com o mesmo e formou o Partido Regenerador Liberal. Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Conselheiro de Sua Majestade e de Estado. (*Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, (1904-1915), Vol. III, pp. 574-576)

como nos Estoris' e 'achando-os em Agosto, os hotéis de Cascais do primeiro ao último não têm hóspede sequer'." (*Boletim Cultural do Município* (1988), nº 7, pp. 94-95).

Num outro artigo, publicado nesta data, no mesmo periódico, referindo-se ao Hotel do Globo lê-se: “ (...) é sem dúvida o mais bem colocado de Cascais, e onde inegavelmente o hóspede é muito bem tratado, [e] tem tido uma regular concorrência, apesar de a época se apresentar fraquíssima em razão da falta dos casinos” (O Hotel do Globo (1902). *Correio de Cascais*. (8 de Julho), p. 2, colns. 3-4, cit. por Henriques, 2004, p. 40).

Como se verificou, resultante desta proibição adveio o enfraquecimento da actividade turística, que por sua vez é uma actividade sujeita a sazonalidade, o que representou, por certo, um atraso no desenvolvimento económico e urbano da própria vila.

### 3.3 O Urbanismo

Na década de 50 e princípio dos anos 60 do século XIX, a vila de Cascais, apresentava “tal decadencia, que chegou tempo em que antes parecia aldeia sertaneja e quasi abandonada, do que a antiga e notável villa de que nos fala o foral de D. Manuel” (Barruncho, 1873, p. 144), nada fazendo prever uma transformação a curto prazo.

O aspecto de degradação e de decadência era visível ao nível do imobiliário, demolindo-se casas para vender os materiais, desmoronando-se outras por abandono total e vendiam-se prédios por quantias irrisórias (Barruncho, 1873, p. 144).

D. José Coutinho de Lencastre testemunha esta realidade, escrevendo: “Por velha carcomida e esfarrapada, merecia quase o desprezo de toda a gente; a sua figura desgrenhada, triste, pobre e suja, metia nojo, medo e tédio: creio mesmo que nunca foi muito convidativa, porque o ditado: a Cascais uma vez e nunca mais, é de antiga data.” (1868, p. 22).

A vila, apesar do abandono a que se encontrava votada, assiste em 1859, no reinado de D. Pedro V e pela acção perseverante do Visconde de Nossa Senhora da Luz, Joaquim António Velez Barreiros<sup>25</sup>, ao tempo director das Obras Públicas, à construção

---

<sup>25</sup> “ (...) Um homem estranho á localidade, um cavalheiro que o era na mais larga accepção da palavra, o bondoso, o ilustrado e sympathico visconde de Nossa Senhora da Luz (...) Sendo director das obras publicas em 1859, anno em que começou a construção da estrada para Oeiras, empenhou-se o visconde não só no acabamento da obra, como no

da estrada para Oeiras, que ficará concluída em 1864, e sobre a qual Pedro Barruncho comenta: “ (...) esta estrada foi a regeneração de Cascais”. (Barruncho, 1873, p. 145).

Por esta estrada se fazia a circulação de trens, “chars-à-bancs” e ómnibus que mudavam consoante a época do ano, pertencentes ao Augusto Sem-Pescoço, puxados por cavalos e muares guiados por afamados cocheiros. Estas viagens efectuavam-se duas vezes ao dia, uma de manhã e outra à uma hora da madrugada, com início na actual Praça da Câmara e terminos na Praça do Pelourinho, actual Praça do Município, em Lisboa. (cit. por Andrade, 1964, pp. 295-296).

Além destas duas carreiras diárias, que demoravam cerca de cinco horas a percorrer a distância em cada sentido, existiam também vapores de rodas da Empresa Lisbonense que realizavam inicialmente a viagem entre o Terreiro do Paço e Belém e que mais tarde passaram a fazer o trajecto até Cascais.

Em 1868, outra empreitada muito oportuna foi a estrada Sintra-Cascais, que parte de uma iniciativa privada, a de Francisco Joaquim da Costa e Silva, mas inteiramente custeada pelos cofres do Estado, podendo ser comparada às “melhores estradas do reino”. (Barruncho, 1873, pp. 145-146).

A construção destas duas vias de comunicação, permitindo uma fácil e mais rápida comunicação entre Lisboa, Cascais e Sintra origina a moda de vir tomar banhos a Cascais e conseqüentemente acaba estabelecendo um triângulo turístico, que na actualidade ainda é uma realidade, abrindo caminho para a actividade turística na vila.

Ainda em 1868, foi construído o Teatro Gil Vicente, numa iniciativa do comerciante lisboeta Manuel Rodrigues Lima, a fim de proporcionar aos habitantes e sobretudo aos veraneantes algum tipo de animação. A construção deste teatro desenvolverá na população autóctone o gosto por esta arte o que resultará, mais tarde, na formação de alguns grupos de teatro amador.

O teatro, dirigido pela Sociedade Dramática de Cascais, tinha capacidade para 500 pessoas, “126 na plateia, cujos bancos-cadeiras têm assentos de palhinha, dez frisas com 84 lugares, dezoito camarotes para noventa pessoas e uma galeria para duzentas. No espaço de vinte minutos se transforma a plateia em sala de baile” (Barruncho, 1873, p. 150; Andrade, 1964, pp. 297-298).

---

seu aperfeiçoamento (Barruncho, 1873: 144). Era presidente da câmara, quando teve principio a referida estrada, o sr. João de Freitas Reis; e custou a obra 7:273\$000 réis, dispendendo o município 5:273\$000 réis e o estado 2:000\$000 réis (Barruncho, 1873, p. 145).

Em 1870, Cascais que já registava alguns melhoramentos, passa a contar também com o benefício do patrocínio real, ao receber regularmente na época estival a presença da Família Real. Este facto redundará de extrema relevância para a vida da vila.

Como escreve Ferreira de Andrade: “Uma nova era iria surgir para a modesta vila de Cascais. Praia de humildes homens do mar, a presença entre eles de um Chefe de Estado, amante também das aventuras do oceano, abria de facto a Cascais um período de glória” (1964, p. 295).

No reinado de D. Luís I, a Família Real deslocava-se de Sintra para Cascais em meados de Setembro e no reinado de D. Carlos a 28 de Setembro, data em que o rei e a rainha, D. Amélia d’Orléans, festejavam os seus aniversários, aí permanecendo até à abertura do S. Carlos, em meados de Outubro.

Ramalho Ortigão confirma esta presença, escrevendo: “Com os primeiros dias de Setembro, terminou o período consagrado pela vilegiatura de Sintra. Desde que o mês de Agosto finda, até que S. Carlos começa, prescrevem as praxes que a estação marítima suceda à estação de montanha (...) Mas, de todas as praias portuguesas, é principalmente Cascais a que herda de Sintra a elite do seu verão.” (cit. por Henriques, 2004, pp. 120-121).

Cascais torna-se então local de encontro obrigatório, não só da Corte, como da aristocracia portuguesa e estrangeira, de capitalistas e dos mais representativos intelectuais dos séculos XIX e XX.

Para acomodar a Família Real, foram feitas obras no Palácio dos Governadores que se encontra na Cidadela e assiste-se à construção de luxuosas moradias, cujo primeiro impulso tinha sido dado pelo Visconde da Luz.

Nesse mesmo ano de 1870, o Duque de Loulé pede à Câmara o aforamento dos terrenos junto à ermida de Nossa Senhora da Conceição para aí erguer o seu palacete, hoje transformado numa unidade hoteleira, o Hotel Albatroz. Outros se lhe seguiram: Duques de Palmela (1873), Conde de Arnoso (1893), Marquês de Faial (1896), Joaquim da Silva Leitão (1896), Conselheiro Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos e Francisco Augusto Trindade Baptista (1899), a Torre de S. Sebastião (1901), a Casa de Santa Maria (1902), estas duas últimas mandadas construir por Jorge O’Neill, e tantas outras mais, tais como: os Viscondes da Gandarinha, D. António de Lencastre, D. Nuno

de Almada, D. António de Avilez, que constituirão o objecto deste trabalho. (Henriques, 2004, pp. 121-122).

Pedro Barruncho, em 1873, refere esta expansão urbana:

Na próxima cerca do extinto convento das carmelitas, propriedade adquirida pelo senhor Visconde [da Gandarinha], já são notáveis as obras realizadas. No terreno, também pertença do convento, mas extramuros da cerca, que vae desde o princípio da estrada da Guia até perto da Boca do Inferno, está o ser visconde plantando pinhal, e tenciona, segundo nos consta, construir alli diversas casas do género cottage, que deverão constituir um novo arrabalde de Cascaes (1873, pp. 156-157).

De igual modo, também Ramalho Ortigão regista este notório incremento: “Cascaes que além da via fluvial se acha ligada a Lisboa por uma boa estrada, tem tido nos últimos annos um grande desenvolvimento. A renda das casas, que se alugam com mobília e louça durante os mezes da temporada de banhos, conquanto não seja absolutamente elevada, é ainda pouco menos do que o preço porque as mesmas casas se venderiam, se alguém as comprasse, há 15 annos.” (*As Praias de Portugal, Guia do Banhista e do Viajante* (1876), cit. por Ferreira, 2002, p. 64).

Mas, a grande revolução no desenvolvimento da vila acontecerá com a inauguração do ramal ferroviário em 30 de Setembro de 1889, ligando Cascais a Pedrouços e assegurado o resto do percurso até ao Cais do Sodré pelos vapores da Empresa Lisbonense. A 6 de Dezembro de 1890, o ramal ferroviário chegará até Alcântara-Mar e definitivamente ao Cais do Sodré, em 4 de Setembro de 1895. A viagem de Cascais ao Cais do Sodré levava cinquenta minutos, uma média de catorze quilómetros por hora e efectuavam-se a princípio oito viagens por dia. (Henriques, 2004, pp. 116-117).

No ano de 1897, é terminada a via dupla da linha ferroviária e em 1898 existem já sessenta e cinco comboios diários ascendentes e descendentes, os quais transportavam no final do século 2 300 790 passageiros (Henriques, 2004, p. 118).

Consequência directa do aparecimento do comboio foi o desaparecimento dos antigos meios de transporte até aí utilizados.

A criação do caminho-de-ferro, estabelecendo uma ligação muito mais rápida entre Lisboa e Cascais de pessoas e bens, atrairá um maior fluxo de vilegiadores à vila, os quais, podiam agora permanecer não só durante a estação balnear como também

durante o Inverno, incrementando de forma decisiva a urbanização para habitação nesta área suburbana de Lisboa.

Como consequência deste surto populacional e a fim de fazer face às novas exigências, tornava-se necessário promover um maior número de melhoramentos.

Assim, de 1890 a 1909, traçam-se novos alicerces para uma moderna urbanização sob a direcção enérgica do então presidente do município Jayme Arthur da Costa Pinto, homem e político coerente que deixou incontestavelmente o seu nome ligado à história da vila e do concelho de Cascais e que nesta época determinou o estabelecimento de um plano de obras que iria imprimir a Cascais uma fisionomia diferente.

Assim, a 17 de Abril de 1890, inaugura-se o Passeio D. Maria Pia; em 27 de Setembro de 1894, a Praça de Touros; em 1894, a abertura da Avenida Valbom; em 1896, inicia-se a construção da Esplanada D. Luís Filipe; em 15 de Agosto de 1899, dá-se início à instalação da iluminação particular a gás; em 1899, inaugura-se a Avenida D. Carlos I; em 13 de Setembro de 1900, encontrava-se já em funcionamento uma estação telefónica; entre 1890 e 1909, é entubada a ribeira das Vinhas, que nasce na Serra de Sintra e que então dividia a vila, terminando na “praia da ribeira”, também conhecida por “praia dos banhos” ou das “armações”, junto ao Palácio Seixas, sobre a qual viria a ser construído o último troço da estrada marginal (Henriques, 2004, pp. 289 e 404).

A partir de 1887, é parcialmente solucionado um dos problemas prioritários da vila, o abastecimento de água desde a Malveira da Serra. Estes trabalhos só foram concluídos em 30 de Julho de 1889 (Henriques, 2004, p. 158).

Em 1926, devido a novas políticas administrativas a nível governamental, a vila de Cascais progride, alastrando-se para os subúrbios, e em 1940, por iniciativa do então Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, inicia-se a construção da “estrada marginal”, que constitui novo marco para o desenvolvimento da vila e de todo o município.

#### **4. A Transformação de Cascais**

O desencadear progressivo de melhoramentos, em paralelo com um desenvolvimento de ordem económica, representou um papel preponderante no modo

de vida e na evolução da população autóctone, interligando-se estreitamente, procedendo a uma transformação a nível social e cultural.

De acordo com Jorge Miranda, facto não alheio a toda esta transformação, foi o patrocínio real a partir de 1870, podendo ler-se: “É que a família real e a corte davam o exemplo e impunham o gosto” (1994, fl. 3).

Todos os anos, para comemorar a chegada dos soberanos à vila, realizavam-se grandes festejos, dos quais se encontra notícia na imprensa local: “Os bons e pacíficos cidadãos de Cascais fizeram esplêndida recepção a El-rei e à Rainha, que para fazerem uso de banhos de mar, chegaram àquela vila às seis e um quarto da tarde do dia 12. Desde o princípio da vila até à Cidadela, as janelas estavam enfeitadas com bandeiras, globos de vidro e vistosas colchas de damasco; as ruas achavam-se cobertas com areia e buxo.” (cit. por Andrade, 1964, p. 298).

Com a presença da Família Real, Cascais exultava de alegria e festa, sucedendo-se um sem fim de eventos, num ambiente de elegância e de luxo, que atraíam à vila grande número de visitantes.

Facto banal, que passou a fazer parte do quotidiano de Cascais, era encontrar diariamente a Família Real em passeio pela vila quer fosse a pé ou de carro, conversando e convivendo com os naturais.

A nova elite, que agora se estabelecia na vila, ressentia-se da escassez de alojamento pouco adequado, originando o despontar de uma arquitectura de veraneio, mais de acordo com os seus proprietários, e que marcará a paisagem da vila até aos nossos dias, em especial, a faixa junto ao litoral.

Outro facto determinante nesta época é a implantação de um novo meio de transporte, o caminho-de-ferro, mais rápido, mais cómodo, mais seguro e que ao permitir uma maior liberdade de movimentação, minimizava as diferenças socioeconómicas e culturais.

Sobre este assunto, Jorge Miranda escreve:

Quando já ia avançada a expansão da rede através do País, de Norte a Sul, encetou-se a construção das chamadas linhas de recreio. Da primazia usufruiu Sintra (1887) e logo a seguir Cascais (1889). E não foi por acaso que estas duas linhas foram implementadas quase em simultâneo. É que nestes dois pontos terminais permanecia, em vilegiatura, os reis, a corte, a aristocracia e a classe dirigente do País, [o que] não trouxe somente implicações no domínio de uma maior coordenação dos sectores

produtivos e de uma inequívoca orientação político-administrativa, acarretou simultaneamente – factor de primordial relevo – a mobilidade das populações, os fluxos migratórios, a expansão urbanística, a comunicação entre as pessoas e, como corolário, a permuta de ideias, de hábitos, de experiências, de saberes, de vivências. [...] teve também o seu reflexo nos planos cultural e das mentalidades. A rede ferroviária desencadeou, aliada à construção de novas estradas, uma transformação na sociedade portuguesa – uma autêntica revolução (1994, fl. 2).

Após um primeiro impacto, de estranheza e desconfiança provocado pelo comboio na população mais supersticiosa, observou-se o oposto, e para ver mais de perto os comboios, as estações de caminho-de-ferro passaram a ser local de passeio ao Domingo, constituindo pontos de reunião, de convívio social e de recreio. (Miranda, 1994, fl. 14).

O comboio permitia agora um maior e mais variado fluxo de veraneantes: os que permaneciam durante toda a época balnear, os que acabaram fixando residência e os de Domingo, menos abastados. (Miranda, 1994, fl. 14).

A população da então pequena Vila de Cascais é agora confrontada anualmente com uma invasão do seu espaço por gentes de diversos estratos sociais, com outras ideias e outros costumes, alterando completamente o seu quotidiano.

Esta convivência pautar-se-á por uma facilidade nos contactos, entre os vários tipos de população, desaparecendo a etiqueta na abordagem do veraneante de origem aristocrática ou burguesa pelo habitante mais modesto da vila: “A aristocracia ‘popularizava-se’. Mas, então, num processo osmótico, o povo ‘aristocratizava-se’, ganhava confiança, adquiria novos hábitos e até, no significativo dizer de um cronista da época, os barqueiros na praia, em Cascais, falavam ‘mão a mão com a aristocracia’.” (Miranda, 1994, fl. 15; Praias de Portugal (1904). *A Ilustração Portuguesa*, nº 51. (24 de Outubro), pp. 806-807<sup>26</sup>).

Uma das consequências deste “caudal” de veraneantes e visitantes é o “despontar do Turismo” (Miranda, 1994, fl. 15), o que tornava necessário providenciar um conjunto de recursos e serviços, englobando todas as actividades humanas que a noção de turismo encerra: os banhos de mar, o alojamento, a restauração e a animação, incluindo clubes e jogo.

O hábito do clube enquadrava-se neste ambiente de permuta social e cultural entre a burguesia local e os veraneantes. Uma convivência espontânea e informal que

---

<sup>26</sup> Em anexo.

começava: “na promiscuidade dos toldos, de manhã, dos clubs, à noite, [sendo] fácil passar-se do cumprimento de cabeça ao shake-hand formal” (Cascais Praia da Corte (1906). *A Ilustração Portuguesa*, II volume. (22 de Outubro), pp. 364-372<sup>27</sup>).

A maior parte destes clubes disponibilizavam simultaneamente várias actividades e funcionavam tanto como restaurante, casino, sala de espectáculo, sala de baile ou simplesmente como local de convívio. Alguns fechavam após o período balnear: “Mas não era só na praia de banhos onde se verificava esta permeabilidade social. Também, já noite dentro, depois do clube fechado, no folgar dos pescadores, após a árdua faina do dia e contados os lucros da safra, a guitarra tangia, e os banhistas retardatários misturavam-se, decerto catalizados pela música e cantares populares” (Praias de Portugal (1904). *A Ilustração Portuguesa*, nº 51. (24 de Outubro), pp. 806-807<sup>28</sup>).

Dos numerosos clubes que existiam na época e independentemente das designações que utilizaram, destacam-se algumas sociedades recreativas e associações, como: Sociedade Filarmónica Cascaense; Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Assunção de Cascais; Sociedade Gil Vicente; Sociedade Filarmónica Boa União; Sporting Club de Cascais; Nova Sociedade Filarmónica Cascaense/Associação Humanitária e Recreativa Cascaense; Troupe Bandolinista Cascaense, entre outros. (Henriques, 2004, 93-114).

Dos clubes acima mencionados, parece importante realçar o Sporting Club de Cascais, fundado a 15 de Outubro de 1879, como sociedade desportiva e recreativa. Situava-se nos terrenos da antiga Parada da Cidadela, e por este facto era mais conhecido pela designação de Parada, onde se reunia a nobreza (Falcão, 2005, p. 43).

Entre os sócios fundadores encontrava-se: Sua Majestade El-Rei D. Carlos, Sua Alteza o Senhor Infante D. Afonso, o Conde de Arnoso, o Conde de Sabugosa, o Duque de Palmela, Jorge O'Neill, o Marquês do Faial e tantos outros. Contavam-se também como sócios do clube, figuras proeminentes do panorama literário português, que adeririam posteriormente: Ramalho Ortigão; Edgar Prestage, genro de Maria Amália Vaz de Carvalho; Camilo Castelo Branco; José Maria d'Almeida Teixeira de Queirós, (pai de Eça de Queirós); e Eça de Queirós. (Alves, 1998, p. 61-62).

---

<sup>27</sup> Em anexo.

<sup>28</sup> Em anexo.

Em 1888, Ramalho Ortigão, refere-o, escrevendo: “O Sporting Clube (...) deu ao lugar um arzinho de civilização, que não deixa de surpreender um pouco numa praia nacional. Vários jogos de jardim foram correctamente estabelecidos e são assiduamente frequentados.” (cit. por Henriques, 2004, p. 99).

Em 3 de Agosto de 1899, o *Correio de Cascais*, menciona a sua abertura sazonal:

Abriu oficialmente este elegante club na quinta-feira. Este ano recebeu melhoramentos importantes na sala de baile, que ficou muito alegre em consequência do tecto e paredes serem pintados a branco com filetes dourados. Projectam-se bailes às quintas, sábados e domingos com um excelente quarteto. Os jogos da lawn-tennis estão optimamente arranjados, tendo sido a sua direcção entregue ao distinto sportsman João Ferreira Pinto. Os jardins, que têm sido cuidadosamente tratados durante todo o ano pelo director sr. dr. Passos Vela, estão lindíssimos (Sporting Club (1899). *Correio de Cascais*, nº 11. (3 de Agosto), p. 3, coln. 3, cit. por Henriques, 2004, p. 100).

## **5. CASAS COM HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CASCAIS – DESENVOLVIMENTO DE UM ITINERÁRIO PEDESTRE**

- 09H00 – Início da visita – Boca do Inferno;**
- 09H05 – Casa Ricardo Espírito Santo;**
- 09H20 – Villa Itália II / Casa Rei Humberto II de Itália;**
- 09H35 – Villa D’Este / Casa Eduardo Luís Pinto Basto / Vila Itália I;**
- 09H45 – Casa D’Orey / Casa Nossa Senhora da Assunção / Casa dos Marqueses de Olhão;**
- 10H00 – Casa dos Condes dos Olivais e Penha Longa;**
- 10H15 – Casa de Santa Maria (visita) – coffee break;**
- 11H15 – Casa de S. Bernardo / Casa Conde Arnoso;**
- 11H30 – Torre de São Sebastião / Palácio O’Neill / Museu Condes de Castro Guimarães (visita);**
- 12H30/13H00 – Almoço na Marina;**
- 14H35 – Casa Sommer;**
- 14H50 – Casa Luís Augusto Perestrello de Vasconcelos;**
- 15H00 - Casa Francisco Trindade Baptista;**
- 15H10 – Casa Conde Monte Real;**
- 15H20 - Casa S. Cristóvão / Casa Alfredo da Silva;**
- 15H30 – *Chalet* da Rainha D. Maria Pia de Sabóia;**
- 15H40 - Casa Joaquim da Silva Leitão;**
- 15H50 – Edifício dos Antigos Paços do Concelho / Casa dos Condes da Guarda;**
- 16H00 – Casa D. Pedro;**
- 16H10 - Palacete Seixas;**
- 16H30 – Casa Asse das Três / Casa D. Nuno / Casa dos Almadás;**
- 16H40 - Casa Duque de Loulé;**
- 16H50 - Casa D. António de Lencastre;**
- 17H00 - Palacete Faial;**
- 17H10 – Palácio Palmela;**
- 17H30 – Casa Pérgola (Lanche) – Fim da Visita.**



Mapa de Cascais (1989) – Itinerário pedestre.

Fonte: Estoril image. Ano 1 / N° 1 / 1989.

Casa Ricardo Espírito Santo Silva – Villa Itália II – Villa D’Este – Casa d’Orey – Casa Viscondes dos Olivais e Penha Longa – Casa de Santa Maria – Casa Conde de Arnos – Museu Condes de Castro Guimarães – Casa Sommer - Casa Francisco Trindade Baptista – Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos - Casa Conde Monte Real – Casa São Cristóvão – *Chalet* D. Maria Pia de Sabóia - Casa Joaquim da Silva Leitão – Edifício dos Antigos Paços do Concelho – Casa dos Condes da Guarda – Casa D. Pedro – Palácio Seixas - Casa Asse das Três – Casa Duque de Loulé – Casa D. António de Lencastre – Palacete Faial – Palácio Palmela – Casa Pérbola.

## 5.1 CASA DE RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA / CASA DA BOCA DO INFERNO<sup>29</sup>



**Casa Dr. Ricardo Espírito Santo Silva.**

**Fonte: Coleção Particular.**

A Casa do Dr. Ricardo Espírito Santo Silva encontra-se construída no maior lote de terreno do antigo Parque da Gandarinha, confinando a Sul com a estrada da Boca Inferno (actual Avenida Rei Humberto II de Itália).

O Parque da Gandarinha era uma área de grande dimensão, que se situava a Ocidente da Vila de Cascais e que se estendia, no seu limite Sul, ao longo da estrada da Boca do Inferno e para interior daquela zona. A maior parte da propriedade pertencia à Câmara Municipal de Cascais, que autorizava o acesso ao público e a outra parte era pertença do Conde dos Olivais e Penha Longa, José Pinto Leite. Segundo a descrição, em 1943, de Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, o parque caracterizava-se por ser “uma mata de cedros, de plátanos, de eucaliptos, de araucárias, de palmeiras, de tamarindo, de pinheiros, de mil árvores diversas, entrelaçadas, abraçadas, ligadas por trepadeiras, atapetadas por fetos, esverdeadas pelo musgo (...) “. (1999, p. 349).

Assim, em 1919, José Pinto Leite, Conde dos Olivais e Penha Longa, inicia diligências junto da Câmara Municipal de Cascais, para a urbanização da sua propriedade, no antigo Parque da Gandarinha, constando-se já em 1923 a venda de três fracções. (Henriques, 2011, p. 245 - AHMC/AADL-CMC/B-B001, 10 de Julho de 1919, pp. 203 v. – 204)

---

<sup>29</sup> ANEXO I – Ficha Casa Ricardo Espírito Santo Silva.

Em particular, a construção inicial deste edifício foi requerida à Câmara Municipal de Cascais, em 1924, pela Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa. (Henriques, 2011, p. 245).

A casa destinava-se a Charles Henry Bleck (Londres, 1877 - Sintra, 1934), filho de pai inglês e de mãe portuguesa, que, além de estar ligado a diversas empresas comerciais e industriais, foi um dos fundadores da Companhia Shell. Considerado um grande desportista, praticava desde novo várias modalidades, nomeadamente, “yachting”, em que se destacou, ganhando várias regatas. (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1998, pp. 772-773).

Contudo, vários autores mencionam Jorge Bleck, irmão do anterior, como tendo iniciado a construção da casa. (Falcão, 2005, p. 510).

Por motivo que desconhecemos, a casa é vendida ainda na década de 20, a Ricardo Espírito Santo Silva, que a transformou e aumentou de acordo com o seu gosto pessoal. (Falcão, 2005, p. 510).

Pela descrição que nos faz o príncipe Charles-Philippe d’Orléans, reportando-se a 1940, verifica-se que a casa continua a manter as mesmas características exteriores de outrora: “As suas paredes cor-de-rosa contrastam com uma série de colunas de um e outro lado da entrada principal, desenhando um ‘V’. As suas pequenas janelas deixam pressentir um certo conforto no interior, conservando a frescura no Verão e o calor no Inverno. Lanternas em ferro forjado iluminam com uma luz dourada as colunas de pedra.” (Orléans, 2011, p. 25).

A família Espírito Santo habitava nesta casa, sobretudo, no Verão, residindo, a maior parte do ano, em S. Domingos à Lapa, em Lisboa, num belíssimo palacete do séc. XVIII. (Orléans, 2011, p. 124).

Ricardo Espírito Santo nasceu em 1900 e licenciou-se em Ciências Económicas e Financeiras, tendo substituído o seu irmão mais velho, José Espírito Santo Silva, na chefia do Banco Espírito Santo, a partir de 1932 até à sua morte em 1955, além de ter desempenhado o cargo de presidente da Sacor, empresa petrolífera portuguesa.

Grande amante das artes e da cultura, colecionou, ao longo da sua vida, pinturas, mobiliário, porcelanas e tapeçarias, tendo fundado, em 1953, dois anos antes da sua morte, a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva e o “Museu-Escola de Artes Decorativas” que instalou no Palácio Azurara, em Alfama, adquirido especialmente para

este efeito. (Wikipédia 2012. *Ricardo Espírito Santo Silva* [on line]. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>). [Consultado a 14/02/2012].

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, Ricardo Espírito Santo privou com todas as cabeças coroadas da Europa que se exilaram em Portugal.

Em particular, nesta casa de Cascais, além das grandes festas que organizava para as famílias reais aqui instaladas, a Família Real Francesa, a Família Real Espanhola e a Família Real Italiana, recebia também grandes homens de negócios. (cit. por Orléans, 2011, p. 147).

Esta mansão foi também palco de um grande acontecimento realizado a 12 de Fevereiro de 1955, data do casamento da princesa Maria Pia de Sabóia, filha do rei Humberto II de Itália e da rainha Maria José, com o príncipe Alexandre da Jugoslávia, cerimónia realizada na matriz de Cascais, a igreja de Nossa Senhora da Assunção. Após o enlace, as fotografias oficiais de família foram feitas nesta residência, devido ao facto de a escadaria ser maior do que a da casa do pai da noiva, que habitava ainda a Casa de Eduardo Luís Pinto Basto, a Villa D'Este. (cit. por Orléans, 2011, p. 191).

Mas os visitantes mais famosos que esta casa acolheu foram o Duque e a Duquesa de Windsor, Wallis Simpson e Eduardo VIII, Rei de Inglaterra de Janeiro a Dezembro de 1936, que, na sua passagem por Lisboa rumo às Bahamas, aqui permaneceram, de 3 de Julho a 1 de Agosto de 1940. (Orléans, 2011, pp. 23-25).

No entanto, este gesto amável, de Ricardo Espírito Santo, originou que fosse conotado com as ideologias pró-germânicas dos Duques de Windsor, o que levou os Serviços Secretos Ingleses a considerá-lo um espião alemão. (Orléans, 2011, pp. 30-31).

## 5.2 VILLA ITÁLIA / CASA DE HUMBERTO II DE ITÁLIA<sup>30</sup>



**Casa Rei Humberto II - Villa Itália II.**

**Fonte: Coleção Particular.**

Esta mansão foi a residência oficial do Rei de Itália, Humberto II, durante vinte e dois anos, de 1961 a 1983.

Situa-se a escassos metros da Boca do Inferno, logo a seguir à Casa de Ricardo Espírito Santo Silva, rodeada de uma paisagem deslumbrante, com a fachada Sul aberta ao oceano, pequeno jardim na frente, confinante com a estrada, e um pequeno parque do lado Norte.

Em 1946, após o referendo ao povo italiano, Humberto II de Itália, Rei apenas por trinta e três dias, abdicou a favor da República.

A Família Real Italiana chegou a Portugal, em Junho daquele mesmo ano e instalou-se em Sintra, na Villa Bella Vista. Uma casa vetusta preparada um tanto à pressa, pela Duquesa de Cadaval, de quem eram íntimos amigos. Alguns meses mais tarde, alugaram a casa do Conde Monte Real, em Cascais, onde permaneceram apenas dois Invernos, por acharem o local muito ventoso. Finalmente, em 1947, mudam-se para a casa de Eduardo Luís Pinto Basto, conhecida como Villa D'Este (que se apresenta a seguir neste trabalho), situada também junto à Boca do Inferno, na mesma correnteza, e onde permanecerão onze anos.

---

<sup>30</sup> ANEXO II – Ficha Villa Itália II – Casa de Humberto II de Itália.

A Villa Itália foi mandada construir por Humberto II, nos anos 60 e financiada por um grupo de italianos fiéis à causa monárquica (Grande Real Villa Itália Hotel & Spa. *Humberto II – O último Rei de Itália*). A casa encontra-se construída na mesma fracção da Villa D’Este (que habitou durante onze anos), um terreno com dois mil metros quadrados, que fazia igualmente parte do Parque da Gandarinha, mas num plano mais recuado. Aqui, o Rei residirá vinte e dois anos. (Orléans, 2011, pp. 97-115).

Durante o seu exílio, de trinta e sete anos, o rei Humberto II de Itália, acolheu, nesta casa, quase todos os monárquicos italianos que visitaram Portugal, além de muitas outras individualidades portuguesas e estrangeiras. Sobretudo, gostava da companhia dos intelectuais. (Orléans, 2011, pp. 112-113).

De entre os personagens portugueses aqui recebidos, destacam-se: Júlio Dantas, médico, poeta e escritor; Egas Moniz, médico e prémio Nobel da Medicina de 1949; Henrique Medina e Eduardo Malta, pintores; Francisco Franco e Leopoldo de Almeida, escultores; Joaquim Paço d’Arcos, João Ameal, Aquilino Ribeiro e António Sérgio, escritores. (Orléans, 2011, p. 112).

Humberto II de Itália faleceu em Genebra, a 18 de Março de 1983, com setenta e oito anos, e foi, como afirma o príncipe Charles-Philippe d’Orléans, “o rei no exílio mais amado pelos portugueses”. (Orléans, 2011, p. 115).

Como se constatou por filmagens da época, estiveram presentes na cerimónia fúnebre, além de sua mulher, a Rainha Maria José e os seus filhos, representantes de todas as famílias reais europeias, sobretudo, aquelas que com ele mais tinham privado durante o exílio em Cascais: a Família Real Portuguesa, representada por D. Duarte Nuno de Bragança, a Família Real Espanhola, representada pelo Rei D. Juan Carlos e pela Rainha D. Sofia e a Família Real Francesa, representada pelos Condes de Paris.

Actualmente, a Villa Itália II está transformada e adaptada a unidade hoteleira de cinco estrelas, o Grande Real Villa Itália Hotel & Spa, com 124 quartos, 16 salas de reuniões multifuncionais, com capacidade máxima para 400 pessoas, compreendendo ainda várias áreas de lazer, como: dois restaurantes, dois bares, esplanadas, *business centre*, piscinas exteriores com água do mar, cabeleireiro, loja, parque privativo e garagem, health club e um moderno *spa* marinho, ginásio, sauna, entre outros.

A transformação e a adaptação do edifício a hotel foi promovida pelo Grupo Bernardino Gomes e realizada pelos arquitectos Raul Vieira e Luís Gomes. A direcção

técnica da obra foi incumbida a Fernando Ferreira, Reis Pereira, António Gonçalves e Manuel Tamagnini. Os interiores foram da responsabilidade de Graça Viterbo e o paisagismo deveu-se a Hipólito Bettencourt. O hotel foi inaugurado em Março de 2007.

Em 30 de Julho de 2008, S. A. R., o Duque D. Duarte Nuno de Bragança e S. A. R., o Príncipe Amadeo de Sabóia, descerraram, na fachada do edifício (voltada a Oriente), uma lápide em mármore, em memória de Humberto II de Itália.

### 5.3 CASA DE EDUARDO LUÍS PINTO BASTO / VILA D'ESTE / VILA ITÁLIA I<sup>31</sup>



Casa Eduardo Luís Pinto Basto – Villa Itália I.

Fonte: Coleção Particular.

A Villa D'Este, como mencionado anteriormente, encontra-se a seguir à Villa Itália, a Oriente da mesma, numa posição mais avançada e por isso mais próxima da estrada da Boca do Inferno (actual Avenida Humberto II de Itália).

A casa foi mandada construir por Eduardo Luís de Sousa Coutinho Pinto Basto (1886-1955), descendente do fundador da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre, José Ferreira Pinto Basto (1774-1839), e dos fundadores da firma E. Pinto Basto & C<sup>a</sup>, Lda., Eduardo Ferreira Pinto Basto (1838-1916, avô) e seu irmão Teodoro Ferreira Pinto Basto (1839-1920, tio avô). O Grupo Pinto Basto continua a existir e a expandir-se, actuando, sobretudo, na área dos transportes, nas áreas financeiras, serviços e indústria da segurança. (Grupo Pinto Basto. *E. Pinto Basto & C<sup>a</sup>, Lda.* Disponível em <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/06/e-pinto-basto-c-lda.html>). [Consultado a 01/05/2012].

O seu pai, Guilherme Ferreira Pinto Basto (1864-1957), juntamente com os seus irmãos, Eduardo (1869-1944) e Frederico Pinto Basto (1872-1939), tornaram-se muito conhecidos por terem introduzido em Portugal o ténis e o futebol, desportos que tinham aprendido e praticado em Inglaterra, durante a sua formação académica. Com efeito, o primeiro jogo realizou-se, em Cascais, no Campo da Parada, em 1888. (Eduardo Luís de

---

<sup>31</sup> ANEXO III – Ficha da Casa Eduardo Luís Pinto Basto – Villa D'Este – Villa Itália I.

Sousa Coutinho Ferreira Pinto Basto. Disponível em [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id.=24955](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id.=24955)). [Consultado a 22/04/2012].

A Família Real Italiana passará a residir nesta casa a partir de 1950 até 1961.

Nesta residência, receberam, em 1947, a visita de Eva Péron, que almoçou, com o Rei e com a Rainha Maria José, no restaurante Muchaxo, no Guincho, conhecido, naquela época, como a “Barraca” e um dos locais preferidos da Família Real Italiana. (Orléans, 2011, p. 107).

Momento alto, na vivência da Villa D’Este, foi o casamento da sua filha mais velha, Maria Pia de Sabóia com o príncipe Alexandre da Jugoslávia, cerimónia realizada na Igreja Matriz de Cascais, a 12 de Fevereiro de 1955.

Cascais, assistirá “dois dias antes da grande data, quinta-feira, 10 de Fevereiro de 1955” à “*soirée* mais grandiosa e exclusiva de toda a Europa desde o fim da guerra. Reis, rainhas, príncipes e princesas representam as maiores dinastias europeias ao lado de convidados prestigiosos da alta sociedade italiana, portuguesa e jugoslava, homens de negócios, decisores, ministros ou membros do corpo diplomático.” (Orléans, 2011, p. 185).

No dia do casamento, a 12 de Fevereiro, assistiram à cerimónia cerca de oitenta cabeças coroadas, quatro mil convidados e “jornalistas e fotógrafos oriundos dos quatro cantos do mundo”. Contavam-se entre os presentes o embaixador Nicolas Franco, a princesa Margarida de Hohenloe, princesa Hélène de França, os duques de Kent, a princesa Alexandra de Kent, o príncipe André da Jugoslávia, a arquiduquesa de Áustria e Hungria, Dom Duarte Nuno e Dona Maria Francisca de Bragança [pais do actual Duque de Bragança], os condes de Paris, os príncipes de Hannôver, e os condes de Barcelona. (Orléans, 2011, pp. 187-191).

Durante semanas, o evento real projectou a pequena Vila de Cascais para o plano internacional, o que resultou, para esta área, num inequívoco *marketing* turístico.

Em 1961, como mencionado anteriormente, Humberto II de Itália, mudar-se-á para a recém-construída casa, a Villa Itália (II), na mesma propriedade, onde passará os últimos vinte e dois anos do seu exílio em Portugal. (Grande Real Villa Itália Hotel & Spa. *Humberto II – O último Rei de Itália*).

#### 5.4 CASA D'OREY / CASA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO / CASA DOS MARQUESES DE OLHÃO<sup>32</sup>



Casa D'Orey / Casa de Nossa Senhora da Assunção / Casa dos Marqueses de Olhão

Fonte: Coleção Particular

A Casa de Nossa Senhora da Assunção, também conhecida como Casa d'Orey, localiza-se na mesma correnteza da estrada da Boca do Inferno, logo a seguir à Casa do Rei de Itália e da Casa de Eduardo Luís Pinto Basto, antes do Hotel Vila Galé e do Farol Design Hotel.

Inserindo-se, também, no antigo Parque Gandarinha, foi mandada construir por Frederico Guilherme Mouzinho de Albuquerque d'Orey, engenheiro de minas e sócio na firma Orey Antunes, nascido no Faial (Santana), em 22 de Julho de 1860 e falecido em 26 de Outubro de 1951, filho de pai alemão e de mãe portuguesa. (José da Cunha (2006). O Avô Frederico, *Gazeta d'Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

A casa era utilizada, pela família d'Orey, como residência de Verão, uma vez que habitavam, durante o Inverno, na Travessa do Patrocínio n.º 1, à Estrela, “hoje propriedade da Embaixada da Suíça”. (Manuel Rodrigo Castro Pereira (2006). Algumas notas sobre o meu Bisavô, *Gazeta d'Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

---

<sup>32</sup> ANEXO IV – Ficha Casa D'Orey – Nossa Senhora da Assunção – Marqueses de Olhão.

A casa foi projectada, em 1923, pelo arquitecto Gonçalo Mello Breyner e pelo seu irmão, o engenheiro, José de Melo Breyner, apresentando um estilo tradicional português, dividida em vários volumes, varandas alpendradas e com arcaria, azulejos, pintada de branco e rodeada de um pequeno jardim. (Falcão, 2005, p. 508).

Durante o Verão, a família d'Orey deslocava-se de Lisboa para Cascais, de “armas e bagagens”, um total de trinta ou mais pessoas.

Um dos bisnetos, de Frederico Guilherme d'Orey, guarda na sua memória um episódio passado, em 1936, relacionado com o General Sanjurjo, líder da revolução espanhola contra “los rojos” e que, desde 1934, se encontrava exilado em Portugal. Uns dias antes da data prevista para o início da revolução espanhola, 18 de Julho de 1936, uma avioneta aterrou no campo de corridas da Quinta da Marinha para levar o General Sanjurjo, a Bilbao. O general terá saído da Casa d'Orey, para o campo de aviação, mas ao descolar, a avioneta entrou em perda e caiu, incendiando-se imediatamente. O General Sanjurjo morreu carbonizado, “tendo o meu Pai conseguido retirar o piloto [Juan António Ansaldo] ainda com vida”, que se salvou milagrosamente. (Manuel Rodrigo Castro Pereira (2006). Algumas notas sobre o meu Bisavô, *Gazeta d'Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

Este acontecimento histórico encontra-se assinalado, por um cruzeiro, junto à entrada Norte da Quinta da Marinha, muito próximo da aldeia da Areia. (Pinto R. Lopes (2011). *General Sanjurjo. Herói de Espanha morreu em acidente na localidade da Areia em Cascais*. Disponível em <http://pintorlopes.blogspot.pt/2011/12/general-sanjurjo-heroi-de-espanha.html>). [Consultado a 03/05/2012].

Visita assídua da casa foi, também, a condessa de Barcelona. (Manuel Rodrigo Castro Pereira, *idem*).

Os últimos d'Orey a habitá-la foram D. Pedro da Cunha, marquês de Olhão, médico e professor catedrático, casado com uma filha de Frederico Albuquerque d'Orey, Maria da Assunção Perestrello d'Orey, daí que a casa fosse, também, conhecida pelas “gentes” de Cascais, como a Casa dos Marqueses de Olhão. (Falcão, 2005, p. 508).

A Casa d'Orey encontrava-se para venda no final da década de 80 do século XX, tendo sido vendida a um casal alemão, que a recuperou.

## 5.5 CASA DOS CONDES DOS OLIVAIS E DA PENHA LONGA<sup>33</sup>



**Casa dos Condes dos Olivais e da Penha Longa.**

**Fonte: Coleção Particular.**

A Casa dos Viscondes da Gandarinha, Viscondes e Condes dos Olivais e da Penha Longa situa-se na estrada da Boca do Inferno, confinando a Norte e a Oeste com a estrada da Boca do Inferno, a Este com o Forte e Farol de Santa Marta e com a Casa de Santa Maria (Manuel Espírito Santo Silva), e a Sul com o mar, ocupando uma extensa faixa da plataforma rochosa costeira.

A casa foi mandada construir pelo único Visconde da Gandarinha e 1º Conde de Penha Longa, Sebastião Pinto Leite, que casou em 1855 com sua sobrinha, Clementina Libânia Pinto Leite. (Fonseca, 1960, p. 635).

Sebastião Pinto Leite nasceu em Gandarinha (Couto de Cucujães, Oliveira de Azeméis) em 25 de Agosto de 1815 e faleceu em Lisboa em 1892, tendo prosperado como grande proprietário e capitalista, com interesses comerciais em Lisboa, Londres e Manchester, tornado Par do Reino, em 1882 e agraciado com as Ordens de Cristo e da Rosa, do Brasil, bem como, com os títulos já mencionados, de único Visconde de Gandarinha (1879) e 1º Conde de Penha Longa (1886), distinções promulgadas por D. Luís I. (Fonseca, 1960, pp. 635).

Os Viscondes da Gandarinha, uma vez que não deixaram descendência, passaram a sua representação titular e a herança para o seu sobrinho, José Pinto Leite

---

<sup>33</sup> ANEXO V – Ficha Casa dos Condes dos Olivais e da Penha Longa.

(1871-1956), 2º Conde dos Olivais, que acumulou, por via do seu tio paterno (Sebastião Pinto Leite), o título de 2º Conde da Penha Longa, passando a casa a ser conhecida como pertença dos Condes dos Olivais e da Penha Longa. (Fonseca, 1960, pp. 73-74).

O edifício, cuja construção se encontrava já bastante adiantada, em 1873, ocupou um terreno que pertenceu ao Convento de Nossa Senhora da Piedade, junto à Praia de Santa Marta e onde tinha existido uma ermida designada pelo mesmo nome. (Barruncho, 1874, p. 157). “Naquela época o *chalet* era conhecido pela designação de *Lazareto*. (Henriques, 2011, pp. 88-89).

Segundo a descrição de Pedro Falcão, “ [era] uma casa um pouco no estilo *chalet* que foi construída para resistir aos vendavais e intempéries a que sempre esteve sujeita devido à sua localização sobre as rochas (...) ” (2005, p. 507).

O projecto da casa foi entregue a Rodrigo Cantagallo (Rio de Janeiro, 1839 - Lisboa, 1896), também conhecido como Rodrigo Maria Berquó, engenheiro, filho do Marquês de Cantagallo, João Maria da Gama Freitas Berquó (Lisboa, 1794-1852), camarista da segunda imperatriz consorte do Brasil, Amélia de Beauharnais Leuchtenberg, viúva de D. Pedro IV.

A este arquitecto deveu-se, entre 1882 e 1887, o projecto das obras de exploração e a Direcção Técnica do Estabelecimento Termal da Felgueira. A partir de 1888, veio a desempenhar o cargo de Administrador do Real Hospital das Caldas da Rainha, lugar em que se destacou não só como administrador e reformador do Hospital e das áreas envolventes mas também, enquanto Presidente da Câmara, na urbanização da própria vila. (J. Francisco Queiroz, 2004, pp. 183-215).

O imóvel foi habitado por D. Carlos, ainda Príncipe, e por sua mulher, a Princesa D. Amélia de Órleans, durante a época de Verão. (Colaço, Archer, 1999, p. 345).

Mais tarde, a casa foi habitada por D. Maria José Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Câmara (n. 1893), descendente dos 2ºs Marqueses de Praia e Monforte e dos 1ºs Condes dos Olivais, que casou, em 1920, com o banqueiro José Ribeiro do Espírito Santo Silva (primeiro casamento), irmão mais velho de Ricardo e Manuel Espírito Santo Silva. (Falcão, 2005, p. 507; Fonseca, 2000, pp. 177-178).

Transitou depois para a posse do 1º Conde de Vilalva, José Maria Eugénio de Almeida (1873-1937), herdeiro de uma imensa fortuna, grande proprietário e capitalista. (Falcão, *idem*; Fonseca, 2000, p. 501).

Na década de 40, a casa pertencia aos Condes de Cabral. Foi 3º Conde de Cabral, Joaquim Maria António Torcato Luís Gonzaga José Pedro Paulo Guedes de Queirós (Torres Novas, 1904 – Lisboa, 1956), casado com Mafalda Brandão de Melo Cogominho de Magalhães (Porto, 1903 – Lisboa, Lapa, 1995). O 4º Conde de Cabral Jacinto Brandão de Melo de Magalhães Guedes de Queirós, também 3º Marquês e 3º Conde da Foz, casou, em 1957, com Maria Luísa Lobo da Silveira Fiúza, que não deixaram descendentes. (Falcão, *idem*; Fonseca, 1960, pp. 454-455).

Após estes últimos proprietários, o palacete foi convertido numa unidade hoteleira, a Estalagem do Farol.

Em 2000, o edifício foi totalmente remodelado pela firma CM Dias Arquitectos, Lda., e acrescentada uma nova ala de estilo moderno, continuando a manter uma grande área de logradouro, o que lhe permite ter jardim e estacionamento.

Inaugurado em 2002, passou a designar-se Farol Design Hotel, e insere-se no conceito dos *design hotels* (we don't sell rooms, we sell a life experience). Classificado com cinco estrelas, tem 34 quartos, bar, a sala do meio, a sala Maria Luísa, o restaurante Rosa Maria, piscina de água salgada e salas multifuncionais com capacidade para 300 pessoas. Os interiores são da autoria das arquitectas Ângela Basto e Paula Castro (na parte nova) e Cristina Santos Silva e Ana Meneses Cardoso (a parte antiga do edifício). Os quartos estão decorados por diversos estilistas portugueses, nomeadamente: Augustus, Fátima Lopes, João Rolo, José António Tenente, Manuel Alves/José Manuel Gonçalves, Paulo Matos, Miguel Vieira, Arkadius (o primeiro estilista internacional), e Paulina Figueiredo. (*Farol Design Hotel* (2009). Disponível em <http://pramaistarderecordar.blogspot.pt/2009/02/farol-design-hotel.html>). [Consultado a 06/05/2012].

## 5.6 CASA DE SANTA MARIA<sup>34</sup>



**Casa de Santa Maria e Farol de Santa Marta.**

**Fonte: IGESPAR, I.P [on line].**

A Casa de Santa Maria localiza-se na antiga Rua do Farol, junto à Praia de Santa Marta, onde desagua, em forma de estreito, a Ribeira dos Mochos, designado por Canal de Santa Marta, dos poucos cursos de água existentes na Vila de Cascais. A Nascente, na margem esquerda do canal, encontra-se a Casa do Conde Arnoso, de que falaremos a seguir.

Em 1892, Jorge O’Neill<sup>35</sup> requereu à Câmara Municipal licença para construção num terreno que confinava a Norte com a estrada real nº 67, a Sul com o Oceano, a Nascente com o Canal de Santa Marta e a Poente com a estrada do Farol de Santa Marta. (Henriques, 2004, p. 122; Cf. AHMC/ALL-CMC/Urbanismo/Obras particulares/Processos de obras/Cascais, 15 de Maio de 1902).

Em 1902, aquele proprietário encomendou ao arquitecto Raul Lino um projecto visando aquele terreno, com a finalidade de aí construir uma habitação para sua filha Maria Teresa, casada com D. António d’Avilez. A empreitada da obra foi rematada, em concurso público, por Francisco Leitão, pela quantia de 4:680\$000 réis. (Casa do Exmo. Sr. Jorge O’Neill (1902). *A Construção Moderna*. (20 de Maio), anno III, nº 60, pp. 58-59).

---

<sup>34</sup> ANEXO VI – Ficha Casa de Santa Maria.

<sup>35</sup> Dados biográficos de Jorge O’Neill, *idem*.

Esta casa foi vendida, mais tarde, a José Lino, irmão do próprio arquitecto, que por sua vez a vendeu em 1928, a Manuel do Espírito Santo Silva, tendo permanecido na posse desta família até finais de 2004, altura em que foi comprada pela Câmara Municipal de Cascais. (Casa de Sta. Maria (2005). *Raul Lino em Cascais*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, pp. 33-35).

O projecto primitivo da casa sofreu grandes alterações ao longo dos anos, todas elas efectuadas por Raul Lino.

Em 1902, o edifício inicialmente construído era de pequenas dimensões, desenvolvendo-se em comprimento a partir de um amplo corredor rectangular, constituído por rés-do-chão, primeiro andar e cave. O rés-do-chão com entrada principal, corredor de ligação à sala das caravelas, biblioteca, terraço exterior, sala de jantar e entrada de serviço, com acesso à cozinha e ao quarto da empregada; primeiro andar com corredor e seis divisões: quartos e salas. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81 a 92).

Em 1914 executou-se a primeira alteração na construção, procedendo-se a um aumento do espaço que se estenderá para Sul, onde foi construída uma chaminé, réplica em miniatura das monumentais chaminés do Palácio Nacional da Vila de Sintra; no rés-do-chão, a Nascente, construiu-se uma nova sala virada ao mar, a sala dos arcos e um terraço afecto à sala das caravelas; no primeiro andar ainda para Nascente, foi levantada uma varanda; no primeiro andar, para o lado Norte, foram construídos dois átrios, um principal e outro secundário, três quartos para hóspedes e a cave com quatro divisões que se interligavam entre si. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 33-35). A construção, do actual portal, data também desta fase (Silva, 1988, p. 78).

Na segunda ampliação, ou seja, na terceira fase, efectuada em 1918, foi construído, no primeiro andar, uma capela, sacristia e um salão. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 33-35).

No seu exterior, a casa apresenta aberturas pouco dimensionadas, utilizando formas de arquitectura mediterrânica do Sul do País, arcos em ferradura arabizantes, espaços alpendrados, pombal, ameias, coruchéus cónicos e escalonamento dos telhados e dos beirais. O portal barroco da entrada de 1914 é em pedra da região, com frontão triangular com orelhões e encimado por um brasão com um trevo desenhado, símbolo dos O'Neill, comprovando a sua origem irlandesa. (Silva, 1988, p. 78).

No seu interior de realçar os painéis de azulejos azuis e brancos do final do século XVII, barrocos, que se encontram no primeiro andar: na capela, na sacristia e no salão, provenientes da Capela da Ramada em Frielas, perto de Loures, da autoria de António de Oliveira Bernardes (Beja, c. 1660 – Lisboa, 1732)<sup>36</sup> e descobertos por Raul Lino em grande estado de degradação. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81-92).

Este conjunto de azulejos figurativos procedentes da Capela da Ramada representam passos da vida de Nossa Senhora e exibem rodapés com cenas galantes e meninos com festões, tendo sido readaptados a diversos espaços na Casa de Santa Maria, constituindo o mais importante ciclo azulejar seiscentista dos que ainda se conservam no País. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81-92).

No altar da capela pode ainda admirar-se um raro avental de azulejos de Talavera, do século XVII. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81-92).

Ainda do mesmo artista, António de Oliveira Bernardes, é o tecto do salão, em madeira pintada a óleo e executado por volta de 1698-1699. Este salão, que servia de sala de jantar, situado no andar nobre da casa, recebeu o tecto proveniente da antiga Capela da Quinta da Ramada, em Frielas, uma composição barroca com perspectiva fingida de influência ítalo-francesa, em que Raul Lino reutilizou as partes que pôde recuperar, fazendo construir esta sala com as medidas exactas para receber este tecto. A pintura do mesmo compunha-se de quatro alegorias às Virtudes Cardeais, das quais apenas subsistiram as figuras da Misericórdia e da Constância que estão representadas por encantadoras figuras femininas, de pé apoiadas em balaustradas, e duas figuras de anjos suspensos. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81-92).

Neste salão, apesar de a casa já não possuir nenhum do mobiliário original, pode ver-se um bonito móvel de madeira encastrado na parede, com duas portas de cada lado, sendo uma delas, falsa, desenhado pelo próprio Raul Lino. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81-92)

A sala das caravelas, assim chamada pelas caravelas pintadas no tecto, abre para um terraço, do qual se desfruta uma magnífica paisagem sobre o mar. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81-92).

---

<sup>36</sup> Dados biográficos de António de Oliveira Bernardes em ANEXO VI – Casa de Santa Maria.

A cave, com quatro divisões, construída em 1914, apresenta lambris de azulejos de padrão geométrico em duas destas dependências, também da autoria do arquitecto. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81-92).

Os vãos das janelas são de diversos tipos e as lareiras das salas são todas diferentes, construídas em pedra da região e decoradas com azulejos de Raul Lino. (Casa de Sta. Maria, *idem*, pp. 81-92).

A casa encontra-se numa posição única, ocupando uma plataforma rochosa do litoral. Está orientada no sentido NW/SE, abrindo-se ao mar, permitindo decerto aos seus moradores magníficos panoramas: “O mar entra-lhe pelas salas dentro; as noites de luar são de aspecto mágico. E a frontaria, como uma entrada de igreja, dá sobre um pinheiral romântico”. (*Guia de Portugal, Lisboa e Arredores*, 2006, p. 621).

O pequeno parque que hoje se observa, que ainda conserva alguns pinheiros, está situado a Noroeste e não fazia parte da propriedade inicial, podendo verificar-se que ali passava a estrada que dava acesso ao Farol e ao Forte de Santa Marta, mas, como tivesse sido construída uma nova estrada para aceder a estes locais, a casa pôde aumentar o seu logradouro.

A Casa de Santa Maria terá o seu período áureo na segunda metade do século XX. Era então seu proprietário Manuel Espírito Santo Silva.

Os grandes conflitos europeus, ocorridos na primeira metade do século, haviam terminado e Cascais tornou-se local preferido de reis e aristocratas no exílio. Foi nesta época que aqui são recebidas e acolhidas muitas figuras célebres, uns procurando refúgio, outros apenas dispendo de algum tempo de férias, tais como: a Grã-Duquesa Carlota do Luxemburgo e a sua família, os Condes de Barcelona, o Rei Humberto II de Itália, os Duques de Windsor, os Condes de Paris, os príncipes reinantes do Liechtenstein, o Rei D. Juan Carlos de Espanha e tantos outros. (Casa de Sta. Maria, *idem*, p. 43; Orléans, 2011, pp. 158-160).

Em Outubro de 2004, a Casa de Santa Maria foi adquirida pela Câmara Municipal de Cascais, encontrando-se aberta ao público para visitas, exposições, colóquios, entre outros, de Terça-feira a Domingo, das 10H00 às 13H00 e das 14H00 às 17H00. (Helena Rodrigues (2005), Paula Figueiredo (2010). *Casa de Santa Maria* [online]).

Disponível em [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22905](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22905)).  
[Consultado a 09/04/2012].

O edifício encontra-se em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público e Valor Concelhio, procedimento que foi prorrogado até 31 de Dezembro de 2012. (Helena Rodrigues (2005), Paula Figueiredo (2010), *idem*).

Junto à Casa de Santa Maria, numa posição mais avançada da orla marítima, na designada Ponta do Salmôdo, encontra-se o Forte de Santa Marta, que alberga o Farol do mesmo nome.

O Forte data provavelmente da década de 40 do século XVII, embora não aparecendo mencionado na *Relação dos Fortes de Cascais*, em 1646. Ao longo dos tempos sofreu várias intervenções, sendo que as mais importantes foram realizadas entre 1762-1763, em que foi aumentado o parapeito e, em 1793, recebeu obras de carácter geral, “nomeadamente, uma nova organização funcional dos espaços da bateria e dos quartelamentos”. (Barros, Boiça, Ramalho, 2001, pp. 151-152, cit. por Catarina Oliveira (2007). *Forte de Santa Marta* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74736/>).  
[Consultado a 03/02/2012].

Em meados do século XIX, uma vez que o Forte se encontrava devoluto, construiu-se no seu interior, entre 1864 e 1867, o Farol. O projecto, da autoria, do arquitecto Francisco Pereira da Silva compreendia “ (...) uma torre de oito metros, quadrangular, que viria a erguer-se no topo Este da bateria.” (Barros, Boiça, Ramalho, cit. por Catarina Oliveira, *idem*).

Posteriormente, a torre foi aumentada, passando a ter 20 metros de altura, revestida a azulejos brancos e azuis, dispostos em faixas horizontais, e lanterna vermelha, com um alcance luminoso de 18/14 milhas náuticas. Foi automatizado em 1980/81, continuando, actualmente, a ser utilizado como ajuda à navegação. (Catarina Oliveira, *idem*; [http://pt.wikipedia.org/wiki/Farol\\_de\\_Santa\\_Marta\\_\(Cascais\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Farol_de_Santa_Marta_(Cascais))).  
[Consultado a 07/02/2012].

Em 2006, a Câmara Municipal de Cascais e o Estado-maior da Armada Portuguesa, num esforço conjunto, iniciaram o restauro destas duas estruturas. A obra ficou a cargo dos arquitectos Francisco Aires Mateus e Manuel Aires Mateus, que transformaram a área num espaço de cultura e lazer. O Forte de Santa Marta encontra-se

classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público. (Catarina Oliveira, *idem*; *Farol Museu de Santa Marta* [on line]. Disponível em

[http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Equipam\\_Espacos\\_Culturais/Museus/sant](http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Equipam_Espacos_Culturais/Museus/sant)).

[Consultado a 07/02/2012].

Anexo ao Farol existe um Museu “dedicado aos cinco séculos dos faróis portugueses, a sua história e valor patrimonial”, com programa museológico da responsabilidade de Joaquim Boiça, e uma cafetaria. O Farol Museu de Santa Marta está aberto de Terça-feira a Domingo das 10H00 às 17H00. (*Farol Museu de Santa Marta* [on line], *idem*).

## 5.7 CASA DE S. BERNARDO / CASA CONDE DE ARNOSO<sup>37</sup>



**Casa de São Bernardo / Conde de Arnoso.**

**Fonte: Coleção Particular.**

A Casa de S. Bernardo situa-se frente ao Museu Condes de Castro Guimarães, na margem esquerda do canal de Santa Marta.

Actualmente, a casa insere-se no perímetro da Marina de Cascais, conservando ainda um pequeno parque a Norte, que confina com a estrada da Boca do Inferno e a Sul um pequeno relvado, onde funciona actualmente os serviços administrativos da Marina de Cascais, empreendidos pela firma Marcascais.

O seu primeiro proprietário foi Bernardo Pinheiro Correia de Melo Pindela (1855-1911), Conde de Arnoso<sup>38</sup>, engenheiro de profissão, general de brigada e secretário do Rei D. Carlos.

Em 5 de Outubro de 1893, o Conde de Arnoso requereu à Câmara Municipal de Cascais licença para a construção de uma residência em terrenos concedidos pelo Ministério da Guerra, incluídos dentro da área da Cidadela. Posteriormente, em 14 de Janeiro de 1908, um novo requerimento remetido à câmara pedia autorização para serem efectuadas obras de ampliação. (Henriques, 2004, p. 121).

A casa foi projectada pelo próprio Conde de Arnoso: “ (...) com o seu pequeno eirado sobre uma arcaria de meio ponto, a sua porta de alpendre num patamar de escada exterior, ao lado do retábulo em azulejo do santo padroeiro da família, as janelas de

---

<sup>37</sup> ANEXO VII – Ficha Casa de S. Bernardo.

<sup>38</sup> Dados biográficos do Conde Arnoso, *idem*.

peito guarnecidas de rótulas entre cachorros de pedra, destinadas às varas do estendal, e servindo de mísula os vasos de craveiros e de manjericos, em frente do poço de roldana, no mais doce e tranquilo sorriso de outrora”. (Ramalho Ortigão cit. por *Guia de Portugal, Lisboa e Arredores*, 2006, p. 620).

Ao projectá-la, Bernardo Pindela tinha, provavelmente em mente, uma casa com características nomeadamente portuguesas, que se aproximasse das casas do Minho. Ele mesmo a designou como “casa minhota”. Mas, segundo Raquel Henriques da Silva:

Escapou-lhe a composição rigorosa das arcadas do rés-do-chão, dos alpendrados do 1º andar e das janelas de ângulo que possuem uma evidente eficácia na captação e filtragem da luz. A mão de engenheiro ‘verdadeiros homens novos da Europa do tempo’ pressente-se na elaboração deste projecto e é significativo que a dinâmica utilização de elementos formais da arquitectura tradicional tenha sido entendida apenas na sua vertente ornamental, comprometendo assim as possibilidades de um debate inocente. (1988, p. 74; França, 1990, p. 172).

Na varanda, voltada a Sul para o mar, importa assinalar um pormenor com importância: “ (...) azulejos representando «caíques», executados sobre cartão de El-Rei D. Carlos”. (Ferreira de Andrade cit. por Silva, 1964, p. 308; Falcão, 2005, p. 240).

Quase todos os intelectuais da época beneficiaram da hospitalidade do Conde de Arnoso, em particular Eça de Queiroz, como atesta correspondência da época: “Dá mil saudades a todos esses queridos amigos da varanda”. (Viana Filho cit. por Alves, 1998, p. 51).

O grupo formado pelos “Onze do Bragança”, como lhes chamou Eça de Queirós (1845-1900), que constituiu mais tarde o grupo “Os Vencidos da Vida”, teve como lugar obrigatório dos encontros a Vila de Cascais. Deste grupo faziam parte, além de Eça de Queiroz (1845-1900); Oliveira Martins (1846-1894); Ramalho Ortigão (1863-1915), Guerra Junqueiro (1850-1923), o 4º Conde de Ficalho, Francisco Manuel de Mello Breyner (1837-1903); António Cândido (1850-1922); o 9º Conde de Sabugosa, António Maria José de Melo César Meneses (1845-1923); Carlos de Lima Mayer (1846-1910); Carlos Lobo d’Ávila (1860-1895); o 1º Marquês de Soveral, Luís Pinto de Soveral (1850-1922); e o 1º Conde de Arnoso, Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1855-1911). Para além destes integravam também o grupo, primando pelas ausências e sendo considerados “Vencidos Honorários”, Antero de Quental (1842-1891), Fialho de Almeida (1857-1911), Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), seu marido Gonçalves Crespo (1846-1883) e Jorge O’Neill. (Alves, 1998, p. 15).

Em 1900, após a morte de Eça de Queiroz, o Conde de Arnos, numa carta endereçada a Emília de Queirós, esposa do escritor, escreveu: “Aqui nesta casa de que tanto ele gostava, tudo me recorda o querido José Maria. Não há cadeira, não há lugar em que eu não (o?) veja”. (Alves, 1998, p. 48).

Foi também em prol da família do seu grande amigo que, a 15 de Março de 1901, na Câmara dos Pares do Reino, o Conde de Arnos proferiu um acalorado discurso, que visava atribuir à viúva e aos filhos do grande escritor uma pensão, do qual se extrai o seguinte excerto:

Se é certo que o Visconde de Almeida Garrett imprimiu à nossa língua o sabor de um modernismo, que a revolucionou, escrevendo páginas de uma tal simplicidade, que conservam através do tempo toda a frescura de uma impressão primeira; se Alexandre Herculano nos legou, em páginas lapidares, mais do que uma literatura, os fortes delineamentos da nossa história, tão rica de feitos gloriosos; se Camilo Castelo Branco deixou, em muitos dos seus livros, exemplos dos primores da nossa língua, chegando muitos deles a atingir a feição clássica; se Oliveira Martins, a exemplo do que Garrett fizera na literatura, revolucionou a nossa história, imprimindo-lhe numa linguagem límpida, um forte sabor moderno; Eça de Queiroz, com vocabulário, relativamente restrito, deu à língua portuguesa uma tal maleabilidade que ela pôde na sua mão, como a paleta mais rica, dar desde as cores mais quentes e vivas até aos tons mais esbatidos e delicados. (*Diário da Câmara dos Pares do Reino*, Sessão N.º 23, de 15 de Março de 1901, p. 192).<sup>39</sup>

Deste modo, a Câmara dos Pares do Reino acordou estabelecer uma pensão vitalícia, isenta de todos os impostos e paga em mensalidades, destinada a D. Emília de Castro Eça de Queiroz, no valor de 1:200\$000 réis, e a seus filhos: Maria, José, António e Alberto, mantendo-se a mesma, para os filhos varões, até à maioridade, ou até à conclusão dos seus cursos, e para a filha até ao casamento.

De igual forma, por interferência do conde, foi erigido o monumento em memória de Eça de Queiroz, presente no Largo Quintela Farrobo, na Rua do Alecrim, em Lisboa, da autoria do escultor de Vila Nova de Gaia, Teixeira Lopes.

Com o culminar dos acontecimentos de 1908, relacionados com o assassinio do Rei D. Carlos e de seu filho, o Príncipe D. Luís Filipe, na Praça do Comércio, o Conde de Arnos, em discurso proferido na mesma Câmara, pedia que fosse colocada na arcada da referida praça uma lápide que perpetuasse a memória das vítimas, o que lhe valeu, na época, o epíteto do “Conde da Lápide”.

---

<sup>39</sup> ANEXO VII - Ficha da Casa de S. Bernardo - Documento em anexo.

Com efeito, esta sua advertência tornou-se uma realidade, mas apenas no dia 1 de Fevereiro de 2008, cem anos passados sobre o regicídio. (*Diário da Câmara dos Pares do Reino*, Sessão N.º 3, de 9 de Maio de 1908, p. 3<sup>40</sup>).

---

<sup>40</sup> ANEXO VII - Ficha da Casa de S. Bernardo - Documento em anexo.

## 5.8 TORRE DE S. SEBASTIÃO / PALÁCIO O'NEILL / MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES<sup>41</sup>



Torre de S. Sebastião – Palácio O'Neill – Museu Condes de Castro Guimarães.

Fonte: Maria José Pinto Barreira Rego de Sousa, *Cascais 1900*.

O Palácio O'Neill localiza-se sobre a Praia de Santa Marta e está inserido no antigo Parque da Gandarinha. A entrada mais directa faz-se pela Avenida Rei Humberto II de Itália (estrada da Boca do Inferno), frente à Casa de São Bernardo.

Actualmente, o palacete está inserido num extenso e aprazível parque e jardim públicos, o Parque Marechal Carmona, actualmente classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público, abrangido em ZEP (Zona Especial de Protecção) ou ZP (Zona de Protecção). (RC. *Palácio dos Condes de Castro Guimarães* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt.pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74738/>). [Consultado a 03/02/2012].

A construção do esplêndido palacete deve-se a Jorge O'Neill<sup>42</sup>, negociante português de origem irlandesa, ligado à finança e à indústria do tabaco e do sal.

O seu nome ficará para sempre associado a um dos grandes nomes da literatura Mundial, Hans Christian Andersen. O célebre contista dinamarquês visitará Portugal a convite de O'Neill em 1866, deixando transposto para a literatura as suas impressões

<sup>41</sup> ANEXO VIII – Ficha da Torre de S. Sebastião / Palácio O'Neill / Museu Condes de Castro Guimarães.

<sup>42</sup> Dados biográficos de Jorge O'Neill, *idem*.

desta passagem pelo País e a sua ligação à família O'Neill, num livro de memórias intitulado *Uma visita a Portugal*<sup>43</sup>.

Em 10 de Novembro de 1892, Jorge O'Neill, requereu à Câmara Municipal de Cascais uma licença para a construção de uma residência de Verão que se propunha edificar em dois terrenos que havia adquirido na estrada da Boca do Inferno: um com 1 512 m<sup>2</sup>, que confrontava a Norte com o caminho de serventia da Praia de Santa Marta, a Sul com o Largo da Ermida de São Sebastião e pelo lado Poente com a muralha, no valor de 756 mil réis e de foro anual 37 800 réis; o segundo terreno tinha uma área de 1 020 m<sup>2</sup> e confrontava do lado Norte com o muro da propriedade do Conde dos Olivais e da Penha Longa, a Sul e a Nascente com a estrada real N<sup>o</sup> 67, ou seja, a estrada que liga Cascais à Boca do Inferno, a Poente com o Largo da Ermida de São Sebastião, no valor de 510 000 réis e de foro anual 25 000 réis. (Henriques, 2004, p. 122).

O projecto foi entregue a Francisco Vilaça<sup>44</sup>, muito embora se comprove a participação de outros arquitectos e artistas no esboço inicial da obra e no final, como: Luigi Manini<sup>45</sup>, Karl Albrecht Haupt<sup>46</sup>, Alfredo de Andrade<sup>47</sup> e até mesmo de Raul Lino<sup>48</sup>. (Denise Pereira e Gerald Luckhurst (2011). O programa estético da casa de Jorge O'Neill, a partir dos contributos de Luigi Manini, Francisco Vilaça e Albrecht Haupt, *Monumentos N<sup>o</sup> 31*, p. 105).

A construção da casa é autorizada pela Comissão Distrital em 1893, habitada em 1900 e em 1902 estava concluída. “No entanto, Haupt, em 1902, ainda riscava projectos para o seu interior”. (Denise Pereira e Gerald Luckhurst, *idem*).

Carlos Malheiro Dias, na *Ilustração Portuguesa* de 1906, descreve-a da seguinte forma:

Quando dobrada a última muralha da cidadela, passado o recinto do tiro aos pombos e a linda casa minhota do sr. conde de Arnoso, se descobre o primeiro lanço de mar para a esquerda e a casa O'Neill para a direita, o mais apaixonado admirador da natureza voltará, sem hesitar, as costas ao oceano, quedando na contemplação embevecida d'esse palácio de drama histórico, cujas janelas mouriscas e eirados medievais cuidará que vão aparecer castelãs de coifa e estola ou besteiros de loriga de ferro. Edificada junto à velha ermida de S. Sebastião, sobre os rochedos de uma enseada que o mar inunda, a

---

<sup>43</sup> Hans Christian Andersen, 2003, *Uma visita em Portugal em 1866*, Canelas - Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro, Lda.

<sup>44</sup> Dados biográficos de Francisco Vilaça, *idem*.

<sup>45</sup> Dados biográficos de Luigi Manini, *idem*.

<sup>46</sup> Dados biográficos de Karl Albrecht Haupt, *idem*.

<sup>47</sup> Dados biográficos de Alfredo de Andrade, *idem*.

<sup>48</sup> Dados biográficos de Raul Lino, *idem*.

casa do sr. Jorge O'Neill é digamo-lo sem demora, (...) um dos mais belos, dos mais harmoniosos, dos mais pitorescos edifícios que a opulência de um fidalgo, o gosto requintadíssimo de um artista e a ciência de um arquitecto têm nos últimos cinquenta anos levantado em terra portuguesa. (Carlos Malheiro Dias (1906). A Casa O'Neill em Cascaes. *Ilustração Portuguesa*, 17 de Setembro, II vol., p. 202).

Com efeito, o palacete apresenta uma tipologia arquitectónica ecléctica, inserindo-se num espaço complexo e apresenta uma profusão de estilos: o neomedieval nas caves e torreão; reminiscências manuelinas e renascentistas; palaciano e arabizante na área habitacional (Silva, 1988, p. 76). Utiliza diversos tipos de material, tais como: a pedra, o reboco de argamassa, o revestimento cerâmico e ricas composições de azulejo, tanto no interior como nas varandas alpendradas. (RC. *Palácio dos Condes de Castro Guimarães* [on line]. *Idem*).

Em 1910, Jorge O'Neill, ao que parece por dificuldades financeiras, foi forçado a vender a Torre de São Sebastião, com todo o seu recheio, ao Conde Manuel de Castro Guimarães, por trinta e seis contos.

Manuel de Castro Guimarães nasceu em Lisboa, a 21 de Agosto de 1858 e faleceu na mesma cidade, a 15 de Agosto de 1927, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo ingressado depois na Direcção do Banco Lisboa e Açores, onde permaneceu até à sua morte. Considerado um homem de carácter invulgar, amante das artes e do desporto, foi um grande benemérito.

Com este novo proprietário, o palacete sofrerá algumas alterações, a fim de ser adaptado às necessidades dos novos moradores. Desta forma, foi suprimido um andar para instalar um órgão: “Foram notáveis em Cascais os concertos de órgão que o riquíssimo banqueiro dava na sala de música do palácio e que o povo e os veraneantes da vila escutavam da via pública” (Andrade, 1964, p. 308); um dos terraços foi fechado e transformado em sala de jantar; a área da cozinha foi transformada em escritório, construindo-se do lado Norte uma nova cozinha, que depois veio a ser ocupada pela instalação da biblioteca municipal. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, 1999, p. 9).

Manuel de Castro Guimarães e sua esposa Ana de Castro Guimarães, como não tivessem descendência, legaram-no ao Município de Cascais em 1924, na condição de aqui instalar um pequeno museu municipal e uma biblioteca pública, os quais foram inaugurados a 12 de Julho de 1931, com o nome de Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, 1999, p. 2).

Passando o portal principal com galilé, tem-se acesso a um claustro, e a várias salas a ser visitadas: Sala Amarela ou dos Trevos, Sala Vermelha, Biblioteca, Sala de Jantar, escritório, Sala Pequena, Quarto, Sala José de Figueiredo, Sala dos Contadores e Galeria. As salas encontram-se, na sua maior parte, decoradas com todo o recheio deixado pelos Condes de Castro Guimarães: colecções, livros, mobília, objectos de arte e pratas. Destaca-se o legado do manuscrito, esplendidamente iluminado, da obra de Duarte Galvão, “Crónica de D. Afonso Henriques”. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, 1999, p. 8).<sup>49</sup>

Ao longo dos anos, a Câmara Municipal de Cascais tem aqui promovido eventos de diversa ordem, tais como: conferências quer de Verão quer de Inverno, bem como cursos de Verão, concertos e exposições.

Frente ao portal de entrada, sobre um pequeno relvado está exposto um conjunto escultórico em bronze “Mulher dançando com criança” de 1866, atribuído a Joseph Bernard. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, 1999, p. 4).

Na proximidade, observa-se ainda a Capela de S. Sebastião, do século XVII, que deu o nome ao palácio (Andrade, 1966, p. 28) e cujo terreno estava anteriormente integrado no perímetro da Cidadela. Frente à sua entrada alpendrada encontra-se um belo cruzeiro datado de 1628. O seu interior está ricamente revestido de azulejos de padrão, possuindo na capela-mor quatro painéis historiados azuis e brancos, com a hagiologia de São Sebastião. Um dos painéis foi reconstituído em 1932, por Battistini. (Simões, 2010, p. 263).

A Norte da capela, encontra-se uma pequena moradia (actualmente devoluta, não se sabendo ainda qual a sua utilização futura) onde funcionou o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais, agora instalado no Centro Cultural de Cascais (antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade). No pequeno jardim fronteiriço pode ver-se um busto de Humberto II de Itália e de sua mãe, a Rainha Helena de Itália (1873-1952), Rainha da Caridade, ali colocado em 1990, a instâncias da Academia de Letras e Artes (ALA).

Ainda nesta área, encontra-se um recinto rectangular com um pequeno lago forrado a azulejos policromados com motivos geométricos e num plano superior, um magnífico painel de azulejos figurativos, do século XVIII, atribuídos a Bartolomeu

---

<sup>49</sup> Descrição das salas em ANEXO VIII – Ficha da Torre de S. Sebastião / Palácio O’Neill / Museu Condes de Castro Guimarães.

Antunes [?], embora Santos Simões afirme ignorar a procedência destes painéis e o seu autor. (Simões, 2010, pp. 263-264).<sup>50</sup>

Junto a uma das áleas do parque, no “sítio dos cedros”, num recanto fechado com arbustos, encontra-se o túmulo de mármore despretensioso que conserva os restos mortais de Manuel de Castro Guimarães e de sua esposa, Maria Ana de Castro Guimarães.

Em 1955, neste palácio, teve lugar um acontecimento relevante, relacionado com o casamento de Maria Pia de Sabóia, filha de Humberto II de Itália, com o Príncipe Alexandre da Jugoslávia. Charles-Philippe D’Orléans descreve-nos o sucedido, escrevendo:

O rei Humberto, fiel à sua generosidade, previu tudo. Incluindo os milhares de italianos que não podiam vir até à Villa Itália. Para todos os italianos, portanto, organiza uma recepção oficial na véspera do casamento, sexta-feira, 11 de Fevereiro. É pedido aos italianos que se dirijam ao Palácio dos Condes de Castro Guimarães às 21h30. O palácio é posto à disposição do rei pela Câmara Municipal de Cascais. Aí todos poderão apresentar os seus votos de felicidade e o testemunho da sua afeição ao rei e à princesa. Um quadro magnífico que os italianos, alguns de modestos recursos, não vão esquecer. *O Século*, na sua primeira página, garante ‘houve entusiasmo vibrante na recepção que os reis de Itália com os príncipes noivos ofereceram aos seus compatriotas’. Chegam aos milhares e depressa o serviço da polícia municipal é insuficiente. A ordem é muito simples: deixar entrar toda a gente! Mas rapidamente o palácio fica à cunha. Centenas de italianos encontram-se no exterior impossibilitados de entrar (...) O rei, durante mais de quatro horas, vai apertar a mão de todos os homens, beijar o rosto de todas as mulheres e pegar em todas as crianças ao colo. A Itália está orgulhosa, a Itália está feliz.” (2011, p.187).

Terminada a visita ao Museu Condes de Castro Guimarães é tempo de almoçar, na Marina de Cascais. Após esta função, contornando a Cidadela, de que falaremos mais à frente, e continuando na direcção do Largo de Nossa Senhora da Assunção, encontramos à nossa esquerda o Convento de Nossa Senhora da Piedade.

O convento foi iniciado em 1594, no sítio chamado das “Courellas”, por acção do Conde de Monsanto, D. António de Castro e de sua mulher D. Ignez Pimentel, filha de Martim Afonso de Sousa, vice-rei da Índia. A construção não estava ainda terminada quando os religiosos da Ordem dos Carmelitas Descalços ocuparam o edifício. Com a morte dos beneméritos, seu filho, D. Luiz de Castro, atribuiu à Ordem, em 1598, a quantia de 500 cruzados (200\$000 réis) por ano, para que as obras fossem terminadas e

---

<sup>50</sup> Descrição dos azulejos em ANEXO VIII – Ficha da Torre de S. Sebastião / Palácio O’Neill / Museu Condes de Castro Guimarães.

impôs certas condições: que se rezasse uma missa diária por alma dos fundadores; que o portal principal da igreja exibisse o escudo de armas da família; que os fundadores fossem sepultados na capela-mor e o cruzeiro reservado para sepultura de outras pessoas ilustres. (Leal, 1874, pp. 153-154).

Em 1600, reinava Filipe III de Espanha e as obras do convento continuavam. Cristóvão de Moura, vice-rei de 1600 a 1603, chamou a atenção do Rei para a proximidade nefasta do mesmo, dada a pretensão de aumentar a cidadela, e Frei Pedro dos Santos, seu prior, foi avisado de que as obras deveriam cessar e o convento derrubado. Contudo, embora as obras tivessem parado, o convento não foi demolido e, em 1616, o Rei ordenou de novo a continuação da obra.

Com a morte do anterior patrono, o seu sucessor, D. Álvaro Pires de Castro, desligou-se dos seus direitos.

Em 1834, com a expulsão das Ordens Religiosas, os ofícios divinos deixaram de realizar-se e foi, como quase todos os conventos, vendido em hasta pública. (Leal, 1874, pp. 153-154).

A partir de 1834, a propriedade foi sendo sucessivamente transaccionada, primeiro ao desembargador Alexandre de Gamboa Loureiro (Andrade, 1964, p. 306), depois a Joaquim Raposo, seguindo-se José Maria Eugénio de Almeida, Conde de Vilalva, depois ao arquitecto Evaristo e por fim, em 1874, constava como proprietário do convento e respectiva cerca, o Visconde da Gandarinha, Sebastião Pinto Leite. (Leal, 1874, pp. 153-154). Nos anos 60 do século XX, a propriedade pertencia a Manuel do Espírito Santo Siva (Andrade, 1964, p. 130).

Entre 1878 e 1879, Rodrigo Maria Berquó, empresário da construção civil, pede à Câmara Municipal de Cascais, em nome dos Viscondes da Gandarinha, licença para alinhar, rebaixar os muros (Sousa, 2003, p. 66) e construir cavalariças na dita propriedade, a fim de servir propósitos habitacionais. (Henriques, 2011, p. 88).

Em 1994, o edifício foi restaurado, visando a criação de espaços multidisciplinares para a realização de exposições e áreas de lazer, tendo sido inaugurado em Maio de 2000, como Centro Cultural de Cascais.

## 5.9 CASA HENRIQUE DE ARAÚJO SOMMER<sup>51</sup>



**Casa Henrique de Araújo Sommer**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line]**

A Casa Sommer encontra-se situada no Largo da Assunção, com a fachada principal virada a Sul, confinando a Norte com a Travessa da Vitória, a Nascente com a Rua Conde de Ferreira e a Poente com a Avenida Vasco da Gama.

O palacete, embora em muito mau estado, está classificado como imóvel de Interesse Municipal, inserido em ZEP (Zona Especial de Protecção) ou ZP (Zona de Protecção). (PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/7452888/>). [Consultado a 03/02/2012].

A casa foi mandada construir por Henrique de Araújo Sommer, em 1894 (José C. Vasconcelos Quintão, 2011, p. 19).

O edifício em estilo neoclássico compõe-se de dois andares, sótão e cave, “ (...) cuja arquitectura é de uma erudição esmerada. Clássica, na melhor acepção da palavra (...) “ (Quintão, *idem*). A fachada principal com pórtico rectangular assenta sobre pilares, formando a varanda nobre do segundo andar, com balaustrada (PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras* [on line], *idem*).

Três anos mais tarde, em 1897, o proprietário pedia também licença à Câmara Municipal de Cascais para “construir uma cocheira e cavalariças com frente para o

---

<sup>51</sup> ANEXO IX – Ficha Casa Henrique de Araújo Sommer.

Largo Serpa Pinto e Rua Conde de Ferreira” (Sousa, 2003, p. 76). Este edifício, que se situa a Norte, é de “planta longitudinal” e compreende dois pisos, “com acesso por portais de arco abatido”. O seu construtor foi Francisco António de Magalhães. (PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras* [on line], *idem*).

Henrique Sommer (Lisboa, 1886 – Cascais, 1944) era casado com Palmira Diogo da Silva, e não deixou filhos. Descendia de uma família alemã, há muito estabelecida em Portugal. O seu avô, o Barão Heinrich de Sommer tinha fundado a Casa Sommer & Cia., ligada ao comércio do ferro, desde meados do século XIX.

Entre 1918 e 1923, Henrique Sommer fundou a Companhia de Cimentos de Leiria, situada na Maceira, distrito de Leiria. Um complexo industrial que se compõe de um bairro operário, com escola, cooperativa, capela, posto médico, maternidade, balneários e biblioteca. Actualmente, embora a fábrica continue a sua produção de cimento, o espaço social é visitável. (Jacinto Silva Duro (2008). *As gentes do bairro social da Maceira-Liz. Jornal de Leiria* [on line]. (17 de Janeiro). Disponível em [http://www.jornaldeleiria.pt/files/\\_viver\\_1227\\_4878f3c1027dbd.pdf](http://www.jornaldeleiria.pt/files/_viver_1227_4878f3c1027dbd.pdf)). [Consultado a 03/02/2012].

Em 1935, a Casa Sommer & Cia., tornou-se accionista da Companhia de Cimentos Tejo e, conseqüentemente, a maior produtora de cimento do País. (Silva Duro, *idem*).

Por este motivo, Henrique Sommer, ficou conhecido como o “pai” da indústria cimenteira em Portugal. (Silva Duro, *idem*).

Após a sua morte, em 1944 e não havendo descendentes directos, a herança transitou para os sobrinhos, dando origem ao “Caso da Herança Sommer”, que se prolongou na justiça portuguesa por 16 anos, opondo António de Sommer Champalimaud aos seus irmãos. (António Champalimaud: O último imperador [on line]. Disponível em <http://accaopopularlibertaria.files.wordpress.com/2011/03/imperio-champalimaud.pdf>). [Consultado a 11/05/2012].

Na década de 80, a casa acomodou o Centro de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Cascais. Em 2003, um projecto da autoria de Carlos Bessa e António Diogo Capucho planeou a transformação e adaptação do edifício a Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais, que disporá, nomeadamente, de salas de exposição, biblioteca, sala de recepções, gabinete de apoio ao empreendedorismo,

arquivo histórico, entre outros. O início da obra estava previsto para 2006, mas tal não aconteceu até ao momento. (PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras* [on line], *idem*).

Na proximidade da mansão, observa-se a Matriz de Cascais, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, desconhecendo-se a data exacta da sua fundação. No entanto, pelas gravuras de Georgius Braun, de 1572, verifica-se que o templo já existia. (Sílvia Leite (2011). *Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Cascais* [on line]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/16216412/>) [Consultado a 03/02/2012].

A igreja foi reconstruída entre 1671 e 1681 e após o terramoto de 1755, dado os enormes estragos sofridos (Sílvia Leite, *idem*).

O edifício actual está atribuído ao arquitecto José Nunes Tinoco. Apresenta uma traça simples, “com torres seiscentistas integradas numa fachada já posterior ao terramoto”, pilastras de cantaria na fachada principal, “portal de verga recta com cornija angular”, três janelões ao nível do piso superior e frontão triangular (Sílvia Leite, *idem*).

O interior, muito rico, possui nave única coberta por abóbada de berço, e “quatro altares laterais com arcos de volta perfeita, tal como o arco triunfal, ladeado por dois retábulos”. O baptistério encontra-se por baixo do coro alto, “com guarda em balaustrada de madeira e a sacristia (antiga sala da Irmandade do Santíssimo Sacramento) fica anexa à Capela-mor, do lado da Epístola”. Na abóbada da nave, pintura de José Malhoa, representando *Nossa Senhora da Assunção*, encomendada pela Rainha D. Amélia. (Sílvia Leite, *idem*).

Continuando a identificação do espólio, Sílvia Leite menciona:

“Os altares são todos de boa talha dourada, de estilo nacional, atribuindo-se o risco do retábulo-mor (presidido pela imagem de Nossa Senhora da Assunção) a João Nunes Tinoco<sup>52</sup>, com provável execução de Estevão da Silva. (...) Na Capela-mor estão ainda quatro painéis do primeiro quartel do século XVI, atribuídos ao Mestre da Lourinhã, que configuram um dos mais belos conjuntos de pintura quinhentista nacional. Fariam provavelmente parte de um retábulo, talvez o primitivo da igreja, e incluem o díptico da Anunciação (painel da Virgem e painel do Anjo e duas outras tábuas representando o *Nascimento de Jesus* e a *Adoração dos Reis Magos*. (...) Na capela do Santíssimo, com retábulo mais

---

<sup>52</sup> Dados biográficos de João Nunes Tinoco em ANEXO IX – Ficha da Casa Henrique de Araújo Sommer.

tardio, século XIX, em talha dourada e marmoreada, vê-se uma *Última Ceia* de Pedro Alexandrino<sup>53</sup> [Lisboa, 1729-1810]. (...) Nas paredes da nave, sobre os silhares de azulejos, estão ainda expostas oito telas de Josefa de Óbidos<sup>54</sup> [c. 1630-1684], provenientes do antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade dos Carmelitas Descalços, retratando a vida de Santa Teresa de Ávila. Juntam-se a estas obras de arte muitas imagens em madeira estofada e policromada, quase todas oitocentistas, e de grande qualidade” (*idem*).

Sobretudo, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção apresenta um revestimento parietal admirável, composto de azulejos polícromos e azuis e brancos, maioritariamente dos séculos XVIII e XIX, merecendo especial atenção os que se encontram na sacristia. Acerca dos mesmos Santos Simões refere:

Na nave dividem-se os azulejos entre o silhar de vasos e anjinhos e painéis figurados que lhe foram sobrepostos. O primeiro painel do lado da Epístola é moderno, representando o que julgamos ser uma dança bíblica, e está assinado: *Pereira Cão*<sup>55</sup>/1908/F. *J. Dias, Lisboa*. Os outros painéis são antigos e, num deles, se lê a data de 1748. São cenas marianas, de pintura e composições convencionais. (...) É na sacristia que se encontram os mais belos azulejos da igreja, revestindo totalmente a parede (...). Sobre a porta que dá acesso ao corredor do trono e à sacristia de serviço lê-se, nos azulejos, a inscrição: ESTA OBRA MANDARAM FAZER A SVA CVSTA OS IRMÃOS PESCADORES NA ERA DE 1720. Os azulejos de pintura azul, serão provavelmente do monogramista PMP<sup>56</sup> [o mesmo que encontramos no Palácio Nacional da Vila de Sintra] e o conjunto pode considerar-se muito notável. A figuração refere-se a passagens do Antigo Testamento tiradas do *Êxodo* (cap. 15.89), do *Livro dos Reis* (cap. 6.67 e 5) e do *Livro de Josué* (cap. III), conforme elucidam as respectivas legendas. Na parede do lado direito do arcaz, um lindo painel mostra-nos uma nau, em cujo castelo de popa se vê uma enorme Custódia” (2010, p. 264-265).

No jardim, do lado Sul da Matriz, a estátua de João Paulo II, em bronze, com 3,20 metros de altura, do escultor André Alves<sup>57</sup>, uma homenagem da Paróquia de Cascais ao Santo Padre, inaugurada em 15 de Maio de 2010. (Paróquia de Cascais. *A estátua* [on line]. Disponível em <http://www.joaopauloii.paroquiadecascais.org/Joao-Paulo-II/a-estatua>. [Consultado a 18/04/2012].

---

<sup>53</sup> Dados biográficos de Pedro Alexandrino em ANEXO IX – Ficha da Casa de Henrique de Araújo Sommer.

<sup>54</sup> Dados biográficos de Josefa de Óbidos, *idem*.

<sup>55</sup> Dados biográficos de Pereira Cão, *idem*.

<sup>56</sup> Dados biográficos de PMP, *idem*.

<sup>57</sup> Dados biográficos de André Alves, *idem*.

## 5.10 CASA FRANCISCO TRINDADE BAPTISTA<sup>58</sup>



**Casa Francisco Trindade Baptista.**

**Fonte:** João Miguel Henriques, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol*.

A Casa de Francisco Trindade Baptista (1865-1938), conselheiro do Rei D. Carlos, encontra-se frente ao Portão de Armas da Cidadela de Cascais. A propriedade situa-se no centro da malha urbana, confinando com o prédio de Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos e, a poucos metros, a Nascente, na mesma correnteza, a Casa do Conde Monte Real. Ainda a Nascente, o Clube Naval de Cascais e o Passeio Maria Pia e, a Poente, o pequeno jardim da Igreja Matriz, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

O palacete é também um dos edifícios de excepção, dos que se observam na orla marítima concelhia, datando a sua construção de 1899 e classificado como pertencente a uma arquitectura civil de veraneio.

José Quintão descreve-o, dizendo:

A Casa Trindade Baptista destaca-se pela assimetria das suas fachadas principais, dispostas em ângulo recto, enfatizadas pela conjugação da janela de canto, no rés-do-chão, e pela varanda do primeiro andar, a ela sobreposta, também perfazendo o canto. A varanda, assente sobre mísulas exageradamente elaboradas, tem um balanço correspondendo à projecção do telhado que é suportado por sete colunas apoiadas no parapeito. As colunas de tão delgadas lembram mais colonelos dos alvores renascentistas do que propriamente colunas clássicas. (*Monumentos N.º 31*, 2011, pp. 19-20).

---

<sup>58</sup> ANEXO X – Ficha Casa de Francisco Trindade Baptista.

Frente ao edifício, do outro lado da avenida D. Carlos I, observam-se dois monumentos: o primeiro, ao Regimento de Infantaria 19.

“ (...) Sobre um soco de pedra revestido de verdura, se ergue, esculpida em pedra branca, a estátua de um soldado desse mesmo Regimento de Infantaria 19.” (Andrade, 1966, p. 25).

A história deste Regimento remonta à formação do Regimento da Corte, que ocupou a Cidadela a partir de 1645. Por sucessivos decretos reais, mudou de nome e foi, inclusive, dividido. Assim, por decreto de D. João V, passou a chamar-se Regimento de Infantaria de Cascais. “A partir de 1806, as Unidades passam a ser designadas por números, cabendo ao Regimento de Cascais o N.º 19 (RI 19)”. Em 1831, passou a designar-se por Regimento de Infantaria de Cascais e em 1834, voltou de novo a chamar-se Regimento de Infantaria 19, tendo sido extinto nesse mesmo ano. (Capitão Art. Calmeiro Vaz, et al. (2003). *O Renascer da Artilharia Antiaérea Portuguesa* [online]. Disponível em

[http://www.exercito.pt/sites/RAAA1/Publicacoes/Documentos/Boletim%20Antiaerea/202003\\_2.pdf](http://www.exercito.pt/sites/RAAA1/Publicacoes/Documentos/Boletim%20Antiaerea/202003_2.pdf)). [Consultado a 14/05/2012].

Participou nas Campanhas do Roussillon e da Catalunha (1793), nas Guerras Peninsulares (1807-1810), “sempre acompanhado pelo seu patrono, Santo António, que viria mais tarde, em 1814, por decreto real, a ser promovido a Tenente Coronel.

O monumento é da autoria do escultor Anjos Teixeira<sup>59</sup>, cuja primeira pedra foi lançada, a 3 de Setembro de 1917, na presença do Presidente da República, Bernardino Machado e de Fausto de Figueiredo, presidente da Câmara Municipal de Cascais, naquela época (Andrade, 1964, p. 422).

O segundo é um monumento recente, a estátua de D. Diogo de Menezes, em bronze, inaugurada a 3 de Abril de 2010, da autoria de Augusto Cid<sup>60</sup>.

O monumento recorda um momento trágico da Vila de Cascais, registado a 28 de Julho de 1580 e relacionado com o desembarque das tropas do Duque de Alba (D. Fernando de Toledo), ao serviço de Filipe II de Espanha, perto do Farol da Guia, no local designado pela Lage do Ramil, que ao passarem pela vila mataram o alcaide,

---

<sup>59</sup> Dados biográficos de Anjos Teixeira em ANEXO X – Ficha Casa Francisco Trindade Baptista.

<sup>60</sup> Dados biográficos de Augusto Cid, *idem*.

Henrique Pereira e o governador da cidadela, D. Diogo de Menezes. (Andrade, 1964, pp. 117-119).

## 5.11 CASA LUÍS AUGUSTO PERESTRELO DE VASCONCELOS<sup>61</sup>



**Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos.**

**Fonte: Colecção Particular.**

O Palacete de Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos (1822-1907), 1º Visconde de São Torquato ([http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=55165](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=55165)). [Consultado a 03/05/2012], conselheiro do Rei D. Carlos, confronta com a Casa de Francisco Trindade Baptista e está também situada frente ao Portão de Armas da Cidadela, na Avenida D. Carlos I.

A sua construção data de 1899. Como a anterior, a de Francisco Trindade Baptista é considerada, de igual modo, um edifício de excepção, pertencendo assim ao conjunto de casas cascalenses de veraneio, construídas no final do século XIX (Henriques, 2004, p. 122).

Na descrição da casa, de José Quintão, lê-se:

(...) Paredes meias com a anterior, assimetriza a fachada, num só plano, com a abertura da porta principal colocada num dos seus extremos, junto à Casa Trindade Baptista. A composição desta indicação da entrada principal evoca um torreão, contraposto à composição planar dos restantes três vãos. As janelas do rés-do-chão são enquadradas por quatro colunas que suportam uma sacada corrida, com a mesma característica de delgadeza das da casa vizinha. É de realçar que essas quatro colunas são afastadas da parede, conferindo tridimensionalidade acentuada à fachada. O sótão abre-se em quatro

---

<sup>61</sup> ANEXO XI – Ficha Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos.

janelas, quais edículas, ‘encastoadas’ em molduras excêntricas, de um gosto ‘pós-barroco’. (*Monumentos N.º 31*, 2011, pp. 19-20).

Nos anos 40 do século XX, aqui passava férias a Condessa de Sabugosa e, no tempo do Rei D. Carlos, o ministro João Franco (Alcaide, Fundão, 1855-1929). (Colaço, Archer, 1999, p. 342).

Presentemente, uma área a visitar é a Cidadela de Cascais, que inclui a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, a Torre Fortificada de Cascais (Torre de Santo António) e o Palácio Real. O acesso ao recinto interior da Cidadela faz-se pelo Portão de Armas. Para visitar apenas o Palácio, o acesso faz-se pelo lado do Passeio Maria Pia.

Este conjunto considerado como monumento, insere-se na categoria de Arquitectura Militar / Cidadela e Imóvel de Interesse Público (IIP), abrangido por ZEP (Zona Especial de Protecção) ou ZP (Zona de Protecção). (Catarina Oliveira (2007). *Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre fortificada de Cascais* [on line]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74730/>).

[Consultado a 03/02/2012].

A Cidadela de Cascais evoluiu a partir da Torre Fortificada, chamada de Santo António, da autoria de Pêro Anes, mandada edificar cerca de 1488, no reinado de D. João II, com o intuito de precaver os constantes ataques da pirataria inglesa, francesa e moura. (Catarina Oliveira, *idem*).

Em 1589, Filipe II de Espanha, a fim de acautelar uma possível invasão inglesa, ordenou a construção de uma fortaleza abaluartada, que aproveitou a anterior estrutura da torre, reforçando assim não só a defesa da baía de Cascais mas também a da barra do Tejo. (Catarina Oliveira, *idem*).

Já no reinado de D. João IV, em 1641, prevendo-se a Guerra da Restauração foi ordenada a construção de um forte, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Os planos da obra foram entregues, em primeira mão a Simão Mateus, substituído pouco tempo depois por Philipe Guitau, seguido do Jesuíta, João Cosmander. (Catarina Oliveira, *idem*).

Ainda no mesmo reinado, em 1650, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz recebeu nova reestruturação e o seu espaço largamente ampliado transformou-se em Cidadela, aumentando significativamente a capacidade defensiva, na baía de Cascais.

Da antiga fortaleza foram aproveitadas as baterias e o revelim, que passaram a ser utilizados quase só como armazém da recém-construída Cidadela. A obra foi entregue a Nicolau de Langres. (Catarina Oliveira, *idem*).

Em 1870, no reinado de D. Luís, a Casa do Governador Militar, inserida no interior da Cidadela, foi adaptada pelo arquitecto da Casa Real, Joaquim Possidónio da Silva<sup>62</sup> e pelo mestre-de-obras, Frederico Augusto Ribeiro<sup>63</sup>, a residência de Verão para a Família Real. Neste Paço Real faleceu D. Luís, a 19 de Outubro de 1889<sup>64</sup>. (Vaz, 2011, p. 17).

Após a Implantação da República, em 1910, as edificações da Cidadela foram entregues ao Estado-Maior do Exército e a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz ao Estado-Maior da Armada, tendo funcionado como posto semafórico, estação dos correios, armazém, escola de pesca e, até 1993, como Estação Rádio Naval. O Paço Real tornou-se residência do Presidente da República. (Vaz, 2011, p. 17).

Simultaneamente, o espaço foi sendo ocupado por diversas unidades militares. A última Unidade do Exército ali instalada foi o CIAAC (Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais).

A 1 de Junho de 1992, parte do imóvel ficou afecto ao Instituto Português do Património Arquitectónico e, por fim, a 13 de Maio de 2009, o edifício foi concessionado ao grupo Pestana por 63 anos. (Paula Noé. *Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a Torre Fortificada* [on line]. Disponível em [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6052](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6052)). [Consultado a 07/02/2012].

Actualmente, o espaço da Cidadela de Cascais contempla diversas estruturas turísticas no seu interior, como: o Palácio da Cidadela, a Pousada Histórica de Cascais e como espaços de lazer, o “Restaurante A Taberna da Praça” (gastronomia portuguesa), o “CC Club”, um espaço de animação e música, lojas e espaços para eventos.

Após o restauro, o Palácio da Cidadela abriu ao público em 2011. A visita demora cerca de uma hora e meia. No seu interior temos ensejo de experienciar salas repletas de vivências históricas, relacionadas com o Rei D. Luís e D. Maria Pia de

---

<sup>62</sup> Dados biográficos de Joaquim Possidónio da Silva em ANEXO XI – Ficha Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos.

<sup>63</sup> Dados biográficos de Frederico Augusto Ribeiro, *idem*.

<sup>64</sup> Detalhes do acontecimento, *idem*.

Sabóia, D. Carlos e a Rainha D. Amélia e com alguns Chefes de Estado que, por vicissitudes várias, o habitaram durante os seus mandatos, adaptando-o às suas necessidades, como: o Presidente Manuel de Arriaga, o Presidente Carmona de 1928 a 1945, o Presidente Craveiro Lopes, no início do seu mandato, entre outros. (*Palácio da Cidadela de Cascais*, 2011, p. 11). Das inúmeras salas do Palácio destacam-se: o Salão Nobre, o Quarto de Dormir e de Vestir do Rei D. Luís, a Sala de Jantar e a Sala de Bilhar, o Terraço (Salão de Inverno ou de Vidro), Salas Azul, Rosa e Cinza, Quarto de Vestir do Rei D. Carlos e a Capela de Nossa Senhora da Vitória<sup>65</sup>.

A Pousada Histórica de Cascais pertence ao Grupo Pestana e está também inserida no perímetro da Cidadela. É a maior pousada em Portugal, possuindo 108 quartos e 8 *suites*, foi inaugurada a 18 de Março de 2012. O projecto de adaptação foi da autoria dos arquitectos Gonçalo Byrne e David Sinclair.

---

<sup>65</sup> Descrição detalhada das salas em ANEXO XI – Ficha Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos.

## 5.12 CASA DO CONDE MONTE REAL<sup>66</sup>



**Casa Conde Monte Real**

**Fonte: Coleção Particular**

Esta casa situa-se na Av. D. Carlos I, frente à baía, antes da Casa Joaquim da Silva Leitão. A sua entrada principal, voltada a Oeste, faz-se pela Rua Tenente Valadim. Desfruta de esplêndido panorama sobre a baía de Cascais, a barra e a entrada do Tejo.

A enorme mole foi mandada construir por Artur Porto de Melo Faro<sup>67</sup> (Rio de Janeiro, 1866 – Lisboa, 1945), 1º Conde de Monte Real, título criado e atribuído por D. Carlos I, em 21 de Outubro de 1907. (Falcão, 2005, p. 477).

A magnífica construção, terminada um pouco antes de 1920, foi projectada por Guilherme Gomes e a empreitada da obra esteve a cargo de Mestre Alfredo de Figueiredo. (Falcão, 2005, p. 477).

O enorme terreno onde se localiza, no sítio chamado o “Baluarte”, correspondia parcialmente ao local onde existira o palácio do 4º Conde de Monsanto, Senhor de Cascais, D. António de Castro. Este palácio que datava de 1598 estava ligado ao Castelo de Cascais e foi quase totalmente destruído pelo terramoto de 1755.

Pinho Leal, acerca da ocupação posterior do palácio, refere o seguinte:

Apesar de muito arruinado pelo terremoto, ainda n’elle se aquartellaram os francezes de Junot em 1807, e tropas portuguesas em 1831. Este venerando monumento foi votado ao extermínio pela fúria dos elementos e pelo desprezo dos homens. Em 1837 e em outras épocas se lhe venderam grande parte dos seus materiaes. O sr. Marquez de Niza (há pouco falecido nos Pyreineus) que herdou a casa de

---

<sup>66</sup> ANEXO XII – Ficha Casa Conde Monte Real.

<sup>67</sup> Dados biográficos de Artur Porto de Melo Faro, *idem*.

Cascaes, vendeu este solar dos seus maiores ao sr. José Carlos Mardel. Este vendeu-o depois ao sr. José Maria Eugénio de Almeida (também há pouco falecido em Évora). Este o vendeu ao architectos o sr. Evaristo, e este finalmente o vendeu ao sr. Sebastião Pinto Leite (visconde da Gandarinha que o mandou arrazar completamente, para edificar uma sumptuosa vivenda [o que não se chegou a verificar]. (1874, pp. 152-153).

A sua tipologia arquitectónica é uma mistura de estilo tradicional português e neomanuelino: dividida em vários volumes, torreão, alpendres, janelas de guilhotina, varandas com arcaria, portal neomanuelino, entre outros. A mansão é constituída por quatro pisos: subterrâneo, rés-do-chão bastante alto, quer do lado Nascente quer ao nível da rua, do lado Poente, primeiro e segundo andar e mansarda.

O Conde de Monte Real, vice-governador do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Angola, foi outro grande benemérito da Vila de Cascais, tendo deixado obras de carácter social que ainda hoje em dia permanecem e a que deu o nome do seu filho mais velho, morto ainda criança: a Creche José Luís, o Bairro José Luís, a Escola Oficina José Luís, entre outras. (Falcão, 2005, p. 478).

Esta casa foi a segunda residência, em Portugal, da Família Real Italiana, que a habitou desde finais de 1946 até à Primavera de 1947, data em que se mudaram para uma outra propriedade, situada junto à Boca do Inferno, com grande área de jardim e pinhal, pertença de Eduardo Luís Pinto Basto e que acabarão adquirindo posteriormente. (Orléans, 2011, p. 105).

Na proximidade da casa, no início do Passeio Maria Pia, encontra-se, actualmente, um monumento alusivo ao Rei D. Carlos, inaugurado no dia 1 de Fevereiro de 2008, para assinalar os 100 anos da sua morte. Durante cerca de oitenta anos existiu neste lugar um outro monumento, que assinalava a travessia aérea Lisboa/Rio de Janeiro, empreendida por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, o qual foi deslocado agora para o recinto do Museu do Mar.

O monumento a D. Carlos é da autoria do escultor Luís Valadares e representa: “O Rei (...) a bordo do (último) iate “Amélia” em pé, junto à amurada, olhando a baía, com uns binóculos na mão. Encontra-se rigorosamente vestido à época, em uniforme de trabalho, da Marinha. O conjunto assenta numa base de forma circular em pedra “azulino de Cascais”, bujardada de modo a simbolizar o mar.” (Câmara Municipal de Cascais (2007). *Inauguração da Estátua de D. Carlos I* [on line]. Disponível em

[http://agendaculturaldecascais.blogspot.pt/2008\\_01\\_01\\_archive.html](http://agendaculturaldecascais.blogspot.pt/2008_01_01_archive.html)). [Consultado a 25/03/2012].

Os materiais empregues foram: “A figura do Rei é em bronze, fundido pelo método de “cera perdida”. A secção do “Iate” é constituída por aço, ferro, latão e madeira.” (Câmara Municipal de Cascais, *idem*).

### 5.13 CASA DE SÃO CRISTÓVÃO / CASA ALFREDO DA SILVA<sup>68</sup>



**Casa de S. Cristóvão.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**

A Casa de São Cristóvão encontra-se no limite Sudeste da Freguesia de Cascais, elevando-se sobranceira ao oceano e à Estrada Marginal Lisboa/Cascais, com entrada pela Rua Alfredo da Silva. “ (...) Um palacete alcandorado numa poderosa muralha sobre a Av. Marginal (Silva, 1984, p. 18).

A construção da mansão deve-se ao grande industrial Alfredo da Silva<sup>69</sup>, fundador da Companhia União Fabril (CUF), cujo império incluía ainda a Tabaqueira (1925), a Carris, o Banco Totta, a Companhia de Seguros Império, e a Lisnave (inaugurada em 1967). (Ordem dos Engenheiros. *No Centenário da Cuf – ‘O Grande Industrial’ Alfredo da Silva (1871-1942) – I* [on line]. Disponível em <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/no-centenario-da-cuf-o-grande-industrial-alfredo-da-silva-1871-1942-i/>). [Consultado a 03/02/2012].

O projecto foi entregue ao arquitecto Tertuliano Marques<sup>70</sup> e a obra ao mestre Frederico Augusto Ribeiro<sup>71</sup>. A construção do edifício realizou-se entre 1917 e 1920.

<sup>68</sup> ANEXO XIII – Ficha Casa Alfredo da Silva.

<sup>69</sup> Dados biográficos de Alfredo da Silva em ANEXO XIII – Ficha Casa Alfredo da Silva.

<sup>70</sup> Dados biográficos de Tertuliano Marques, *idem*.

<sup>71</sup> Dados biográficos de Frederico Augusto Ribeiro em ANEXO XI – Ficha Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos.

O imóvel está classificado como sendo de Valor Concelhio (VC), caracterizado por Paulo Fernandes da seguinte forma:

‘É um palacete que reinterpreta o estilo barroco joanino, marcado por linhas rectas e uma assumida ideia de grandiosidade’, produto acabado da ‘arquitectura da ostentação’ que contaminou o Monte Estoril logo após a Implantação da República. A entrada localiza-se do lado Norte, mas é ao longo do alçado voltado a Sul, sobranceiro à Avenida Marginal e à Praia das Moitas, que se exhibe toda a magnificência do projecto. De dois pisos, esta monumental fachada compõe-se de três corpos, sendo o central recuado para permitir o desenvolvimento de uma ampla varanda panorâmica, assente sobre imponente colunata de gosto classicizante. A opção por dispositivos estéticos clássicos é, de resto, a mais importante marca artística do conjunto, destacando-se os frontões e molduras que enquadram os vãos, as pilastras caneladas que definem verticalmente os panos e as colunas dóricas que sustentam a varanda meridional. No seu conjunto, trata-se de elementos que propositadamente contradizem o vocabulário ainda romântico do parque urbano do Monte. A própria monumentalidade é um valor que se impõe, ombreando os dois andares da Casa de São Cristóvão com os cinco pisos da vizinha residência da rainha D. Maria Pia. (Paulo Fernandes (2007). *Casa de S. Cristóvão* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/70895/>). [Consultado a 03/02/2012].

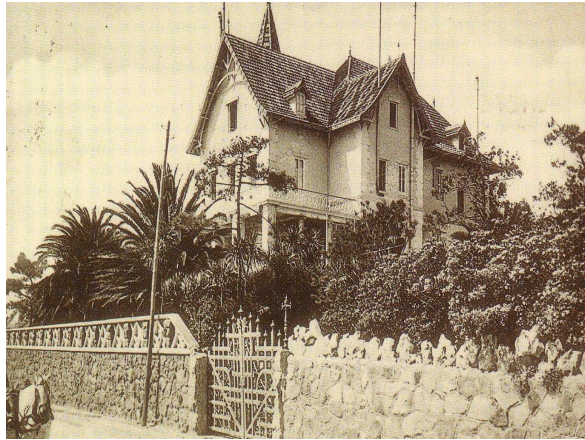
Alfredo da Silva casou, em 1894, com Maria Cristina de Resende Dias de Oliveira, do qual nasceu apenas uma filha, Amélia de Resende Dias de Oliveira da Silva (Lisboa, 1896 – Lisboa, 1958), que casou, em 1919, com D. Manoel Augusto José de Mello (Sintra, 1895 – Lisboa, 1966), filho do 2º Conde do Cartaxo.

Depois da sua morte, a CUF (Companhia União Fabril) passará para o Grupo Mello, cujos fundadores tinham sido Manoel de Mello, genro de Alfredo da Silva e seus filhos, Jorge de Mello e José de Mello, que aumentaram e desenvolveram a herança. (Ordem dos engenheiros, *idem*).

A casa foi habitada pelos Mello, tendo aqui nascido dois dos quatro filhos do casal, Amélia de Mello, em 1922, e José Manuel de Mello, em 1927. Manuel de Mello ao deslocar-se diariamente para o seu escritório, na Rua do Comércio, utilizava, quase sempre, o comboio.

Este palacete foi, também, incluído neste itinerário, a seguir à Casa do Conde Monte Real, dado que se torna impossível ignorar a sua enorme mole, do outro lado da baía de Cascais. Do mesmo modo que incluímos a seguir o *Chalet* da Rainha D. Maria Pia de Sabóia, já situado na Freguesia do Estoril, que também se destaca pela sua grandiosidade.

## 5.14 CHALET DA RAINHA D. MARIA PIA DE SABÓIA<sup>72</sup>



**Chalet da Rainha Maria Pia de Sabóia**

**Fonte: *O Ocidente*, n.º 738, 30.06.1899, p. 145**

O Chalet da Rainha Maria Pia situa-se junto à estrada marginal, do lado terra, frente à Praia das Moitas e sobranceiro à baía de Cascais, desfrutando de um magnífico panorama. O local da sua construção era designado, antigamente, por Lavradio, onde existiu a chamada Quinta das Águas Férreas (Vilarinho, 2008, p. 207). Confina a Poente com o palacete de Alfredo da Silva.

O imóvel foi mandado construir numa parcela de terreno, no valor de 1600\$000 réis, por João Henrique Ulrich Júnior, proprietário e membro da administração da Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa, que o encomendou a ingleses, em 1889 (Vilarinho, 2008, p. 207).

Em 1893, foi comprado pela rainha viúva D. Maria Pia de Sabóia, pelo que passou a ser designado por *Chalet* da Rainha.

Os arranjos e as modificações da casa ficaram a cargo dos arquitectos Rosendo Carvalheira<sup>73</sup> e Luís Caetano Pedro d'Ávila<sup>74</sup>, e as pinturas dos salões e as escadarias com obra de talha foram executadas pelo pintor António Ramalho<sup>75</sup> (Vilarinho, 2008, p. 209-210).

---

<sup>72</sup> ANEXO XIV – Ficha *Chalet* da Rainha D. Maria Pia de Sabóia.

<sup>73</sup> Dados biográficos de Rosendo Carvalheira em ANEXO XIV – Ficha *Chalet* da Rainha D. Maria Pia de Sabóia.

<sup>74</sup> *Idem.*

<sup>75</sup> *Idem.*

O edifício tem quatro pisos e mantém a traça da época. Actualmente continuam a observar-se os muros de pedra aparelhada a contornar o jardim e o portão original. As suas características mais marcantes, como o telhado esmaltado com telhas de cor e o torreão pontiagudo (Silva, 1984, p. 12), fazem-no sobressair na paisagem, de tal modo que quando estamos, do outro lado da baía, junto à Cidadela, não podemos deixar de o referir.

Em 1911, após a Implantação da República, o *Chalet* terá sido legado ou adquirido pela família Herédia, provavelmente pelo 1º visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia (Vilarinho, 2008, p. 209).

A casa observa-se em muito bom estado de conservação, dado que continua a ser habitado pela mesma família, pertencendo ao neto do 1º visconde da Ribeira Brava, D. António Júlio Gentil Herédia (Vilarinho, 2008, p. 209).

## 5.15 CASA JOAQUIM DA SILVA LEITÃO<sup>76</sup>



**Casa Joaquim da Silva Leitão.**

**Fonte: Coleção Particular.**

A Casa Joaquim da Silva Leitão está situada mesmo em frente à baía de Cascais, com a fachada Nascente sobre a Avenida D. Carlos I. A entrada principal faz-se pela Rua Tenente Valadim.

O requerimento pedindo autorização para a construção desta casa data de 1896 e está assinado pelo proprietário, Joaquim da Silva Leitão (Casa do Exmo. Sr. Joaquim da Silva Leitão, em Cascaes (1902). *A Construção Moderna*. (1 de Dezembro), p. 163).

O arquitecto foi António José Dias da Silva<sup>77</sup> e a empreitada da obra tomou-a a cargo Luís Caetano Pereira de Carvalho (*Idem*).

A casa compõe-se de quatro pisos independentes, onde residiam duas famílias, estando preparada para albergar três ou mesmo quatro (*Idem*).

A área total do terreno é de 433 m<sup>2</sup>, sendo que a parte voltada a Nascente, para a baía, apresenta quatro pisos e a fachada Poente, para a Rua Tenente Valadim, apenas três, devido ao desnível do terreno.

---

<sup>76</sup> ANEXO XV – Ficha Joaquim da Silva Leitão.

<sup>77</sup> Dados biográficos António José Dias da Silva em ANEXO XV – Ficha Casa Joaquim da Silva Leitão.

É uma casa representativa da arquitectura do ferro, muito simples, distinguindo-se unicamente pelas suas varandas que proporcionam um óptimo panorama, dali podendo observar-se a zona baixa da vila, o mar, toda a barra e parte do Tejo.

De acordo com Raquel Henriques da Silva, “o projecto não tem qualquer originalidade: planta convencional organizada sobre o fundo, volumetria paralelepípedica pobre, distribuição generosa de aberturas mas sem requinte e particularização. A marca da diferença constitui-se no corpo metálico das varandas da fachada principal que se cola ao alçado com uma ousada intenção de ruptura, valorizando a estética do ferro, simultaneamente fria e engalanada”.

Neste local, de referir ainda o Marégrafo de Cascais, situado na plataforma inferior do Passeio D. Maria Pia (antiga esplanada D. Luís Filipe)

O Marégrafo encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público, na categoria de arquitectura civil / marégrafo, abrangido em ZEP ou ZP (Zona Especial de Protecção). (PAF (2011). *Marégrafo de Cascais* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74735/>). [Consultado a 07/02/2012].

O Marégrafo efectua “a medição do nível médio das águas do mar”. O sistema de mensuração, conhecido como “maregráfico” foi desenvolvido por A. Borrel e a sua aplicação iniciou-se em 1877. Em Portugal, o Marégrafo de Cascais, foi um dos primeiros a ser construídos, datando de 1882. O sistema, relativamente simples, é composto por “ (...) uma boia em conexão com um método de registo devidamente cronometrado por relógio.” (PAF (2011), *idem*).

Em particular, o de Cascais caracteriza-se da seguinte forma:

Edifício de planta circular de um só andar coberto por cúpula semiesférica. O acesso ao interior situa-se na fachada voltada a terra (neste caso a Ocidente) (...) Duas outras aberturas existem no alçado, concretamente duas janelas de arco de volta perfeita, a Nascente e a Norte. A dependência interior é ocupada pelo sistema de registo (dotado de caneta assente em carro deslizante apoiado em régua, e datando o relógio de 1877), conectado com o fundo da baía através de um poço cilíndrico onde se situa a boia, devidamente presa por cabo metálico. (PAF (2011), *idem*).

Este dispositivo “maregráfico” possibilitou estabelecer o valor da subida das águas oceânicas, durante o século XX, em cerca 1,3 milímetros por ano. Em 1996, foi restaurado e acrescido de um sistema mais modernizado, tendo agora “como base de medição as ondas acústicas e a sua codificação por via digital”. Contudo, o velho

sistema ainda se encontra operativo, servindo de calibragem ao sistema mais recente. (PAF (2011), *idem*).

Continuando ao longo da amurada da baía de Cascais, na direcção do Hotel Baía, encontra-se um monumento que comemora os 500 anos dos Descobrimentos Portugueses, do escultor João de Sousa Araújo (n. 12/12.1929), ofertado, em 1992, ao povo de Cascais, pela ALA – Academia de Letras e Artes. (Esculturas e Monumentos Históricos em Locais Públicos – Sugeridos, Doados e Participados pela ALA – Academia de Letras e Artes. Disponível em [http://www.academialetrasartes.pt/?page\\_id=15](http://www.academialetrasartes.pt/?page_id=15)). [Consultado a 17/05/2012].

## 5.16 EDIFÍCIO DOS ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO<sup>78</sup>



**Antigos Paços do Concelho**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**

O edifício dos antigos Paços do Concelho situa-se na Praça 5 de Outubro, esquinando para a Rua Regimento 19, no coração da Vila.

Um lugar estratégico, que continua a ser o centro do Poder Público, e local privilegiado de convívio da população. De salientar, o chão da praça, uma criação tradicional portuguesa, feita com pedras calcárias pretas e brancas com padrão ondulante, lembrando as ondas do mar.

A edificação está classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP), inserido numa Zona Especial de Protecção (ZEP ou ZP) (Carvalho. *Edifício dos antigos Paços do Concelho*. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonioimovel/detail/74737/>). [Consultado a 03/02/2012].

A construção do edifício remonta a 1821, data inscrita sobre o lintel da porta principal, embora se saiba, pelas campanhas arqueológicas efectuadas em 1987, que o espaço tenha tido sucessivas ocupações, desde o final do século XV. Contudo, a sua utilização iniciou-se apenas em 1823, conforme se verifica pelo “Livro das Vereações” (Carvalho, *idem*).

---

<sup>78</sup> ANEXO XVI – Ficha dos Antigos Paços do Concelho.

O edifício “denuncia uma linguagem depurada que recorda a arquitectura pombalina” utilizada na reconstrução de Lisboa (Carvalho, *idem*).

A fachada é seccionada por pilastras rematadas por pináculos, que a dividem em três corpos. No piso térreo, o portal central, de verga curva, abre-se ao centro, e nos corpos laterais rasgam-se janelas de verga recta. No piso superior a organização mantém-se, com janelas de sacada, sendo que a do meio apresenta moldura decorada. A verticalidade do eixo central é acentuada pelo corpo ladeado de pilastras, coroado por pináculos e por aletas, que se eleva sobre a cornija, e que é rematado por duas sineiras. Neste corpo, exibem-se as armas de Portugal e um relógio, aqui colocado em 1876, e oferecido por Sérgio Barros, quando era Presidente da Câmara o Dr. Júlio Pereira de Castro. A fachada lateral, onde são visíveis as trapeiras do terceiro piso, pauta-se pela mesma depuração, com vãos de verga recta (Carvalho, *idem*).

Após 1930, como a Casa dos Condes da Guarda tivesse passado a acolher os novos Paços do Concelho, o imóvel ficou desocupado e passou a albergar, mais tarde, as Finanças de Cascais.

Presentemente, o imóvel encontra-se devoluto, uma vez que os Serviços de Finanças foram transferidos para outro local, tendo sido recentemente iniciadas obras de recuperação.

No centro da praça observa-se a estátua de D. Pedro I, da autoria do Professor António Duarte<sup>79</sup>, inaugurada em 1964, simbolizando a elevação de Cascais a Vila, a pedido dos “homens bons”, em 7 de Junho de 1364 (Andrade, 1966, p. 25).

Ainda na praça, junto ao edifício do Hotel Baía, um busto recorda-nos um outro grande patrono da Vila, D. Luís, aqui falecido a 19 de Outubro de 1889. O busto, inaugurado em 1990, não se encontra assinado, no entanto, parece ser uma cópia do que se encontra em exposição na Sala do Corpo Diplomático, no Palácio da Ajuda, executado por Anatole Célestin Calmels<sup>80</sup>, em 1867. Este acto deveu-se a uma iniciativa conjunta da Casa de Bragança, da Câmara Municipal de Cascais e da ALA-Academia de Letras e Artes. (Esculturas e Monumentos Históricos em Locais Públicos – Sugeridos, Doados e Participados pela ALA – Academia de Letras e Artes. Disponível em [http://www.academialetrasartes.pt/?page\\_id=15](http://www.academialetrasartes.pt/?page_id=15)). [Consultado a 17/05/2012].

---

<sup>79</sup> Dados biográficos de António Duarte em ANEXO XVI – Ficha dos Antigos Paços do Concelho.

<sup>80</sup> Dados biográficos de Anatole Célestin Calmels, *idem*.

## 5.17 CASA DOS CONDES DA GUARDA<sup>81</sup>



**Casa dos Condes da Guarda**

**Fonte: IGESPAR, I.P.**

A Casa dos Condes da Guarda situa-se também na Praça 5 de Outubro, acolhendo, desde os anos 30 do século XX, a sede do Município de Cascais.

Desconhece-se o seu arquitecto e o construtor, bem como a data precisa da edificação. No entanto, verifica-se pela estrutura da planta de Cascais em 1755, que a construção não existia ainda nesta data. Foi, certamente, construída após o terramoto.

Sabe-se, no entanto, que a primeira proprietária da casa foi D. Inês Margarida Antónia da Cunha, nascida em Cascais e casada com um fidalgo de nome José Eduardo de Figueiredo, capitão do Exército, que se havia distinguido na campanha do Roussillon, em 1793 (Andrade, 1964, p. 257).

A casa é vendida, mais tarde, aos Condes da Guarda, permanecendo na sua posse até ao final do século XIX (Andrade, 1964, p. 257).

Na época dos Condes da Guarda, o edifício era constituído por três corpos, revestidos a azulejos, possuindo o central mais um piso, que mantinha o revestimento azulejar.

Segundo um artigo, publicado no final do século XIX, no jornal *Costa do Sol*, a casa, ainda na posse dos Condes da Guarda, servia de alojamento a vacas, a venda de leite e outros produtos da quinta dos condes (cit. por Andrade, 1964, p. 264).

---

<sup>81</sup> ANEXO XVII – Ficha Casa dos Condes da Guarda.

Em 1917, depois da morte do 2º Conde da Guarda, a casa foi comprada pelo advogado Herlânder Ribeiro, que procedeu a alterações no seu interior, bem como no exterior, nomeadamente, o corpo central do edifício, que possuía mais um andar, foi retirado, de forma a tornar a fachada mais harmoniosa. Os azulejos que dele faziam parte foram vendidos. (Meco, 2011, p. 46).

O município iniciou o processo de compra do imóvel, em 1925, quando este se encontrava na posse da União Comercial de Cascais, que o pretendia vender pelo montante de Esc. 650.000\$00. Com efeito, a transação acabou sendo definitivamente efectuada em 1932. (Henriques, 2011, pp. 243-244).

Em 1940, foram realizadas diversas obras de intervenção, ao nível do telhado, a fachada, o átrio e a escadaria, propostas por uma equipa chefiada pelo arquitecto José Segurado. E de decoração do interior, em estilo D. João V, nomeadamente, a Sala de Sessões e o Gabinete da Presidência, de acordo com uma proposta apresentada pelo tenente Lacerda de Machado. (Meco, 2011, p. 46).

Datam desta empreitada, os azulejos do Salão Nobre, da autoria de Eduardo Leite (1902-1962)<sup>82</sup>, Fábrica Viúva Lamego<sup>83</sup>, que representam:

(...) Com excepção do painel na extremidade junto da entrada, o qual mostra uma imagem de Cascais na primeira metade do século XVI, reproduzindo um fragmento da conhecida *Vista de Lisboa a Cascais* de Braunius, os restantes apresentam temas profanos variados: cena marítima com um farol, uma batalha naval, pescarias, uma cena galante num jardim barroco, palácio antecedido por um cortejo, uma caçada ao veado, coche numa paisagem e duas cenas de camponeses a caminho do mercado. Em vez de usar gravuras, como era hábito dos pintores de azulejos dos séculos anteriores, Mestre Leite inspirou-se directamente no vasto conjunto de painéis do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, recriando livremente algumas das cenas das galerias dos claustros e da escada da portaria (...) (Meco, 2011, p. 48).

O Gabinete da Presidência, também revestido de painéis de azulejo, provenientes da mesma fábrica, em estilo rococó, foram propostos por Mestre Leite e representam, o maior, uma cena galante e uma paisagem campestre e, o menor, um casal sentado junto de uma mesa. (Meco, 2011, p. 49).

Ainda nesta sala, também da Fábrica Viúva Lamego<sup>84</sup>, mas da autoria de Mestre Leite, são os restantes painéis, destacando-se o painel intitulado *Dança em volta da*

---

<sup>82</sup> Dados biográficos de Eduardo Leite em ANEXO XVII – Ficha Casa dos Condes da Guarda.

<sup>83</sup> História da Real Fábrica de Louça do Rato, *idem*.

<sup>84</sup> Historial da Fábrica Lamego, *idem*.

*fogueira* (reprodução de uma composição do claustro do Mosteiro de São Vicente de Fora). (Meco, 2011, p. 49).

Da mesma época que os anteriores são os azulejos que revestem o patamar médio da escadaria, um enorme painel neo-rococó, alusivo à *Caridade* e encimado pelo brasão de Cascais, não assinado, da provável autoria de Alves de Sá<sup>85</sup>, Fábrica Viúva Lamego. (Meco, 2011, p. 49).

Por fim, em 1966, o prédio que fazia esquina para a Rua Marques Leal Pancada, onde existia o restaurante *A Marisqueira*, foi destruído, e o edifício foi ampliado para Sul, o que deu mais espaço e independência à construção e alargou simultaneamente o acesso à rua (Meco, 2011, p. 46). Na sua forma actual, o palácio apresenta agora quatro corpos, ao mesmo nível, com dois pisos, térreo e andar nobre.

A fachada divide-se em quatro vãos, seccionados por pilastras, dispendo-se a parte mais antiga do conjunto, para o lado Norte, onde se encontra situada a entrada principal. (Sousa, 2003, p. 21 e 52, cit. por Carvalho, *idem*).

Tanto a fachada principal como as duas partes laterais, ao nível do andar superior apresentam revestimento de azulejos, figurando santos, identificados não só pelos seus atributos como pela respectiva legenda e envoltos por uma cartela de concheados, suportada por anjos.

Estes painéis de azulejos foram datados como pertencendo a diferentes épocas e a diferentes artistas, assim: São Jerónimo, São Marçal, Santo António e São Sebastião (fachada principal) são provavelmente de Francisco Jorge da Costa<sup>86</sup>, da Real Fábrica de Louça do Rato, e constituem, “apesar dos elementos rococó, um dos primeiros, e um dos poucos exemplos na região que documenta a transição para o neoclássico”; S. João, S. Lucas (lateral, Beco dos Inválidos), S. Mateus e S. Marcos (zona central da fachada principal), estão atribuídos a Francisco de Paula e Oliveira (c. 1764-1830)<sup>87</sup>, neoclássicos, cerca de 1786, também da Real Fábrica de Louça do Rato; São João de Brito (fachada principal), S. Pedro e São Paulo (lateral, Rua Marques Leal Pancada), são atribuídos a Alves de Sá (1878-1982), datados de 1969, da Fábrica da Viúva Lamego. (Meco, 2011, p. 46-47).

O seu interior, não possibilita já uma visão de como estaria dividida.

---

<sup>85</sup> Dados biográficos de João Alves de Sá, *idem*.

<sup>86</sup> Dados biográficos de Francisco Jorge da Costa, *idem*.

<sup>87</sup> Dados biográficos de Francisco de Paula e Oliveira, *idem*.

Contudo, o enorme átrio de entrada, pavimentado com grandes lajes de pedra, decorado com azulejos do final do século XVIII, dá-nos conta de uma vivência fidalga. Em especial, destaca-se ao nível do andar térreo, em frente da porta principal, um painel com uma “figura de convite”, “representando um alabardeiro”, possivelmente de época posterior, mas que mantém as características:

Esta interessantíssima ‘figura de convite’ não se apresenta recortada na parte superior, como era frequente, e a sua policromia destaca-se da pintura azul do fundo, representado uma esfinge num pedestal, em primeiro plano, e um jardim rematado por um palácio à distância, provavelmente inspirados em gravura francesa. O próprio alabardeiro deve basear-se, em parte, num modelo barroco, devido a usar indumentária com características da primeira metade do século XVIII (casaca, colete, calções, sapatos de fivela, meias bordadas) combinadas com elementos da época pombalina (laço no pescoço, cabelo natural apanhado, tricórnio, faixa do espadim), sendo igual a um alabardeiro pombalino, recortado, aplicado no patamar superior da escada de serviço do Palácio Pimenta (Museu da Cidade), em Lisboa. (Meco, 2011, p. 48).

Este palácio, juntamente com o Solar dos Falcões (situado junto ao Teatro Gil Vicente, na zona velha alta de Cascais, actual Residencial D. Carlos), é considerado uma das construções mais antigas e mais importantes da vila de Cascais, que, além de residência particular, albergou a União Comercial de Cascais, como se disse, e o Grupo Dramático de Cascais, que utilizava o espaço para as suas representações. (*Guia de Portugal e Arredores*, 2006, p. 619; Carvalho, *idem*).

Durante o período das Invasões Francesas, aquando das negociações da Convenção de Sintra, parece ter sido esta residência escolhida para alojar o Almirante Cotton. (Andrade, 1964, p. 264).

## 5.18 PALÁCIO SEIXAS<sup>88</sup>



**Palácio Seixas**

**Fonte: Coleção Particular**

O Palácio Seixas é indubitavelmente outro símbolo da Vila de Cascais, dada a sua excepcional localização, frente à baía. Situa-se na Rua Fernandes Tomás, ocupando o lado oposto da ruela onde está implantada também a Casa D. Pedro.

Neste local existia anteriormente o antigo Baluarte de Santa Catarina. Este forte, juntamente com o da Praia da Ribeira, de que remanesciam vestígios até às inundações de 1983, fazia parte do Sistema Defensivo da Costa, iniciado em 1640, com as Guerras da Independência.

Maximiano José da Serra, Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros, em 1796, referindo-se ao forte, relatava o seguinte:

Está dentro da Vila de Cascais, defende bem a Ribeira, por estar elevado sobre o plano do mar 15 palmos e é composto por bateria, quartéis e paiol. Tem guarnição, parlamenta e está reedificado pelo Major Serra debaixo das ordens do Coronel José Rego. A artilharia em ferro, composta por uma peça de calibre 9 e três de calibre 24. Possuía 60 e 180 balas para cada calibre. A artilharia está capaz de funcionar. (Marinha (2009). *Messe de Cascais* [on line]. Disponível em <http://www.marinha.pt/pt/extra/messedecascais/historial/pages/messedecascais.aspx>). [Consultado a 23/04/2012].

Após o abandono do bastião, em meados do século XIX, o lugar foi reocupado por uma construção residencial destinada à Família Ornelas.

---

<sup>88</sup> ANEXO XVIII – Ficha Palácio Seixas.

O actual edifício foi mandado construir por Henrique Mauffroy de Seixas, em 1920, demorando a sua construção até 1932. Encarregou-se do projecto, Manuel Joaquim Norte Júnior<sup>89</sup>, arquitecto da Casa de Bragança, que contava com vários prémios Valmor. (Falcão, 2005, pp. 475-476).

O palácio é uma mole grandiosa e sólida, de quatro pisos: rés-do-chão, primeiro e segundo piso e mansarda, em estilo renascença. Exteriormente apresenta-se revestido a pedra, como convém às construções próximas do mar, com telhados cor de ardósia, torreão, janelas amplas e varandas de sacada também em pedra.

A obra permaneceu durante alguns anos embargada por um processo instaurado pelo Dr. Luís Vaz de Carvalho Crespo, filho da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho e do escritor Gonçalves Crespo. A questão foi levantada pelo Dr. Luís Crespo que, residindo ao lado, na Casa D. Pedro, objectava que a construção de um edifício na sua frente iria, obviamente, tirar-lhe quase toda a vista da baía, além de que a sua casa ficaria como que “encafuada”. Na realidade, se atentarmos na situação das duas casas, torna-se compreensível as razões que levaram o Dr. Luís Crespo a tal atitude. No entanto, o Dr. Crespo perdeu o processo e o embargo foi levantado, tendo a construção continuado. (Falcão, *idem*).

Henrique Mauffroy de Seixas, armador e amante das coisas do mar, legou ao Museu da Marinha uma notável colecção fotográfica e de miniaturas de embarcações. (Falcão, *idem*).

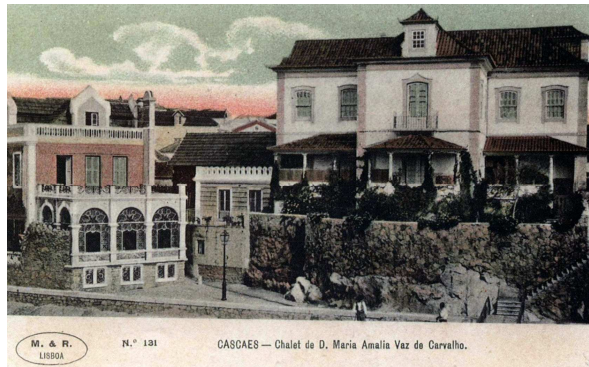
Tendo legado ainda, em 20 de Outubro de 1945, o palácio ao Ministério da Marinha, com usufruto da sua esposa, Ida Santos de Seixas, “para ali ser estabelecida e instalada a Capitania do Porto de Cascais”. (Falcão, *idem*). Presentemente funciona ainda no palácio a Messe de Cascais.

Na década de 70, o palácio sofreu obras de restauro, que mexeram com a sua traça original e com os telhados, originando muitos protestos e críticas da população. (Falcão, *idem*).

---

<sup>89</sup> Dados biográficos de Manuel Joaquim Norte Júnior, *idem*.

#### 4.19 CASA D. PEDRO<sup>90</sup>



**Casa D. Pedro – Maria Amália Vaz de Carvalho**

**Fonte:** *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol, Cascais (1850-1930) – João Miguel Henriques*

A Casa D. Pedro situa-se sobre a baía, junto da Praia dos Pescadores, na Rua Fernandes Tomás, N.º 1.

Mandada edificar pelos terceiros Duques de Palmela<sup>91</sup>, D. Maria de Sousa e Holstein e D. António, que assim contribuíram uma vez mais para o embelezamento da vila, a fim de a oferecerem a Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921)<sup>92</sup>, ilustre escritora portuguesa, casada com o poeta Gonçalves Crespo (Rio de Janeiro, 1846 – Lisboa, 1883).

Desconhecendo-se a data de início da construção, sabe-se que a mesma foi terminada no ano de 1903.

O arquitecto foi José António Gaspar<sup>93</sup>, que havia supervisionado a primeira fase da empreitada de obras do Palacete Palmela, e que a projectou num estilo tradicional português.

Exteriormente, a casa apresenta algumas das características do estilo português: janelas de guilhotina enquadradas por vãos de pedra; varandas alpendradas ao nível do rés-do-chão; e no primeiro andar, voltada a Poente, destaca-se uma varanda de sacada com uma porta janela sobranceira à praia. A porta de entrada, situada a Sul, não condiz com a imponente construção, desproporcionada e encimada por um pequeno alpendre.

<sup>90</sup> ANEXO XIX – Fica Casa D. Pedro.

<sup>91</sup> Dados biográficos da Família Palmela em ANEXO XXIV – Ficha Casa Palmela.

<sup>92</sup> Dados biográficos de Maria Amália Vaz de Carvalho em ANEXO XIX – Ficha Casa D. Pedro.

<sup>93</sup> Dados biográficos de José António Gaspar, *Idem*.

A casa divide-se em quatro pisos: subterrâneo, rés-do-chão, primeiro andar e mansarda. O rés-do-chão compunha-se de átrio, salão com lareira em mármore, duas salas pequenas, cozinha e copa. No primeiro andar, quartos destinados aos proprietários, virados a Poente. Na mansarda quartos para os empregados.

Cerca de 1900, os Duques de Palmela adquiriram umas casas e terrenos de pescadores, junto ao Baluarte de Santa Catarina, lugar onde a escritora havia por costume passar o Verão com os filhos.

A doação foi feita à filha da escritora, Cristina Vaz de Carvalho Crespo, mas, com usufruto vitalício da mãe. Na escritura de doação da casa verifica-se de forma explícita as razões que levaram a 3<sup>a</sup> Duquesa de Palmela a mais este gesto de generosidade: “[...] para o fim de em testemunho de reconhecimento e de admiração pelo talento com que a segunda outorgante (Maria Amália) soube reconstituir para a história pátria a «Vida do Duque de Palmela», D. Pedro de Sousa Holstein<sup>94</sup>, poderem fazer doação do mesmo prédio à terceira outorgante, com reserva para esta do usufruto vitalício”. (Falcão, 2005, p. 463).

Assim e conforme a escritura, por morte de Maria Amália Vaz de Carvalho, a casa passou definitivamente a sua filha Cristina Vaz de Carvalho Crespo, que não tendo deixado herdeiros a legou a seu irmão, o Dr. Luís Vaz de Carvalho Crespo e sua esposa D. Maria do Carmo Viana Crespo. Por morte destes últimos proprietários, a casa passou a um dos filhos, José Vaz de Carvalho Crespo.

Numa descrição de Pedro Falcão pode ler-se:

Lá estava a casa branca de estilo bem português (...) Lá estava (...) o Dr. Luís Crespo, à varanda com o seu binóculo. Quase não havia ruídos de automóveis nem de barcos a motor e o silêncio que reinava permitia ouvir, em toda a sua pureza, a vida da praia [o escritor refere-se a 1910]. Era o sussurro das pequeninas ondas quebrando na areia, era o leve ruído cadenciado dos remos na água, eram os gritos sonoros das companhas, eram os barcos varando a praia, eram as gaviotas fazendo acrobacias a rir, eram os panos estalando ao vento...E toda aquela sinfonia entrava pelas grandes janelas da casa branca. Viver nela era quase viver no mar! Quantas vezes o Dr. Crespo falava da varanda para a praia a fim de dar algum recado ao Zé da Varina, o arrais da ‘Maria do Carmo’. – Ó José, a canoa está pronta a largar? – Pode vir, sr. Dr., vou desamarrar a chata. (Falcão, 2005, pp. 195-196).

A lindíssima casa foi adquirida, há uns anos, pelo Grupo Albatroz, que aqui instalou mais uma elegante unidade hoteleira, o Albatroz Villa.

---

<sup>94</sup> Escorço biográfico de D. Pedro de Sousa Holstein Beck, *Idem*.

No centro do largo frente à Casa D. Pedro e ao edifício da lota de Cascais, ergue-se um padrão, com a seguinte inscrição:

Viva a Carta Constitucional (lado Sul); Viva D. Pedro, Duque de Bragança (lado Norte); Se a força fez levantar / Um padrão à tirania / À rainha neste dia / Cascais o vai consagrar (lado Poente) / 4 de Abril de 1834 / Viva D. Maria Segunda (lado Nascente). (Andrade, 1964, p. 273)

Continuando a visita e subindo as escadinhas entre a Casa D. Pedro e o Palácio Seixas, entra-se na Rua Fernandes Tomás, onde a meio da mesma se nos depara um miradouro.

Neste ponto podemos mostrar o sítio designado por “Cortina de Atiradores” (que se situava entre o Forte de Santa Catarina e o Forte do Almesqueiro). Trata-se dos vestígios de uma estrutura militar, que protegia esta parte da costa:

(...) Constituída por um lanço de muralha, edificada no século XVIII. O objectivo desta construção era reforçar a linha defensiva da barra do Tejo, desenvolvida no período pós-Restauração. A cortina, que se estendia entre as duas fortalezas, junto à água, fechava assim o acesso à praia e permitia a distribuição da artilharia ao longo da sua estrutura. (Oliveira (2007). *Cortina de atiradores (entre o Forte de Santa Catarina e o Forte do Almesqueiro)* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74731/>). [Consultado a 03/02/2012].

A mencionada estrutura militar está classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP), inserida na categoria de Arquitectura Militar e abrangida por ZEP ou ZP (Zona Especial de Protecção). (Oliveira, *idem*).

Ao sairmos da Rua Fernandes Tomás, em direcção à Rua Frederico Arouca, designada comumente pela população de Cascais por Rua Direita, entramos na Rua da Saudade, e encontramos, ao nosso lado esquerdo, o Largo da Misericórdia, onde se observa a igreja do mesmo nome.

Edifício classificado como Imóvel de Interesse Municipal (IM), na categoria de Arquitectura Religiosa, abrangido também por ZEP ou ZP (Zona Especial de Protecção).

O templo sucedeu a uma antiga ermida que já existia em 1551 a Ermida de Santo André, antiga sede da Misericórdia. Este pequeno templo, destruído com o terramoto de 1755, foi reconstruído em 1777, dando lugar à actual igreja, cujas torres laterais nunca foram concluídas.

Sílvia Leite descreve-a, informando:

(...) De planta longitudinal, e pela sacristia anexa, situada onde seria provavelmente a anterior Ermida. A fachada do templo é antecedida por escadaria e pequeno adro, e constituída pelo corpo central e pelas duas sineiras, incompletas. A frontaria da igreja está dividida em 3 panos, separados por pilastras de cantaria. No plano central, ligeiramente saliente, rasga-se o portal principal em verga recta, encimado por frontão curvo interrompido onde encaixa o janelão central no registo superior. Neste segundo registo abrem-se três janelas com molduras de cantaria, sendo a axial mais trabalhada. O frontão é rematado por cruz. Os corpos das duas torres, de planta quadrada, são rematados por terraços, já que as sineiras nunca foram concluídas. A torre à esquerda está levantada ao terceiro piso, à altura da fachada da igreja, e a torre da direita está levantada apenas ao segundo piso. A fachada Sul deita para o pátio da antiga casa do capelão, farmácia e celeiro, e do primitivo Hospital. (Sílvia Leite (2010). *Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/6434128/>). [Consultado a 03/02/2012].

O interior da igreja é de nave única, revestida por abóbada de berço. Lateralmente, dois altares guarnecidos a talha dourada e policromada. Dois púlpitos. A capela-mor com as insígnias da Santa Casa da Misericórdia, retábulo em estilo rococó, capitéis coríntios, trono e camarim, venera Nossa Senhora da Conceição. Lateralmente, duas imagens assentes sobre mísulas, Santa Bárbara e Santo António. Do lado da Epístola, a entrada para a Sacristia, uma dos espaços mais antigos do conjunto, com cenotáfio à entrada datado de 1622. O tecto é de madeira pintado com a divisa da Misericórdia, também em estilo rococó. A igreja possui ainda um vasto espólio, destacando-se: um presépio do século XIX em terracota e quatro tábuas pintadas que faziam parte de um retábulo do século XVI, representando Nossa Senhora da Misericórdia, Visitação, Cristo Carregando a Cruz e Ressurreição de Cristo. (Sílvia Leite, *idem*).

Nesta igreja, após a morte de Eça de Queirós, em Paris, a 16 de Agosto de 1900, os seus pais, que se encontravam em Cascais, mandaram rezar missa por alma do escritor, tendo estado presentes, o Conde de Ficalho, o Conde de Sabugosa e o Marquês de Soveral. (Alves, 1998, pp. 52-53).

Ainda na Rua da Saudade, junto à Igreja da Misericórdia, uma placa assinala a casa onde viveu Mircea Eliade<sup>95</sup>, escritor, ensaísta, pensador e professor romeno, nascido em Bucareste a 13 de Março de 1907. (Mircea Eliade [on line]. Disponível em <http://www.westminster.edu/staff/brennie/eliade/mebio.htm>). [Consultado a 16/03/2012].

---

<sup>95</sup> Escorço biográfico de Mircea Eliade, *idem*.

Chegou a Lisboa, em 1940, para ocupar o cargo de Secretário de Imprensa da Embaixada da Roménia, onde permaneceu até 1944. Da sua actividade literária constam impressões sobre o Portugal e os Portugueses, incluindo uma biografia sobre Salazar, que lhe concedeu uma entrevista. (von Brunn (1990). *Mircea Eliade em Portugal (1940-1944)* [online] Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/meliade.pdf>). [Consultado a 16/03/2012].

Anos mais tarde, nas suas *Memórias*, Mircea Eliade descreveria o encontro, dizendo:

Na tarde de 6 de Julho telefonou-me António Ferro para me anunciar que no dia seguinte ia ser recebido por Salazar às cinco da tarde: Como não encontrei táxi, cheguei lá correndo. O porteiro do Palácio de São Bento perguntou-me para onde ia. ‘O Senhor Presidente’ respondi. Ele mostrou-me a escada ao fundo e disse: ‘Segundo andar, à direita’. Assim se entra no gabinete do ditador português... Durante aqueles cinco minutos de espera engoli sem fôlego um copo de água: ‘A minha garganta ficara tão seca que receei não poder falar.’ (von Brunn, *idem*, p. 5).

Nos anos 50, já em Paris, como professor de Religião Comparada, na Universidade de Sorbonne, escreveria o romance *Bosque Proibido (Noite de São João)*, cuja acção se passa na Estufa-Fria, no Parque Eduardo VII, Cascais e Buçaco, e sobre o qual comentará:

(...) Creio que, mais do que qualquer outro trabalho literário meu, este romance poderá interessar o leitor português. Passei cerca de cinco anos em Portugal, e uma parte da acção do romance decorre em Lisboa, Cascais e Coimbra (...) Se os compreendi bem, os Portugueses têm uma determinada concepção do Tempo, da Morte e da História, que lhes permite pressentir o tema central (e ‘secreto’) do romance (...) Parece-me que os Portugueses (como aliás para os Romanos), o Tempo, a História, a Morte e o Amor conservam o carácter de mistérios. (von Brunn, *idem*, p. 6).

Durante a sua estada em Portugal, Eliade, perdeu a sua primeira mulher, Nina Mares, que morreu a 20 de Novembro de 1944, depois de ter passado dois meses na Casa de Saúde e Repouso da Lousã. (von Brunn, *idem*, p. 5).

Acerca das suas recordações da casa de Cascais, escreveu:

A casa em que morávamos desde há seis semanas ia ser derrubada até o dia 1º de Outubro. Vivíamos rodeados de escombros, com um lenço na mão para tapar a boca quando o vento levantava o pó da rua. Esta imagem parecia-me o símbolo duma Europa no fim da Segunda Guerra Mundial. (von Brunn, *idem*, p. 5).

Após treze anos em Paris, Mircea Eliade partiu para os Estados Unidos da América, onde dirigiu o departamento de Religião e leccionou História das Religiões,

na Universidade de Chicago, acabando adquirindo a nacionalidade americana. Faleceu em Chicago, a 22 de Abril de 1986. (*Mircea Eliade*. In Infopedia [on line]. Disponível em [URL:http://www.infopedia.pt/\\$mircea-eliade](http://www.infopedia.pt/$mircea-eliade)). [Consultado a 16/03/2012].

## 5.20 CASA ASSE DAS TRÊS / CASA DOS ALMADAS<sup>96</sup>



Casa Asse das Três – Casa dos Almadas

Fonte: IGESPAR, IP [on line].

Esta casa localiza-se no promontório rochoso, designado Asse das Três, que flanqueia a Praia da Rainha, a Oeste, na rua com o mesmo nome e logo a seguir à Casa do Duque de Loulé.

A origem do nome provém do facto de que “asse” identificava antigamente um pedaço de terra ou “courela”, que media de comprimento cem braças e dez de largura. Sucedia que, este “asse”, pertencia a três senhoras. (Correia, 1964, p. 20)

Também conhecida como a Casa dos Almadas, foi mandada edificar em 1922, por D. Nuno Miguel d’Almada e Lencastre, casado com a filha mais nova dos Condes de Sabugosa, Isabel Teresa de Jesus de Melo d’Almada e Lencastre. (Falcão, 2005, p. 473).

O arquitecto encarregue do projecto foi o engenheiro Gastão Benjamim Pinto (Falcão, *idem*).

No local, existiria possivelmente uma outra construção, mas certamente mais modesta e menos interessante.

A casa apresenta dois pisos: rés-do-chão e primeiro andar. A fachada Sul apresenta um torreão de planta quadrada, coberto por telhado piramidal, “a recordar a arquitectura dos *chalets*. Todas as portas e janelas, desta fachada, dão comunicação com um balcão redondo, com alpendre e arcaria sobre o oceano, tanto no rés-do-chão como

---

<sup>96</sup> ANEXO XX – Casa Asse das Três – Casa dos Almadas.

no primeiro andar. Vários registos de azulejos do século XVIII, originais ou cópias, embelezam a casa. (Rosário Carvalho. *Casa dos Almadás*. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/7885590/>). [Consultado a 03/02/2012].

Em 2002, ao ser adaptada a hotel, sofreu grandes obras de remodelação, que utilizaram réplicas de azulejos, nomeadamente, os dos quartos, representando marinhas e o de D. Nuno Álvares Pereira. (Carvalho, *idem*).

Embora a sua área de logradouro seja diminuta e se encontre rodeada de outras construções, consegue ter uma certa independência e privacidade, uma vez que se encontra assente sobre a plataforma rochosa, numa posição avançada sobre o mar.

Os proprietários, uma vez que não deixaram descendência, legaram-na a um afilhado, Bernardo Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva (1935-1997), filho de Manuel Ribeiro do Espírito Santo Silva, casado com Maria Luísa de Bessa Leite de Faria Espírito Santo Silva. (Falcão, 2005, p. 473).

Este edifício encontra-se presentemente em vias de classificação como Imóvel de Interesse Municipal (IM), abrangido por ZEP ou ZP (Zona Especial de Protecção). (Carvalho, *idem*).

Actualmente, a edificação faz parte da cadeia de hotéis Albatroz.

## 5.21 CASA DUQUE DE LOULÉ<sup>97</sup>



**Casa Duque de Loulé.**

**Fonte:** *Arquitectura finais do séc. XIX até ao Modernismo em Portugal.*

Este palácio está assente sobre a plataforma rochosa, no extremo Oeste da Praia da Conceição, confina a Este com a praia, a Norte, com a Ermida de Nossa Senhora da Conceição dos Inocentes e com a antiga estrada real n.º 67, a Sul com o Oceano Atlântico, e a Oeste, com a Casa Asse das Três ou dos Almadás.

Foi uma das primeiras casas luxuosas de Verão que a nobreza construiu em Cascais, a fim de acompanhar a Família Real na vilegiatura.

A compra do terreno deu-se a 29 de Dezembro de 1870, anunciada no Diário do Governo, N.º 295, todavia, a publicação é mandada suspender, pela Câmara Municipal, a 5 de Janeiro de 1871, por ordens do Governo Civil de Lisboa. Somente a 26 de Janeiro de 1871 é dada novamente autorização pelo Conselho de Distrito e publicado o aforamento, que é arrematado a 23 de Fevereiro do mesmo ano, por Rodrigo Maria Berquó<sup>98</sup>, na qualidade de procurador dos Condes de Vale de Reis, D. Pedro Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto<sup>99</sup> e sua esposa, D. Constança Maria da Conceição Figueiredo Cabral da Câmara. Contudo, a Câmara Municipal de Cascais, só procederá ao respectivo deferimento a 17 de Novembro de 1872. (Henriques, 2004, p. 133).

---

<sup>97</sup> ANEXO XXI – Casa Duques de Loulé.

<sup>98</sup> Dados biográficos de Rodrigo Maria Berquó, *idem*.

<sup>99</sup> Dados biográficos de D. Pedro Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto, *idem*.

A construção terá assim início no princípio de 1873, para efectuar o projecto foi escolhido o architecto português Luís Caetano Pedro d'Ávila<sup>100</sup>. Este architecto, formado em engenharia, tinha estudado architectura, em Paris, com Charles Garnier e revelou quase sempre um gosto por formas sóbrias e funcionais, embora mantendo sempre uma constante influência da sua formação francesa. A obra terá sido também supervisionada pelo próprio architecto.

A casa apresenta traça de influência francesa, estilo Luís XIII, ornamentada com reminiscências gregas e árabes. Segundo Pedro Barruncho, ocupa uma área aproximada de 200 metros quadrados, o que parece ser por demais exígua, a menos que este autor se refira apenas à área coberta, o que de qualquer forma continuará a ser pequena, deduzindo-se que a propriedade tenha sido aumentada posteriormente. (Barruncho, 1873, p. 153).

A casa é formada por cinco corpos distintos, dos quais três, mais salientes, terminam com agulhas douradas, dividindo-se em três andares: rés-do-chão, primeiro andar e mansarda; as paredes exteriores eram revestidas a tijolo encarnado, formando xadrez; as cantarias das portas e janelas são alternadas com pedras grandes e pequenas, ao estilo Luís XIII; a mansarda era coberta por telhas cor de ardósia.

O seu interior, com muita luz e arejado, tinha uma configuração completamente diferente da que se pode observar hoje em dia, dada a sua transformação em hotel. Por uma descrição da época sabemos que, ao nível do rés-do-chão, se compunha de: vestíbulo, guarda-roupa, sala, casa de jantar, casa de costura, casa de bilhar, um quarto para hóspede, copa e sentina. No primeiro piso, quartos destinados aos Condes, que davam sobre o Oceano; quartos para as suas filhas, com os respectivos toilettes; e um gabinete. No andar superior, a mansarda dividia-se em: quartos para hóspedes e empregados, despensa, casa de engomar, entre outros. As cocheiras e outras áreas de apoio situavam-se ao lado do palácio, respeitando a elegância da sua architectura. (Barruncho, 1873, p. 153).

Apesar de ter sido considerada, por alguns, um magnífico palácio na época, outros houve, que achando-a tão feia lhe chamaram “a caixa de amêndoas”. (Bryner cit. por Andrade, 1990, p. 330).

---

<sup>100</sup> Dados biográficos de Luís Caetano Pedro d'Ávila, *idem*.

Pressupõe-se que na época da sua construção se destacasse mais da paisagem e chamasse mais a atenção do visitante, hoje em dia, a área envolvente absorve-a um pouco, tornando o seu acesso difícil, escondendo-a, e não a deixando brilhar tanto.

D. Pedro Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 10º Conde de Vale de Reis, 3º Marquês de Loulé e 2º Duque de Loulé, nasceu a 7 de Outubro de 1830 e faleceu a 2 de Março de 1909, no Palácio da Quinta da Praia, em Belém. Era filho de D. Nuno José Severo Mendonça Rolim de Moura Barreto (1804-1875), que casou com a Infanta D. Ana de Jesus Maria de Bragança, filha de D. João VI, tendo ascendido, por este motivo, a 1º Duque de Loulé.

Exerceu os cargos de General de Brigada, Estribeiro-mor da Casa Real, Gentilhombre da Câmara e Mordomo-mor, da Rainha D. Maria Pia de Sabóia. (Falcão, 2005, p. 472).

O segundo proprietário do palácio foi Eduardo Alberto Plácido (1874 – 1937), casado com Petronilha Augusta Correia Teixeira. Desta família, uma das suas filhas, Maria Antónia Mendes Tedeschi (1897 – 1982), que contraiu matrimónio com Francisco de Mello Breyner (1894 – 1963), 5º Conde de Mafra, também a habitaram. Aqui nasceu o 6º Conde Mafra, Tomás de Mello Breyner (1920-1979). (Falcão, 2005, p. 472; Eduardo Alberto Plácido. Disponível em

[http://geneall.net/P/per\\_page.php?id=12001](http://geneall.net/P/per_page.php?id=12001)). [Consultado a 30/04/2012].

A casa passou depois ao 3º Marquês da Foz e 4º Conde de Cabral, Jacinto Brandão de Melo Magalhães Guedes de Queirós (1931), que nos anos 60 do século XX, a alugou, e foi transformada em estalagem. (Falcão, 2005, p. 472; Colaço, Archer, 1999, p. 343); Jacinto Queirós. Disponível em

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=54636](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=54636)). [Consultado a 30/04/2012].

Em 1978, passou a ser propriedade da Família Simões de Almeida, João António Simões de Almeida (1910-1990). (João Almeida. Disponível em

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=38409](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=38409)). [Consultado a 30/04/2012].

Por fim, a mansão foi transformada em hotel de luxo, o primeiro hotel da cadeia Albatroz, que acabou comprando a propriedade. (Leite, *idem*).

Presentemente, o imóvel é considerado de Interesse Municipal (IM), abrangido por ZEP ou ZP (Zona Especial de Protecção). (Sílvia Leite, *idem*).

Imediatamente a seguir ao Palácio do Duque de Loulé encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Inocentes. Provavelmente construída durante o século XVII resistiu milagrosamente ao terramoto, quedando intacta. (Paróquia de Cascais. Disponível em

[http://www.paroquiadecascais.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2](http://www.paroquiadecascais.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2)).

[Consultado a 26/04/2012].

A capela sofreu alterações durante o século XIX e XX, altura em que foram acrescentados os dois corpos laterais, o que alterou o espaço interior. (Paróquia de Cascais, *idem*).

A fachada é do século XVIII e no interior, no altar-mor, observava-se a imagem de Nossa Senhora da Conceição. (Paróquia de Cascais, *idem*).

Esta pequena ermida passou a albergar o culto depois do terramoto, visto a Igreja de Nossa Senhora da Ressurreição, que se situava onde está hoje a estação do caminho-de-ferro, ter ficado destruída. Até 1920, realizou-se a Procissão de Nossa Senhora da Conceição, em memória do ocorrido em 1755. (Paróquia de Cascais, *idem*).

Recentemente, a ermida foi cedida à Comunidade Ortodoxa (Paróquia de S. João Crisóstomo), sediada na freguesia de Cascais.

Junto à capelinha encontra-se um Cruzeiro, que assinala um naufrágio ocorrido em 1609. (Paróquia de Cascais, *idem*).

## 5.22 CASA D. ANTÓNIO DE LENCASTRE<sup>101</sup>



Casa D. António de Lencastre

Fonte: *Arquitectura finais do séc. XIX até ao Modernismo em Portugal*

Situada na orla costeira, entre o Palácio Faial e a Casa do Duque de Loulé, na Rua Frederico Arouca, nº 107.

O requerimento a pedir licença para a construção desta casa foi enviado à Câmara Municipal de Cascais em 1898.

A casa está construída num terreno que era pertença da Casa Palmela, tendo sido ofertado pelos próprios Duques de Palmela a D. António Lencastre<sup>102</sup>. (Falcão, 2005, p. 469).

O projecto é de autor desconhecido, assim como o construtor, devendo-se provavelmente a um arquitecto italiano. (Falcão, *idem*, p. 470).

É uma casa de traça revivalista, eclética, com a fachada principal virada a Sul, está dividida em dois corpos: torreão e corpo principal. Composta por quatro pisos: subterrâneo, rés-do-chão, andar nobre e mansarda.

A fachada está decorada com motivos neoárabes, neogóticos, neomanuelinos, guarita e uma varanda de sacada, com arcos e colunas, que corre ao longo de todo o andar nobre.

---

<sup>101</sup> ANEXO XXII – Casa D. António de Lencastre.

<sup>102</sup> Dados biográficos de D. António de Lencastre, *idem*.

No torreão, observa-se ao nível do andar nobre, uma pequena varanda de sacada, fazendo lembrar uma *loggia*; no último piso, uma ampla janela geminada, decorada com motivos manuelinos; e ao nível do rés-do-chão, uma porta janela, com um vão gótico.

A entrada principal apresenta um pórtico de pedra, formado por arcos góticos, e adossado à parede exterior do edifício, fazendo lembrar a entrada de um templo, sendo, no entanto, simples e elegante. Este pórtico está encimado por um conjunto escultórico, que representa um pelicano, retirando carne do próprio peito para dar aos filhos, que ainda se encontram no ninho. Este símbolo dava o nome ao edifício, “Casa dos Pelicanos”, embora esta fosse conhecida em Cascais pela “Casa dos Telhados Amarelos”. A presença do pelicano sobre a porta principal pode estar relacionada com a actividade exercida pelo seu proprietário, que era médico, e também com a perspectiva filantrópica da sua vida, manifestada pela ajuda aos outros e dedicada a obras de caridade, ou talvez, com o facto de D. António descender de D. Jorge de Lencastre, filho ilegítimo de D. João II, que usou como símbolo heráldico o pelicano.

Esta magnífica casa encontra-se ainda rodeada de um pequeno parque, apesar das construções recentemente efectuadas a Oeste, e possuía duas entradas, uma do lado Norte, que dava acesso à estação do caminho-de-ferro e a do lado Sul, que confinava com a antiga estrada real nº 67.

D. António de Lencastre nasceu, em Lisboa, a 11 de Setembro de 1857 e faleceu também em Lisboa, a 30 de Outubro de 1944.

Proveniente de ascendência nobre, que remonta a Richard Colley Wellesley, 1º Marquês de Wellesley, cujo irmão mais novo era Arthur Wellesley, o famoso 1º Duque de Wellington. Descendia em linha directa de D. Jorge de Lencastre, filho natural de D. João II, foi Mestre de Aviz, último Grão-Mestre da Ordem de Santiago e 2º Duque de Coimbra. (Falcão, *idem*, p. 470).

Além de médico pessoal do Rei D. Carlos, foi colaborador da Rainha D. Amélia, na fundação da Assistência Nacional aos Tuberculosos, vogal do Conselho de Higiene, professor de Higiene Naval e de Patologia, Presidente da Sociedade de Ciências Médicas, entre outras actividades, bem como sócio de várias academias estrangeiras. (Falcão, *idem*, p. 470).

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tendo sido agraciado pelo Rei Eduardo VII, de Inglaterra, com o título de “Sir” e nomeado Par do Reino, em 1905. (Falcão, *idem*, p. 405).

D. António de Lencastre, uma vez que não usava o título de Conde de Lencastre, cedeu-o a seu neto, D. António Maria de Souza e Faro de Lencastre, com autorização prévia da Rainha e do Conselho da Nobreza. (Falcão, *idem*, p. 471).

Os últimos Lencastres a habitar esta casa foram: o Dr. D. Fernando Maria de Lencastre, filho de D. António, também médico, e os seus três filhos, D. António Maria, que herdou o título, D. João e D. Carlota. (Falcão, *idem*, p. 471).

A casa foi vendida ainda durante a sua vida pelo seu filho, o Dr. D. Fernando de Lencastre, nos anos 40 do século XX, ao industrial Carlos Mantero Belard<sup>103</sup> (1895-1980), a cujos descendentes pertenceu até 2001 (Falcão, *idem*, p. 471; Fonseca (2011-2012). *Os Belarde* [on line]. Disponível em

<http://67.220.196.2/~armoria/belard/paginas/0268.carlosmanterobelard.shtml>).

[Consultado a 26/04/2012].

Carlos Mantero Belard era irmão de Enrique Mantero Belard<sup>104</sup> (1903-1974), uma das grandes fortunas em Portugal, casado com D. Gertrudes Eduarda Verdades de Faria (1905-1967). Já viúvo, e como não houvesse descendência do matrimónio, legou os seus bens a várias instituições, nomeadamente, doou a sua casa no Monte Estoril, na Avenida de Sabóia, à Câmara Municipal de Cascais, hoje a Casa-Museu Verdades de Faria. (Fonseca, *idem*).

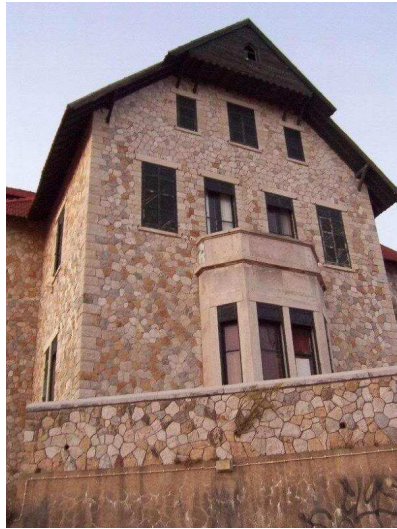
Em 2001, o palacete foi vendido à Planase, empresa proprietária dos Hotéis Albatroz e onde se encontra instalado actualmente uma unidade hoteleira de luxo, o Albatroz Palace.

---

<sup>103</sup> Dados biográficos de Carlos Mantero Belard em ANEXO XXII – Ficha Casa D. António Lencastre.

<sup>104</sup> Dados biográficos de Enrique Mantero Belard, *idem*.

### 5.23 PALÁCIO FAIAL<sup>105</sup>



**Casa Faial**

**Fonte:** *Arquitectura finais do séc. XIX até ao Modernismo em Portugal*

O Palácio Faial encontra-se situado a escassas centenas de metros do Palacete Palmela assente sobre uma plataforma rochosa e numa posição mais avançada sobre a Praia da Conceição, a Sul da linha de caminho-de-ferro e próximo da estação.

Este palácio foi também construído pelos Duques de Palmela para a sua única filha, D. Helena Maria Domingas de Sousa Holstein, 4<sup>a</sup> Duquesa de Palmela e 3<sup>a</sup> Marquesa do Faial, casada com D. Luís Coutinho de Medeiros de Sousa Dias da Câmara.

O terreno, que pertencia aos Duques de Palmela, é um esporão triangular rochoso que confina, a Sul, com o mar; a Norte, com a antiga estrada real nº 67 e com a antiga muralha que guarnecia o referido rochedo, mais tarde aumentada em altura, a fim de que a entrada principal ficasse ao mesmo nível da estrada.

Para projectar o Palácio, os Duques escolheram o arquitecto português, José Luís Monteiro<sup>106</sup>, que, após ter efectuado os seus estudos na Academia Real de Belas Artes, tinha seguido como bolseiro, primeiro, para Paris e, depois, para Roma, de onde regressará em 1880, já contratado para trabalhar na Câmara Municipal de Lisboa. Entre

---

<sup>105</sup> ANEXO XXIII – Ficha Palácio Faial.

<sup>106</sup> Dados biográficos de José Luís Monteiro em ANEXO XXIII – Ficha Casa Faial.

as suas obras mais conhecidas destacam-se a Estação do Rossio (1886-1887) e o Hotel Avenida Palace (1890-1892).

A construção teve início em 1896, como se verifica pelo requerimento<sup>107</sup> remetido nesta data à Câmara Municipal de Cascais, sabendo-se também que a empreitada esteve a cargo do conceituado mestre-de-obras Manuel Joaquim de Oliveira. (Habitação de Verão dos exmos. srs. Marquezes do Fayal, em Cascaes (1901). *A Construção Moderna*. Anno II (16 de Fevereiro, p. 1-4; Henriques, 2004, p. 121; Anacleto, 1992-1994, p. 123-124).

O custo total da obra importou em 27 contos de réis. (*A Construção Moderna, idem*).

O terreno era desde o início de pequenas dimensões e a construção ocupava quase toda a área. Quando foi construído, em 1896, provavelmente os seus moradores não sentiriam tanto a invasão do seu espaço como aconteceu mais tarde.

Em 1900, a Câmara Municipal de Cascais ao aprovar o projecto de serventia da Praia da Conceição (Sousa, 2003, p. 65), retirou à área total da propriedade uma parcela de terreno que já inicialmente não era de grandes dimensões. Foi então construída uma rampa, no lateral Este, a confinar com a propriedade.

Com o decorrer dos anos, aumentou a afluência de veraneantes à praia, que utilizavam aquela serventia, pelo que os moradores da mansão vêem a sua privacidade algo invadida, sem escapatória, visto que os muros que rodeiam a propriedade são baixos e a proximidade do mar condiciona a arborização.

Presentemente, a presença deste magnífico palácio encontra-se diminuída face à ocupação desordenada da área envolvente, que o sufoca e lhe retira dignidade.

A tipologia arquitectónica do Palácio Faial remete para o Palacete Palmela<sup>108</sup>, seguindo de perto o estilo neogótico que se caracteriza por linhas perpendiculares acentuadas, apresentando, no entanto, um certo distanciamento em relação ao primeiro, patenteado nas pequenas diferenças.

O palácio compõe-se de quatro pisos: subterrâneo, rés-do-chão, primeiro andar e sótão. É visível a solidez do imóvel.

---

<sup>107</sup> *Idem*. Documento em anexo.

<sup>108</sup> Dados biográficos da Família Palmela em ANEXO XXIV – Ficha Palácio Palmela.

Exteriormente apresenta justaposição de diversos volumes, revestimento a pedra rústica da região e Bay-window visível ao nível do rés-do-chão no alçado da fachada Sul, elementos inspirados no modelo do Palacete Palmela. (Silva, 1988, p. 66).

O portal de entrada, orientado a Norte, é minimizado pela existência de uma varanda de sacada no andar superior, projectada para o exterior e que corresponde a um melhor ordenamento interior; janelas numerosas e amplas, permitindo uma boa iluminação com portadas exteriores; telhados de duas águas revestidos a telhas vermelhas. (Silva, 1988, p. 66).

A entrada principal dá acesso a um átrio centralizador, permitindo uma boa comunicação entre os diferentes pisos, tanto ao nível vertical como ao nível horizontal.

A história deste palácio prende-se também com a da Família Palmela, a qual desempenhava, há muito, um papel relevante na aristocracia portuguesa e junto dos reis de Portugal.

O edifício foi vendido, por volta de 1974, ao Ministério da Justiça, para instalar o Tribunal Judicial de Cascais.

Recentemente, com a mudança destes serviços para um novo edifício, foi transacionado, a fim de aí ser instalado um Hotel & Spa.

O palacete encontra-se em vias de ser classificado, inserido em ZEP ou ZP (Zona Especial de Protecção).

## 5.24 O PALÁCIO PALMELA<sup>109</sup>



Palácio Palmela - Henrique Casanova (1904)

Fonte: *Arquitectura finais do séc. XIX até ao Modernismo em Portugal*

A Oriente da vila, chama a atenção uma enorme mansão, do lado direito da linha férrea, que ocupa uma parcela do litoral, com posição privilegiada sobre o Oceano e sobre a baía de Cascais, o “Palacete Palmela”.

O palacete foi encomendado pela terceira Duquesa de Palmela, de seu nome completo Maria Luísa Domingas Eugénia Ana Filomena Josefa Antónia Francisca Xavier Sales de Borja de Assis Paula de Sousa Holstein Beck, que herdou também os títulos de 3<sup>a</sup> Condessa do Calhariz, 2<sup>a</sup> Marquesa do Faial e Condessa de Sanfré no Piemonte. Nascida em 1841, era filha de D. Domingos de Sousa e Holstein e de D. Maria Luísa de Sampaio de Noronha, segundos Duques de Palmela.<sup>110</sup>

D. Maria de Sousa e Holstein, como era conhecida, desde cedo demonstrou um grande talento para o desenho e estudou escultura em Portugal com Anatole Calmels<sup>111</sup>, tendo também feito grande parte da sua educação no estrangeiro, facto a que não foi alheio a ligação da Família Palmela à vida diplomática, permitindo assim que a terceira Duquesa de Palmela desenvolvesse um gosto requintado e invulgar. (Anacleto, 1992-1994, p. 115).

A 15 de Abril de 1863, D. Maria de Sousa e Holstein, contraiu matrimónio com D. António de Sampaio e Pina Brederode, filho dos segundos Viscondes da Lançada, o

<sup>109</sup> ANEXO XXIV – Ficha Palácio Palmela.

<sup>110</sup> Dados biográficos da Família Palmela em ANEXO XXIV – Ficha Palácio Palmela.

<sup>111</sup> Dados biográficos de Anatole Calmels em ANEXO XVI – Ficha dos Antigos Paços do Concelho.

que foi considerado o casamento do ano, apadrinhado pelo rei D. Luís e pela rainha D. Maria Pia de Sabóia. (Falcão, 2005, p. 462).

A Família Palmela mantinha desde longa data relações sociais e de estreita amizade com os reis de Portugal. Pertencendo à mais alta aristocracia, acompanhavam normalmente os monarcas na época de vilegiatura quer fosse em Sintra, onde já possuíam um palacete ou em Cascais, onde fizeram construir outro com a mesma finalidade. Nos primeiros anos que vieram para Cascais, ocupavam uma casa alugada à entrada da vila e aí permaneceram durante todo o tempo que demorou a construção do palacete. (Anacleto, 1992-1994, p. 117).

Cerca de 1868, os Duques de Palmela adquiriram ao Estado o Baluarte de Nossa Senhora da Conceição, antigo bastião de defesa da entrada do Tejo, que já em 1796 havia perdido o seu valor militar, servindo apenas de paiol, pela quantia de 2.611\$000 réis. (Anacleto, *idem*, p. 116; Falcão, 2005, p. 463).

Na efectivação desta compra havia, no entanto, uma condição que obrigava a futura construção a poder ser transformada rapidamente, em caso de guerra, numa posição de defesa, a fim de não interromper a linha de fuzilaria da costa que se estendia até à Cidadela de Cascais. Para isso deveriam ser abertas seteiras nas paredes do edifício, voltadas para o lado do mar. Seria sobre este baluarte que iria nascer o palacete. (Anacleto, *idem*, p. 116; Falcão, 2005, p. 463).

A construção do Forte de Nossa Senhora da Conceição datava de 1642, e integrava o sistema defensivo da costa, designando-se na época por Baluarte do Rio do Bode. Como todos os congéneres, edificados durante o reinado de D. João IV, obedecia “ (...) aos mesmos princípios construtivos que identificam os fortes levantados ao longo da costa (...) ”. No princípio do século XIX estava desactivado e devoluto.

A construção da Casa Palmela viria a destruir totalmente o que restava do forte. A muralha ameada que agora se vê, onde assenta a casa, data da construção da mesma, precavendo tempos de guerra. (Ramalho, *et al.*, cit. por Catarina Oliveira (2006). Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74733/>).

[Consultado a 03/02/2012].

Para efectuar o projecto foi escolhido o arquitecto inglês Thomas Henry Wyatt<sup>112</sup>, presidente do Royal Institute of British Architects, que havia estado ligado à Exposição Universal de 1851, em Londres, embora esta decisão tenha trazido alguma polémica na sociedade da época (Anacleto, *idem*, pp. 118-119). Como não podia deixar de ser, o projecto do edifício implicou a visita do projectista britânico a Cascais, a fim de fazer um reconhecimento do local destinado à construção, bem como de todo o ambiente envolvente. Apesar de os desenhos efectuados por Thomas Henry Wyatt não terem chegado todos até aos nossos dias, os que se conhecem encontram-se datados de 1871 e 1872. (Anacleto, *idem*, p. 118).

Embora nem todos os autores estejam de acordo em relação à data do início da construção, uma vez que não se encontra no Livro de Registo dos Requerimentos da Câmara Municipal de Cascais a data de autorização para o início da construção, tudo indica que esta terá ocorrido no princípio de 1874. (Anacleto, *idem*, p. 120).

Como é compreensível, o arquitecto inglês não permaneceu em Cascais a fim de supervisionar as obras pessoalmente, pelo que urgiu procurar outro arquitecto que pudesse continuar a acompanhar o processo de construção. Desta feita, conclui-se, com reserva, que José António Gaspar<sup>113</sup> tomou a seu cargo esta empreitada, sendo da sua autoria o projecto da capela nos anos 80, até aí inexistente. (Anacleto, *idem*, p. 121).

Para tal, este arquitecto fez construir, justaposto à parede exterior do lado Poente da construção inicial, dois corpos facetados de um só piso, cobertos por telhados piramidais, além de dois outros conjuntos prismáticos anexos aos primeiros e também cobertos por telhados. (Anacleto, *idem*, p. 121).

O terceiro arquitecto, a trabalhar no palacete foi José Luís Monteiro<sup>114</sup>, entre 1890 e 1895, altura em que se encontrava já a riscar o Palacete Faial, encomendado também pelos duques de Palmela. (Anacleto, *idem*, p. 122).

José Luís Monteiro intervirá no conjunto da capela projectada pelo arquitecto anterior, talvez porque se verificasse um certo desequilíbrio no conjunto, acrescentando aos dois corpos facetados mais um piso e retirando os telhados aos conjuntos prismáticos anexos. (Anacleto, *idem*, p. 122).

---

<sup>112</sup> Dados biográficos de Thomas Henry Wyatt em ANEXO XXIV – Ficha Palácio Palmela.

<sup>113</sup> Dados biográficos de José António Gaspar, *idem*.

<sup>114</sup> Dados biográficos de José Luís Monteiro, *idem*.

A obra esteve a cargo do construtor José Leandro Braga. (Bryner cit. por Sousa, 2003, p. 64).

César Ianz<sup>115</sup> foi o quarto arquitecto a trabalhar para os duques de Palmela.

Apesar de a sua intervenção não estar directamente relacionada com a construção do palacete, este arquitecto foi incumbido de projectar e construir, em 1895, um edifício de apoio para instalar cocheira e uma cavalaria, comprovando-o encontra-se um requerimento apresentado à Câmara Municipal de Cascais, pedindo autorização para o efeito, datado de 21 de Janeiro de 1895 e assinado pelo próprio arquitecto, o qual é acompanhado de um projecto muito simples e que previa uma edificação a ser construída na Travessa da Conceição, nº 6, junto à estação de caminho-de-ferro, em terreno pertencente aos Duques de Palmela. (Anacleto, *idem*, p. 123).

O edifício, ainda hoje observável neste local, situa-se num espaço irregular, apresentando dois pisos, o primeiro que seria efectivamente destinado a cocheira e cavalaria e o segundo, recuado, dispendo de uma área menor, destinava-se provavelmente a servir de alojamento aos empregados desta instalação. (Anacleto, *idem*, p. 123).

Actualmente, neste edifício, encontra-se instalada a Livraria Municipal de Cascais que abriu ao público em 20 de Novembro de 2001, depois de terem sido efectuadas para tal obras específicas de restauro, que respeitaram a traça original.

Anteriormente funcionou aqui o Tribunal de Trabalho de Cascais, tendo sido também utilizado como residência.

O Palacete Palmela é considerado hoje um símbolo da vila, em vias de ser classificado como Imóvel de Interesse Público/Valor Concelhio. (Rosário Carvalho. *Palácio palmela (Conceição Velha), incluindo o jardim*. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70834/>). [Consultado a 03/02/2012].

Faz-se notar pela sua solidez, contudo, moderado e elegante que, apesar da sua traça neogótica de inspiração britânica acabou por se enquistar na paisagem envolvente:

Transposto de brumosos prados para a plena luz de um litoral já mediterrânico, a carga exótica do modelo acabou por conquistar a paisagem que ainda hoje questiona com um sentimento muito século

---

<sup>115</sup> Dados biográficos de César Ianz, *idem*.

XIX: visto daqui, o mar é uma contraditória presença e a casa um seguro e conveniente posto de contemplação. (Silva, 1988, p. 66).

O edifício é constituído por quatro pisos distintos: cave, rés-do-chão, andar nobre e mansarda, apresentando vários corpos intencionalmente organizados assimetricamente.

Exteriormente está revestido a pedra rústica da região; janelas simples e amplas de forma a iluminar convenientemente o seu interior, sendo apenas algumas rematadas na parte superior por uma espécie de arco abatido, não respeitando inteiramente o projecto inicial; telhados de duas águas; águas furtadas com perfil vertical; várias chaminés bastante altas que lhe acentuam a característica perpendicular; a entrada principal, virada a Norte é bastante discreta e sóbria, situa-se num ressalto, provocado pelo desnivelamento de dois planos da fachada, e sobrepujada pelo escudo ducal; na fachada Sul, uma enorme *bay-window* ocupa os dois pisos principais e permite uma magnífica vista sobre o mar. (Anacleto, *idem*, p. 120).

Passando a entrada principal, tem-se acesso a um átrio que unifica o espaço interior, facilitando a comunicação entre os diferentes pisos. Ao nível da decoração, o espaço foi trabalhado nos mínimos detalhes pelo próprio arquitecto que cuidou de projectar a escadaria e o tecto que rodeiam o vestíbulo, os balaústres para a escadaria nobre, os arcos destinados ao interior do imóvel, o projecto da janela para a sala de bilhar, as portas de interiores e as portadas, o que imprime a todo o ambiente uma grande sobriedade e elegância. (Anacleto, *idem*, p. 121).

No tempo em que foi construído, o palacete inseria-se numa vasta propriedade que se estendia pela colina até ao Alto do Monte Estoril, local onde a Duquesa de Palmela havia separado uma faixa de terreno destinada a construções urbanas. Exemplo disso é a “Casa Montsalvat”, riscada por Raul Lino, que aí se situa e que foi oferecida pela duquesa ao pianista Alexandre Rey Colaço. (Anacleto, *idem*, p. 118).

Uma outra parte desta área destinou-a a duquesa, que nutria especial carinho pelas árvores e plantas, à construção de um parque, o Parque Palmela. A criação deste espaço, ao que parece, não foi tarefa fácil, devido à constituição do solo e à proximidade do mar. No entanto, a duquesa fez substituir continuamente as árvores que secavam ou que, de alguma forma, não se adaptavam. Mandou traçar veredas e construir tanques que serviam de depósito de água e alimentavam os diversos lagos dispersos pelo parque. (Barruncho, 1873, pp. 148-149).

Com o desenvolvimento urbano, todo este ambiente criado sofreu grandes alterações, primeiro, com a construção da linha de caminho-de-ferro no final da década de 80, mais tarde, nos anos 40 do século XX, a construção da Estrada Marginal e, na década de 60, a construção do Hotel Estoril-Sol, a propriedade foi sendo dividida. Até aos nossos dias sobreviveu uma pequena parcela do parque, que é utilizado para concertos, como o Festival de Jazz de Verão de Cascais, no auditório Fernando Lopes Graça.

Neste final de século e durante a época balnear, Cascais era com efeito uma vila com uma actividade intensa e alegre, onde as festas se sucediam e eram organizados todo o tipo de eventos: quermesses, corridas de touros, regatas, jantares, concertos, teatro, bailes, entre outros. Todas as oportunidades eram motivo para grande festejar, em especial as relacionadas com a casa reinante, como a chegada da Família Real, no princípio de Setembro, e os aniversários do rei e da rainha ou de outras pessoas reais.

A Duquesa de Palmela foi sem dúvida uma das grandes promotoras e principal figura de toda esta actividade que decorria no período balnear, organizando incansavelmente festas de caridade, as quais contavam quase sempre com a presença da Família Real e que revertiam a favor das suas obras de beneficência, como as “Cozinhas Económicas”, da qual foi fundadora juntamente com Maria Isabel de Lemos Saint-Léger, Marquesa de Rio Maior. (Falcão, 2005, p. 465).

Das muitas quermesses organizadas pela Duquesa de Palmela, uma perdurou na memória das gentes de Cascais por muito tempo. Foi realizada no Parque Palmela em 1901 e rendeu cerca de cinco contos. (Colaço, Archer, 1943, pp. 357-358).

Este bazar incluiu, além de muitas outras tómbolas, uma tómbola rica em que foram sorteados objectos de prata como: salvas, serviços de chá, faqueiro, entre outros; foram também projectados três filmes, o que constituía grande novidade na época; o parque foi todo iluminado a electricidade produzida pelo gerador particular da casa Palmela, constituindo outro motivo de espanto na população que admirava as filas de lâmpadas espalhadas sobre o parque: “O público o que mais admirava na festa era a iluminação eléctrica e o cinema – o chamado animatógrafo, nesse tempo que já não volta”. (Colaço, Archer, *idem*).

Presentemente, o palacete é ainda património da Casa Palmela, continuando a ser habitado, pela sua proprietária, a Sra. Dra. Maria de Sousa Holstein Campilho.

## 5.25 CASA PÉRGOLA<sup>116</sup>



**Casa Pérgola.**

**Fonte: Coleção Particular.**

A Casa Pérgola situa-se na Avenida Valbom, perto da estação de caminho-de-ferro, frente à Gelataria Santini e à Livraria Galileu.

No local, onde tinham existido anteriormente duas edificações, entretanto demolidas, construíram-se duas outras casas em 1920.

Os imóveis destinavam-se a duas irmãs, filhas de Marcelino Nunes Correia, negociante, cofundador da Companhia Agrícola do Sanguinhal, actualmente ainda na posse desta família, e sócio da Sociedade Abel Pereira da Fonseca, desde 1918.

A Casa Pérgola caberia à filha mais velha e a Casa Palma (ao lado) à mais nova.

Em particular, a Pérgola, tem passado sucessivamente de geração em geração. A Casa Palma, também muito bonita, com azulejos azuis e brancos na fachada, foi também em tempos uma residencial, a Residencial Palma. Vendida há cerca de vinte anos é actualmente pertença do construtor A. Santo, que a utiliza como residência particular.

A segunda proprietária da casa foi a Sra. D. Piedade Correia Gonçalves, que só teve um filho, Manuel Correia Gonçalves, que a herdou.

Este último proprietário viveu sempre em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro, mas após o casamento passou a utilizá-la como residência familiar.

---

<sup>116</sup> ANEXO XXV – Ficha Casa Pérgola.

Em 1985, foi remodelada e transformada em Turismo de Habitação, passando a herança para sua filha, Patrícia Correia Gonçalves, entretanto diplomada pelo Institute of Higher Education, em Glyn, na Suíça, que tomou as rédeas do negócio.

A casa divide-se em piso térreo, primeiro e segundo andar, atraindo a atenção de quem passa pelo colorido da sua fachada principal: janelas de cantaria com cercaduras de azulejos azuis e amarelos. O pequeno jardim, sempre muito bem arranjado, apresenta canteiros com floração consoante as Estações do Ano. A mansão possui 10 quartos, oito duplos e dois individuais.

As informações utilizadas, na caracterização desta casa, foram gentilmente cedidas pela Sra. D. Sofia Gonçalves, sobrinha da actual proprietária, a Sra. D. Patrícia Correia Gonçalves.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este trabalho, de natureza científico-prática, consideramo-lo um precioso contributo para a prossecução da actividade dos Profissionais de Informação Turística e onde se pretendeu dar ao público em geral, sem ser exaustivo, uma informação o mais completa possível.

Como anteriormente mencionado, muitos outros itinerários, genéricos ou temáticos, podem ser agilizados na Freguesia de Cascais.

Este, em particular, incidiu sobre casas com história e memória situadas na orla costeira mas, muitos outros se poderão realizar para o interior da Vila de Cascais, ou até mesmo conjugados com o que agora se apresenta.

Este trabalho pretendeu apenas ser um contributo de alguém que faz a sua vida a trabalhar em Turismo, mostrando aos turistas as realidades do País em geral e de Cascais em particular, mas, sobretudo, de quem ama a sua terra e tenta interpretá-la através dos seus olhos.

## BIBLIOGRAFIA

### Obras de Carácter Geral

- ALMEIDA, João António Simões. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=38409](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=38409). [Consultado a 30/04/2012].
- ÁLVARES, Maria Cristina d'Orey Roquette (2006). O que nos disse um bisneto – António d'Orey Capucho (Presidente da C. M. de Cascais). *Gazeta d'Orey*, nº 9. [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf). [Consultado a 05/02/2012].
- AMARAL, Manuel (2000-2010). *Maria Pia de Sabóia*. <http://www.arqnet.pt/dicionario/mariapia.html>. [Consultado a 22/04/2012].
- ANDERSEN, Hans Christian, (2003), *Uma visita a Portugal em 1866*, Canelas: Edições Gailivro, Lda.
- ASSOCIAÇÃO dos Amigos da Torre do Tombo (AATT). *Joaquim Possidónio da Silva*. <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1606>. [Consultado a 02/04/2012].
- BASTO, Teresinha Pinto (2006). Casa de Nossa Senhora da Assunção. *Gazeta d'Orey*, nº 9. [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf). [Consultado a 05/02/2012].
- BASTO, Eduardo Luís de Sousa Coutinho Ferreira Pinto. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=24955](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=24955). [Consultado a 22/04/2012].
- BELARD, Carlos Mantero. *Legislaturas II, V, VI*. [http://app.apartamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/b/belard\\_carlos\\_mantero.pdf](http://app.apartamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/belard_carlos_mantero.pdf). [Consultado a 26/04/2012].
- BELARD, Carlos Mantero. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=2040513](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=2040513). [Consultado a 26/04/2012].
- BELCHIOR, Lucília dos Santos, 2010. *Karl Albrecht Haupt (1852-1932) e o 'Desenho de Viagem', O Registo dos Monumentos Nacionais: Compreensão Arquitectónica e Fruição Estética*. Tese não publicada (Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BLAGA 70. <http://www.icr.ro/lisboa/eventos/blaga-70.html>. [Consultado a 29/04/2012].
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, (2010), *Memórias do Duque de Palmela*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BRUNN, Albert von (1990). *Mircea Eliade em Portugal (1940-1944.)* <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/meliade.pdf>. [Consultado a 16/03/2012].
- BRYNER, Thomas de Mello, (1930), *Memórias do Professor de Mello Bryner*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- CASIH (2007). *J. J. de Sousa: pintor de Nossa Senhora*. <http://casih.blogspot.pt/2007/05/joo-sousa-arajo-o-pintor-de-nossa.html>. [19/04/2012].

CHAMPALIMAUD, António: *O último imperador*.

<http://accaopopularlibertaria.files.wordpress.com/2011/03/imperio-champalimaud.pdf>.

[Consultado a 11/05/2012].

*CONSTRUÇÃO Moderna (A)* (1901). *Casa Fayal*. Nº 26, 16 de Fevereiro.

*CONSTRUÇÃO Moderna (A)* (1902). Casa Joaquim da Silva Leitão. Nº 79, 1 de Dezembro.

CUNHA, José, (2006). O Avô Frederico, *Gazeta d'Orey*, nº 9. [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf). [Consultado a 05/02/2012].

*DIÁRIO da Câmara dos Pares do Reino*, Sessão N.º 23, de 15 de Março de 1901. <http://debates.parlamento.pt>. [Consultado a 08/02/2012].

*DIÁRIO da Câmara dos Pares do Reino*, Sessão N.º 3, de 9 de Maio de 1908. <http://debates.parlamento.pt>. [Consultado a 08/02/2012].

DIAS, Carlos Malheiro, (1905), *Cartas de Lisboa*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.<sup>TA</sup>.

*DICIONÁRIO Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, (1904-1915), vol. III, Lisboa: João Romano Torres, pp. 574-576.

*DICIONÁRIO Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, (2010), José Eduardo Franco (dir.), et al., Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.

DIONÍSIO, Santa'anna, (1991), *Guia de Portugal, Lisboa e Arredores*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DURO, Jacinto Silva (2008). As gentes do bairro social da Maceira-Liz. *Jornal de Leiria*. (17 de Janeiro). [http://www.jornaldeleiria.pt/files/viver\\_1227\\_4878f3c1027dbd.pdf](http://www.jornaldeleiria.pt/files/viver_1227_4878f3c1027dbd.pdf). [Consultado a 03/02/2012].

FONSECA, João de Sousa (dir.), (1960), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, (1960), Vol. II, Lisboa: Editorial Enciclopédica, Lda.

FONSECA, João de Sousa (dir.), (2000), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. III, Lisboa: Edições Zairol, Lda.

FONSECA, Luís Belard da (2011-2012). *Os Belarde*.

<http://67.220.196.2/~armoria/belard/paginas/0268.carlosmanterobelard.shtml>. [Consultado a 26/04/2012].

FRANÇA, José Augusto, (1990), *A Arte em Portugal no século XIX*, Venda Nova: Bertrand Editora.

*GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, (1998), volume IV.

*GUIA DE PORTUGAL, Estremadura, Alentejo e Algarve*, (1991), Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 69.

*GUIA DE PORTUGAL, Lisboa e arredores*, (2006), Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 620.

- GRUPO Pinto Basto. *E. Pinto Basto & C<sup>a</sup>, Lda.* <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/06/e-pinto-basto-c-lda.html>. [Consultado a 01/05/2012].
- HERÉDIA, António Júlio Gentil de. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=36791](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=36791). [Consultado a 22/04/2012].
- INFOPÉDIA. *Mircea Eliade*. Porto: Porto Editora (2003-2012). URL:[http://www.infopedia.pt/\\$mircea-eliade](http://www.infopedia.pt/$mircea-eliade). [25/03/2012].
- INFOPÉDIA. *Augusto Cid*. Porto: Porto Editora (2003-2012). URL:[http://www.infopedia.pt/\\$augusto-cid](http://www.infopedia.pt/$augusto-cid). [Consultado a 15/04/2012].
- IORGA, Nicolae. <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/293151/Nicolae-Iorga>. [Consultado a 29/04/2012].
- LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, (1874), vol. II, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, p. 145-159.
- LOPES, Pinto R. (2011). *General Sanjurjo. Herói de Espanha morreu em acidente na localidade da Areia em Cascais.* <http://pintorlopes.blogspot.pt/2011/12/general-sanjurjo-heroi-de-espanha.html>. [Consultado a 03/05/2012].
- MARCHAND, Luísa d'Orey (2004). Um pouco de História da nossa Família. *Gazeta d'Orey, nº 0.* [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf). [Consultado a 05/02/2012].
- MENDES, Elsa Maria Carneiro (2002). *A Obra do Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919)*. Tese não publicada (Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <http://dited.bn.pt/29432/467/642.pdf>. [Consultado a 19/04/2012].
- MUNICÍPIO de Cantanhede (2005). *Celestino André Alves.* [http://www.cm.cantanhede.pt/xsite\\_cantanhede/CantanhedeOnline/Cultura/Artistas.jsp?PCH=540&CH=596&PID=16401](http://www.cm.cantanhede.pt/xsite_cantanhede/CantanhedeOnline/Cultura/Artistas.jsp?PCH=540&CH=596&PID=16401). [Consultado a 18/04/2012].
- MUSEU Nacional do Azulejo (2009). *Real Fábrica de Louça (ao Rato)*. <http://mnazulejo.imc-ip.pt/pt-PT/Colecao/Coleccoes/ContentDetail.aspx?id=415>. [Consultado a 20/04/2012].
- MUSEU Nacional do Azulejo. *Fábrica Viúva Lamego.* <http://mnazulejo.imc-ip.pt/pt-PT/Colecao/Coleccoes/ContentDetail.aspx?id=387>. [Consultado a 01/04/2012].
- MUSEU Nacional do Azulejo (2009). *Pereira Cão / José Maria Pereira Júnior.* <http://mnazulejo.imc-ip.pt-PT/Colecao/Coleccoes/ContentDetail.aspx?id=410>. [Consultado a 01/04/2012].
- MECO, José, *O Azulejo em Portugal*, (1989), Lisboa: Publicações Alfa, S. A.
- OCCIDENTE (O) (1899). *As nossas gravuras – Mont'Estoril*. 20 de Junho. [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Obras/Ocidente/1899/N737/N737\\_master/N737.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Obras/Ocidente/1899/N737/N737_master/N737.pdf). [Consultado a 22/04/2012].
- ORDEM dos Engenheiros. *No Centenário da Cuf – 'O Grande Industrial' Alfredo da Silva (1871-1942) – I.* <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/no-centenario-da-cuf-o-grande-industrial-alfredo-da-silva-1871-1942-i/>. [Consultado a 03/02/2012].

PAMPLONA, Fernando de (1991). *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, vol. I, 3ª ed., Lisboa: Livraria Civilização.

PENA, António e CABRAL, José, (1996), *Roteiros da Natureza – Lisboa e Vale do Tejo*, s.l: Temas e Debates

PEDREIRINHO, José Manuel, (1994), *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal, do século I à actualidade*, Porto: José Manuel Pedreirinho e Edições Afrontamento.

PEREIRA, Paulo, (1999), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, Lda.

PEREIRA, Manuel Rodrigo Castro, (2006). Algumas notas sobre o meu Bisavô, *Gazeta d'Orey, nº 9*. [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf). [Consultado a 05/02/2012].

PLÁCIDO, Eduardo Alberto. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=12001](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=12001). [Consultado a 30/04/2012].

QUEIRÓS, Jacinto Brandão de Melo Magalhães Guedes. [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=54636](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=54636). [Consultado a 30/04/2012].

SARAIVA, A. J., Óscar Lopes, (1996), *História da Literatura Portuguesa*, Porto: Porto Editora.

SIMÕES, J. M. dos Santos, (2010), *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, (edição revista e actualizada), Fundação Calouste Gulbenkian.

SINDICATO dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia (SATAE). Frederico Augusto Ribeiro (Junho 1939). *Revista do SNCC, nº 3*. <http://www.satae.com/website/content/view/32/160/1/7/>. [Consultado a 16/04/2012].

VAZ, Calmeiro, *et al.* (2003). *O Renascer da Artilharia Antiaérea Portuguesa*. [http://www.exercito.pt/sites/RAAA1/Publicacoes/Documentos/Boletim%20Antiaerea/202003\\_2.pdf](http://www.exercito.pt/sites/RAAA1/Publicacoes/Documentos/Boletim%20Antiaerea/202003_2.pdf). [Consultado a 14/05/2012].

VITERBO, Sousa, (1922), *Dicionário Histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional.

WIKIPÉDIA (2012). *Ricardo Espírito Santo Silva*. <http://pt.wikipedia.org>. [Consultado a 14/02/2012].

WIKIPÉDIA. *Farol de Santa Marta*.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Farol\\_de\\_Santa\\_Marta\\_Cascais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Farol_de_Santa_Marta_Cascais). [Consultado a 07/02/2012].

WIKIPÉDIA. *Célestin Anatole Calmels*.

[http://fr.wikipedia.org/w/index.php?title=C%C3%A9lestin-Anatole\\_Calmels](http://fr.wikipedia.org/w/index.php?title=C%C3%A9lestin-Anatole_Calmels). [Consultado a 15/04/2012].

### **Concelho de Cascais**

ALA – Academia de Artes e Letras. [http://www.academiaartesletras.pt/?page\\_id=15](http://www.academiaartesletras.pt/?page_id=15). [Consultado a 15/04/2012].

ALMEIDA, Fialho, (1998), *O Enterro de D. Luís*, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

ALVES, Ricardo António, (1998) *Eça e os Vencidos da Vida em Cascais*, Mem Martins: Gráfica Europam, Lda.

ANACLETO, Regina, (1992-1994), *Um caso singular no goticismo nacional: O Palacete Palmela*, “Arquivo de Cascais – Boletim Cultural do Município – Nº 11”, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.

ANDRADE, Ferreira de, (1964), *Cascais – Vila da Corte, Oito Séculos de História*, [Cascais]: Município de Cascais.

ANDRADE, Ferreira de, (1966), *Cascais*, Lisboa: Editorial Publicações Turísticas.

ANDRADE, Ferreira de, (1969), *Monografia de Cascais*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.

BAPTISTA, Maria Isabel Andrade, (2011), *Os Jogos de Fortuna ou Azar no Casino Estoril*. Tese não publicada (Mestrado). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE).

BARRUNCHO, Pedro Lourenço de Seixas Borges, (1873), *Apontamentos para a História da Vila de Cascais*, Lisboa: Typographia Universal.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, (1989), *A arquitectura de veraneio: Os Estoris: 1880-1930*. Tese não publicada (Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BOIÇA, Joaquim M. F., (Abril 2011), Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa, *Monumentos Nº 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

CÂMARA Municipal de Cascais, Associação Cultural de Cascais, (1989), *Um Olhar sobre Cascais através do seu Património I, Património e Mundo Rural*, pp. 50-51.

CÂMARA Municipal de Cascais (2007). *Inauguração da Estátua de D. Carlos I*. [http://agendaculturaldecascais.blogspot.pt/2008\\_01\\_01\\_archive.html](http://agendaculturaldecascais.blogspot.pt/2008_01_01_archive.html). [Consultado a 25/03/2012].

CARDOSO, Guilherme, (s/d), *Cascais Passado a Preto e Branco*, Cascais: Associação Cultural de Cascais.

CARVALHO, Rosário. *Edifício dos antigos Paços do Concelho*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74737/>. [Consultado a 03/02/2012].

CARVALHO, Rosário. *Palácio dos Condes da Guarda, actual edifício dos Paços do Concelho*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/7453001/>. [Consultado a 03/02/2012].

CARVALHO, Rosário. *Casa dos Almadás*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/7885590/>. [Consultado a 03/02/2012].

CARVALHO, Rosário (s/d). *Palácio Palmela (Conceição Velha), incluindo jardim*. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70834/>. [Consultado a 03/02/2012].

CARRASCO, Urbano (Maio 1955). Casamento de S. A. R. a Princesa Maria Pia de Sabóia. *Cascais e seus Lugares, n° 7*.

CASA de Santa Maria, (2005), *Raul Lino em Cascais*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.

CASTELO-BRANCO, Fernando, (1972), *Cascais nos inícios do seu municipalismo e na crise de 1383*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.

COLAÇO, Branca de Gonta, Maria Archer, (1999), *Memórias da Linha de Cascais*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

CONRADO, Júlio, (2001), *Lugares de Cascais na Literatura*, Lisboa: Hugin Editores, Lda.

CORREIA, J. Diogo, (1964), *Toponímia do Concelho de Cascais*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.

COSTA, António, *et al.*, (2011), *O Palácio da Cidadela de Cascais*, Lisboa: Museu da Presidência da República, Câmara Municipal de Cascais.

COUTINHO, Martinho da França Pereira, (1900), *A cultura no concelho de Cascais*, Dissertação inaugural apresentada ao Conselho Escolar do Instituto de Agronomia e Veterinária, Lisboa: Tipografia e Litografia de A. E. Barata.

CUNHA, José (2006). O Avô Frederico, *Gazeta d'Orey, n° 9*. [http://www.dorey.pt/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetadOrey_0.pdf). [Consultado a 05/02/2012].

DIAS, Carlos Malheiro (1906). A Casa O'Neill em Cascaes e Cascaes Praia da Corte, *Ilustração Portuguesa*, II volume, respectivamente 17 de Setembro e 22 de Outubro. <http://hemrotecadigital.cm-lisboa.pt/Obras/IlustracaoPort/1906/N35>. [Consultado a 14/02/2012].

ENCARNAÇÃO, José D', (1979), *História e Geografia de Cascais*, Cascais: Publigráfica – Publicidade e Artes Gráficas, SARL.

FALCÃO, Pedro, (2005), *Cascais Menino*, Cascais: ALA – Academia de Letras e Artes.

*FAROL Design Hotel* (2009). <http://pramaistarderecordar.blogspot.pt/2009/02/farol-design-hotel.html>. [Consultado a 06/05/2012].

*FAROL Museu de Santa Marta*.

[http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Equipam\\_Espacos\\_Culturais/Museus/sant](http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Equipam_Espacos_Culturais/Museus/sant). [Consultado a 07/02/2012].

FERNANDES, Paulo (2007). *Casa de São Cristóvão*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70895/>. [Consultado a 03/02/2012].

FERREIRA, Vítor Wladimiro, (2002), *Cascais em Ramalho Ortigão*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.

FILHO, Luís Viana, (1983), *A Vida de Eça de Queiroz*, Porto: Lello & Irmão.

- FORTE de Santa Catarina / Palacete Seixas / Edifício da Messe de Cascais (2011). [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22648](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22648). [Consultado a 23/04/2012].
- HENRIQUES, João Miguel, (2001), *Cascais. Do Final da Monarquia ao alvorecer da República (1908-1914)*, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Cascais.
- HENRIQUES, João Miguel, (2004) *História da Freguesia de Cascais 1870-1908*, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Cascais.
- HENRIQUES, João Miguel, (2005), *Cascais em 1755, Do Terramoto à Reconstrução*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.
- HENRIQUES, João Miguel, (2011), *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol [Cascais, 1850-1930]*: Edições Colibri, Câmara Municipal de Cascais.
- LEITE, Sílvia (2009). *Palácio dos Duques de Loulé ou Casa Loulé*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/4304704/>. [Consultado a 03/02/2012].
- LEITE, Sílvia (2009). *Casa Lencastre*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/4304572/>. [Consultado a 03/02/2012].
- LEITE, Sílvia (2010). *Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia de Cascais*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/6434128/>. [Consultado a 03/02/2012].
- LEITE, Sílvia (2011). *Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Cascais*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/16216412/>. [Consultado a 03/02/2012].
- LENCASTRE, José Coutinho de, (1868), *Passeio de Lisboa a Cascais*, [s.l.], [s.e.].
- MARINHA (2009). *Messe de Cascais*. <http://www.marinha.pt/pt/extra/messedecascais/historial/pages/messedecascais.aspx>. [Consultado a 23/04/2012].
- MARQUES, A. H. de Oliveira Marques, (1989), *Carta de Vila de Cascais 1364*, Estudo e Transcrição, Edição Comemorativa dos 625 anos da Elevação de Cascais a Vila, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.
- MARTINS, A. *Bases da Muralha que interligava os dois baluartes da Praia da Ribeira*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74728/>. [Consultado a 07/02/2012].
- MATOS, A. Campos, (1993), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa: Editorial Caminho.

MECO, José, (1989), “Azulejaria de Cascais com temática ou utilização religiosa”, in *Um Olhar sobre Cascais através do seu Património – Fontes Documentais e Arte Sacra*, Vol. II, Cascais: Edições da Associação Cultural de Cascais/Câmara Municipal de Cascais, p. 97-117.

MECO, José, (Abril 2011), Da ‘Casa dos Azulejos’ aos azulejos de Cascais, *Monumentos N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

MIRANDA, Jorge, (1994), Contributo para o estudo do impacte do caminho-de-ferro nos Concelhos de Oeiras e Cascais (versão policopiada). In: *II Encontro de História Local do Concelho de Oeiras, Para uma História da paisagem no Concelho de Oeiras*, [Oeiras]: [s.l.], [s.e.].

*MONUMENTOS N° 31, Cidades, Património, Reabilitação*, (Abril 2011), Dossiê: Cascais, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

MOREIRA, José Marques, et al., *O património florístico da faixa costeira do Parque Natural de Sintra-Cascais*, Lisboa: Instituto Conservação da Natureza.

MOUTINHO, Teresa, (1989), *A Coleção de postais ilustrados de Monsenhor Elviro dos Santos: Cascais, Monte Estoril e São João do Estoril*, “Arquivo de Cascais, Boletim Cultural do Município, N° 8”, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.

MUSEU Condes de Castro Guimarães, (1999), Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

NOÉ, Paula. *Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a Torre Fortificada*. [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6052](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6052). [Consultado a 07/02/2012].

OLIVEIRA, Catarina (2006). *As fortificações marítimas da costa de Cascais*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74733/>. [Consultado a 03/02/2012].

OLIVEIRA, Catarina (2007). *Forte de Santa Marta*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74736/>. [Consultado a 03/02/2012].

OLIVEIRA, Catarina (2007). *Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre fortificada de Cascais*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74730/>. [Consultado a 03/02/2012].

OLIVEIRA, Catarina (2007). *Cortina de atiradores (entre o Forte de Santa Catarina e o Forte do Almesqueiro)*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74731/>. [Consultado a 03/02/2012].

OLIVEIRA, Catarina (2010). *Edifício da Livraria Municipal*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/14475163/>. [Consultado a 03/02/2012].

ORLÉANS, Charles-Philippe D’, *Reis no Exílio, Portugal Refúgio Real*, Lisboa: A Esfera dos Livros.

PAÇO, Afonso do, (1964), *Cascais há quatro mil anos*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais.

PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras*.

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/7452888/>.

[Consultado a 03/02/2012].

PAF (2011). *Marégrafo de Cascais*.

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74735/>.

[Consultado a 07/02/2012].

PARÓQUIA de Cascais. *A estátua*. <http://www.joaopauloii.paroquiadecascais.org./Joao-Paulo-II/a-esttua>. [Consultado a 18/04/2012].

PARÓQUIA de Cascais.

[http://www.paroquiadecascais.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2](http://www.paroquiadecascais.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2). [Consultado a 26/04/2012].

PEREIRA, Denise, LUCKHURST, Gerald, (Abril 2011), O programa estético da casa de Jorge O'Neill, a partir dos contributos de Luigi Manini, Francisco Vilaça e Albrecht Haupt, *Monumentos, N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

QUINTÃO, José C. Vasconcelos, (Abril 2011), A Cascais para nunca mais...? *Monumentos, N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

RAMOS, Rui Jorge Garcia, (Abril 2011), A perspectiva das coisas. Raul Lino em Cascais, *Monumentos N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

RC. *Palácio dos Condes de Castro Guimarães*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74738/>. [Consultado a 03/02/2012].

RC (s/d). *Chalet Faial (incluindo toda a área de terraço e muros)*. <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/9571472/>. [Consultado a 03/02/2012].

RODRIGUES, Helena (2005), Paula Figueiredo (2010). *Casa de Santa Maria*. [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22905](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22905). [Consultado a 09/04/2012].

SANTOS, Maria de Lourdes (coord.), et al., (2005), *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

SILVA, Raquel Henriques da, (1988), *Cascais*, Lisboa: Presença, Lda.

SILVA, Raquel Henriques da, (Abril 2011), Arquitectura de veraneio: alguns tópicos sobre o que é e algumas pistas para o que falta saber, *Monumentos N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

SIROVS, Martin G., (2006), *The Cascais-Sintra Area – A Walker's Guide*, Estoril: Edição do Autor.

- SIROVS, Martin G., (2010), *Que Planta É Aquela? (What plant is that?)*, Estoril: Edição do Autor.
- SOUSA, Maria José Pinto Barreira Rego, (2003), *Cascais 1900*, Lisboa: Medialivros, SA.
- VALE, Teresa, *et. al.* (2009). *Casa da Rainha Dona Maria Pia / Vila Maria Pia*. [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403). [Consultado a 20/04/2012].
- VAZ, Pedro, (2011), *Reabilitação, Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais*, Lisboa: Museu da Presidência da República, Câmara Municipal de Cascais.
- VILLARINHO, Luísa (2008), *De Lisboa a Cascais, Rostos, Liberdade e Medicina*, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

## FICHA CASA DR. RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA

**Localização:** Na estrada da Boca do Inferno (actual Avenida Rei Humberto II de Itália), antes da casa do Rei Humberto II, de Itália (Villa Itália II), e da Vila D’Este – Villa Itália I (Casa Eduardo Luís Pinto Basto), inserida no Parque da Gandarinha\*.

\*Parque da Gandarinha - “O antigo parque dos Viscondes de Gandarinha foi, então, alvo do mais relevante projecto de urbanização promovido na vila. Desta forma, já a 10 de Julho de 1919, a Comissão Executiva [Municipal] tomava conhecimento de correspondência de José Pinto Leite, Conde dos Olivais e Penha Longa, comunicando ter ‘aceite uma proposta para a transformação de toda a sua propriedade denominada Parque Gandarinha (...) para nela ser construído um bairro de habitações que muito embelezará Cascais’ e a solicitar a cedência do terreno junto à mesma, onde funcionava a lavandaria municipal, de modo a desobstruir a entrada projectada para o novo empreendimento. Equacionando-se a relevância da proposta, o requerimento transitaria para o Senado Municipal, até porque a anterior Comissão Administrativa havia resolvido expropriar o parque para a construção de um bairro. A 5 de Fevereiro do ano seguinte, a Comissão decidiria, mesmo, agendar, para o efeito, um encontro com o titular, ratificando, a 23 de Dezembro, um ofício do seu advogado sobre a construção planeada. A 16 de Novembro de 1922 a Comissão Executiva apreciou um requerimento da Sociedade Fomento Urbano Ld.<sup>a</sup> solicitando o prolongamento da canalização de água para as obras do Parque Gandarinha. Meses depois, a 24 de Março de 1923, participava-se a venda de três talhões, a que se sucederiam muitos outros, como se detecta da leitura do livro de registo de sessões. O projecto parece, assim, ter sido bem-sucedido, pelo que a 19 de Janeiro do ano seguinte [1924] se tomava conhecimento de uma planta apresentando as alterações introduzidas nas ruas que serviam os talhões à venda, alguns dos quais adquiridos por outras sociedades (...) Desta forma, a 2 de Agosto de 1924, a Comissão Executiva (Municipal) deferiria, por exemplo, um requerimento da Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa para a construção de uma casa para Charles Henry Bleck num terreno que possuía na área em questão” (Henriques, 2011, p. 245; AHMC/AADL-CMC/B-B001, 10 de Julho de 1919, pp. 203 v. – 204).

A propriedade, dada a sua grande dimensão, tem entrada por diversas ruas, tais como: Praceta Ricardo Espírito Santo / Rua Ricardo Espírito Santo / Av. Humberto II de Itália / Rua da Pedra da Nau, nº 52.

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Propriedade Actual:** Família Espírito Santo Silva.

**Arquitecto (s):** Desconhecido.

**Construtor da Casa:** O início da construção esteve, provavelmente, a cargo de Jorge Bleck (irmão do primeiro proprietário).

**Data de Construção:** Entre 1924 e 1925.

**Construção Primitiva:** A casa encontra-se construída no antigo Parque Gandarinha, uma área de grande dimensão que, em 1943, no dizer de Branca Gonta Colaço e Maria Archer, se caracterizava por ser uma “mata de cedros, de plátanos, de eucaliptos, de araucárias, de palmeiras, de tamarindo, de pinheiros, de mil árvores diversas, entrelaçadas, abraçadas, ligadas por trepadeiras, atapetadas por fetos, esverdeadas pelo musgo (...). Esta mata situava-se a Ocidente da vila de Cascais, estendendo-se ao longo da estrada da Boca do Inferno e para interior. A Câmara Municipal detinha a maior parte desta mata, à qual permitia o acesso ao público. No entanto, uma outra parte era propriedade de José Pinto Leite, Conde dos Olivais e Penha Longa, que a partir de 1919, inicia o processo de urbanização desta área junto da câmara, a fim de construir um ‘bairro de habitações’. À beira do Parque Gandarinha, na estrada da Boca do Inferno, há três casas em correnteza. A maior, a cor-de-rosa, é a de Ricardo Espírito Santo. (...) Vemos depois a moradia amarelada que pertence à família Pinto Basto e a casa de varandas verdes que é propriedade da família Orey.” (Colaço, Archer, 1999, p. 349).

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Veraneio.

**Fases de Construção:** De acordo com João Miguel Henriques, depreende-se que a casa foi construída para Charles Henry Bleck (2011, 245). No entanto, Pedro Falcão diz-nos que a construção foi iniciada por Jorge Bleck (irmão de Charles Henry Bleck) e, posteriormente, modificada e aumentada, após ter sido adquirida por Ricardo Espírito Santo Silva\* [ver biografia na rubrica História da Casa]. (Falcão, 2005, p. 510).

**Descrição:**

a) **Exterior** – “As suas paredes cor-de-rosa contrastam com uma série de colunas de um e outro lado da entrada principal, desenhando um «V». As suas pequenas janelas deixam pressentir um certo conforto no interior, conservando a frescura no Verão e o calor no Inverno. Lanternas em ferro forjado iluminam com uma luz dourada as colunas de pedra.” (Orléans, 2011, p. 25).

A casa possui piscina anexa e capela.

b) **Interior** – “Está ricamente decorada com mobiliário do século XVIII e porcelanas da Companhia das Índias.” (Orléans, 2011, pp. 23-25).

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Inserida no Parque Gandarinha, tem a sua fachada Sul voltada para a estrada da Boca do Inferno, rodeada ainda de um pequeno parque, usufruindo de um panorama magnífico sobre o oceano. A propriedade encontra-se actualmente dividida em várias fracções, o que lhe cerceou a área inicial, que comportam outras moradias e que quase não se vislumbram da estrada principal, escondidas pela vegetação envolvente.

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** A Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa requer à Câmara, em 2 de Agosto de 1924, a construção de uma casa para Charles Henry Bleck\*.

(Henriques, 2011, p. 245).

\*Charles Henry Bleck, nascido em Lisboa, em 21 de Outubro de 1877, faleceu em Sintra, em 4 de Agosto de 1934. Era filho de Joseph William Henry Bleck (c. 1850) e de Maria Loforte Peixoto, que tiveram como filhos: Charles Henry Bleck; Sofia Henrieta Bleck (01.01.1880); Edith Beatrice Bleck (04.10.1882); Guilherme Bleck; e Jorge Bleck (irmão). Desde novo dedicou-se ao desporto e a várias das suas modalidades, como hipismo, esgrima, caça, remo, ciclismo, automobilismo, aviação, prática de “yachting”, ganhando várias regatas em Argenteuil, Meulan e Cercle de la Voile de Paris. Exerceu os cargos de comodoro do Club Naval de Lisboa (1911); contra-comodoro da Associação Naval de Lisboa (1914); director da Sociedade Portuguesa de Automóveis, na qual deu grande impulso ao automobilismo em Portugal; estava ligado a várias empresas e sociedades comerciais e industriais importantes; fundou em Portugal a Companhia Shell; foi de sua iniciativa o primeiro projecto de reparação de estradas apresentado ao governo português; durante a Grande Guerra desempenhou várias missões importantes confiadas pelo governo português e foi

também incumbido pelo governo inglês de missões especiais e, várias vezes, de conduzir malas confidenciais e documentos secretos entre Lisboa e Londres; fez parte do Comité Olímpico Português e, em 1922, custeou, do seu bolso, a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos. Charles Henry Bleck casou duas vezes, a primeira com Helena Pedroso dos Santos (c. 1875) e a segunda vez com Maria Clementina de Lima Mayer (04.10.1879). Do primeiro casamento teve como filhos: Carlos Eduardo Bleck (23.05.1903) casado com D. Maria José Adelina do Carmo de Carvalho Lobo da Silveira. Do segundo casamento teve como filhos: João Mayer Bleck (01.09.1911), casado com Maria Helena Pinto da Cruz; e Maria da Graça de Lima Mayer Bleck (31.10.1917), casada com Cândido Nunes da Silva. (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, (1998), volume IV, pp. 772-773).

\*Ricardo Ribeiro Espírito Santo Silva nasceu, em Lisboa, a 12 de Novembro de 1900 e faleceu, em Cascais, a 2 de Novembro de 1955. Licenciou-se em Ciências Económicas e Financeiras e passou a gerir o Banco Espírito Santo, a partir de 1932 até 1955. Além de banqueiro, Ricardo Espírito Santo foi, ainda, presidente da Sacor, empresa petrolífera portuguesa. O seu grande interesse pelas artes e pela cultura levaram-no a coleccionar pintura, mobiliário, porcelanas e tapeçaria, que o levaram a criar, em 1953, a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, e um “Museu-Escola de Artes Decorativas, instalados no Palácio Azurara, em Alfama, que adquiriu para o efeito. Amante do desporto, praticava esgrima, ténis e golfe, chegando mesmo a ser campeão nacional de golfe, em 1933. Casou, aos 18 anos, com Mary Pinto de Morais Sarmiento Cohen, de quem teve quatro filhas. Grande amigo de António de Oliveira Salazar, que visitava todos os Domingos, salvo raras excepções. Homem de confiança das cabeças coroadas europeias, que aqui se estabeleceram, a partir de 1946, gerindo-lhes as fortunas, e durante o período da Segunda Guerra Mundial foi considerado pelo MI6 (nome não oficial dos Serviços Secretos Ingleses - Secret Intelligence Service (SIS), frequentemente utilizado durante a Segunda Guerra Mundial, que referia uma posta restante, assim como hoje-em-dia é conhecido por Box 850), um agente alemão, devido à estada do Duque de Windsor e de Wallis Simpson, acolhidos na sua casa de Cascais. Por serviços prestados, a nível nacional e internacional, foi agraciado com várias condecorações: Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (1953); medalha de Ouro da Legião Portuguesa; Comendador da Ordem de Benemerência; *Oficial de Légion d’Honneur* (França); e Comendador da

Estrela da Roménia. Wikipédia 2012. *Ricardo Espírito Santo Silva* [on line]. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. [consultado em 14/02/2012].

**Vivência:** Os duques de Windsor (Eduardo VIII de Inglaterra, que fora rei de Janeiro a Dezembro de 1936 e Wallis Simpson) chegam a Portugal, a 3 de Julho de 1940, pela fronteira do Caia e desembarcam em Lisboa, nesse mesmo dia, na estação dos cacilheiros do Cais do Sodré. Com o aval de António de Oliveira Salazar, Ricardo Espírito Santo Silva propôs-se hospedar os duques na sua casa de Cascais. Os duques permanecerão nesta casa até 1 de Agosto, altura em que embarcarão para Nova Iorque, e daí para as Bahamas, onde o duque ocuparia o posto de governador. Deixarão Portugal a bordo do navio americano *Excalibur*, a fazer escala em Lisboa e acostado no Cais da Rocha do Conde de Óbidos. (Orléans, 2011, pp. 24-33).

“É em Cascais, a poucos metros da ‘Boca do Inferno’, que se encontra a residência, com o mesmo nome daquela formação rochosa que atrai turistas e curiosos, do banqueiro e coleccionador de arte, Ricardo Espírito Santo, local onde vão residir os duques de Windsor.” (...) A casa da Boca do Inferno é isolada, o que é perfeito para manter estes convidados muito especiais sob controlo, ou para os pôr ao abrigo de qualquer imprevisto. É uma vivenda grande, mas isso não lhe retira o encanto. (...) Pelas três janelas iluminadas de um quarto, distinguem-se, através das persianas, três criadas de quarto que correm de um lado para o outro a cumprir as suas obrigações. A chegada do duque e da duquesa é um acontecimento importante para esta casa e tudo deve estar perfeito. (...) Os empregados, de librés verdes, descarregam as inúmeras bagagens do casal. Pesadas e elegantes, as 85 malas cheias de vestuário sucedem-se umas às outras, depois caixas de *whisky*, tacos de golfe e até uma máquina de costura! Nessa noite, a seu pedido, o duque e a duquesa jantarão sozinhos. É tarde, estão cansados, o dia foi longo e quente, a viagem esgotante. Antes de se ir deitar, o casal admira do seu terraço a vista sobre o mar.” (cit. por Orléans, 2011, pp. 23-25). Ao fim de três semanas, a duquesa fala com Ricardo Espírito Santo e propõe-lhe deixar a sua casa para se instalar com o marido no Hotel Aviz, não queria de forma alguma continuar a abusar da sua hospitalidade. A embaixada britânica é imediatamente informada desta pretensão e deste novo alojamento e responde imediatamente a Ricardo: ‘Por amor de Deus, não faça nada e sobretudo não os instale num hotel! A cidade está cheia de espões alemães e correm boatos de que vão tentar raptar o duque!’ Influenciados por Ricardo, o duque e a duquesa permanecerão até ao último dia na casa de Cascais. Enquanto os espões se

agitam e os planos se traçam, o duque continua a sua vida tranquilamente em Cascais. Os agentes da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que mantêm uma apertada vigilância sobre ele, descrevem nos seus relatórios os seus jogos regulares de golfe com Ricardo, as suas idas ao Casino do Estoril, os passeios à beira-mar, os jogos de *bridge*, etc. (cit. por Orléans, 2011, 30-31). Eduardo casará com Wallis a 3 de Junho de 1937, no Castelo de Candé, em França. A sua viagem de núpcias leva-os a Veneza e Berchtesgaden, na Alemanha, onde se encontraram com Adolf Hitler.” (Orléans, 2011, pp. 23-25).

A Família Real Francesa chega a Portugal, a 18 de Julho de 1946, e é acolhida por Ricardo Espírito Santo, na sua casa de S. Domingos à Lapa, “um encantador palacete cor-de-rosa do século XVIII. (...) Frequentemente, ao fim da tarde quando sai do banco, Ricardo Espírito Santo passa pela sua casa para levar Isabel [condessa de Paris] e os filhos a jantar a Cascais, na sua bela casa de Verão.” (Orléans, 2011, p. 124).

A revista *Point de Vue* garante que ‘a grande distracção dos reis no exílio é irem às recepções de Ricardo Espírito Santo, milionário que, depois de ter coleccionado a louça de ouro dos czares, os faqueiros brasonados de famílias francesas na bancarrota, rendas venezianas e cristais da Boémia que pertenceram a ricos proprietários húngaros, se diverte a coleccionar reis. Recebe-os frequentemente à sua mesa na companhia de armadores e negociantes de açúcar, que ficam muito honrados por cumprimentar estes hóspedes importantes e por despejar sobre eles títulos tão pomposos quanto brilhantes’ (cit. por Orléans, 2011, p. 147).

Outro feliz acontecimento, passado nesta casa em 1955, prende-se com o casamento de Maria Pia de Sabóia, filha do rei Humberto II de Itália: “É a loucura, não há ala de honra que contenha a multidão e o casal vai demorar uma hora a chegar ao carro que os levará, não há Villa Itália, mas à casa vizinha dos Espírito Santo, para aí fazerem as fotografias oficiais do casal sozinho e com os pais. A escadaria é maior para fazer a fotografia de grupo e os Espírito Santo, amigos de sempre, acolhem-nos com grande alegria e certamente muito orgulho.” (Orléans, 2011, p. 191).

**Apontamentos:** “A estrada alcatroada prolonga Cascais até aos limites da Boca do Inferno. O Parque Gandarinha contorna a estrada com a maravilha das suas ramagens entrelaçadas. Desde que foi retalhado e vendido, o Parque Gandarinha pertence a vários donos. A parte maior, a principal, é propriedade da Câmara Municipal de Cascais, que

franqueou ao público o uso da linda mata. (...) Outros proprietários compraram vários pedaços do parque, dos quais o lote maior pertence a Ricardo Espírito Santo e enquadra a sua moradia da Boca do Inferno. À beira do Parque Gandarinha, na estrada da Boca do Inferno (...) A maior, a cor-de-rosa, é a de Ricardo Espírito Santo. Palacete de luxo, com salões de aparato; no parque, a piscina de mármore em que a duquesa de Windsor tomou banho.” (Colaço, Archer, 1999, p. 349).

“Na estrada de Cascais à Boca do Inferno encontra-se uma bela moradia com amplas varandas e terraços, situada logo a seguir à casa de Eduardo Luís Pinto Basto, onde habitou o Rei Humberto II de Itália. É uma esplêndida casa que começou a ser construída por Jorge Bleck (certamente para seu irmão Charles Henry Bleck) a quem o Dr. Ricardo Espírito Santo a comprou na década de 1920 e posteriormente modificou, aumentou, melhorou e acabou. Ali viveu muitos anos a família Espírito Santo, hoje aparentada com grande parte das melhores famílias portuguesas.” (Falcão, 2005, p. 510).



**Casa Ricardo Espírito Santo Silva – Alçado Sul e Nascente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Ricardo espírito Santo Silva – Alçado Sul.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Ricardo Espírito Santo Silva – Entrada Poente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Ricardo Espírito Santo Silva – Os Duques de Windsor.**

**Fonte: Charles-Philippe d'Orléans, *Reis no Exílio, Portugal Refúgio Real*.**



**Casa Ricardo Espírito Santo Silva – Maria Pia de Sabóia e o Príncipe Alexandre da Jugoslávia, no dia do seu casamento (12.02.1955).**

**Fonte: Charles-Philippe d'Orléans, *Reis no Exílio, Portugal Refúgio Real*.**



**Casamento de Maria Pia de Sabóia – Fotografia de Família.**

Fonte: <http://www.google.pt> [consultado a 08/04/2012].

## **ANEXO II**

## FICHA DA VILLA ITÁLIA II – CASA REI HUMBERTO II DE ITÁLIA

**Localização:** Localizada na estrada da Boca do Inferno (actual Avenida Rei Humberto II de Itália), junto à Boca do Inferno, ladeada pela Casa de Ricardo Espírito Santo Silva e pela Casa de Eduardo Luís Pinto Basto (Villa Itália I – Villa D’Este).

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Propriedade Actual:** Transformado numa unidade hoteleira de cinco estrelas, o Grande Real Villa Itália Hotel & Spa, com 124 quartos, incluindo 10 suítes, 9 suítes júnior e 3 penthouses – dois restaurantes, 2 bares, esplanadas, business centre, clube infantil, piscinas exteriores com água do mar, para adultos e crianças, cabeleireiro, 1 loja, parque privativo e garagem, health club e um moderno Spa marinho com circuito thalasso, ginásio, hamman, sauna, fonte de gelo e duche Vichy; 16 salas de reunião multifuncionais, com capacidade máxima de 400 pessoas.

**Arquitecto (s):** Desconhecido.

**Construtor da Casa:** Desconhecido.

**Data de Construção:** Construção terminada em 1961.

**Construção Primitiva:** Parque da Gandarinha, urbanizado a partir de 1919 (ver Anexo I - Ficha da Casa Ricardo Espírito Santo Silva).

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Residencial.

**Fases de Construção:** A transformação e a adaptação a hotel foi promovida pelo grupo Bernardino Gomes, e realizada pelos arquitectos Raul Vieira e Luís Gomes; os interiores foram da responsabilidade de Graça Viterbo e o paisagismo deve-se a Hipólito Bettencourt; a direcção técnica da obra foi delegada a Fernando Ferreira, Reis Pereira, António Gonçalves e Manuel Tamagnini. (informação existente na fachada do edifício).

**Descrição:**

- a) **Exterior** – Edifício sólido, harmónico de proporções e no seu conjunto, de acordo com as conveniências e estatuto do proprietário. Constituído por cave, piso térreo, dois pisos superiores, e mansarda. O terceiro piso apresenta-se mais recuado e todos possuem grandes varandas com balaustradas.

**b) Interior** – Após a adaptação a hotel torna-se difícil a sua descrição interior, ao tempo do Rei Humberto.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Construída num terreno de dois mil metros quadrados. Rodeada de uma paisagem deslumbrante, com o mar na sua frente, a Boca do Inferno a poucos metros, com jardim na parte Sul e um pequeno parque do lado Norte.

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** A Villa Itália foi financiada por um grupo de partidários italianos, adeptos fiéis da monarquia e de Humberto II\*, último Rei de Itália. Construída num terreno de dois mil metros quadrados, junto à outra casa que tinha habitado, durante 11 anos (1950-1961), pertença de Eduardo Luís Pinto Basto.

\*O rei Humberto II de Itália (Umberto Nicola Tommaso Giovanni Maria di Savoia) reinou de 9 de Maio de 1946 a 13 de Junho de 1946 (foi rei por 26 dias), último rei de Itália, abdicando após um referendo ao povo italiano (pouco claro) favorável à República.

Nasceu a 15 de Setembro de 1904, no Castelo Real de Racconigi, tendo recebido o título de príncipe do Piemonte, como herdeiro do trono e faleceu, em Genebra, a 18 de Março de 1983, com 78 anos. Era filho de Vítor Emanuel III, que foi rei de Itália e de Helena de Montenegro.

Casou, em 1930, com a princesa Maria José, condessa de Sarre, filha do rei Alberto I e da rainha Isabel da Bélgica, na Capela Paulina do Palácio do Quirinal, em Roma, de quem teve quatro filhos: Maria Pia de Sabóia [n. 1934]; Vítor Emanuel, príncipe de Nápoles [n. 1937]; Maria Gabriela de Sabóia [n. 1940]; Maria Beatriz de Sabóia [n. 1943]. Em 1946, seguiu para o exílio, tendo-se instalado em Sintra primeiramente e depois em Cascais. “Maria Graziela, a duquesa de Cadaval [de origem italiana], tinha decidido passar os seus últimos anos em Itália. Era próxima da família real italiana e, em 1946, na altura de pensar num refúgio, esta sua amiga não hesitou em sugerir a pitoresca vila de Sintra (...) Depois de tomada a decisão, a duquesa informa por telegrama a sua nora, a marquesa Olga de Cadaval, pessoa de total confiança, que reside em Sintra e que se encarrega de receber a família real italiana. Em três dias, a solícita marquesa de Cadaval preparou a Villa Bella Vista [aqui passaram apenas alguns meses] para receber a família real italiana e o seu séquito. No total, cerca de trinta pessoas

[quatro filhos, criada de quarto, mordomos, damas de companhia, preceptores, médico da corte]. Uma tarefa hercúlea, já que esta casa, adjacente àquela onde Olga vivia, não era habitada há muito (...) O último aventureiro que ousou enfrentar a rusticidade desta casa fora D. Duarte Nuno de Bragança [pai do actual duque de Bragança], quando decidiu passar aqui alguns dias da sua lua-de-mel. Tinha acabado de casar, no Brasil, com a irmã da condessa de Paris, corria o ano de 1942.” A rainha Maria José e o seu séquito chegam finalmente a Portugal, a 6 de Junho de 1946, num navio de guerra italiano, o *Ducca degli Abruzzi* e, alguns dias mais tarde, a 13 de Junho de 1946, chega o Rei Humberto de Itália, ao aeroporto da Portela. Passados alguns meses, a família real aluga a casa do Conde Monte Real e muda-se para Cascais. Nesta casa permanecerão apenas dois Invernos. Finalmente, em 1950, mudam-se para a casa de Eduardo Luís Pinto Basto, junto à Boca do Inferno, que habitarão onze anos, até que o Rei Humberto consegue construir, na mesma propriedade e ao lado da anterior, a Villa Itália II (1960). (Orléans, 2011, pp. 97-115).

Humberto II está sepultado na Abadia de Hautecombe, Saint-Pierre-de-Curtille, no Ródano-Alpes, França.

**Vivência:** “O rés-do-chão da casa é composto por três salas viradas para o mar, e uma sala de jantar que dá para o jardim. No centro da sala de jantar, uma bela mesa que pode acolher até dez pessoas. (...) O oficial de serviço (...) acompanha os convidados até à terceira sala, onde geralmente o rei se instala para receber. Para trabalhar, prefere ir para a pequena biblioteca que se encontra no primeiro andar da casa. (...) O jantar é sempre composto por dois pratos e uma sobremesa. A cozinha é sempre cuidada e de excelente qualidade, sempre regada por dois excelentes vinhos portugueses, meticulosamente escolhidos pelo cozinheiro chefe. O rei gosta da boa cozinha e das boas mesas. O menu é muitas vezes italiano ou francês, raramente português. (...) Quando o rei se levanta da mesa, todos devem fazer o mesmo. Ele dá então aos seus convidados a liberdade de escolherem onde querem tomar o café, de pé ou sentados e nas salas que preferirem. O rei gosta de tomar o seu café na varanda, onde pode respirar o ar salgado fresco e puro e contemplar o movimento das ondas. Uma vez terminado o café, o rei retira-se para a sala pequena. Com um gesto discreto pede ao seu ajudante de campo para fazer sentar a seu lado um ou outro convidado. Para aqueles que têm alguma coisa a pedir-lhe, é este o momento.” (Orléans, 2011, pp. 112-113).

Por esta casa passaram quase todos os italianos simpatizantes da monarquia que visitaram Portugal, a todos recebia com a maior simpatia, deixava-se fotografar e dava autógrafos. “São centenas as pessoas convidadas para jantar em casa do rei Humberto. (...) O rei gosta particularmente dos intelectuais. Convida frequentemente diplomatas, cientistas, escritores ou economistas. Pela sua casa passaram elites de todos os géneros. O Presidente da Academia das Ciências portuguesa, o ilustre Júlio Dantas, médico, poeta, dramaturgo e ensaísta de grande talento. Mas também Egas Moniz, o genial inventor da radiografia das artérias cerebrais, prémio Nobel em 1949, pintores como Henrique Medina e Eduardo Malta, escultores como Francisco Franco ou Leopoldo de Almeida e escritores como Paço de Arcos e João Ameal, Aquilino Ribeiro e António Sérgio. Para surpresa de todos estes, Humberto conhecia perfeitamente todos os assuntos, as obras e os trabalhos dos seus convivas. Os convidados são recebidos sem protocolo.” (Orléans, 2011, p. 112).

Na Villa Itália, onde viveu vinte e dois anos, foi descerrada, no dia 30 de Julho de 2008, por S.A.R., D. Duarte Nuno de Bragança e pelo príncipe de Sabóia, S.A.R., o príncipe Amadeo, uma placa em mármore em sua memória.

**Apontamentos:** Três princesas italianas foram rainhas de Portugal e uma vice-rainha: D. Mafalda de Sabóia, casada com o nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques; Maria Francisca Isabel de Sabóia, duas vezes rainha de Portugal, casada primeiramente com D. Afonso VI e a segunda com D. Pedro II; D. Maria Pia de Sabóia, casada com D. Luís; e Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua, viúva do duque de Mântua, vice-rainha e governou Portugal durante o reinado de Filipe III de Portugal que após a Restauração da Independência, em 1640, é enviada para o Convento de Xabregas, depois para o convento de Santos e mais tarde regressada a Espanha.



**Casa Rei Humberto II de Itália – Villa Itália.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Rei Humberto II de Itália.**

**Fonte: <http://www.google.pt> [Consultado a 08/04/2012].**



**Rei Humberto II e sua esposa, a Rainha Maria José da Bélgica.**

Fonte: <http://www.google.pt> [Consultado a 08/04/2012].



**Villa Itália II – Placa em mármore, descerrada no dia 30 de Julho de 2008, por S.A.R. D. Duarte Nuno de Bragança e por S.A.R. o Príncipe Amadeo de Sabóia.**

## **ANEXO III**

## FICHA DA CASA DE EDUARDO LUÍS PINTO BASTO – VILLA D’ESTE

**Localização:** Na estrada da Boca do Inferno, (actual Avenida Rei Humberto II de Itália), a seguir à Villa Itália II, inserida na mesma propriedade.

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Propriedade Actual:** Actualmente faz parte do complexo turístico pertencente ao Grande Real Villa Itália Hotel & Spa.

**Arquitecto (s):** Desconhecido.

**Construtor da Casa:** Desconhecido.

**Data de Construção:** Cerca de 1920.

**Construção Primitiva:** Parque da Gandarinha (ver Anexo I – Ficha da Casa Ricardo Espírito Santo Silva).

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Residencial.

**Fases de Construção:** Inexistentes.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – Constituída por três pisos e mansarda. Estilo português.
- b) **Interior** – Adaptado também a unidade hoteleira, o Grande Real Villa Itália Hotel & Spa

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Inserida também em terrenos pertencentes ao Parque Gandarinha, construída num terreno de dois mil metros quadrados, prima, exactamente, como todas as outras casas, situadas junto à Boca do Inferno, por um panorama deslumbrante, frente ao oceano.

**Estado de Conservação:** Excelente.

**História da Casa:** Mandada construir por Eduardo Luís Pinto Basto\* e onde viveu, onze anos (1950-1961), Humberto II de Itália, antes de ter mandado construir, na mesma propriedade, entretanto adquirida, a Villa Itália II. Após a sua mudança funcionou aqui, durante alguns anos, o Colégio Cidadela.

\*A Família Pinto Basto surge no ano de 1771, quando Domingos Pinto Basto, comerciante no Porto, se associa aos seus dois filhos e funda uma importadora e

exportadora sediada naquela cidade. Em 1816, a família Pinto Basto ganha o contrato do tabaco e saboarias, que começa a vigorar no dia 1 de Janeiro de 1818, sendo o tabaco nessa altura a segunda maior receita do Estado. Em 1822, a sede da firma passa para Lisboa e em 1911 é criada e registada a firma “E. Pinto Basto & C<sup>a</sup>, Lda.”, sendo proprietários Eduardo Ferreira Pinto Basto (1838-1916) e seu irmão Teodoro Ferreira Pinto Basto (n. 1839), que em 1964 se encontrava sediada na Praça Duque da Terceira (Cais do Sodré). Ao longo dos seus quase três séculos de existência, muitas têm sido as suas actividades, desde os contratos dos tabacos às indústrias da porcelana, comércio de carvão, agência de navegação, corretores de seguros, e neste momento, actua também nas áreas financeiras, serviços e indústria da segurança.

No início do século XIX, José Ferreira Pinto Basto (1774-1839, filho mais velho de Domingos Ferreira Pinto Basto), fidalgo da Casa Real Portuguesa, empresário, e presidente da Associação Comercial de Lisboa, influenciado pelo sucesso da Fábrica de Vidros da Marinha Grande, decide criar uma fábrica de ‘porcelanas, vidro e processos químicos’ de seu nome Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre. É porém nos transportes que se encontra a sua linha de continuidade. Em 1933 chega a fornecer cinco “destroyers” à armada portuguesa. Em 2002, estabeleceram-se em Angola sob a designação de “Pinto Basto Angola”, seguindo-se, em 2007, a abertura de escritórios em Espanha e Inglaterra e a abertura, em 2008, da “Pinto Basto Ásia”, em Hong-Kong.

Guilherme (1864-1957), Eduardo (1869-1944) e Frederico Tomás Ferreira Pinto Basto (1872-1939), filhos de Eduardo Ferreira Pinto Basto (1838-1916) e de mãe inglesa, Lucy Custance, (bisnetos de José Ferreira Pinto Basto), que ao regressarem de Inglaterra, onde tinham estudado, introduziram em Portugal, o futebol e o ténis, cujo primeiro jogo de futebol se efectuou em Cascais, em 1888.

Eduardo Luís de Sousa Coutinho Ferreira Pinto Basto (1886-1955), por exclusão de partes, proprietário desta casa, era filho do primeiro casamento de Guilherme Ferreira Pinto Basto (1864-1957), com Maria Luísa de Portugal de Sousa Coutinho e foi casado com Maria Madalena da Cunha Sottomaior, de quem teve seis filhos.

Eduardo Luís de Sousa Coutinho Ferreira Pinto Basto. Disponível em [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=24955](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=24955). [Consultado a 22/04/2012].

Grupo Pinto Basto. *E, Pinto Basto & C<sup>a</sup>. Lda.*. Disponível em

<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/06/e-pinto-basto-c-lda.html>. [Consultado a 01/05/2012].

**Vivência:** Até 1961, data em que se mudou para a Villa Itália II, aqui foram recebidas todas as altas individualidades que visitaram o Rei Humberto II\* (ver Anexo II – Ficha da Villa Itália II).

Foi também neste local que a 20 de Julho de 1947, Eva Péron (Evita) foi recebida, tendo almoçado com o rei e a rainha Maria José, no Guincho, na “Barraca”, hoje conhecido como “Muchaxo”.

No dia 12 de Fevereiro de 1955, Cascais assistiu a um casamento real, Maria Pia de Sabóia (filha mais velha do rei Humberto II de Itália) com o príncipe Alexandre da Jugoslávia, vivenciando então esta casa momentos fulgurantes de grande solenidade e importância, que catapultaram, nesta época, a Vila de Cascais para o plano internacional, resultando numa imensa campanha favorável ao desenvolvimento turístico. “O *Diário Popular* garante que ‘Mais de 40 mil pessoas se aglomeraram entre a *Villa Itália* e o largo da igreja para assistir à passagem dos noivos.’” (Orléans, 2011, p. 188).

“Cascais, por ter sido o ponto escolhido para a celebração do casamento, teve foros de *vedeta*. Andou nas primeiras páginas de jornais e revistas, durante quase um mês.” (Urbano Carrasco (1955). ‘Casamento de S.A.R. a Princesa Maria Pia de Sabóia’. *Cascais e seus Lugares*, nº 7. (Maio).

“Ele [o Rei Humberto] vai declarar à imprensa italiana algumas semanas antes ‘Todos aqueles que estiverem em Cascais para o casamento poderão vir ter comigo, como amigos. Maria Pia e Alexandre darão a cada um uma recordação do seu casamento. Poderão considerar-se como meus convidados’. (...) Assim, durante vários dias milhares de italianos vão dirigir-se à Villa Itália para apresentar as suas homenagens e felicitações ao rei. ‘Toda a Itália está presente’, anuncia em grandes títulos a imprensa italiana. ‘Peregrinação a Villa Itália’, dirão outros. (...) Uma semana antes do casamento, a polícia é obrigada a garantir a segurança do bairro e a organizar esta massa popular que só aspira a apertar a mão do rei ou a beijar a princesa (...) As ruas de Cascais, a praia onde a Princesa, com suas irmãs, costumava passar algum tempo, a residência do Rei Humberto, a vivenda onde teve de instalar um verdadeiro *Estado-maior* para se ocupar da cerimónia – tudo isso foi fotografado, tudo isso correu Mundo,

em muitos milhões de exemplares de jornais e revistas (...) A alguns metros dali [Igreja de Nossa Senhora da Assunção – Matriz de Cascais], às 11h45 a porta principal da Villa Itália abre-se. O rei Humberto aparece com a filha, está resplandecente num vestido estilo ‘Renascença Italiana’ em cetim diamante, criação especial de uma casa de Como, e com um véu com quinze metros de comprimento. A noiva foi penteada pelo famoso cabeleireiro francês Alexander. Pai e filha avançam sorridentes para o *Buick* preto conduzido por um ajudante de campo do rei, sob as aclamações de uma multidão em delírio que se encontra diante da Villa Itália. (...) O *Buick* toma a estrada, lentamente, tentando abrir uma passagem no meio da multidão que não arreda pé. Tem dificuldade em avançar apesar da escolta de motos posta à disposição pelo governo português (...) Dez minutos mais tarde, o carro e a escolta chegam finalmente perto da Igreja de Nossa Senhora da Assunção. (...) Ao sair do carro, a noiva surpreende-se ao ver cinquenta estudantes portugueses que se ajoelham aos seus pés e estendem as suas capas negras para que a princesa possa caminhar por cima delas. Maria Pia é aclamada pela multidão. Ao longo da passadeira vermelha, de um e outro lado, em mais de duzentos metros, raparigas vestidas com trajes tradicionais italianos coloridos, representando todas as regiões de Itália, fazem uma encantadora barreira de segurança entre o público e o caminho real. (...) Quando Maria Pia, pelo braço do pai, chega à entrada da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, é o presidente da Câmara, um pescador, [esta informação não está correcta, o presidente da Câmara nesta época era o Capitão José Roberto Raposo Pessoa, que exerceu funções de 10/03/1939 a 25/03/1959], que lhe oferece o ramo de noiva. É assim que dita a tradição cada vez que uma jovem de Cascais se casa. A igreja está cheia, a abarrotar. Quinhentos convidados escolhidos cuidadosamente entre os quatro mil puderam entrar, de acordo com um protocolo extremamente preciso imposto pelo próprio rei Humberto. A revista francesa *Point de Vue* descreve todos os pormenores deste casamento nomeadamente a beleza da igreja, decorada com dez mil camélias, mil por cada província portuguesa. (...) Às treze horas o campanário da Igreja de Nossa Senhora da Assunção faz soar todos os seus sinos. Na porta da igreja aparecem, radiosos, de braço dado, o príncipe Alexandre e a princesa Maria Pia. Um barulho ensurdecedor acolhe os recém-casados. (...) É um momento mágico. (...) Aldeões, pescadores de Cascais, italianos monárquicos vindos de longe para assistir a esta aliança histórica e resplandecente e por último, uma grande quantidade de jornalistas e fotógrafos oriundos dos quatro cantos do mundo. Quando o casal deixa a igreja, cinquenta jovens portuguesas usando trajes tradicionais folclóricos, colocadas de

um e outro lado da saída lançam pétalas de rosas brancas sobre Maria Pia e Alexandre. No mesmo instante, 3800 pombas brancas são libertadas e voam pelos céus de Cascais.” (Orléans, 2011, pp. 187-190).

“O Rei Humberto, ao saber que se aproximavam do Hotel [Palácio, no Estoril] os pescadores e camponeses, quis ir recebê-los, dando assim a possibilidade de lhe ser lida por um habitante de Cascais uma mensagem em verso, impressa em pergaminho, com artísticas iluminuras e dedicada à noiva (...) O desfile dos pescadores constituiu um brilhante espectáculo, cheio de cor e pitoresco. Os aplausos dos presentes, clamorosos. Mais de quatro mil pessoas – entre convidados e aqueles que se comprimiam no Parque Estoril, o cortejo de oferendas à Princesa fez pensar que se assistia à representação de um auto de Gil Vicente. Os pescadores, vestindo os seus trajes de trabalho, traziam enormes lagostas, grandes pargos e muitos outros peixes que tinham conseguido apanhar na faina da madrugada. Alguns deles tocavam grandes búzios, tal como fazem nas noites de nevoeiro, quando o mar está encapelado, para avisarem os outros da sua presença, ou para chamar em auxílio (...) E vinham também os saloios, esses camponeses que fazem milagres, com a terra do concelho de Cascais. Orgulhosos, conduziam belos frutos, hortaliças, casais de rolas e pombas brancas como a neve, garrafas do vinho precioso que produzem e bebem, cabritos, carneiros brancos, galos capões e de bela plumagem, etc. Era um nunca mais acabar de maravilhas simples, como simples é a alma daqueles que as ofereciam.” (Urbano Carrasco (1955), ‘Casamento de S.A.R. a Princesa Maria Pia de Sabóia’. *Cascais e seus Lugares*, nº 7. (Maio).

“Finalmente, no dia 6 de Janeiro, dia da Epifania, todos estes exilados reais eram convidados para casa do rei e da rainha de Itália. Uma tradição que se vai perpetuar por longos anos.” (Orléans, 2011, p. 136).

“As irmãs do duque de Bragança [tias do actual duque de Bragança], as princesas Maria Antónia e Filipa, gostam de ir almoçar a casa do rei Humberto: a mesa é farta e a companhia de Beppo [como era tratado na intimidade o rei Humberto II] não as deixa indiferentes.” (Orléans, 2011, p. 145).

**Apontamentos:** “Vemos depois a moradia amarelada que pertence à família Pinto Basto (...)” (Colaço, Archer, 1999, p. 349).

“Acerca da família Pinto Basto, o Barão de Forrester no ano de 1853, em Londres escrevia num artigo intitulado *The Prize Essay on Portugal*: “Os Ferreira Pinto Basto são uma família muito antiga e muito próspera que crescem e multiplicam-se conforme os mais rigorosos princípios patriarcais, que se unem no pacto filial e fraternal, e que formam de maneira linda e perfeita uma comunidade entre eles. Cultivam o seu próprio milho, azeitona, fruta, lúpulo e legumes; criam os seus próprios cavalos, gado, ovelhas e porcos; produzem o seu próprio pão, vinho, manteiga, queijo e óleo, e refinam o seu próprio couro; constroem os seus próprios coches; são os arquitectos e construtores das suas vastas residências; são empreiteiros de obras públicas e, não raramente, de empréstimos governamentais também. Desde o Minho ao Algarve, possuem um conjunto de pousadas em propriedades suas, com uma distância entre elas de um dia de caminho.”

Grupo Pinto Basto. Disponível em

<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/06/e-pinto-basto-c-lda.html>. [Consultado a 01/05/2012].



**Casa Eduardo Luís Pinto Basto – A primeira Villa Itália, a Villa D’Este.**

**Fonte: Grande Real Villa Itália Hotel & Spa.**



**Casa Eduardo Luís Pinto Basto – Villa D'Este**

**Fonte: Coleção Particular**

## **ANEXO IV**

**FICHA CASA D'OREY / CASA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO / CASA  
MARQUÊS DE OLHÃO**

**Localização:** Situa-se na estrada de Cascais à Boca do Inferno, a seguir à casa de Eduardo Luís Pinto Basto, antes do Farol Design Hotel (Casa dos Viscondes dos Olivais e Penha Longa) e do Farol de Santa Marta.

Avenida Rei Humberto II de Itália, nº 33 / Rua Frei Nicolau de Oliveira.

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Propriedade Actual:** Propriedade privada.

**Arquitecto (s):** Gonçalo de Mello Breyner (arquitecto) e José de Mello Breyner (engenheiro).

“Gonçalo de Mello Breyner nasceu em 1896 e morreu em 1947. Foi arquitecto-chefe da Secção Colonial, quando da Exposição do Mundo Português, em 1940, e autor do Seminário das Missões Franciscanas, em Carnide, Lisboa.” (José Manuel Pedreirinho, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*, (1994), Porto, José Manuel Pedreirinho e Edições Afrontamento, p. 73).

**Construtor da Casa:** Supervisionada, provavelmente, pelo arquitecto Gonçalo Mello Bryner e pelo seu irmão, o engenheiro, José de Mello Bryner.

**Data de Construção:** Desconhece-se a data de construção, presume-se que tenha sido iniciada entre 1923 e 1924.

**Construção Primitiva:** Esta casa foi das primeiras a ser construída no Parque da Gandarinha, urbanização iniciada a partir de 1919 (ver Ficha da Casa Ricardo Espírito Santo Silva).

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura Civil / veraneio.

**Fases de Construção:** Inexistente.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – Estilo tradicional português: dividida em vários volumes, alpendres, varandas com arcaria, azulejos, pintada de branco e rodeada de um pequeno jardim.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** “A casa de Nossa Senhora da Assunção, mandada construir por Frederico de Albuquerque d’Orey! Uma casa fantástica, lindíssima, com uma localização ainda hoje de sonho. Verdadeiramente esplendorosa! Local onde o ramo encarnado tem inúmeras recordações dos Verões ali passados. Na Câmara Municipal de Cascais existe uma gravura da Baía de Cascais, datada de 1926, onde está referenciada esta casa! No canto esquerdo, entre a Boca do Inferno e a ponta do Salmodo, vêem-se indicadas as poucas casas que existiam na altura. A Bleck, a d’Orey e a Lino (por ter sido feita pelo Arquitecto Raul Lino). Por cima o Parque da Gandarinha e o Museu Castro Guimarães. A Gazeta d’Orey orgulha-se de apresentar este interessante documento, graças ao António Capucho que mandou fotografar esta gravura.” (Teresinha Pinto Basto, (2006). Casa de Nossa Senhora da Assunção, *Gazeta d’Orey*, nº 9. [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** Esta casa foi mandada construir por Frederico Guilherme Mouzinho de Albuquerque d’Orey e foi habitada durante muitos anos por D. José Correia de Sampaio (Castelo Novo), sua mulher, D. Isabel, filha do proprietário e suas filhas, D. Eugénia, casada com D. João de Castro Pereira, D. Maria Luísa, casada com António Posser de Andrade e D. António. Mais tarde é ainda habitada pelo Professor Dr. D. Pedro da Cunha Mendonça e Menezes (Marquês de Olhão) e sua mulher, D. Assunção Perestrello d’Orey. Encontrava-se para venda no final da década de 80 do século XX. (Falcão, 2005, pp. 508-509).

“Pai da minha avó materna Maria Isabel Perestrello d’Orey, casada com José Correia de Sampaio de Melo e Castro. O meu bisavô Frederico tinha uma personalidade que, se evidenciava especialmente, pela sua extrema bondade e total devoção à sua Família, amigos e aos necessitados. No decorrer da sua vida profissional, desempenhou o cargo de Director Geral de Minas, como funcionário público exemplar, participou como sócio na firma Orey Antunes, tendo mais tarde vendido a sua parte a seu irmão Rui e fundou ainda a Sociedade Comercial por Quotas Orey, Limitada. Durante o Inverno vivia em Lisboa, na Travessa do Patrocínio nº 1, à Estrela, num belo edifício com amplo jardim, hoje propriedade da Embaixada da Suíça. No Verão, numa casa, que mandou construir em Cascais, entre Santa Marta e a Boca do Inferno, veraneava parte da família que, para aí, se deslocava com ‘armas e bagagens’. Ao todo eram cerca de 30 ou mais pessoas,

incluindo o pessoal e familiares, “comandados”, na parte culinária, pela cozinheira Carlota que, dos seus 100 kg, governava com pulso de ferro e alimentava com belos acepipes todos os «hóspedes». Entretanto no serviço doméstico, comandava o José “Violeta” que, educado e a viver desde miúdo connosco, era considerado, como mais um membro da família.” (Manuel Rodrigo Castro Pereira (2006). Algumas notas sobre o meu Bisavô, *Gazeta d’Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

“Frederico Mouzinho de Albuquerque d’Orey nasceu, a 22 de Julho de 1860, no Faial, onde viveu os seus primeiros sete anos. Casou com Maria Eugénia Perestrelo de Vasconcelos, a 7 de Janeiro de 1884. Tiveram sete filhos, Luís, José Manuel, Maria Isabel, Guilherme, Maria Teresa, Maria da Assunção e Frederico. Frequentou o colégio do Dr. Hubert Sheck, na Alemanha, e formou-se em Engenharia de Minas, na Universidade de Clausthall, também na Alemanha. Regressado a Portugal, foi Director de Minas e Conselheiro Superior de Obras Públicas e Minas. Escreveu sobre a técnica e exploração de minas, um trabalho que ainda há poucos anos era consultado. Era muito inteligente e tinha uma grande qualidade que o tornava muito simpático, era extremamente tolerante e procurava sempre ver a razão daqueles que dele discordavam. Era ternurento e tinha muito charme. Foi sócio e trabalhou na Orey Antunes. (José da Cunha (2006). O Avô Frederico, *Gazeta d’Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

**Vivência:** “Lembro-me que, sempre que a Senhora Condessa de Barcelona, nos visitava, perguntava logo pelo “Violeta” que, encantado, lhe fazia uma grande reverência, treinada assiduamente ao espelho. Outro típico episódio aconteceu num jantar importante, onde a conversa à mesa incidia a certa altura, sobre o rendimento do pessoal doméstico em geral e mais particularmente sobre o pessoal em serviço na casa do Patrocínio [na Estrela, em Lisboa]. O José “Violeta” que estava a servir e sempre atento, logo interveio, sussurrando ao ouvido de minha avó «Parlez français à cause des bonnes». Voltando ao meu bisavô Frederico que, na sua enorme bondade, sempre distribuía esmolas à porta da casa do Patrocínio e como já disse estava sempre pronto a ajudar os outros, teve, em determinada altura, prova do reconhecimento por parte de um deles, conhecedor dos preceitos e leis em vigor no país. Por altura da Primeira Guerra, os cidadãos de origem germânica, segundo esse amigo, iriam ser obrigatoriamente exilados, mas tal podia ser evitado, se invocassem a sua qualidade de funcionários

públicos. Meu bisavô não perdeu tempo e invocou na sua qualidade de Director Geral de Minas, o que lhe permitiu ficar em Portugal. Outro episódio que recordo envolvendo a casa de Santa Marta, em Cascais – último pouso do General Sanjurjo que com alguns companheiros aí esteve antes de partir para Espanha, para se juntar às tropas franquistas. Da casa partiram para a quinta da Marinha, a fim de tomarem o avião que os transportaria, com destino ao país vizinho. O avião caiu e incendiou-se, tendo meu Pai conseguido retirar o piloto ainda com vida!” (Manuel Rodrigo Castro Pereira (2006). Algumas notas sobre o meu Bisavô, *Gazeta d’Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

“Mandou fazer a Casa de Nossa Senhora da Assunção em Cascais – Santa Marta. Esta casa ainda existe e era onde passávamos o Verão com a tia Maria Isabel, a Pilita e os filhos. Lembro-me do avô ir às vezes a pé até à estação para os netos irem de carro para a praia. Adorava a natureza. Passear, aos fins-de-semana na Marginal era para ele o máximo. A avó gostava de ir tomar chá à Bijou [na Praça Camões, em Cascais, ainda lá está]. O avô passou por muitas dificuldades e marcou-nos muito o facto de não pôr açúcar no café, para poupar. Eu tenho uma maneira de andar muito parecida com o meu avô, um pouco curvado e as mãos atrás das costas (José da Cunha (2006). O Avô Frederico, *Gazeta d’Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

Na sua casa de Santa Marta-Cascais passava o tempo na varanda a ver os barcos, as gaivotas, os pescadores, etc. Esta casa estava sempre cheia pois iam para lá vários primos e era muito divertido. Levava-nos muitas vezes a passear de carro a Sintra e a outros locais bonitos. A avó, só queria lanchar bolos e mais bolos, mas não há dúvida que a casa era muito alegre, cheia de vida, união de família e muito divertida. Era uma casa muito organizada onde todos nos sentíamos muito bem e muito à vontade. (Teresinha Pinto Basto, (2006). O meu Avô Frederico Guilherme, *Gazeta d’Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

**Apontamentos:** “Do casal Augusto Eduardo Guilherme Hector Achilles d’Orey e Luiza Henriqueta Longuinha Isabel Mouzinho de Albuquerque nasceram nove filhos ou dez. Há uma filha Maria que morreu bebé e que ainda não se encontrou registo. Na lápide do jazigo Achilles d’Orey está gravado além do seu próprio nome, o «da sua filha Maria» com respectivas datas, assim como «Auf Wiedersehen». As duas primeiras filhas não

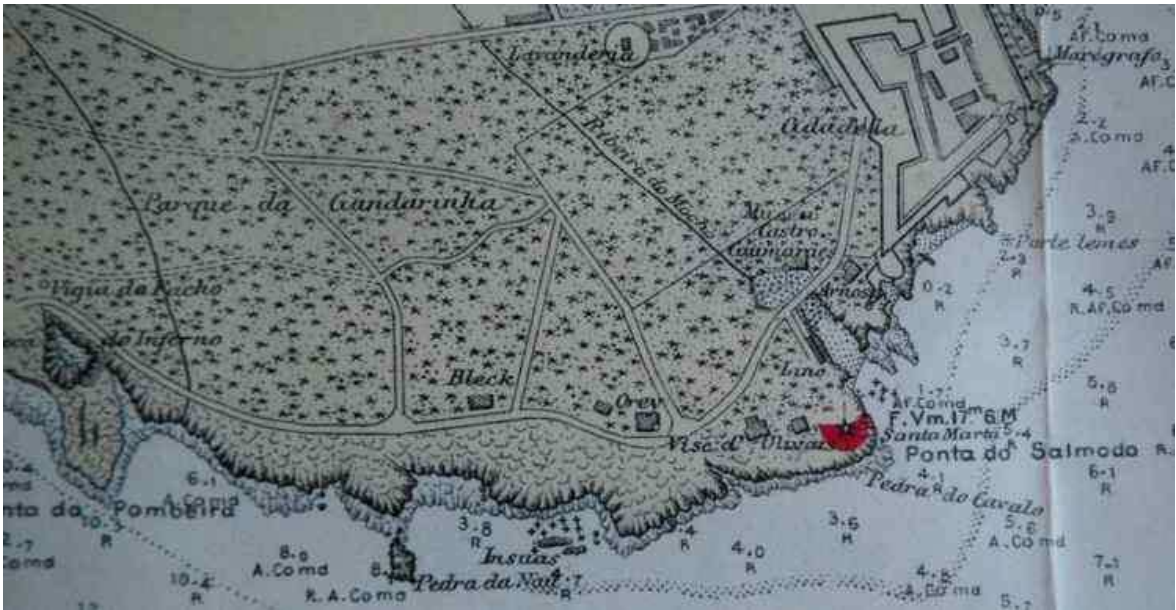
casaram. Quanto aos restantes, todos tiveram descendência.” (Redacção da Gazeta, (2006). *Gazeta d’Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

“Como foi, e porque é que um senhor alemão, com um nome francês, veio a Portugal, se apaixonou por uma senhora portuguesa, que vivia em Leiria, na Quinta da Várzea, e deu origem à Família d’Orey há 152 anos? O senhor alemão, nascido no ano de 1820, em Berlim, de nome Guilherme Achilles d’Orey, cresce num clima de ideias românticas e revolucionárias, próprias da época que se vivia. Dotado de uma esmerada educação, era arquitecto, poeta e pianista concertista. Patriota à sua maneira, comprometido com coragem na revolução de Baden, é exilado em 1848 e depois de ter viajado alguns anos, chega a Portugal. A senhora portuguesa, nascida a 1832, Luiza Henriqueta Longuinha Isabel Mouzinho de Albuquerque, filha e neta de notáveis personalidades, José Diogo de Mascarenhas Neto e de Luiz Mouzinho de Albuquerque, é bem o espelho do que se dizia dos Mouzinhos: ‘Inteligentes e Nobres, Cultos e Pobres’. Depois de 20 anos de um casamento cheio de amor e felicidade, de onde nasceram 9 filhos, fica viúva, com o filho mais novo apenas com meses. Valeu-lhe as suas qualidades indescritíveis. A ajuda das suas duas filhas mais velhas e do seu filho Ruy que com apenas 13 anos, deixou os estudos na Alemanha para vir para Lisboa, trabalhar para ajudar a sua mãe. Passou para os seus 9 filhos os ideais e os valores do seu marido. Fala-se dele como se tivesse vivido muito mais. Graças a ela, uma mãe exemplar.” (Luísa d’Orey Marchand (2004). Um pouco de História da nossa Família, *Gazeta d’Orey*, nº 0 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

“A avó Fernanda (mulher de José Manuel Perestrelo d’Orey) (...) Tinha uma capacidade de comunicação e um jeito para captar a atenção das crianças fora do vulgar. Lembra-se [António d’Orey Capucho – Presidente da C. M. de Cascais] muito bem dos almoços de Domingo na Casa Sem Nome em Cascais onde a sua avó Fernanda viveu até ao fim da vida. As tias eram todas muito alegres, tinham imenso espírito de humor. Também se lembra que a casa ficava cheia quando a tia Pico vinha de Angola, de férias, com os seus 12 filhos. (...) Os seus pais casaram em 1942 na Igreja do Corpo Santo. A sua irmã Luísa (Maria Luísa d’Orey Capucho Arruda) especialista em Azulejos publicou ultimamente um livro sobre os Azulejos do Hospital de Santana (Paredes) e outro sobre os Azulejos do Hospital de Alcoitão (Cascais). Dos outros irmãos, o Manel é um “industrial” de seguros com grande sucesso e um conhecido jogador de Bridge. A

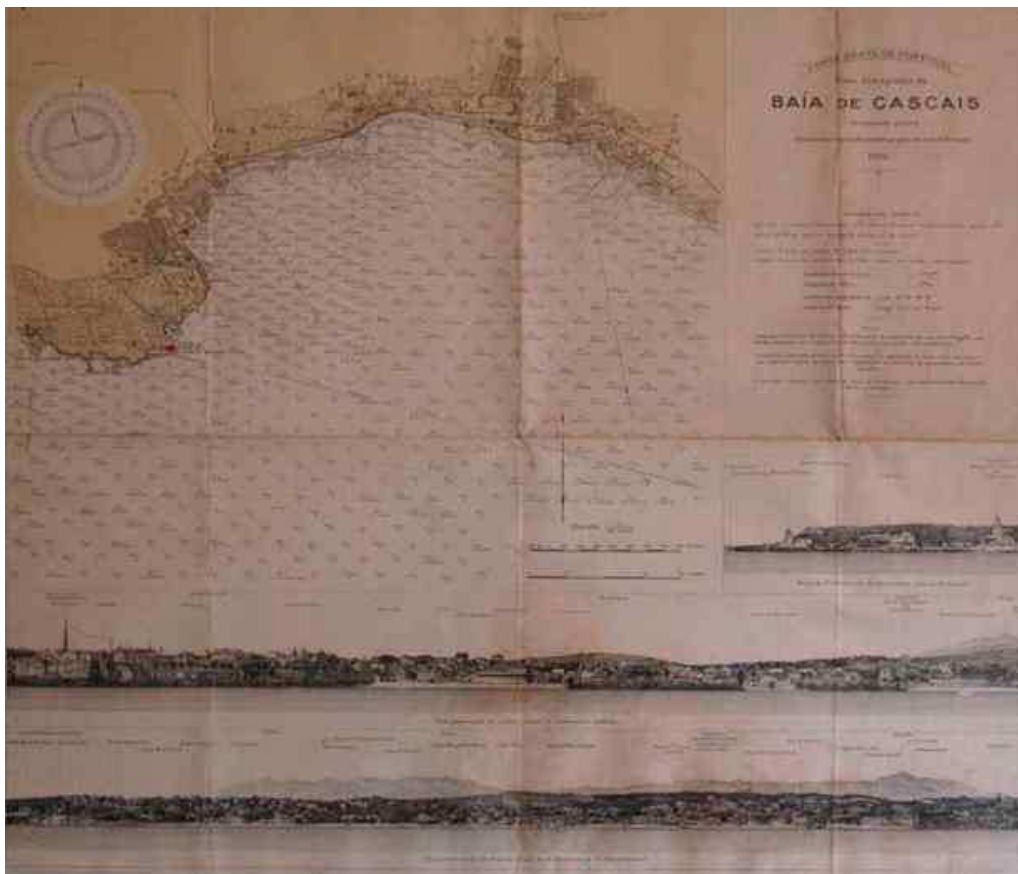
Teresa é pintora e avó. A Maria trabalha na Gulbenkian, o Pedro trabalha com o irmão Manel nos seguros. (a Fernanda, o Luís e a Joana também fazem coisas muito importantes, ficando a *Gazeta d'Orey* à espera que eles se cheguem à frente e nos digam! Não quisemos cansar o Presidente!). (...) Uma das filhas de Frederico Albuquerque d'Orey, Maria da Assunção [Perestrello d'Orey], casou com o médico professor catedrático, D. Pedro da Cunha (Marquês de Olhão) [os últimos d'Orey a habitar esta casa] e que ficou célebre por ter ajudado a pôr no Mundo muitos bebés daquela época. Uma neta de Frederico d'Orey, a Fula, casou com D. Salvador da Cunha, irmão de D. Pedro, que por sua vez foi o célebre Pediatra de “meia Lisboa”. Por sua vez um filho deste último casal, Dr. Pedro da Cunha, foi Padre Jesuíta e Secretário de Estado do Ministro da Educação Roberto Carneiro (1987). Referiu a Casa de Nossa Senhora da Assunção em Santa Marta-Cascais. Num mapa antigo de Cascais, propriedade da Câmara, conforme fotografia amavelmente mandada fazer pelo António Capucho, vê-se a Casa referida como d'Orey. Também podemos ver uma fotografia actual da casa, que é propriedade dum casal alemão. Havia um azulejo de Nossa Senhora da Assunção nessa casa. O António Capucho já Presidente da Câmara, pediu à actual proprietária, se não se importava de lhe vender o dito painel pois tinha uma tia dele que gostaria muito de o colocar em sua casa. Essa senhora retirou o painel, mandou-o restaurar e deu ao António Capucho que por sua vez entregou à sua prima Teresa Pinto Basto que o tem na entrada da sua casa no Monte Estoril.” (Maria Cristina d'Orey Roquette Álvares (2006). O que nos disse um bisneto – António d'Orey Capucho (Presidente da C. M. Cascais), *Gazeta d'Orey*, nº 9 [on line]. Disponível em [http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey\\_0.pdf](http://www.dorey.pt/gazetas/gazetadOrey_0.pdf)). [Consultado a 05/02/2012].

**Outros:** “ [...] e a casa de varandas verdes que é propriedade da família Orey.” (Colaço, Archer, 1999, p. 349).



Casa d' Orey - Mapa antigo com a localização – 1926 (CMC).

Fonte: *Gazeta d'Orey* [Consultado a 05/02/2012].



Casa d'Orey – Mapa antigo da Baía de Cascais, onde se pode ver a localização - 1926 (CMC)

Fonte: *Gazeta d'Orey* [Consultado a 05/02/2012].



**Casa de Nossa Senhora da Assunção – Casa d’Orey – Casa Marqueses de Olhão.**

**Fonte: *Gazeta d’Orey* [Consultado a 05/02/2012].**



**Jovem Frederico d’Orey**

**Fonte: *Gazeta d’Orey* [Consultado a 05/02/2012].**



**Frederico d'Orey com a sua mulher e alguns Perestrelos**

**Fonte:** *Gazeta d'Orey* [Consultado a 05/02/2012].



**Fotografia da avioneta que transportava o General Sanjurjo para Espanha.**

**Fonte:** <http://pintorlopes.blogspot.pt/2011/12/general-sanjurjo-heroi-de-espanha.html>. [Consultado a 03/05/2012]



Cruzeiro a assinalar o acontecimento, próximo da aldeia da Areia.

Fonte: <http://pintorlopes.blogspot.pt/2011/12/general-sanjurjo-heroi-de-espanha.html>. [Consultado a 03/05/2012]



Placa em memória do General Sanjurjo.

Fonte: <http://pintorlopes.blogspot.pt/2011/12/general-sanjurjo-heroi-de-espanha.html>.

## **ANEXO V**

## CASA DOS CONDES DOS OLIVAIS E DA PENHA LONGA

**Localização:** Construída sobre a plataforma rochosa costeira, sobre *campos de lapiás*, que neste momento estão integrados no Parque Natural de Sintra/Cascais, junto à estrada da Boca do Inferno, confinando a Este com o Forte e Farol de Santa Marta e com a Casa de Santa Maria.

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Propriedade Actual:** Farol Hotel *on the water*

**Arquitecto (s):** É notório em Cascaes que o sr. Rodrigo Cantagallo\*, particular amigo do sr. visconde da Gandarinha\*, tem tido a seu cargo a delineação das referidas obras. Não admira, pois, que saiam aprimoradas.” (Barruncho, 1873, pp. 155 a 158).

“ (...) E o Gandarinha, de recente nobreza comercial, no mesmo ano [1873] pensara em elevar um ‘palácio acastelado’, traça dum arquitecto local, Rodrigues Cantagallo.” (José-Augusto França (1990), *A Arte em Portugal no Século XXI*, vol. II, 3ª ed., Lisboa: Bertrand Editora, p. 169).

\*Rodrigo Cantagallo também conhecido por Rodrigo Maria Berquó, filho do Marquês de Cantagallo. Este arquitecto mereceu a atribuição do seu nome a uma rua nas Caldas da Rainha, uma vez que ali se distinguiu na direcção do Hospital Termal, empreendendo profundas obras de remodelação arquitectónica e urbanística. (J. Francisco Queiroz (2004). A Casa do Campo Grande da Família Pinto Leite: enquadramento e abordagem preliminar a uma habitação notável do Porto Romântico. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património* [on line]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4090.pdf>). [Consultado a 06/05/2012].

**Construtor da Casa:** Desconhecido.

**Data de Construção:** 1873.

**Construção Primitiva:** O edifício foi construído em terrenos que pertenciam ao antigo Convento da Piedade, “mas extramuros da cerca que vai desde o princípio da Estrada da Guia até perto da *boca do inferno*. (...) Sobre a Ermida de Santa Marta, contígua à praia do mesmo nome, encontrava-se, em 1873, muito adiantada a construção da primeira casa, que se dizia destinar-se ao proprietário.” (Barruncho, 1874, p. 157). Naquela época

o chalet era conhecido pela designação de *Lazareto*. (*Diário de Notícias*, 16 de Setembro de 1875, p. 1, cit. por Henriques, 2011, pp. 88-89).

(...) O palácio e parque dos Viscondes da Gandarinha, nas ruínas e na cerca do antigo Convento da Piedade, atravessada pelo rio dos Mochos (...) uma formosa propriedade que era do desembargador Alexandre de Gamboa Loureiro e viria a ser uma das melhores e mais rendosas do concelho. Muitas das famílias nobres, e principalmente já no reinado de D. Carlos alugavam algumas casas.” (Andrade, 1964, p. 306).

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura Civil / veraneio.

**Fases de Construção:** Inexistente.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – “É uma casa um pouco no estilo *chalet* que foi construída para resistir aos vendavais e intempéries a que sempre esteve sujeita devido à sua localização sobre as rochas (...)” (Falcão, 2005, p. 507).
- b) **Interior** – Modificada e adaptada a hotel – “Farol Hotel *on the water*” – unidade hoteleira classificada como sendo de cinco estrelas.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Sobranceira ao oceano, conserva, todavia, um excelente espaço de logradouro, pelo que detém uma posição desafogada e independente, usufruindo de um magnífico panorama.

**Estado de Conservação:** Excelente, dado que continua a ser utilizado como hotel.

**História da Casa:** Mandada construir pelo único Visconde de Gandarinha e 1º Conde de Penha Longa, Sebastião Pinto Leite\*, filho de António Pinto Leite e Teresa Angélica Bernardina da Assunção Correia. Casou em 1855, com Clementina Libânia Pinto Leite (n. Baía, 1840 – m. Asilo da Gandarinha, 1921), sua sobrinha, filha de José Pinto Leite (c. 1820) e de Carlota Bárbara Leite, irmã de Júlio Pinto Leite (2º Visconde dos Olivais por direito de sua mulher e 2º Conde da Penha Longa).

“É uma casa histórica visto ter sido habitada esporadicamente por D. Carlos de Bragança, enquanto Príncipe Real. Esta casa foi depois habitada pela Senhora Dona Maria José Praia (n. 1893) \* [Maria José Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Câmara, descendente dos 2ºs Marqueses de Praia e Monforte e dos 1ºs Condes dos Olivais, filha de Duarte Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Câmara (1861-1908), 2º Marquês da Praia e de Monforte e de Maria da Conceição Pinto Leite (1875-

1933, filha dos 1<sup>os</sup> Condes dos Olivais), casada com José Ribeiro do Espírito Santo Silva (1895-1968), irmão mais velho de Ricardo e de Manuel Espírito Santo Silva], mais tarde pertenceu ao Conde de Vilalva\* [José Maria Eugénio de Almeida 1873-1937] e depois aos condes de Cabral\* [3<sup>o</sup> Conde de Cabral - Joaquim Maria António Torcato Luís Gonzaga José Pedro Paulo Guedes de Queirós, que nasceu em Torres Novas a 20 de Junho de 1904 e faleceu em Lisboa a 5 de Janeiro de 1956 e o 4<sup>o</sup> Conde de Cabral, 3<sup>o</sup> Marquês da Foz e 3<sup>o</sup> Conde da Foz - que nasceu em Lisboa, a 24 de Julho de 1931, Jacinto Brandão de Melo de Magalhães Guedes de Queirós, casado com Maria Luísa Lobo da Silveira Fiúza, que não deixaram descendentes]. (Falcão, 2005, p. 507).

**Vivência:** “D. Carlos, Príncipe Real, já então habitava, com D. Amélia, o palacete dos Condes de Olivais e Penha Longa, e que seria depois do Conde de Vilalva, e hoje da Condessa de Cabral; propriedade esta, da Gandarinha, que fica perto do Farol de Santa Marta.” (Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, 1999, p. 345).

**Apontamentos:** \*Visconde de Gandarinha - “Foi único Visconde de Gandarinha, Sebastião Pinto Leite, que também foi o 1<sup>o</sup> Conde de Penha Longa. Nasceu em Gandarinha (Couto de Cucujães – Oliveira de Azeméis) a 25/08/1815 e faleceu em Lisboa em 1892, filho de António Pinto Leite, proprietário e de sua mulher, D. Teresa Angélica Bernardina da Assunção Correia. Grande proprietário e capitalista, com grandes interesses comerciais em Lisboa, Londres e Manchester, foi Par do Reino (08/01/1881) e comendador das Ordens de Cristo e da Rosa, do Brasil. Casou a 18/12/1855, com sua sobrinha, D. Clementina Libânia Pinto Leite, de quem não teve descendência, filha de seu irmão José Pinto Leite, fidalgo-cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, negociante de grosso trato na praça da Baía, e de sua mulher, D. Carlota Bárbara Leite; s. g., pelo que passou a representação à descendência do referido José Pinto Leite, seu sogro e irmão (embora houvesse irmãos mais velhos e c. g.). O título de Visconde foi-lhe concedido [Sebastião Pinto Leite] por D. Luís, por Carta de 30/01/1879, e foi elevado à Grandeza, como Conde, pelo mesmo soberano, por Carta de 04/03/1886. Foi 2<sup>o</sup> Conde dos Olivais, José Pinto Leite, que usou o título como Conde dos Olivais e de Penha Longa, sucessor dos 1<sup>os</sup> Condes dos Olivais e de seu tio paterno o 1<sup>o</sup> Conde de Penha Longa [Sebastião Pinto Leite único Visconde de Gandarinha].” (João de Sousa Fonseca (dir.), (1960), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, Lisboa: Editorial Enciclopédica, Lda., p. 635).

\*“Viscondes e Condes dos Olivais – foi primeiro Visconde dos Olivais António Teófilo de Araújo que nasceu a 05/03/1804 e morreu a 4/08/1879, filho de Francisco José de Araújo, tesoureiro da Bula da Cruzada na diocese de Braga, e de sua mulher, D. Mariana Rosa do Carmo Lopes. Foi fidalgo-cavaleiro da Casa Real, comendador das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, par do Reino, etc. Casou com D. Maria Rosa da Veiga, que nasceu em Macau em 1823 e morreu a 25/06/1892, filha do opulento negociante de Macau, José Joaquim Ferreira da Veiga, e de sua mulher, D. Rosa Joaquina de Paiva; s. g. Esta senhora distinguiu-se pelo uso filantrópico e caritativo que fez da sua grande fortuna, dirigindo primeiro com a maior dedicação o Asilo da Lapa e fundando depois, a expensas suas, o asilo para crianças pobres nos Olivais, subúrbio de Lisboa, onde não existia nenhum estabelecimento quer de educação, quer de beneficência. Foi inaugurado a 24/05/1896. Além da compra, adaptação e instalação do referido instituto, que saíram do bolso da fundadora, consagrava diariamente esta senhora uma grande parte do seu tempo a esse estabelecimento de caridade e no seu testamento legou-lhe avultada quantia para garantir o seu prosseguimento. O título foi-lhe concedido, em duas vidas, por Decreto de 22/03/1864 (D. Luís). Foi 2º Visconde (por direito de sua mulher) e 1º Conde Júlio Pinto Leite, que nasceu a 29/07/1836 e morreu a 27/12/1926 [filho de José Pinto Leite e de D. Carlota Bárbara Leite, irmão do Visconde de Gandarinha e 1º Conde de Penha Longa]. (...) [Júlio Pinto Leite] foi fidalgo-cavaleiro da Casa Real e comendador da Ordem de Cristo. Casou com D. Clotilde de Veiga Araújo, em quem se verificou a 2ª vida concedida no título, que morreu a 09/05/1916, filha de João Francisco de Araújo (irmão imediato, na ordem do nascimento, do 1º Visconde): c. g. O título foi renovado na 2ª Viscondessa, em verificação de 2ª vida, e tornado extensivo a seu marido por Decreto de D. Luís de 25/09/1879 e o mesmo soberano o elevou à Grandeza, como Conde [dos Olivais], por Decreto de 16/09/1886. Foi 2º Conde (designado por Conde dos Olivais e de Penha Longa, por ter sido sucessor de seu tio paterno, Visconde de Gandarinha e 1º Conde de Penha Longa) José Pinto Leite, que nasceu em Lisboa a 06/06/1871 e morreu a 31/01/1956, filho primogénito dos 1ºs Condes. Foi académico honorário da Real Academia de Belas-Artes, distinto desportista, um dos propugnadores da esgrima e do tiro aos pombos no final do século XIX. Residiu em Paris, Londres e Lausana. Casou com uma senhora cujo nome ignoramos; c. g. O título de Conde dos Olivais e de Penha Longa foi-lhe concedido por Decreto de 24/11/1892 (D. Carlos). Foi 3º Visconde João Pinto Leite, que nasceu a 05/04/1873 e morreu a 24/02/1941, filho

secundogénito dos 1ºs Condes [dos Olivais]. Casou, a 16/07/1895, com D. Maria da Piedade Correia de Sá, que nasceu a 11/11/1872, filha do 1º casamento do 8º Visconde de Asseca, c. g. Ignoramos a data do Decreto que lhe concedeu o título. É 4º Visconde José Pinto Leite, que nasceu a 11/06/1896, filho dos 3ºs Viscondes. Proprietário, fez serviço em Inglaterra, na B.B.C., durante a Segunda Grande Guerra. É solteiro. Usa o título por autorização de D. Manuel II no exílio, confirmado por Alvará do Conselho de Nobreza de 20/01/1948. É presuntivo sucessor do título Fernando Maria Pinto Leite, que nasceu em Cascais, a 19/10/1926, filho primogénito varão de António Correia de Sá Pinto Leite (irmão do 4º Visconde) e de sua mulher, D. Alice Jardim dos Anjos.” (João de Sousa Fonseca (dir.), (1960), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, Lisboa: Editorial Enciclopédica, Lda., pp. 73-74).

“Condes e Marqueses da Praia e Monforte - Foi único Conde e 1º Marquês da Praia e Monforte o 2º Visconde de Vila da Praia, António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa, que nasceu a 23/01/1829 e morreu a 01/05/1903, filho dos primeiros Viscondes de Vila da Praia. Foi moço fidalgo com exercício, Par do Reino, bacharel formado em Filosofia e grande proprietário na ilha de S. Miguel. Casou, a 03/03/1859, com sua prima D. Maria José Coutinho Maldonado de Albergaria Freire, que nasceu a 13/03/1833 e morreu a 18/10/1893, filha herdeira dos Viscondes de Monforte, senhora da grande casa vincular no Alto Alentejo; c. g., três filhos e uma filha, que foram: o sucessor do título, Luís Borges Coutinho de Medeiros e Sousa Dias da Câmara, 4º Duque de Palmela [por casamento com D. Helena Maria Domingas de Sousa Holstein, 4ª Duquesa de Palmela], D. Maria Francisca, Condessa de Cuba [por casamento], e António Borges Coutinho de Medeiros e Sousa Dias da Câmara, Barão de Linhó. Foi elevado à Grandeza, como Conde (sendo Visconde de Vila da Praia) por Decreto de 09/01/1881 (D. Luís) e a Marquês por Decreto de 21/01/1890 (D. Carlos). Foi 2º Marquês, Duarte Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Câmara, que nasceu a 02/07/1861 e morreu a 25/07/1907, filho primogénito dos primeiros Marqueses, que casou, a 05/02/1893 com D. Maria da Conceição Pinto Leite, nascida a 14/12/1875 e falecida a 06/10/1933, filha dos 1ºs Condes dos Olivais.” (João de Sousa Fonseca (dir.), (2000), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. III, Lisboa: Edições Zairol, Lda., pp. 177-178).

\*Conde de Vilalva – Foi único Conde de Vilalva José Maria Eugénio de Almeida, que nasceu a 07/01/1873 e morreu a 17/08/1937, filho de Carlos Maria Eugénio de Almeida,

Par do Reino, grande proprietário e capitalista, e de sua mulher, D. Maria do Patrocínio Biester de Barros Lima, e irmão do Conde de Arge. Grande proprietário e capitalista, casou a 07/01/1909, com D. Alice Irene de Sousa Dubraz de Araújo, filha de Benedito Cândido de Sousa Araújo, oficial do Exército, e de sua mulher, D. Amélia Augusta Dubraz; s. g. O título foi-lhe concedido por D. Carlos, em data que ignoramos, e não foi registado na Torre do Tombo. (João de Sousa Fonseca (dir.), (2000), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. III, Lisboa: Edições Zairol, Lda., p. 501).

\*Condes de Cabral – Foi 1º Conde Cabral José Bernardo da Silva Cabral, que nasceu em Fornos de Algodres a 27/07/1801 e morreu em Lisboa a 25-III-1869, filho de António Bernardo da Silva Cabral, do Conselho da Rainha D. Maria II, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e de sua mulher, D. Francisca Vitória Rebelo da Costa Corte Real e irmão do 1º Marquês e 1º Conde de Tomar (Costa Cabral). Foi 4º Conde Jacinto Brandão de Melo de Magalhães Guedes de Queirós, que nasceu em Lisboa, a 24-VII-1931, filho primogénito varão dos 3ºs Condes de Cabral. Casou a 08-V-1957, com D. Maria Luísa Lobo da Silveira de Mascarenhas Fiúza, filha de Joaquim de Mascarenhas Fiúza e de sua mulher, D. Maria do Carmo Adelina de Carvalho Lobo da Silveira. (João de Sousa Fonseca (dir.), (1960), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, Lisboa: Editorial Enciclopédica, Lda., pp. 454-455).

**Outros:** “Na próxima cerca do extinto convento dos carmelitas, propriedade igualmente adquirida pelo sr. visconde, já são notáveis as obras realizadas. Nesta área, que mede por um lado duzentos metros e por outro trezentos e setenta, foi delineado um parque, cuja obra vae em grande adiantamento. O rio chamado dos *mochos*, que atravessa o terreno, foi habilmente aproveitado, pois que recebendo diversas e elegantes pontes, muito veio concorrer para embellezar o sitio, já de si assas pittoresco. A quantidade de ruas, a sua extensão e traçado, no que deu voto a sra. viscondessa, o grande numero e qualidade do arvoredo, tudo há-de contribuir para tornar o parque o mais agradável lugar de recreio. No terreno, também pertença do convento, mas extramuros da cerca, que vae desde o princípio da estrada da Guia até perto da *boca do inferno*, está o sr. visconde plantando pinhal, e tenciona, segundo nos consta, construir alli diversas casas do género *cottage*, que deverão constituir um novo arrabalde de Cascaes. Para se avaliar o que será esta obra, é preciso visitar o local, onde se domina o oceano e goza o mais extenso e variado panorama. No sítio da antiga ermida de Santa Martha, e contíguo à praia do mesmo nome, já vae em mui adiantada construção a

primeira casa do novo arrabalde, lindíssima e curiosa edificação, que se diz estar destinada para o proprietário. Os dois braços ou extremos da referida praia, vão ser ligados por uma bella ponte, já começada, medindo de comprimento trinta e dois metros, quatro de largo, e doze de altura. Esta ponte virá a ser, em Portugal, a *primeiro sobre o oceano*, e também há-de servir para ligar a villa com o dito arrabalde, tornando assim o caminho não só muito mais curto, como bello e agradável, por evitar a volta que seria forçoso dar pela estrada da Guia. Ainda se menciona a construção de um canal, que recebendo água do oceano, a conduzirá por entre o parque, indo formar uma doca para abrigo de uma embarcação de recreio, servindo também para banhos. O sr. visconde quer ter agua potável, tanto no novo palácio como no parque, e já fez proceder aos necessários estudos e orçamentos para a trazer encanada desde Cintra (Peninha). (Barruncho, 1873, pp. 155 a 158).

“Paredes cor-de-terra, estilo incaracterístico, vista de maravilha. Pertence aos Condes dos Olivais e Penha Longa, agora ausente no estrangeiro [1943], e habitou-a muitos anos o conde de Vil’Alva. Aí passou as épocas balneares de Cascais, em todo o tempo em que esteve casado e ainda não era Rei, o Príncipe D. Carlos e sua esposa, a Princesa D. Amélia.” (Colaço, Archer, 1999, p. 345).

“O titular [visconde da Gandarinha] requer, também, em 20 de Novembro de 1873, o aforamento dos baldios existentes entre a estrada da Guia e as arribas, comprometendo-se a manter desimpedido o caminho que avança até ao mexilhoeiro e arribas contínuas, bem como a facultar o direito de pesca nas mesmas. Neste contexto, em 5 de Julho de 1874 Rodrigo Berquó, procurador da Viscondessa de Gandarinha, arremata um terreno situado perto da Pombeira e Mexilhoeiro [?]”. (Henriques, 2004, p. 136).

Em 6 de Agosto de 1873, a Câmara Municipal de Cascais analisa o ofício para a construção da estrada de Santa Marta e da ponte na foz do Rio dos Mochos” (Henriques, 2004, p. 136). Estas obras terão sido efectuadas entre 1873 e 1875, como se verifica pelo que se expõe em seguida.

“Em 18 de Março de 1875 inicia-se uma disputa entre o município e os Viscondes da Gandarinha, deliberando a vereação anular uma concessão que lhes fizera e intimidando-os a retirarem as guardas que marginam a estrada reconstruída entre o Largo da Assunção e a ponte, bem como a destaparem o portão de serventia da praia de Santa Marta. Em 22 de Abril, a Câmara Municipal decide, mesmo, requerer autorização ao

Conselho de Distrito para intentar um pleito judicial contra a Viscondessa, de forma a obrigá-la a libertar as servidões públicas dos terrenos que lhe foram aforados e a abandonar os indevidamente tomados. Não obstante, no dia 20 de Maio resolve-se intimar, de novo, o Visconde para que, no prazo de três dias, contados a partir da data do ofício que lhe for expedido, desobstrua o vão da porta na linha de fuzilaria de Santa Marta, conservando a antiga passagem, Como a polémica ganha contornos inusitados, em 3 de Fevereiro de 1876 a edilidade opta, mesmo, por procurar Rodrigo Berquó, procurador dos Viscondes de Gandarinha, no intuito de sanar o diferendo que os opõe ao município, recordando, então, o seu empenho na defesa e desenvolvimento da região (Henriques, 2004, pp. 137-138) ‘... tornando-a um local aprazível, concorrendo para o seu aumento e convidando directamente por este modo a que outras pessoas edificassem casas para habitarem na época dos banhos, (...) factos comprovados, porque era sabido de todos que a concorrência dos banhistas aumentava todos os anos, e desse aumento auferiam grandes lucros os proprietários e daí a prosperidade do concelho e do município’. ” (cit. por Henriques, 2004, p. 138).



**Casa dos Viscondes dos Olivais e Penha Longa – Placa comemorativa a assinalar os encontros do Verão quente de 1975 (Alçado Nascente) e Alçado Norte com a respectiva modificação que permitiu o aumento de número de quartos – Farol Hotel on the Water (cinco estrelas).**

Fonte: Coleção Particular.



**Casa dos Viscondes dos Olivais e Penha Longa – Alçado Norte.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa dos Viscondes dos Olivais e da Penha Longa – Alçado Nascente e porta principal.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa dos Condes dos Olivais e da Penha Longa.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Capela Sepulcral de Sebastião Pinto Leite (1815-1892) no Cemitério dos Prazeres (Lisboa).**

**Fonte: Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4090.pdf>. [Consultado a 06/05/2012].**



**Interior da Capela Sepulcral de Sebastião Pinto Leite (1815-1892), no Cemitério dos Prazeres (Lisboa).**

**Fonte:** Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4090.pdf>. [Consultado a 06/05/2012].

## **ANEXO VI**

## FICHA CASA DE SANTA MARIA

**Localização:** Rua do Farol, sobre o canal da Praia de Santa Marta, junto ao Forte e Farol do mesmo nome. Na praia de Santa Marta desagua a Ribeira dos Mochos, uma das poucas linhas de água existentes na freguesia e que se encontra seca durante o Verão.

**Classificação Oficial:** Arquitectura Civil / Casa de Veraneio. Vias de classificação como IIP/VC. Procedimento prorrogado até 31 de Dezembro de 2012. Abrangida em ZEP ou ZP. (adaptação do processo de classificação, da autoria de Paulo Martins, IPPAR/DRL [on line]. Disponível em

(<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/5568025/>). [Consultado a 03/02/2012].

Helena Rodrigues (2005), Paula Figueiredo (2010). *Casa de Santa Maria* [on line]. Disponível em

([http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22905](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22905)). [Consultado a 09/04/2012].

**Proprietário Actual:** Adquirido pela Câmara Municipal de Cascais em Outubro de 2004.

**Arquitecto (s):** Raul Lino\* [nas três fases de construção]. “ (...) Vemos uma linda casa erguida sobre um socalco de rochas negras. Muros brancos, cunhais de cantaria, terraços, arcarias moiriscas, coruchéus cónicos, janelas geminadas, chaminés pontiagudas. Recorda o vulto esbelto do Palácio da Vila, em Sintra, com sua amálgama de estilos. O risco é do arquitecto Raul Lino.” (Colaço, Archer, (1999), p. 345).

\*Raul Lino nasceu, em Lisboa, a 21 de Novembro de 1879 e morreu a 13 de Julho de 1974. Foi um dos mais activos e intervenientes arquitectos dos princípios do século, não só pelas obras que construiu mas também pelos seus polémicos escritos. Estudou em Inglaterra (em 1890), em Windsor, na Alemanha no Instituto de Hannover, e praticou no atelier de Haupt, um profundo conhecedor da arquitectura renascentista portuguesa, com quem irá manter correspondência até à morte daquele, em 1933. Entre as mais de 700 obras que projectou destacam-se: projecto do Pavilhão Português para a Exposição Universal de Paris em 1900 (1899, desclassificado); Casa Rey Colaço, no Monte Estoril

(1901); Casa dos Patudos, para José Relvas, Alpiarça (1904); Quinta da Comenda, para o Conde Armand, no Outão, em Setúbal (1905); Casa do Cipreste, Sintra (1912); diversos projectos de Jardim-Escola João de Deus em todo o País, até 1957, dos quais o primeiro foi o da Avenida Álvares Cabral, em Lisboa (1914); Casa dos Penedos, Sintra (1922); Cinema Tivoli (1924) e Casa de António Sérgio (1925), ambas em Lisboa; projectos para os diversos concursos do monumento ao Infante D. Henrique, Sagres (1934-1938); Panteão dos Braganças, em S. Vicente de Fora (1934); três projectos para o Palácio Nacional da Ajuda (1934-1956); arranjos dos palácios nacionais, quando da Exposição dos Centenários, em 1940; Pavilhão do Brasil, na Exposição do Mundo Português de Lisboa (1940); arranjos interiores da Embaixada Portuguesa, em Berlim (1941). Embora mantendo-se sempre a projectar, a sua obra vai sendo progressivamente mais significativa pelos textos que escreve e, sobretudo, pela actividade desempenhada em diversos organismos, como a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Autor de vários trabalhos teóricos como “A Casa Portuguesa” (1929), “Casas portuguesas” (1933), *L'évolution de l'architecture domestique au Portugal* (1937), “Quatro palavras sobre arquitectura e música” (1947), “Os paços reais da vila de Sintra” (1948), foi ainda um dos entusiastas propagandistas de diversas campanhas para a divulgação da «casa portuguesa». Viajou bastante, não só pela Europa como pelo Brasil e Moçambique, tomando inúmeros apontamentos dessas deslocações, cuja influência se nota em diversos trabalhos. Desenvolveu também uma importante actividade gráfica e interessou-se muito pelo relacionamento entre as diversas formas de expressão artística. Foi premiado com o Prémio Valmor, em 1930, por uma moradia, na Rua Castilho, já demolida. (José Manuel Pedreirinho, (1994), *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*, Porto: José Manuel Pedreirinho e Edições Afrontamento, pp. 147-148).

**Construtor da Casa:** Francisco Leitão (Casa do Exmo. Sr. Jorge O'Neill (1902). *A Construção Moderna*. (20 de Maio), anno III, nº 60, pp. 58-59). Em concurso público aberto por Jorge O'Neill, Francisco Leitão arrematou a empreitada por 4:680\$000 réis.

**Data de Construção:** Processo entregue em 15 de Maio de 1902. (Henriques, 2004, p. 122).

**Construção Primitiva:** Terreno baldio.

**Fases de Construção:** No início da construção, em 1902, o edifício era de pequenas dimensões e desenvolvia-se em comprimento a partir de um amplo corredor em forma de rectângulo, constituído por rés-do-chão, primeiro andar e subterrâneo. O rés-do-chão, com entrada principal, corredor de ligação à sala das caravelas, biblioteca, terraço exterior, sala de jantar e entrada de serviço, com acesso à cozinha e ao quarto da empregada; primeiro andar, com corredor e seis divisões (quartos e salas). Neste período de construção predominava a tendência para a “miniaturização”, que pode ser observada noutras construções deste arquitecto, na mesma época (Casa Montsalvat, Vila Tânger e Casa Silva Gomes, no Monte Estoril). Na segunda fase de construção, ou seja, na primeira ampliação, em 1914, o espaço inicial estende-se para Sul, onde foi construída uma cozinha com chaminé, réplica em miniatura, das chaminés monumentais do Palácio Nacional da Vila de Sintra; a Nascente, virada ao mar, no rés-do-chão, foi construída uma nova sala – a sala dos arcos – e um terraço afecto à sala das caravelas. No primeiro andar, e ainda a Nascente, implantou-se uma varanda; a Norte, lado oposto ao mar e no primeiro andar, foram construídos dois átrios, um principal e outro secundário, três quartos para hóspedes e a cave com quatro divisões que se interligavam entre si. Na terceira fase ou segunda ampliação, efectuada em 1918, foi construída ainda no primeiro andar, uma capela, sacristia e um salão (Casa de Santa Maria (2005). *Raul Lino em Cascais*, [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, pp. 33 a 35).

#### **Descrição Sucinta:**

**Exterior** – Edifício com cerca de 50 metros de fachada e 10 metros de alçado, desenvolve-se por dois pisos mais cave. A casa é de planta rectangular irregular, com jardim frontal, que se prolonga na fachada posterior, disposta em socacos e que permitem o acesso à enseada. O edifício assenta sobre uma plataforma de cantaria composta por arcadas, permitindo a subida da maré sem afectar a estrutura da casa. Possui um volume de disposição horizontal, com corpos escalonados e coberturas diferenciadas a uma, duas, três e quatro águas. O edifício evolui em dois e três pisos, adaptando-se ao relevo do terreno, com fachadas em alvenaria rebocada e pintada, rematadas em beirada dupla. Fachada principal virada a Este, sobre o mar. (Helena Rodrigues, Paula Figueiredo, *idem*).

O portal actual é da primeira fase de ampliação (1914). Portal barroco, em pedra da região, com frontão triangular com orelhões, encimado por um brasão com

trevo desenhado, símbolo dos O'Neill, devido à sua ascendência irlandesa, o trevo é o símbolo da Irlanda, assim como S. Patrício, o santo patrono, lateralmente duas pilastras suportam esta composição. Jogo de aberturas pouco dimensionadas, a utilização de formas de arquitectura mediterrânica do Sul do País, arcos em ferradura arabizantes, os espaços alpendrados, o pombal, as ameias, coruchéus cónicos, escalonamento dos telhados e dos beirais. (Silva, 1988, p. 78).

**Interior** – “No interior, o aparato sombrio dos tectos e das portadas de madeira é refrescado pelos lambris de azulejos. Destacando-se contudo a modelação da luz, tratada com raro cuidado na arquitectura desta época, e na articulação dos espaços de estar e circular que apresentam uma dimensão orgânica de conforto.” (Helena Rodrigues, Paula Figueiredo, *idem*).

A capela, sacristia e salão no primeiro andar com painéis de azulejos azuis e brancos, do final do século XVII, barrocos, provenientes da capela da Ramada, em Frielas, perto de Loures, descoberta por Raul Lino, em elevado estado de degradação. Eram da autoria de António de Oliveira Bernardes\* e o tecto, em madeira, pintado a óleo, do mesmo autor, executados por volta de 1698-1699. A capela possui também no altar um avental de azulejos de Talavera, do século XVII. A Capela de Nossa Senhora do Monte, na Quinta da Ramada, em Frielas, descrita por Frei Agostinho de Santa Maria (*Santuário Mariano*, (1707), Tomo I pp. 169-170, cit. em Casa de Santa Maria, *Raul Lino em Cascais*, (2005), Câmara Municipal de Cascais, pp. 81 a 92), refere que a ermida foi começada por Miguel de Sousa Ferreira, em 1686, e acabada por seu filho, Manuel de Sousa Ferreira, em 1699. O conjunto de azulejos figurativos azuis e brancos, procedentes desta capela, representam passos da Vida de Nossa Senhora, e os rodapés cenas galantes e meninos com festões. Foram readaptados a diversos espaços, na Casa de Santa Maria, constituindo o mais importante ciclo azulejar seiscentista dos que ainda se conservam no País, transformando esta casa num verdadeiro museu de artes decorativas. Os azulejos são notáveis pela finura do seu desenho, em finas gradações de azul, com pormenores naturalistas de paisagem e de arquitectura, com trechos bucólicos em que representam pastagens e animais, ou cenas galantes e jogos de cartas. O tecto da sala de jantar, situada no andar nobre da casa, é também proveniente da antiga capela da Quinta da Ramada. É uma composição barroca, com perspectiva fingida, de

influência ítalo-francês, da qual Raul Lino reutilizou as partes que pôde recuperar, construindo esta sala com as medidas exactas a fim de receber o tecto. Este tecto incluía quatro alegorias às Virtudes Cardeais (de que só subsistem as figuras da Misericórdia e da Constância, representadas por galantes figuras femininas de pé, em balaustradas) e duas figuras de anjos, em escorço, em balaústres suspensos, com varandim cimeiro recortado sobre atmosfera “sotto in su” – “de baixo para cima” (figuras pintadas num tecto ou em outra superfície, a fim de dar a ilusão que as figuras estão suspensas no ar, acima do observador. Foi uma técnica desenvolvida durante a Renascença, e foi, especialmente, utilizada, pelos pintores italianos, durante os períodos Barroco e Rococó - ([www.britannica.com](http://www.britannica.com)). Apesar de não existir nenhum do mobiliário original, nesta sala pode ver-se um conjunto formado por móvel de madeira, encastrado na parede, com duas portas de cada lado, sendo uma delas, falsa, desenhado pelo próprio arquitecto. A cave com quatro divisões, construída na primeira ampliação, em 1914, onde, em duas delas, foram aplicados azulejos de padrão geométrico, da autoria do próprio arquitecto. Encontram-se também diversos tipos de vãos de janela e quatro tipos diferentes de lareiras, utilizando pedra da região e azulejos desenhados por Raul Lino. A sala das caravelas com tecto em madeira, onde repintaram caravelas, inspiradas no *Livro das Caravelas* (Casa de Santa Maria, *Raul Lino em Cascais*, (2005), Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 81 a 92).

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Construção urbana, edificada junto ao Forte e Farol de Santa Marta, numa pequena enseada e sobre a plataforma rochosa da costa, com uma orientação de NW/SE, aberta ao mar e com a frontaria virada para um pequeno parque, ainda hoje com alguns pinheiros.

Raul Proença escreve: “ (...) construída sobre rochas negras e toda aberta para o mar, com os seus cunhais de cantaria, terraços, janelinhas de gelosias, arcos mouriscos de tijolo, coruchéus cónicos e um pombal erguido lá no alto. O mar entra-lhe pelas salas dentro; as noites de luar são de aspecto mágico. E a frontaria, como uma entrada de igreja, dá sobre um pinheiral romântico” (*Guia de Portugal, Lisboa e arredores*, (2006), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 621).

**Estado de Conservação:** Desde que foi adquirida pela Câmara Municipal, em 2004, foram efectuadas obras de restauro, que permitiram a sua abertura ao público. Pode ser visitada de Terça-feira a Domingo, das 10H00 às 13H00 e das 14H00 às 17H00.

**História da Casa:** Em 1892, Jorge O'Neill, requereu a aquisição de dois terrenos à Câmara Municipal de Cascais, nos quais pretendia vir a construir o que veio a ser a Torre de S. Sebastião [Museu Condes de Castro Guimarães] e requereu ainda a compra de outro, que confina a Norte com a Estrada Real Nº 67 [que vai de Cascais à Boca do Inferno], a Sul com o Oceano, a Nascente com a Praia de Santa Marta, para a construção de uma outra moradia, o que lhe foi concedido.

Em 1902, Jorge O'Neill encomenda ao arquitecto Raul Lino, um projecto visando aquele terreno, para oferecer a sua filha Maria Teresa, casada com D. António d'Avillez. Vendida mais tarde a José Lino, irmão do próprio arquitecto Raul Lino, que, por sua vez, a vende em 1928 a Manuel Ribeiro Espírito Santo Silva, tendo permanecido na posse da família até finais de 2004, altura em que foi comprada pela Câmara Municipal de Cascais. (Casa de Santa Maria, *Raul Lino em Cascais*, (2005), Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 33).

**Vivência:** Na primeira metade do século XX, depois dos grandes conflitos europeus que marcaram esta época, Cascais, transformou-se no local preferido de reis e aristocratas exilados. Nesta época, a Casa de Santa Maria encontrava-se já na posse da Família Espírito Santo Silva que acolheu algumas destas personalidades e algumas das mais prestigiadas famílias portuguesas, seja como refúgio, ou como local de férias, na companhia de amigos e dos proprietários: Grã-duquesa Carlota do Luxemburgo e a sua família, os Condes de Barcelona, o Rei Humberto II de Itália, os Duques de Windsor, os Condes de Paris, os Príncipes Reinantes do Liechtenstein, o Rei D. Juan Carlos de Espanha, o então Presidente da República, Almirante Américo Tomás, entre outros.

Charles-Philippe D'Orléans, duque de Anjou (neto dos condes de Paris e filho do Príncipe Michel de França, que viveram exilados em Portugal, na Quinta do Anjinho, em Sintra), descreve-nos algumas das vivências passadas na Casa de Santa Maria, considerada uma das "Casas da Felicidade" para as famílias reais exiladas, e chegadas a Portugal, por volta de 1946: "No Verão, a condessa de Paris telefona na própria manhã e diz 'Isabel [Espírito Santo Silva], somos dez' ou 'Isabel, somos vinte'. (...) Os Espírito Santo têm onze filhos. Junta-se-lhes a matilha francesa, também onze crianças,

os espanhóis, os italianos e muitos amigos. A mistura é explosiva! Vêm muitas vezes juntar-se ao grupo alguns adultos como os Van der Elst, embaixador da Bélgica em Portugal e a mulher, que têm filhos da idade de Isabel e Helena de França. Aparecem também Pitucha e Carmelita Vilhernas, Maria Domingues Pinto Leite, Tecló, o filho do conde de Cabral, e Manuel Castro Pereira. Depois um outro grupo mais jovem com Anita e Diana de França, Isabel, Mafalda, Bernardo e Jorge Espírito Santo, Juanito [Rei de Espanha], Eduardo Cabral e os dois gémeos Jacques e Michel de França que são sempre insuportáveis. (...) Durante vários anos este encontro vai tornar-se incontornável. (...) No fim da estação estival, uma outra história divertida vem alimentar as conversas. Um turista nada tranquilamente no mar, diante da Casa de Santa Maria. Cansado, decide subir a um pequeno rochedo e descansar. Este rochedo situa-se mesmo em frente do terraço da casa. Ele pode portanto observar aquelas cerca de sessenta pessoas, todos bastante jovens mas muito elegantes. Vendo a surpresa do turista, Humberto pergunta-lhe, gritando por cima dos rochedos, se ele fala inglês. ‘Would you like to come and have lunch with us.’ O turista, estupefacto por semelhante proposta, responde: ‘Thank you very much, but my wife is waiting for me’. E o rei de Itália responde-lhe ‘No problem, I send you a couple of nephews, and they can go for your wife with the boat’. O turista ainda mais admirado aceita o generoso convite, sem saber quem o convida. E eis o turista, que é um industrial alemão, e a sua mulher no terraço, no meio de todas as famílias reais europeias, sem saberem quem eles são. Almoçaram, beberam, riram e depois regressaram ao hotel. Nunca chegaram a saber que estiveram rodeados de reis e príncipes no exílio, representantes das maiores dinastias europeias. Era este o espírito desta casa ao domingo depois da missa” (2011, pp. 158 a 160).

**Apontamentos:** \*António de Oliveira Bernardes (Beja, c. 1660 – Lisboa, 1732), que na fase de aprendizagem trabalhou com Marcos da Cruz, entrou em 1684 para membro da Irmandade de S. Lucas e trabalhou no Bairro das Olarias a Santa Catarina. Dele se conhecem também alguns quadros a óleo (núcleo do Mosteiro dos Jerónimos, tecto da antiga Capela da Quinta da Ramada, em Frielas, Loures). Nesta última capela encontravam-se os seus primeiros azulejos (actualmente adaptados numa parte da Casa de Santa Maria, em Cascais), onde se nota alguma influência dos azulejos holandeses e uma certa indecisão quanto à pintura. No entanto, desde logo se nota uma melhoria qualitativa da obra de Bernardes, em relação a Gabriel del Barco (dados biográficos

mais à frente). António de Oliveira Bernardes trabalhou por todo o País, tendo deixado uma obra imensa (Paulo Pereira, (1999), Vol. III, pp. 123-124; Santos Simões, *A Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, (2010), Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 32 a 34).

\*Gabriel del Barco (n. S. Pedro de Sigüenza, em Espanha, 1649 – m. Lisboa, antes de 1708) era filho de Manuel del Barco e de Apolónia de Palência. Em Janeiro de 1669, após as Guerras da Restauração, veio para Lisboa, na companhia do Embaixador de Castela, Conde de Humanes. Seis meses depois da sua chegada a Portugal, casou com Agostinha das Neves, órfã de António Luís Basquerene e de Leonor da Silva, moradora na freguesia do Loreto, em casa do pintor Marcos da Cruz, de quem era cunhada. Entre 1681 e 1682 verificou-se que trabalhava na pintura e no douramento do tecto, coro e arco da capela-mor da Igreja de São Luís dos Franceses, em Lisboa, pelo que recebeu importantes somas de dinheiro. Em 1682 adoeceu gravemente e fez uma promessa que se melhorasse ofereceria ao Convento dos Paulistas uma imagem de Nossa Senhora da Atocha. Com efeito, depois de restabelecido ofereceu aos Paulistas uma pintura de Nossa Senhora de Antioquia [Nossa Senhora da Antiga], “na sua forma madrilena de Nossa Senhora de Atocha, quadro que ainda se conserva naquela igreja”. Com a morte da sua primeira mulher, três meses depois, voltou a casar com Maria Teresa Baptista, em Santos-o-Velho e após esta data nada mais consta sobre a sua vida e obra, pelo que se depreende “que deve ter desaparecido ou abandonado a actividade”. “ (...) Mas outros companheiros terá tido [...] o próprio Oliveira Bernardes, como ele aprendiz de Marcos da Cruz. Apenas este último havia de se dedicar extensivamente à azulejaria. (...) Gabriel del Barco é, de longe, o pintor mais prolífero nesse desandar do século XVII.” (Santos Simões, *A Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, (2010), Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 19 a 23).

**Outros:** Junto à Casa de Santa Maria, numa posição mais avançada sobre a plataforma rochosa da costa, na designada Ponta do Salmôdo, encontra-se o **Forte de Santa Marta** que alberga o Farol de Santa Marta [Rua do Farol de Santa Marta].

O Forte de Santa Marta data provavelmente da década de 40 do século XVII, quando era governador de Cascais D. Luís de Meneses. Contudo, este não é mencionado na *Relação dos Fortes de Cascais*, em 1646. “Adaptando-se à topologia do terreno circundante, esta fortaleza era composta por três corpos rectangulares de diferentes áreas, justapostos, destacando-se o espaço da bateria de grandes dimensões, construída

com a intencionalidade de impedir a aproximação de armadas inimigas à zona da baía.” Sofreu várias campanhas de obras, sendo que as mais importantes foram realizadas entre 1762-1763, em que foi aumentado o parapeito, e em 1793 comportou outras de carácter geral, “nomeadamente, uma nova organização funcional dos espaços da bateria e dos aquartelamentos”. (Barros, Boiça, Ramalho, 2001, pp. 151-152, cit. por Catarina Oliveira (2007). *Forte de Santa Marta* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74736/>). [Consultado a 03/02/2012].

Em meados do século XIX, encontrando-se devoluto, foi construído, no seu perímetro, de 1864 a 1867, o Farol, com projecto do arquitecto Francisco Pereira da Silva, (...) uma torre de oito metros, quadrangular, que viria a erguer-se no topo Este da bateria” (Barros, Boiça, Ramalho, (2001), p. 154). Em 2006, a Câmara Municipal de Cascais e o Estado-maior da Armada Portuguesa deram início ao restauro do forte e do farol. A obra ficou a cargo dos arquitectos Francisco Aires Mateus e Manuel Aires Mateus, que requalificaram a área, transformando-a num espaço de cultura e lazer. O Forte encontra-se classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público. (Catarina Oliveira, *idem*).

O Farol tem um alcance luminoso de 18/14 milhas náuticas e foi automatizado em 1980/1981, continuando, após a requalificação do espaço, a ser utilizado como ajuda à navegação. “Trata-se de uma torre quadrangular de alvenaria, revestida com azulejos dispostos em faixas horizontais brancas e azuis, e lanterna vermelha; tem 20 metros de altura.”

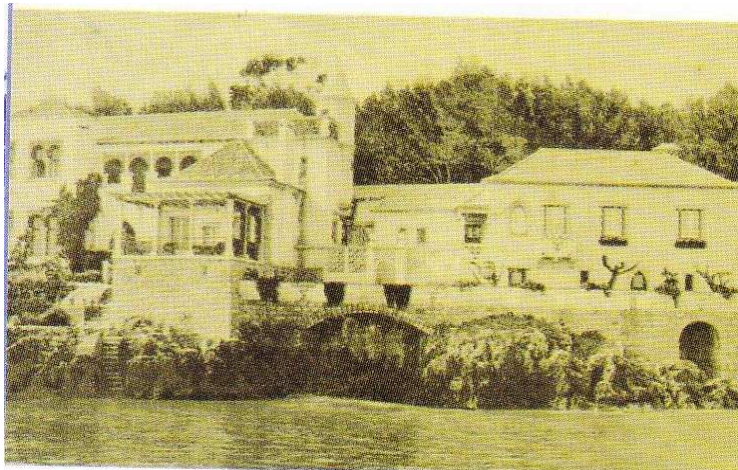
([http://pt.wikipedia.org/wiki/Farol\\_de\\_Santa\\_Marta](http://pt.wikipedia.org/wiki/Farol_de_Santa_Marta)). [Consultado a 07/02/2012]; Catarina Oliveira, *idem*).

O Farol encontra-se aberto ao público, existindo em anexo um Museu “dedicado aos cinco séculos de vida dos faróis portugueses, a sua história e valor patrimonial” (com programa museológico da responsabilidade de Joaquim Boiça), e uma cafetaria. O Farol Museu de Santa Marta está aberto de 3ª feira a Domingo das 10h às 17h00. (*Farol Museu de Santa Marta* [on line]. Disponível em [http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Cascais/Equipam\\_Espacos\\_Culturais/Museus/Sant](http://www.cm-cascais.pt/Cascais/Cascais/Equipam_Espacos_Culturais/Museus/Sant)). [Consultado a 07/02/2012].



**Casa de Santa Maria - 1º Projecto (1902) – Raul Lino.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de Santa Maria – 2º Projecto (1914) – Raul Lino.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de Santa Maria – 3º Projecto – Raul Lino.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de Santa Maria – Fachadas Norte e Nascente.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de Santa Maria – Conjunto das fachadas Norte/Nascente e Farol de Santa Marta.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de Santa Maria – Fachada Norte, portão de entrada e pórtico principal de entrada.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de Santa Maria – Fachada Nascente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa de Santa Maria – Fachada Poente.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Santa Maria – Fachada Poente.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de Santa Maria - Terraço grande – Lado Nascente.**

**Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa de Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.***



**Casa de Santa Maria - Terraço da Sala das Caravelas – Lado Nascente.**

**Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa de Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.***



**Casa de Santa Maria – Janelas de Arco Ultrapassado.**

**Fonte:** Câmara Municipal de Cascais, *Casa de Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.*



**Casa de Santa Maria - Pormenor do tecto da Sala de Jantar, em madeira pintado a óleo, atribuído a Policarpo de Oliveira Bernardes.**

**Fonte:** Câmara Municipal de Cascais, *Casa Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.*



**Casa de Santa Maria – Entrada principal e Escadaria principal.**

**Fonte:** Câmara Municipal de Cascais, *Casa de Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.*



**Casa de Santa Maria - Sala da Capela.**

**Fonte:** Câmara Municipal de Cascais, *Casa Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.*



Casa de Santa Maria - Pormenor de Azulejo (Capela) – *A Fuga para o Egipto.*

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.*



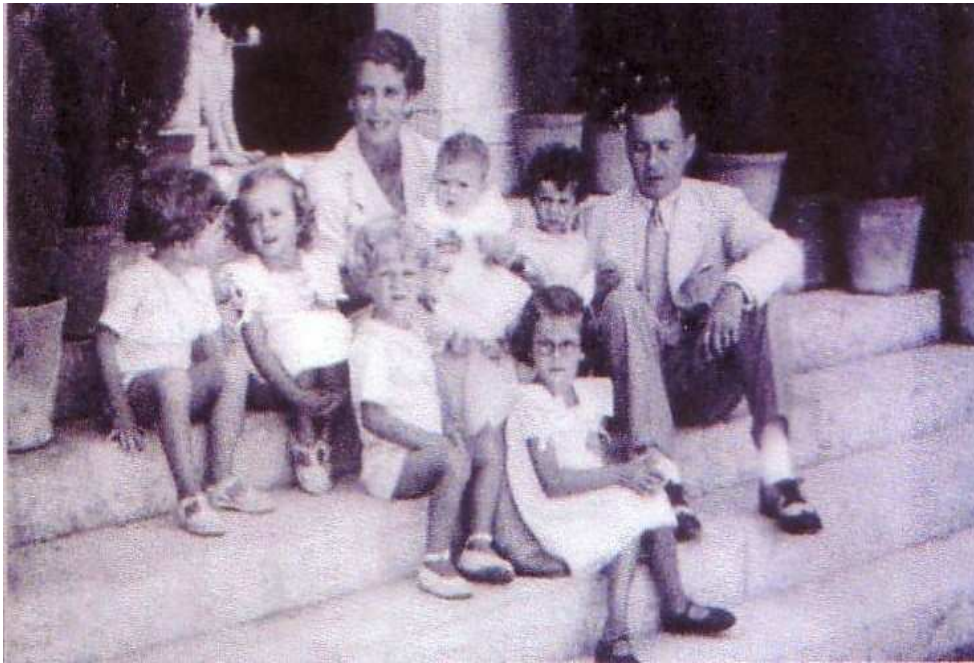
Casa de Santa Maria - Painel de Azulejos da Sala da Capela – *A Virgem com Jesus e São João Meninos* - Policarpo de Oliveira Bernardes (século XVII).

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.*



**Casa de Santa Maria – Isabel Pinheiro de Melo, esposa de Manuel Espírito Santo Silva.**

**Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa Sta. Maria, Raul Lino, Cascais.***



**Casa de Santa Maria – Casal Espírito Santo com seis filhos (1937)**

**Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa de Santa Maria, Raul Lino, Cascais.***



**Casa de Santa Maria – Os netos do casal Espírito Santo cumprimentando o Presidente da República, Almirante Américo Tomás.**

**Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa de Santa Maria, Raul Lino, Cascais.***



**Casa de Santa Maria – Condes de Paris**

**Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa de Santa Maria, Raul Lino, Cascais.***



**Casa de Santa Maria – Conde de Paris e o Duque de Wutemberg – Fig. 33 - Reis de Espanha e o Príncipe Filipe**

**Fonte: Câmara Municipal de Cascais, *Casa de Santa Maria*, Raul Lino, Cascais.**



**Casa de Santa Maria – Alçado Nascente e Forte e Farol de Santa Marta**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Imagens do Forte e do Farol de Santa Marta**

Fonte: IGESPAR, IP [on line].

## **ANEXO VII**

## FICHA CASA DE S. BERNARDO – CONDE DE ARNOSO

**Localização:** Avenida Rei Humberto II de Itália, junto à Praia de Santa Marta, na margem esquerda do Canal de Santa Marta.

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Proprietário Oficial:** O primeiro proprietário foi Bernardo Pinheiro Correia de Melo Pindela, Conde de Arnoso\*, secretário do rei D. Carlos I e engenheiro de profissão. Actualmente, encontra-se aqui instalada a sede da Marina de Cascais, a Marcascais – Sociedade Concessionária da Marina de Cascais, SA.

**Arquitecto (s):** Projectada pelo próprio Bernardo Pindela, edificação que pretendia ser uma “casa minhota”.

**Construtor da Casa:** Projecto do próprio Conde de Arnoso\*.

\*Bernardo Pinheiro Correia de Melo Pindela, primeiro conde de Arnoso, título concedido pelo rei D. Carlos, em 28 de Setembro de 1895 (data de aniversário do monarca e da rainha D. Amélia), nasceu em Guimarães (na Casa do Proposto), a 27 de Maio de 1855 e faleceu, em S. Tiago da Cruz, Vila Nova de Famalicão (na Casa de Pindela), a 21 de Maio de 1911. Era filho, do segundo casamento de João Machado Pinheiro Correia de Melo, primeiro visconde de Pindela, e de Eulália Estelita de Freitas Rangel de Quadros (filha de António Moreira Lopes Machado, negociante, e de D. Maria Emília de Freitas de Melo e Castro Rangel de Quadros).

Aos sete anos vem para Lisboa estudar no Colégio dos Inglesinhos, posteriormente, na Universidade de Coimbra, seguiu Matemáticas, completando os estudos na Escola Politécnica e na Escola do Exército. Seguiu a carreira militar, na Arma de Engenharia, assentando praça em 7 de Novembro de 1871, foi sendo sucessivamente promovido, a Alferes, em 1877, a Tenente, em 1880, a Capitão, em 1884, a Major e a Tenente-Coronel do Estado-maior, em 1901, passou à reforma, em 1908, após o Regicídio.

Casou duas vezes, a primeira, em 1877, em Lisboa, com D. Maria José de Mello Abreu Soares Vasconcelos Brito Barbosa e Palha (Lisboa 1857 – 1882), filha dos terceiros condes de Murça, e a segunda vez, também em Lisboa, em 1890, com D. Matilde Munró dos Anjos (Lisboa 1874 – Lumiar 1962/63), filha do Conselheiro Policarpo

Pecquet Ferreira dos Anjos (Par do Reino, capitalista e comerciante) e de sua mulher D. Alice Munró (de origem escocesa). Deixou descendência de ambos os casamentos.

Fidalgo cavaleiro da Casa Real, do conselho de S. M., secretário particular de D. Carlos, e comendador das Reais Ordens Militares de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; Grã-Cruz de Afonso XII, do Mérito Militar e de Carlos III e Comendador de Número de Isabel, a Católica, de Espanha (1903); Grande-Oficial da Legião de Honra, de França (1905); Grã-Cruzes da Real Ordem de Victória (1903), da Grã-Bretanha; de São Estanislau, da Rússia; de Alberto de Saxe; de Francisco José, da Áustria; de Mecklemburgo; do Duplo Dragão, 3ª Divisão, 1ª Classe da China (1887); Comendador da Coroa Relá da Prússia (1895); e Cavaleiro de S. Maurício e S. Lázaro, da Itália.

Desempenhou várias funções, destacando-se a de Secretário da Embaixada Extraordinária à Corte Imperial de Pequim, chefiada pelo Conselheiro General Tomás Rosa (1887), a fim de realizar um tratado com a China. Nesta viagem a Pequim, visitou ainda Tien-Tsin, Xangai, Japão, Macau, Hong Kong, Singapura, Egipto e Estados Unidos, tendo publicado algumas das suas impressões de viagem, na *Revista de Portugal* (1889) fundada e dirigida pelo seu amigo Eça de Queirós, que apareceriam, mais tarde, publicadas em livro, com o título *Jornadas pelo Mundo* (1895). Antes porém, já tinha publicado *Azulejos; De braço dado* (1894) (escrito de parceria com o conde de Sabugosa, seu cunhado); *A primeira nuvem* (1902); *Suave Milagre* (1902) (em parceria com Alberto de Oliveira, diplomata), entre outras.

Acompanhou, ainda, o rei D. Carlos a Inglaterra (1901), nas cerimónias fúnebres da rainha Vitória; esteve presente nas cerimónias de coroação de Eduardo VII, em Londres, com o príncipe D. Luís Filipe; integrou a comitiva real (Junho de 1901) na visita às ilhas da Madeira e Açores.

**Data de Construção:** Em 5 de Outubro de 1893, Bernardo Pinheiro Correia de Melo Pindela, requereu a construção de uma casa de habitação (João Miguel Henriques, (2004), *História da Freguesia de Cascais 1870-1908*, Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Cascais, p. 121; cf. AHCMC/ALL-CMC/Urbanismo/Obras particulares/Processos de obras/Cascais, de 5 de Outubro de 1893).

**Construção Primitiva:** Terrenos cedidos pelo Ministério da Guerra (Henriques, 2004, p. 121).

**Tipologia Arquitectónica:** “casa minhota”, assim designada pelo próprio conde Arnoso. “Introduzia-se, portanto, em Cascais a questão da *casa portuguesa*, exactamente nos anos de mais acesa polémica.” (Silva, 1988, p. 74).

**Fases de Construção:** A habitação foi depois ampliada, como o atesta um requerimento enviado à Câmara Municipal de Cascais, em 14 de Janeiro de 1908 (Henriques, 2004, p. 121; cf. AHCMC/ALL-CMC/Urbanismo/Obras particulares/Processos de obras/Cascais, de 14 de Janeiro de 1908).

**Descrição:**

- a) **Exterior** – “ (...) com o seu pequeno eirado sobre uma arcaria de meio ponto, a sua porta de alpendre num patamar de escada exterior, ao lado do retábulo em azulejo do santo padroeiro da família [S. Bernardo], as janelas de peito guarnecidas de rótulas entre cachorros de pedra, destinados às varas do estendal, e servindo de mísula os vasos de craveiros e de manjericos, em frente do poço de roldana, no mais doce e tranquilo sorriso de outrora” (Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal, Guia do Banhista e do Viajante*, (1876), Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz – Editores, cit. por *Guia de Portugal, Lisboa e Arredores*, (2006), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 620).

“A estrada caminha para a Boca do Inferno. Ainda à esquerda, num relevo airoso, fica a célebre casa minhota que pertenceu ao conde de Arnoso, e que se tornou notável em Cascais pelo seu estilo sóbrio e português. Casa de alpendre, de retábulos de azulejos, adornada com cachorros de pedra (...) – o poço de roldana, o espigueiro, os alegretes. No espigueiro oculta-se a casa do cão. Nos alegretes crescem flores rústicas.” (Colaço, Archer, 1999, p. 346).

Raquel Henriques da Silva escreve a propósito: “Escapou-lhe a composição rigorosa das arcadas do rés-do-chão, dos alpendrados do 1º andar e das anelas de ângulo que possuem uma evidente eficácia na captação e filtragem da luz. A mão do engenheiro (verdadeiros homens novos da Europa do tempo) pressente-se na elaboração deste projecto e é significativo que a dinâmica utilização de elementos formais da arquitectura tradicional tenha sido entendida apenas na sua vertente ornamental, comprometendo assim as possibilidades de um debate inocente” (Silva, 1988, p. 74; França, 1990, p. 172).

Ferreira de Andrade refere ainda: “ (...) e onde se vêem, na varanda voltada para o mar, azulejos representando «caíques», executados sobre um cartão de El-Rei D. Carlos” (Silva, 1964, p. 308; Falcão, 2005, p. 240).

**b) Interior** – Adaptado a escritórios da Marcascais – Sociedade Concessionária da Marina de Cascais, SA.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Rodeada por um pequeno parque com alguns pinheiros para o lado da estrada, e, frente ao mar, numa área maior alguns canteiros e relva.

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** O conde Arnoso mandou construir esta casa para estar mais perto da Família Real, durante as suas estadas, em Cascais.

**Vivência:** Quase todos os intelectuais desta época beneficiaram da hospitalidade do conde Arnoso, como atesta correspondência da época.

O grupo formado pelos “Onze do Braganza”, como lhes chamou Eça de Queirós (1845-1900), e que constituiu o grupo “Os Vencidos da Vida” (1888-1893), teve como lugar obrigatório dos encontros a Vila de Cascais. Deste grupo faziam parte: Eça de Queirós, Oliveira Martins (1846-1894), Ramalho Ortigão (1863-1915), Guerra Junqueiro (1850-1923), 4º conde de Ficalho, Francisco Manuel de Melo Breyner (1837-1903), António Cândido (1850-1922), 9º conde de Sabugosa, António Maria José de Melo César Meneses (1845-1923), Carlos de Lima Mayer (1846-1910), Carlos Lobo d’Ávila (1860-1895), 1º marquês de Soveral, Luís Pinto de Soveral (1850-1922) e o 1º conde de Arnoso, Bernardo Pinheiro Correia de Melo Pindela (1855-1911). Para além destes, outros integravam este grupo, primando mais pelas ausências e sendo considerados como “Vencidos Honorários”, como: Antero de Quental (1842-1891), Fialho de Almeida (1857-1911), Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) e seu marido, o poeta Gonçalves Crespo (1846-1883) e Jorge O’Neill (Ricardo António Alves, *Eça e os Vencidos da Vida*, (1998), Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 15)

Após a morte de Eça de Queirós, em carta a sua esposa Emília Queirós, o conde Arnoso escreve: “ Aqui nesta casa de que tanto ele gostava, tudo me recorda o querido José Maria. Não há cadeira, não há lugar em que eu não [o?] veja” (Alves, 1998, p. 48).

**Apontamentos:** Amigo íntimo de Eça de Queirós fez parte do grupo *Os Vencidos da Vida*, que se reuniam no “Braganza” e no “Tavares”, ou nas suas casas da Lapa e de Cascais.

Após a morte de Eça de Queiroz, o conde Arnoso, apresentou na Câmara dos Pares do Reino, na sessão de 15 de Março de 1901, um projecto de lei que pretendia “conceder uma pensão à viúva e filhos do grande romancista Eça de Queiroz (...)”, de que se extrai o seguinte excerto: “Se é certo que o Visconde de Almeida Garrett imprimiu à nossa língua o sabor de um modernismo, que a revolucionou, escrevendo páginas de uma tal simplicidade, que conservam através do tempo toda a frescura de uma impressão primeira; se Alexandre Herculano nos legou, em páginas lapidares, mais do que uma literatura, os fortes delineamentos da nossa história, tão rica de feitos gloriosos; se Camilo Castelo Branco deixou, em muitos dos seus livros, exemplos dos primores da nossa língua, chegando muitos d’eles a atingir a feição clássica; se Oliveira Martins, a exemplo do que Garrett fizera na literatura, revolucionou a nossa história imprimindo-lhe, numa linguagem límpida, um forte sabor moderno: Eça de Queiroz, com vocabulário, relativamente restrito, deu à língua portuguesa uma tal maleabilidade que ela pôde na sua mão, como a paleta mais rica, dar desde as cores mais quentes e vivas até aos tons mais esbatidos e delicados.” (*Diário da Câmara dos Pares do Reino*, Sessão N.º 23, de 15 de Março de 1901, p. 192<sup>117</sup>).

Este projecto de lei estabeleceu uma pensão anual vitalícia, isenta de todos os impostos e paga em mensalidades, destinada à viúva de Eça de Queirós, D. Emília de Castro Eça de Queiroz, no valor de 1:200\$000 réis, e a seus filhos: Maria, José, António e Alberto, mantendo-se a mesma, para os filhos varões, até à maioridade, ou até à conclusão dos seus cursos, e para a filha até ao casamento.

Foi, também, devido a instâncias do conde de Arnoso, o monumento em memória de Eça de Queiroz, presente no Largo Quintela Farrobo, na Rua do Alecrim, em Lisboa, da autoria do escultor de Vila Nova de Gaia, Teixeira Lopes.

Na sequência dos acontecimentos de 1908, relacionados com o assassinio, na Praça do Comércio, do Rei D. Carlos e de seu filho, o Príncipe D. Luís Filipe, o conde Arnoso em discurso proferido (*Diário da Câmara dos Pares do Reino*, Sessão N.º 3, de 9 de Maio de 1908: p. 3<sup>118</sup>) pediu “ (...) ao Governo de Sua Majestade que inteira luz seja

---

<sup>117</sup> Documento em ANEXO.

<sup>118</sup> Documento em ANEXO.

feita acerca dos criminosos atentados do dia 1 de Fevereiro (...) Ainda mais, É necessário que na arcada do Terreiro do Paço, onde o horrendo crime se cometeu, uma lápide de mármore perpetue os nomes das martirizadas vítimas” [o que efectivamente aconteceu, no dia 1 de Fevereiro de 2008, 100 anos passados sobre o regicídio, a advertência do conde Arnoso, “o Conde da Lápide”, tornou-se uma realidade], “Antes porém, de fazer as minhas considerações, quero declarar a S. Exa. e à Câmara que nenhum intuito político me move. A política nunca me seduziu. Convidado, instado há anos pelo último, prestigioso, malogrado chefe do partido regenerador, a assumir a gerência da pasta dos Negócios Estrangeiros, numa situação a que ia presidir, terminantemente recusei tamanha honra, apesar das repetidas e demoradas instâncias que me foram feitas. (...) Se a política me seduzisse teria entrado então, e hoje, em lugar de um simples e obscuro general de brigada do quadro de reserva, seria, como tantos outros, um marechal, como é de uso e parece consagrado chamar-se agora aos Ministros e Secretários de Estado honorários.”



*Dá mil saudades a todos esses queridos amigos da varanda. Carta de Eça a Arnoso datada de 1896.*

**Fonte: Ricardo António Alves, *Eça e os Vencidos da Vida em Cascais*.**



**Casa de S. Bernardo (1893) – Bernardo Pinheiro Correia de Melo Pindela - Fachada Sul. Varanda com azulejos da autoria do Rei D. Carlos.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa de S. Bernardo – Fachada Sul.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa de S. Bernardo – Fachada Norte.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa de S. Bernardo – Fachada Norte.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa de S. Bernardo – Lado Poente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Conde Arnoso, Bernardo Pinheiro Correia de Melo Pindela e sua segunda mulher, Matilde.**

**Fonte: Ricardo António Alves, *Eça e os Vencidos da Vida em Cascais*.**



O escritor, Eça de Queirós, assíduo frequentador desta casa e grande amigo do conde Arnoso.

Fonte: Ricardo António Alves, *Eça e os Vencidos da Vida em Cascais*.



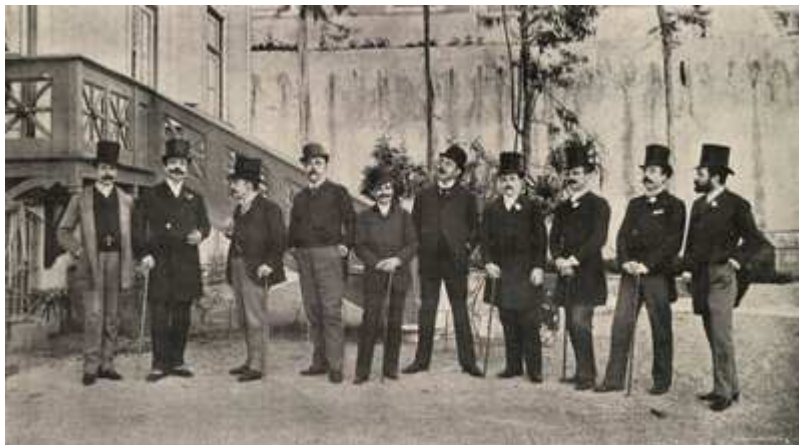
Os Onze do Bragança – Os Vencidos da Vida: Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Francisco Manuel de Mello Breyner (4º conde de Ficalho), António Cândido, António Maria Meneses (9º conde de Sabugosa), Carlos de Lima Mayer, Carlos Lobo d'Ávila, Luís Maria Pinto de Soveral (1º marquês de Soveral), 1º conde Arnoso.

Fonte: Maria José Pinto Barreira Rego Sousa, *Cascais 1900*.



**Rei D. Carlos na varanda da Casa de São Bernardo**

**Fonte:** Falcão, *Cascais menino*.



**Casa de S. Bernardo – *Os Vencidos da Vida***

**Fonte:** Ricardo António Alves, *Eça e os Vencidos da Vida em Cascais*.

## **ANEXO VIII**

## FICHA TORRE DE S. SEBASTIÃO / PALÁCIO O'NEILL / MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES

**Localização:** O Palácio O'Neill encontra-se situado na Av. Rei Humberto II de Itália – Parque da Gandarinha – Cascais, junto à praia de Santa Marta e onde se encontra instalado o Museu Condes de Castro Guimarães.

**Classificação Oficial:** IIP - Imóvel de Interesse Público (Decreto N° 45, de 30 de Novembro de 1993). Abrangido em ZEP (Zona especial de Protecção) ou ZP (Zona de Protecção). (RC. *Palácio dos Condes de Castro Guimarães* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74738/>). [Consultado a 03/02/2012].

**Proprietário Actual:** Câmara Municipal de Cascais.

**Arquitecto (s):** “Participaram no evoluir da obra (...) Luigi Manini\* (1848-1936), que verte toda a sua cultura visual de cenógrafo nos planos que apresentou; Francisco Vilaça\* (m. 1914) com *curriculum* na criação de ambientes pictóricos de representatividade social; e Karl Albrecht Haupt\* (1852-1932), uma autoridade na arte nacional e (...) arquitecto de castelos ao modo do seu tempo (...).” (Mendes Atanásio, 1986, in Karl Albrecht Haupt - *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, p. 1, cit. por Denise Pereira e Gerald Luckhurst, (2011), *Monumentos, N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), p. 95). “Não serão, igualmente, de menosprezar os contributos opinativos de Alfredo Andrade\* (1839-1915), na génese do projecto, quem sabe até na sua definição temática, ou mesmo de Raul Lino (1879-1974), no contexto final da obra.” (Denise Pereira e Gerald Luckhurst (2011). O programa estético da casa de Jorge O'Neill, a partir dos contributos de Luigi Manini, Francisco Vilaça e Albrecht Haupt. *Monumentos N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), p. 95).

“Por outro lado, nesta época, Manini estava retido no Buçaco, preso a um contrato celebrado com o Ministério da Obras Públicas para conclusão das obras do Palace-Hotel, que só terminaria em meados de 1898, altura que aceita a comissão da construção da Regaleira. Não surpreende, portanto, que não se tenha envolvido na obra. O que O'Neill encomenda ao cremasco é o risco de uma ‘ideia’, de um ‘plano geral’ e não de um projecto arquitectónico, com planos de pormenor como o concebemos actualmente.

Essa tarefa estaria reservada a Vilaça, cujo nome já teria em carteira, sugerido pelos seus pares.” (Museo di Crema e del Cremasco, adiante MCCC, Luigi Manini – *Carta Autobiográfica.*, 5 Out. 1925, Carteggio MSS-375 relazione nº 6, fls. 3-4, cit. por Denise Pereira e Gerald Luckhurst, 2011, O programa estético da casa de Jorge O’Neill, a partir dos contributos de Luigi Manini, Francisco Vilaça e Albrecht Haupt. *Monumentos Nº 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, p. 97).

\* Luigi Manini – nasceu em Cremona, a 8 de Março de 1848 e faleceu em Bréscia, a 29 de Junho de 1936. Chegou a Portugal em 1879, para substituir o cenógrafo Giacomo Cinatti, na Ópera de S. Carlos, tendo regressado a Itália em 1913. Foi cenógrafo, pintor e arquitecto, destacando-se entre as obras mais importantes, o Palácio do Buçaco e a Quinta da Regaleira. Trabalhou ainda na decoração do Teatro de São Luís (1894) e do Museu Militar (1895), na escadaria do Palácio Foz, no Pavilhão Português na Exposição Universal de Paris em 190, no Teatro Garcia de Resende em Évora, no Teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo, no Teatro do Funchal e no Palácio da Bolsa (os brasões que se encontram no hall de entrada).

\*Francisco Vilaça – Arquitecto e pintor dos finais do século XIX e princípios do actual, activo na região de Lisboa. De gostos ecléticos, foi autor, além do palácio O’Neill (1900), de um edifício nos restauradores (1909) (José Manuel Pedreirinho, *Dicionário de Arquitectos*, (1994), Porto: José Manuel Pedreirinho e Edições Afrontamento) e de uma casa no Monte Estoril, mandada construir por Manuel Gomes.

\*Karl Albrecht Haupt – Professor, investigador, arquitecto e restaurador, nasceu a 18 de Março de 1852 em Büdingen, Hessen na Alemanha, foi o quarto e último filho de um professor liceal, Dr. Georg Haupt e de Mathilde Schmidt. A sua carreira profissional iniciou-se em Karlsruhe em 1875, e entre os anos de 1876 e 1878 realizou vários projectos arquitectónicos em Karlsruhe e Büdingen. Em 1880, abriu o seu próprio ateliê de arquitectura em Hannover e dedicou-se não só à arquitectura como ao restauro, à investigação e ao ensino, tendo ingressado no ensino na Universidade de Hannover, em Dezembro de 1879, leccionando sobre o renascimento alemão (disciplina de Estudos do Renascimento Alemão), que acabou sendo a sua especialidade e, a partir de 1907, a disciplina de História da Arquitectura Espanhola e Portuguesa e, ainda, História da Arquitectura Antiga Alemã. Para além da intensa investigação desenvolvida, viajou por todo o continente europeu, o que lhe permitiu obter conhecimentos alargados sobre a História de Arte e Arquitectura relativamente ao que designou por ‘renascimento’ do

Sul europeu. Entre 1886 e 1888, viajou pelo território português, o que serviu de base para a sua tese de doutoramento e à publicação de uma obra intitulada *Die Baukunst der Renaissance in Portugal*. Entre 1903 e 1907 foi o primeiro presidente da Associação Alemã dos Arquitectos e seu membro honorário a partir de 1922. Entre as obras e artigos publicados sobre a arquitectura renascentista portuguesa, encontra-se um com particular interesse, dado que diz respeito ao Museu Condes de Castro Guimarães, *Kaminfur das Landhaus der Hern O'Neill de Tyrone in Cascais bei Lissabon (Lareira para a casa do Sr. O'Neill de Tyrone em Cascais, perto de Lisboa)*, na edição *Zeitschrift Architektur und Ingenieurwesen* (edição revista *Arquitectura e Engenharia*, datada de 1902). Haupt foi o grande mestre de Raul Lino e em 1927 foi nomeado membro honorário da Sociedade de Arquitectos Portugueses e vogal honorário da Academia Nacional de Belas Artes. Manteve até ao final da sua vida correspondência com vários autores portugueses, como: Raul Lino, Ramalho Ortigão ou Reynaldo dos Santos. “A sua contribuição para o desenvolvimento da arquitectura portuguesa foi fundamental também como mestre de um proeminente arquitecto português, Raul Lino. Efectivamente, a formação académica dada por Haupt a Raul Lino iniciou-se nos anos de 1896 e 1897, em Hannover, e prolongou-se até à morte do arquitecto alemão. O relacionamento de ambos estendeu-se para além do académico, pois os arquitectos trabalharam simultaneamente a nível profissional, em projectos para o mesmo cliente, nomeadamente Jorge O'Neill. Lino, pupilo, colega e amigo do arquitecto, descreveu com carinho a sua pessoa e o seu trabalho num artigo e tributo com o seu nome. O arquitecto português valorizou claramente o potencial profissional e académico de Haupt, tornando-se bastante evidente o forte laço de amizade entre ambos. (Lucília dos Santos Belchior, 2010. *Karl Albrecht Haupt (1852-1932) e o 'Desenho de Viagem', O Registo dos Monumentos Nacionais: Compreensão Arquitectónica e Fruição Estética*. Tese não publicada (Doutoramento), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 133-161).

\*Alfredo de Andrade – “A convivência com o arquitecto português, que granjeou em Itália merecida reputação de (...) *reformador de castelos* (...) ao serviço do monarca saboiano, estabelece-se por via familiar e por via dos negócios. As irmãs de Alfredo de Andrade casam com João Torlades O'Neill (1838-1900) e com Manuel Inácio de Castro Guimarães (1858-1927), respectivamente, o tio e o sócio de Jorge O'Neill. Andrade encontrava-se de regresso a Portugal na década de 1894-1897, ele próprio empenhado

em construir a sua ‘fortaleza’ de Font’Alva e hesitante na opção entre um projecto acastelado, coerente e historicista, ou uma arquitectura doméstica de raiz tradicional que tanto se empenhou em conservar. Ganha igual dimensão tópica o projecto que Manini riscou para o tio João Torlades O’Neill, um verdadeiro burgo medieval para ser erigido em Sintra, na década de 1890, em terras adquiridas aos herdeiros do marquês de Pombal, e que não logrou sair do papel. (Denise Pereira e Gerald Luckhurst, (2011). O programa estético da casa de Jorge O’Neill, a partir dos contributos de Luigi Manini, Francisco Vilaça e Albrecht Haupt *Monumentos N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), p. 96).

**Construtor da Casa:** Não se encontra referência.

**Data de Construção:** Requerimento de Jorge O’Neill\* à Câmara Municipal de Cascais para licença de construção em 10 de Novembro de 1892. Em 1893, a Comissão Distrital autoriza a construção. Foi habitada pela primeira vez em 1900 e estava concluída em 1902. Carlos Malheiro Dias, na *Ilustração Portuguesa* de 1906, refere que a casa estava terminada há cinco anos. No entanto Haupt, em 1902, ainda riscava projectos para o seu interior, mas estaria praticamente concluída nesta data. (Denise Pereira e Gerald Luckhurst (2011). O programa estético da casa de Jorge O’Neill, a partir dos contributos de Luigi Manini, Francisco Vilaça e Albrecht Haupt. *Monumentos N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), p. 105).

**Construção Primitiva:** Terreno baldio.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura Civil / Palácio. (RC. *Palácio dos Condes de Castro Guimarães* [on line], *idem*). [Consultado a 03/02/2012].

“ (...) A adaptação de estilos diversos a um mesmo conjunto harmónico, guiada por um notabilíssimo talento seleccionador, alcançou produzir, na multiplicidade, na variedade e no pitoresco, uma obra-prima (...)” (Carlos Malheiro Dias, 1906, A Casa O’Neill em Cascaes. *Ilustração Portuguesa*, 17 Setembro, nº 6, 2ª Série, Jan.-Jun., p. 203).

“Por outro lado, e no contexto do século XIX, em que a história é integrada na arquitectura como memória colectiva, este palacete de veraneio constitui um exemplo de eclectismo, ao mesmo tempo unificador de várias linguagens arquitectónicas, que lhe conferem um enorme sentido de monumentalidade.” (Silva, 1988, p. 76).

**Fases de Construção:** Em 1910, já na posse do Conde Manuel de Castro Guimarães, o palacete sofrerá profundas alterações, tendo sido adaptado às necessidades dos novos

proprietários. Deste modo, foi suprimido um andar para instalar o órgão; um dos terraços foi fechado e adaptado a sala de jantar; a cozinha original é transformada em escritório, tendo sido construído um anexo para instalar a nova cozinha e onde funcionou depois, durante muitos anos, a Biblioteca Municipal.

### **Descrição:**

- a) **Exterior** – Profusão de estilos, castelo senhorial, reminiscências manuelinas e renascentistas, utilizando materiais diversos, pedra, reboco de argamassa, revestimento cerâmico, azulejos.

“Edifício enorme, rico, elegante e majestoso. Tem proporção e tem leveza. Há um não sei quê de irreal nas suas linhas, um não sei quê de fantástico, de maravilhoso. Parece um castelo de lenda, habitado por princesas encantadas, por figuras de trajes medievais eternamente amarradas a paixões românticas, impossíveis... (...) O risco do palácio Castro Guimarães saiu do lápis do arquitecto Francisco Vilaça. Fê-lo com fantasia, com profusão, com riqueza. Deu-lhe a graça medieval das janelas geminadas, as cúpulas das igrejas orientais, os mirantes dos serralhos moiriscos, os coruchéus das catedrais góticas, os alpendres dos solares minhotos, as torres das fortificações bárbaras, os varandins dos palácios italianos, as arcarias de estilo manuelino, mil enfeites, mil contornos diversos, mas amalgamou todos os pormenores num plano de conjunto que resulta elegante, magnificante, e dá a quem o vê uma sensação de beleza e encantamento.” (Colaço, Archer, 1999, pp. 346-347).

“A mesma ideia está presente nos estudos recentes de Regina Anacleto, nas palavras de quem este edifício ‘patenteia uma amálgama de tendências e de materiais que se estendem desde o castelo senhorial a reminiscências mouriscas, manuelinas e renascentistas, bem como da pedra ao reboco de argamassa, passando pelo revestimento cerâmico’ ” (Regina Anacleto, 1994, *Descobrimentos*, catálogo da exposição, IPPAR-CNCDP, Lisboa, p. 542, cit. por RC. *Palácio dos Condes de Castro Guimarães* [online], *idem*). [Consultado a 03/02/2012].

Carlos Malheiro Dias escreveu a propósito: “Projecto de Vilaça – um pintor -, a torre de S. Sebastião deve a sua colaboração illustre, tão inteligentemente solicitada, a sua impressionante beleza decorativa. Com a sua torrela de menagem, os seus minaretes, as suas adufas, o seu alpendre da ‘Sempre Noiva’,

a sua varanda românica, as suas cúpulas de azulejo, os seus telhados mouriscos, as suas janellinhas de columnas geminadas, essa ficou sendo, miraculosamente, mais do que um edifício, uma pintura. A adaptação de estylos diversos a um mesmo conjuncto harmónico, guiada por um notabilíssimo talento seleccionador, alcançou produzir, na multiplicidade, na variedade e no pittoresco, uma obra-prima. Duvido que um architecto tivesse podido combinar elementos na apparencia tão heterogéneos em composição tão harmoniosamente ornamental”. (Carlos Malheiro Dias, 1905, *Cartas de Lisboa*, Vol. III, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, p. 41).

“Apresenta planta irregular, constituída por um corpo longitudinal onde se inclui o claustro, um outro também de planta rectangular, e a torre de S. Sebastião, esta última de aparência românica. Os volumes são, igualmente, irregulares e de formas muito diversas, com fachadas abertas por vãos de características muito diferenciadas.” (RC. *Palácio dos Condes de Castro Guimarães* [on line], *idem*). [Consultado a 03/02/2012].

**b) Interior** – O Museu constituído por várias salas a ser visitadas: Claustro, Sala Amarela ou dos Trevos, Sala Vermelha, Biblioteca, Sala de Jantar, Escritório, Sala Pequena, Quarto, Sala José de Figueiredo, Sala dos Contadores e Galeria.

O Claustro de influência hispano-árabe com arcarias, lambris de azulejos com motivos geométricos, medalhões renascentistas de “la Robia”, pavimento empedrado, contendo ao centro uma fonte que, segundo Carlos Malheiro Dias, foi “copiada dos Jerónimos” e está rodeada por quatro lindíssimas *Cycas revoluta*, que acentuam ainda mais a influência mediterrânica que ali se pressente. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 4).

A Sala Amarela ou dos Trevos, assim designada pelas folhas de trevo que se encontram pintadas no tecto de madeira, o símbolo nacional da Irlanda que relembra a ascendência irlandesa dos seus primitivos proprietários, a família O’Neill. Esta sala está decorada com lambris de azulejos com motivos florais: lareira integralmente revestida de azulejos com o brasão dos O’Neill; móveis do século XVIII, em perfeito estado de conservação; relógio francês Luís XV, em bronze com embutidos do século XVIII; no tecto um lustre de cristal violeta, com 12 braços, de Murano, século XX; pavimento em madeira encerado e aplicado em espinha. Ainda na mesma sala encontram-se retratos da última

rainha de Portugal, D. Amélia de Orleães e Bragança (1905), de Victor Mateus Corcos; do conde e condessa de Suberra com sua filha (1806), de Domenico Pellegrini, pintor veneziano (1759-1840). (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 5).

A Sala Vermelha ou de Música possui tecto em caixotões, pintado com brasões dos antepassados do conde; paredes revestidas com lambris de azulejos; nas paredes retratos a óleo de diversas individualidades: Infante D. Manuel, irmão do rei D. João V, cópia de autor desconhecido do século XVIII; primeiro marquês do Lourçal, Vice-rei da Índia, pintado em Roma, no ano de 1781, por Pompeo Batoni (1708-1787); Marquesa de Távora, por J. B. Gérard, século XVIII; D. Luísa Gonzaga, Condessa de Rapache, de autor desconhecido; D. Maria da Glória da Cunha Menezes e seu filho, por Gaspar Landi, em cópia do século XVIII, encontrando-se o original no Museu Nacional de Arte Antiga; Conde da Ericeira, cópia, encontrando-se o original na Galeria del Uffizi, em Florença; Tristão da Cunha, também cópia do original, que se encontra na Galeria del Uffizi, em Florença; e ainda dois retratos desconhecidos do século XVIII; um órgão de fabrico moderno, construído em Braga; mobiliário Luís XV; cadeiras D. João V; e um contador italiano em pau-santo com embutidos de marfim; porcelanas da China; cerâmicas chinesas da Companhia das Índias; de interesse ainda duas figuras de Jacob Petit, fabricadas em Fontainebleau, no início do século XIX. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 7).

Na biblioteca, encontra-se exposta a mais preciosa peça do Museu, a “Crónica de D. Afonso Henriques”, de Duarte Galvão, um manuscrito iluminado do século XVI, com uma das mais antigas representações de Lisboa, na primeira página do prólogo. As estantes contêm livros de história, sobretudo portuguesa, com algumas encadernações armoriadas do século XVIII. Do mobiliário, destaca-se uma consola em castanho com dourados, estilo D. João V e um relógio de caixa acharoadada. A pintura que se encontra exposta é maioritariamente do século XVIII; quatro quadros decorativos italianos, representando meninos músicos e paisagens; retrato de homem por Dubois; gravuras de Hamilton (1895), Turner (1805) e Mortier. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 9).

A Sala de Jantar era inicialmente um enorme terraço, que resultou de uma transformação e adaptação, no tempo do Conde de Castro Guimarães. Paredes com lambris de azulejos, fontanário num dos topos da sala, ladeado por dois jarrões China com brasão da família Sobral, do século XVIII. Nas vitrinas estão expostas peças de ourivesaria, algumas do século XVII e porcelanas da China, armoriadas da Companhia das Índias. Na parede, o quadro de Pedro Orrente (1560-1644), “A Venda de José pelos irmãos”. Por baixo, um aparador em mármore onde se encontra exposto um samovar em prata, fábrica do Porto do século XIX, e terrina e travessas de porcelana da China. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 9).

O Escritório expõe peças de porcelana de Sévres, da China, cristais e leques dos séculos XVIII e XIX. Nas paredes, encontram-se quadros de Carlos Bonvalot (1893-1934), dois deles com trechos de Cascais, e uma tela do Visconde de Atouguia (1849-1921), reproduzindo também Cascais. Sobre um contador de estilo árabe, vargueño, um busto da autoria da Duquesa de Palmela (1841-1909), intitulado “Preta”. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 10).

A Sala Pequena, no primeiro andar, com lambris de madeira e lareira revestida a azulejos. Apresenta expostos os seguintes quadros: “Retrato da Condessa de Cavalcanti”, de Leon Bonat (1834-1922); “Cabeça de Homem”, de Frederico Madrazzo (1815-1894); e um retrato desconhecido de Giacomo Grosso. O mobiliário é composto por duas cadeiras de braços, estilo Luís XIV, e outra Luís XVI e uma meia cómoda de pau-santo. No corredor de acesso ao quarto, encontram-se os retratos dos pais do conde e, numa vitrina, uma par de pistolas da segunda metade do século XVIII de fabrico francês, além de dois quadros com flores de Ferreira Chaves (1838-1899). (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 11).

O Quarto tem as paredes revestidas com colchas orientais, uma delas indo-portuguesa do século XVII, bordada a seda sobre fundo vermelho e representando os cinco sentidos; outra de origem chinesa do século XVIII, bordada a seda e ouro sobre azul; e ainda uma outra do Japão. Sobre os contadores encontram-se duas salvas de prata dourada, uma bacia e um jarro de prata, punção do século XIX, além de porcelanas diversas. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 12).

A Sala José de Figueiredo era anteriormente o quarto de vestir dos condes, sendo presentemente assim chamada porque o seu recheio foi legado por este antigo vogal da Comissão Administrativa do Museu. A sala encontra-se decorada com mobiliário de estilo D. Maria I, além de expor gravuras inglesas e um espelho com moldura em talha dourada do século XVIII. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 13).

Ao atravessar o corredor, encontram-se pinturas sobre madeira representando o “Calvário”, da escola flamenga do século XVII, uma paisagem rural, de 1929, de Albino Cunha e uma vista do Museu de Carlos Bonvalot.

Numa outra sala, chamada a Sala dos Contadores, podem ver-se quatro excepcionais contadores indo-portugueses do século XVII. Sobre os contadores, porcelanas Companhia das Índias, além de quadros de três autores desconhecidos, um de Alfredo Andrade (1839-1915), “Paisagem”, e outro de Theodore Bayérl. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 14).

Na Galeria estão expostas telas de vários autores: Miguel Lupi (1826-1883), Carlos Reis, João Vaz (1859-1931), Carlos Bonvalot, Giacomo Grosso, aguarelas de Enrique Casanova e ainda alguns quadros decorativos. O mobiliário é constituído por cadeiras Luís XV e Luís XVI, cómoda em pau-santo do século XVIII e um órgão portátil acharoadado. Ainda porcelanas chinesas e portuguesas da Companhia das Índias, entre as quais se encontra uma terrina do Serviço de Pavões, que D. João VI levou para o Brasil em 1807, e dois samovares Império, oferecidos pelo Presidente da República Teixeira Gomes. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 15).

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** O palacete insere-se num extenso parque e jardim, com excepção apenas da fachada Sul que se encontra voltada para a pequena enseada da praia de Santa Marta, frente à ponte rústica de Santa Marta, que lhe acrescenta um encanto subtil.

A poucos metros da mansão, junto a uma das áreas do parque, mais exactamente no “sítio dos cedros”, um recanto fechado com arbustos, encontra-se um túmulo de mármore desprezioso que conserva os restos mortais de Manuel de Castro Guimarães e Maria Ana de Andrade Castro Guimarães, condes de Castro Guimarães.

Frente ao portal de entrada do palacete, sobre um tapete de relva está exposto um conjunto escultórico em bronze “Mulher dançando com criança” de 1866, atribuído a Joseph Bernard. (*Museu Condes de Castro Guimarães*, (1999), [Cascais]: Câmara Municipal de Cascais, p. 4).

“Na estrada da Boca do Inferno, actualmente frequentada pelos devotos da colónia inglesa, merece ser visitada a Capela de São Sebastião, a qual deu, pela sua localização, o nome ao palácio hoje transformado em Museu. São Notáveis, nesta construção, com acentuadas características rurais das primeiras décadas de seiscentos, os seus azulejos policromos do tecto e do frontal do altar da capela-mor e os das paredes, azul e branco, que representam os paços da vida do mártir S. Sebastião. À saída admire-se o belo cruzeiro datado de 1628 com o seu alpendre tipicamente português.” (Andrade, *Cascais*, (1966), Lisboa, Editorial Publicações Turísticas, p. 28).

Como nos diz Ferreira de Andrade, na proximidade do Museu, vê-se ainda a antiga **Capela de S. Sebastião** do século XVII, que se situava em terreno integrado no perímetro da cidadela, a qual foi anexada à propriedade, e que faz presentemente parte do parque.

Acerca dos azulejos da Capela de São Sebastião, Santos Simões diz-nos o seguinte: “A *Capela*, ricamente revestida de padrões [azulejos] do século XVII, tem ainda nas paredes da capela-mor quatro painéis historiados, azuis, com a hagiologia de *São Sebastião*. Um dos quadros foi reconstituído por Battistini, em 1932. Cercaduras de acantos vulgares e desenho mau.” (2010, p. 263).

Acerca dos painéis de azulejos que se encontram no parque, o mesmo autor refere: “No parque do Museu foram colocados dois grandes painéis de grande interesse iconográfico. O maior encontra-se na parte alta do jardim e, para ele, foi construída uma parede que faz de fundo a um pequeno lago. Trata-se de um painel de cabeceira recortada, tendo ao centro 20 azulejos de altura e 53 no comprimento. A pintura é azul e o emolduramento concheado, com anjo. A parte central representa um longo *cortejo triunfal*, identificado na cartela inferior, com a legenda: INTACTA TRVMFAT, referente precisamente a *Nossa Senhora da Conceição*, a qual se vê sentada no carro de triunfo. Neste mesmo carro estão mais quatro santos, três dos quais identificados em pequenas filacteras: S. Boaventura, S. Ivo e S. Escoto. O carro esmaga sob as rodas as figuras de um dragão e de uma mulher, representando provavelmente o demónio e a

heresia, e é tirado por duas parelhas de cavalos, em dois dos quais montam anjos portadores de bandeiras com os emblemas do Sol e da Lua. Precedem o cortejo várias figuras de santos, algumas identificadas com as legendas (...). Junto a São Luís, a Santa Isabel de Portugal e a Santa Isabel da Hungria foram colocados brasões com as armas, respectivamente, das casas de França, de Portugal e da Hungria. O outro painel, colocado no espaldar do tanque, tem agora 20X49 azulejos, conformando-se, na parte ornamental, ao que vimos atrás. A figuração representa um *Sermão*, ao qual assistem numerosos religiosos de várias Ordens. Na cartela inferior vêem-se as palavras: ET = NON:PRAEVALEBUNT ADVERSUS:EVM. À esquerda da composição, um franciscano ajoelhado dirige-se em oração à imagem da Virgem, que se encontra sobre a porta de um convento. Da sua boca saem as palavras: *Dignare me laudare te Virgo Incarnata*. Ignoro a procedência destes painéis, provavelmente pertencentes a alguma igreja conventual de teatinos\*, já que são de este hábito a maioria de religiosos representados. Em qualquer caso trata-se de um trabalho notável do meado do século XVIII – cerca de 1750 – e que se impõe pelo grande tamanho das composições e do bom estado de conservação. (J. M. dos Santos Simões, 2010, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 263-264).

Contudo, a brochura do Museu Condes de Castro Guimarães atribui os painéis referidos a Bartolomeu Antunes\*. Esta não parece ser a opinião de Santos Simões, uma vez que os considera “um trabalho notável do meado do século XVIII”, contrária à que o mesmo autor descreve acerca do trabalho de Bartolomeu Antunes. (*idem*, p. 3).

\*Teatinos – “Congregação dos Clérigos Regulares, Caetanos, Clérigos Regulares Teatinos da Divina Providência, Clérigos Regulares de São Caetano de Thiene – foi fundada em Roma, no ano de 1524, por Caetano da Thiene, Padre secular, e por Giovanni-Pietro Caraffa, futuro Papa Paulo IV, na altura Bispo de Chieti (palavra italiana que passou a latim como Theati). As origens desta Congregação assentaram num movimento de renovação da Igreja Católica, ainda anterior às directivas que saíam do Concílio de Trento. Os seus membros eram obrigados aos três votos (castidade, pobreza e obediência), deviam viver em comunidade, cada membro devia usar um hábito semelhante ao dos clérigos seculares e o seu Superior seria eleito por um período de três anos. A chegada desta Congregação a Portugal foi um pouco tardia. No entanto, já em 1542 existiria um projecto para a fundação, em Lisboa, de um colégio de Teatinos, o qual não chegou a acontecer. A Índia acabou por ser o primeiro território

português a receber membros desta Congregação. Os primeiros Teatinos a chegar a Goa foram enviados, em 1639, como missionários. Esta acção missionária teve a autorização do Papa Urbano VIII. Em 1650, os Teatinos passaram a residir em Lisboa, numa casa provisória e alugada, junto às Portas de Santa Catarina, onde permanecerão até 1653. Em junho de 1653 foi inaugurada a Casa de N. Sra. da Divina Providência (situada no edifício que actualmente alberga o Conservatório Nacional). A Ordem dos Clérigos Regulares acabaria por ser extinta através do Decreto de 28 de Maio de 1834, terminando, deste modo, a sua presença em Portugal e em Goa. Um dos membros mais destacados desta Congregação foi Rafael Bluteau, o célebre autor do *Vocabulário Portuguez e Latino*. (*Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, (2010), dir. José Eduardo Franco, *et alt.*, Lisboa: Gradiva Publicações, S. A., p. 293-294).

\* Bartolomeu Antunes – “Aparece-nos ligado à produção de azulejos desde, pelo menos 1737 até 1753, data em que faleceu. Vergílio Correia, *in Oleiros e Pintores de Louça e Azulejo de Lisboa* revela o seu nascimento na freguesia dos Anjos, em Lisboa, em 1688. Em 1716 casa com Catarina, de quem tem pelo menos uma filha, que veio a casar em 1745 com Nicolau de Freitas, pintor de azulejos. Bartolomeu Antunes praticou a pintura azulejar, tendo oficina na Calçada do Monte. Dos seus trabalhos assinados temos: 1736 – Vilar de Frades – *antigo Convento dos Lóios*; 1736 – Matacães – *Igreja Matriz*; 1737 – Salvador (Brasil) – *Convento de São Francisco*; 1742 – Vilar de Frades – *antigo Convento dos Lóios*; 1744 – Porto – *Igreja de São João Novo*. Bartolomeu Antunes refere ainda no seu testamento que fez azulejos para a Sé de Lisboa, para as quintas de Joaquim Marques Bacalhau, em Arroios e para o Convento de Santa Catarina de Ribamar. Nos azulejos identificados por assinatura se reconhece o seu estilo de pintar; por comparação lhe poderão ser atribuídos outros. Bartolomeu Antunes foi certamente dos mais operosos fabricantes de azulejos e, na sua oficina no Bairro das Olarias de Lisboa, se devem ter feito muitos revestimentos entre 1730 e 1750. Julgo mesmo que a actividade desta oficina determinou um verdadeiro ciclo oficial, caracterizado pela ornamentação das cercaduras, onde é notória a evolução dos motivos postos em voga pelos Oliveira Bernardes. De algum modo Bartolomeu Antunes sucede àqueles azulejadores e transforma-se ele próprio em Industrial Azulejador, para quem trabalhariam pintores e oleiros. Um deles foi Nicolau de Freitas que casou com sua filha Catarina e foi sócio e provavelmente sucessor do sogro, ainda que por pouco tempo,

visto ter falecido dois anos depois deste. Foi Bartolomeu Antunes o azulejador mais responsável pela fabricação desse segundo quartel do século XVIII mas, também, aquele a quem se deve o abaixamento da qualidade artística que caracterizara os trabalhos dos seus sucessores – e talvez seus mestres – os Oliveira Bernardes.” (Simões, 2010, p. 26).

Do lado Norte da capela, encontra-se uma pequena moradia onde funcionou o Gabinete de Arqueologia da Câmara de Cascais (agora a funcionar no Centro Cultural de Cascais) e, num pequeno jardim em frente, pode ver-se o busto em bronze de Humberto II de Itália e da Rainha Helena de Itália (1873-1952) (Rainha da Caridade, casada com Vítor Emanuel III, mãe e pai de Humberto II de Itália, ali colocado em 1990, pela Academia de Letras e Artes (ALA).

**História da Casa:** O palácio foi edificado por Jorge O’Neill\*, com o propósito de servir para sua própria residência de veraneio.

Jorge O’Neill requereu à Câmara Municipal de Cascais, em 10 de Novembro de 1892, licença para a construção de uma residência de Verão, na estrada da Boca do Inferno. Tratava-se de dois terrenos, um com 1 512 m<sup>2</sup>, que confrontava a Norte com o caminho de serventia da Praia de Santa Marta, a Sul com o Largo da Ermida de São Sebastião e pelo lado Poente com a muralha, no valor de setecentos e cinquenta e seis mil réis e de foro anual trinta e sete mil e oitocentos réis; o segundo terreno tinha de área 1 020 m<sup>2</sup> e confrontava do lado Norte com o muro da propriedade do Conde dos Olivais e da Penha Longa, a Sul e a Nascente com a estrada real nº 67, ou seja, a estrada de Cascais à Boca do Inferno, a Poente com o Largo da Ermida de São Sebastião, no valor de quinhentos e dez mil réis e de foro anual vinte e cinco mil réis. Em 1893, a câmara solicitou à Comissão Distrital o aforamento dos dois terrenos em Santa Marta, o que é autorizado.

Muito embora o projecto conste como tendo sido executado por Francisco Vilaça, várias obras referem que, hipoteticamente, o esboço inicial terá sido imaginado por Luigi Manini (1848-1936). Pedro Falcão refere-se assim a este episódio, escrevendo: “Era mesmo de sonho o local e ao vê-lo Manini, não resistindo ao seu charme, armou o cavalete e pôs-se a pintar o castelo que a sua inspiração lhe ditava. E foi então que Jorge O’Neil, que havia já bastante tempo idealizava construir a sua casa naquelas imediações, se aproximou do pintor, ficou a vê-lo pintar e não conseguiu mais arredar pé dali se não quando Manini desmontou o cavalete e se preparou para guardar a maquete na sua

pasta. Nessa altura O'neil perguntou-lhe: 'O senhor acha que se pode construir ali uma casa como a que acaba de pintar?' Ao que o cenógrafo italiano respondeu: 'Bem, eu não sou arquitecto, sou só pintor-cenógrafo, mas penso que se o senhor arranjar um bom arquitecto se poderá construir uma casa parecida como a que acabo de pintar'. ” (Falcão, 2005, p. 454).

\* Jorge O'Neill (1849-1925) era descendente dos príncipes de Tyrone e de Glen-Boy, reis da Irlanda durante vários séculos e um dos clãs que mais se bateu pela independência na luta contra a Inglaterra. Durante o século XVII, Hugh O'Neill, chefe do clã, temendo represálias, por parte de Jaime I de Inglaterra, deixa a Irlanda com toda a família, estabelecendo-se alguns elementos em Espanha e outros em Portugal. Aqui instalaram-se com Carlos O'Neill (1760-1833), ou até mesmo antes com o pai deste John O'Neill por volta de 1740. Carlos O'Neill (1760-1833) negociou, em Lisboa e Setúbal, especialmente a exportação de sal para os países escandinavos.

Jorge O'Neill (1849-1925) era filho de Jorge Torlades O'Neill (1817-1890) e de Carolina Teresa O'Neill (c. 1820-1893), casou com Maria Teresa Mazziotti Fernandes (1855-1923), de quem teve 4 filhos: Hugo O'Neill (1874-1940), Maria Teresa O'Neill (1879-1958), Jorge Alberto O'Neill (1875-1900) e Carlos Maria Félix O'Neill (1894-1925). (Hans Christian Andersen, (2003), *Uma visita em Portugal em 1866*, Canelas VNG: edições Gailivro, Lda., p. 15).

Na Quinta do Pinheiro, a residência familiar dos O'Neill, o seu pai [Jorge Torlades O'Neill, 1817-1890], recebia inúmeros convivas e dele [Jorge O'Neill filho] “herdou também o círculo de amizades: Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Rafael Bordalo Pinheiro e Fernando Palha foram os convivas que acompanharam Júlio Verne (a primeira visita foi a 5 de Junho de 1878 e a segunda a 22 de Maio de 1884) nas duas estadias em Lisboa e nas indeclináveis visitas (...). São igualmente memoráveis as *soirées* que tinham lugar na Rua das Flores, em Lisboa, na casa habitada por Jorge O'Neill, onde se poderiam também encontrar amiúde Oliveira Martins, Carlos Lobo de Ávila e o marquês da Foz, de quem era íntimo amigo. Nesta residência lisboeta, Jorge O'Neill recebeu, em 1889, os 'vencidos da vida' e a visita regular de Eça de Queirós, com quem estreitou relações, a partir desta data. A leitura do menu da primeira ceia oferecida ao 'grupo jantante' atesta que foram as suas qualidades de anfitrião que lhe valeram o título de 'vencido honorário'. Homem de erudição, que falava fluentemente sete línguas como seu pai [Jorge Torlades O'Neill], foi educado nos 'Inglesinhos' e por

seu tio Henrique O'Neill, preceptor dos príncipes D. Carlos e D. Afonso, de 1873 a 1881. Com o rei D. Carlos manteve uma relação de amizade que duraria toda a vida, sendo-lhe concedida a honra de *Official-mor da Casa Real*, em 1893. Sucedeu ao seu pai nos negócios da Casa Torlades e consolidou a sua projecção como financeiro, sendo uma das fortunas nacionais ligadas à banca. Foi proprietário do periódico *O Repórter* (1893-1897) e sócio-gerente da Societè Torlades, com J.W.H. Bleck e Manuel de Castro Guimarães. Ao longo da vida assumiu importantes cargos no mundo das finanças e da política. Foi director do Banco de Portugal, administrador da Companhia dos Caminhos-de-ferro Portugueses, entre 1884-1888, e administrador da Companhia Nacional dos Fósforos, de 1886 a 1895. Envolveu-se na afamada 'questão dos tabacos', organizando um grupo financeiro com capital essencialmente germânico para competir com as propostas hegemónicas de Henry Burnay (1837-1909). Foi reconhecido como príncipe de Clanaboy e conde de Tyrone, por bula de Leão XIII (1901). (Pedro O'Neill Teixeira, (2006), *Amigos da Dinamarca: Um Olhar Sobre a Vida nas Sociedades Portuguesa e Dinamarquesa do Século XIX, Hans Christian Andersen, Dal Borgo di Primo, os Wulff e a Ligação com a Família O'Neill de Portugal*, Lisboa: Tribuna da História, p. 404, cit. por Denise Pereira e Gerald Luckhurst, (2011), *Monumentos, N° 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), p. 94). O nome O'Neill estará também sempre associado a um dos grandes nomes da literatura mundial, Hans Christian Andersen. O avô de Jorge O'Neill, José Maria O'Neill (1788-?), que além de responsável pela casa comercial Torlades O'Neill, em Lisboa, era também cônsul-geral da Dinamarca nesta cidade, desejou que os seus dois filhos aprendessem a língua e os costumes do país que representava em Portugal. Assim, Jorge Torlades O'Neill (1817-1890, [pai de Jorge O'Neill filho], e José Carlos O'Neill (1816-1889), ainda muito jovens, viajaram até Copenhaga, onde permaneceram e frequentaram uma escola durante quatro anos. É nesta época que travam conhecimento e amizade com um jovem dinamarquês, o qual se tornará mundialmente consagrado e conhecido pelas suas histórias infantis, Andersen. Desta amizade de juventude surgirá mais tarde um convite de Jorge e José O'Neill para que Andersen visite Portugal, o que vem a acontecer de Maio a Agosto de 1866. O célebre contista dinamarquês deixará transposto para a literatura as suas impressões desta passagem por Portugal, bem como a sua ligação à família O'Neill, num pequeno livro de memórias intitulado *Uma visita em Portugal em 1866*. (2003, Canelas VNG: edições Gailivro, Lda.)

Curiosamente, em 23 de Junho de 1982, reuniram-se na Irlanda O’Neills provenientes de todo o Mundo, que testemunharam a eleição de Jorge O’Neill (n. 1908) como chefe do clã Clanaboy. Actualmente, o seu filho Hugo (n. 1939), que continua a residir em Portugal, mantém o título.

Em 1910, Jorge O’Neill, ao que parece em dificuldades financeiras foi forçado a vender a Torre de São Sebastião, com todo o seu recheio, ao Conde Manuel de Castro Guimarães, por trinta e seis contos.

O Conde Manuel de Castro Guimarães\* e sua esposa Ana de Castro Guimarães residiram no palacete até 1927, data da morte do conde que, em virtude de não ter descendência, o havia legado ao município de Cascais em 1924, com a finalidade de aqui se constituir um pequeno museu municipal e uma biblioteca pública, então inaugurados a 12 de Julho de 1931, e ao qual foi dado o nome de Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães. Este legado incluiu não só o palacete como também as suas colecções e livros, toda a mobília, objectos de arte, pratas e o aprazível parque que o rodeia, constituído com inúmeros recantos de azulejos.

\* Manuel de Castro Guimarães nasceu, em Lisboa, em 21 de Agosto de 1858. Formou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra, ingressando depois na Direcção do Banco Lisboa e Açores, onde permanecerá até à sua morte. Possuidor de grande sensibilidade artística, com inclinação musical e bibliófila, compôs música e transcreveu textos. Adquiriu para a sua valiosa colecção, dando-lhe a expensas suas publicidade, um precioso manuscrito, a “Crónica de D. Afonso Henriques”, de Duarte Galvão, que se encontra actualmente exposta neste Museu Biblioteca, destinando o produto desta edição à Misericórdia de Cascais. Distinguiu-se ainda no desporto e na arte. Homem de carácter invulgar, grande benemérito, amante das artes e do desporto, coleccionador e Cavaleiro da Ordem de Cristo, morreu a 15 de Agosto de 1927.

**Vivência:** Utilizado, sobretudo, como residência de veraneio. No tempo do Conde de Castro Guimarães a presença da música foi sempre uma constante.

Ferreira de Andrade escreve a propósito: “Foram notáveis em Cascais os concertos de órgão que o riquíssimo banqueiro dava na sala da música do palácio e que o povo e os veraneantes da vila escutavam da via pública.” (1964, p. 308).

Ao longo dos anos, o município de Cascais, tem aqui promovido conferências, quer de Verão quer de Inverno, bem como os cursos de Verão, concertos e exposições, tanto para adultos como para os mais pequenos.

Em 1955, neste Palácio, teve lugar um acontecimento relevante, relacionado com o casamento de Maria Pia de Sabóia: “O rei Humberto, fiel à sua generosidade, previu tudo. Incluindo os milhares de italianos que não podiam vir até à Villa Itália. Para todos os italianos portanto, organiza uma recepção oficial na véspera do casamento, sexta-feira, 11 de Fevereiro. É pedido aos italianos que se dirijam ao Palácio dos Condes de Castro Guimarães às 21h30. O palácio é posto à disposição do rei pela Câmara Municipal de Cascais. Aí todos poderão apresentar os seus votos de felicidade e o testemunho da sua afeição ao rei e à princesa. Um quadro magnífico que os italianos, alguns de modestos recursos, não vão esquecer. *O Século*, na sua primeira página, garante ‘houve entusiasmo vibrante na recepção que os reis de Itália com os príncipes noivos ofereceram aos seus compatriotas’. Chegam aos milhares e depressa o serviço da polícia municipal é insuficiente. A ordem é muito simples: deixar entrar toda a gente! Mas rapidamente o palácio fica à cunha. Centenas de italianos encontram-se no exterior impossibilitados de entrar. (...) O rei, durante mais de quatro horas, vai apertar a mão de todos os homens, beijar o rosto de todas as mulheres e pegar em todas as crianças ao colo. A Itália está orgulhosa, a Itália está feliz.” (Orléans, 2011, p. 187).

**Apontamentos:** Saindo do Museu Condes de Castro Guimarães, passando junto ao lado Nascente da Casa de São Bernardo entramos no perímetro da Marina de Cascais, para almoçar. Após o almoço, saímos da Marina e, continuando o percurso pedestre, encontramos uma outra edificação, de cariz religioso, o **Convento de Nossa Senhora da Piedade**, hoje transformado no Centro Cultural de Cascais.

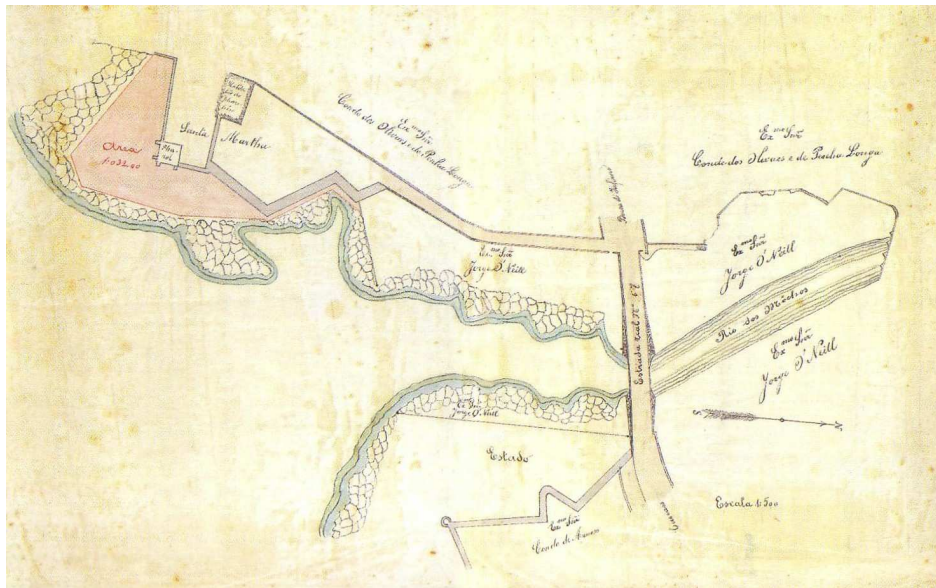
Em 1874, Pinho Leal informa-nos do seguinte: “Havia aqui um convento de frades carmelitas descalços, principiado em 1594 por iniciativa do conde de Monsanto, D. António de Castro, e de sua mulher D. Ignez Pimentel, filha de Martim Affonso de Sousa, vice-rei da Índia. Os fundadores offereceram ao provincial d’esta ordem fazer aqui um convento carmelitano, obrigando-se a darem sítio, casa e rendas para sustentação dos religiosos, sem outra condição que serem padroeiros do mosteiro. Este mosteiro está em ruínas. Era da invocação de Nossa Senhora da Piedade, e foi fundado no sitio chamado até então as Courellas, próximo da igreja de Nossa Senhora da Assumpção e da fortaleza. Os religiosos vieram habitar este mosteiro, ainda incompleto,

em 8 de Fevereiro de 1596. Por morte do conde, seu filho, D. Luiz de Castro, por escriptura feita em 10 de Fevereiro de 1598, se obrigou a concluir o convento, dando para as obras 500 cruzados (200\$000 réis) por anno, enquanto ellas durassem; com a condição de se dizer uma missa diária por alma do conde; se puzesse na porta da igreja o escudo das suas armas; que na capella-mór se enterrassem os condes e no cruzeiro só pessoas illustres. Em 1600 alguns ministros disseram a D. Philippe III de Hespanha, que então reinava em Portugal, que este convento era prejudicial à fortaleza. O renegado D. Christovão de Moura (feito pelo usurpador marquez de Castello Rodrigo) deu ordem, da parte do rei, ao prior fr. Pedro dos Santos, para não continuar com as obras, e para se arrazar tudo. As obras pararam, mas não se demoliu nada; até que em 1616, mandou o mesmo Philippe III levantar o embargo e continuar a obra. Por morte de D. Luiz de Castro herdou esta casa D. Álvaro Pires de Castro, que não quiz dar nada para as obras do mosteiro; mas desistindo dos encargos a que elle era obrigado e do direito de padroado. Expulsos os religiosos em 1834, nunca mais aqui foram celebrados os officios divinos. Foi depois comprado (e a cerca) por um individuo que a vendeu ao sr. Joaquim Raposo, e este o vendeu ao sr. José Maria Eugénio de Almeida [primeiro e único Conde de Vilalva – Cf. Ficha Casa dos Viscondes dos Olivais e Penha Longa]. Este o vendeu ao sr. Evaristo [arquitecto], que o vendeu ao sr. visconde da Gandarinha, actual possuidor, e da respectiva cerca.” (Leal, 1874, pp. 153-154).

“Nesse mesmo ano [1878], Rodrigo Berquó, empresário de construção civil, requer licença à Câmara também para alinhar, rebaixar os muros que ficam em frente do dito convento e igreja que tinha sido extinta. Em 1879 pede licença para construir umas cavalariças no pátio do convento (lado nascente). (Sousa, 2003, p. 66).

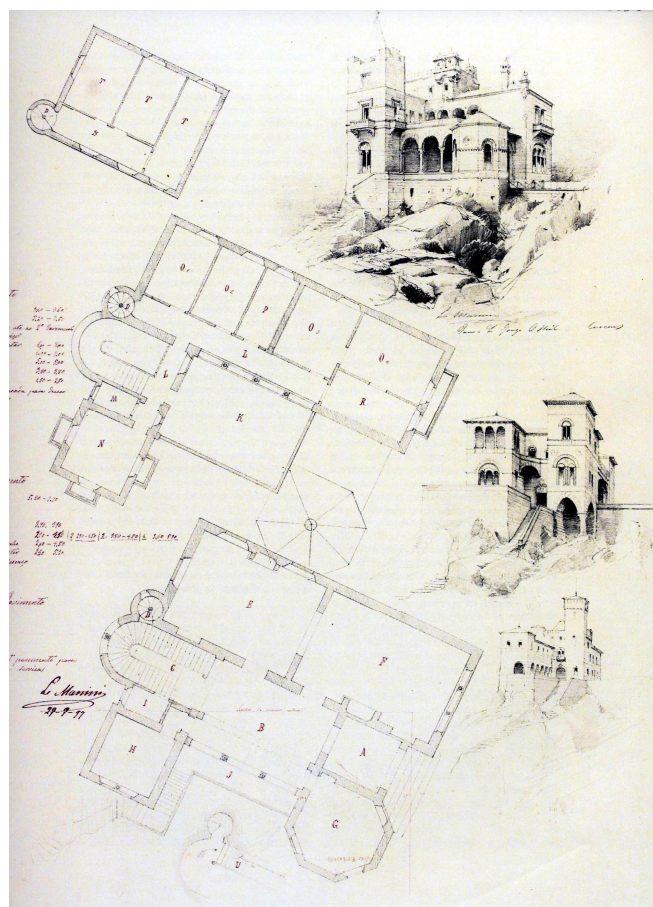
“Para além das obras de adaptação do Convento da Piedade a habitação, os Gandarinha projectaram um parque na antiga cerca, que também adquiriram, beneficiando do potencial da Ribeira dos Mochos, por meio da edificação de várias pontes, de entre as quais se destacava a da praia de Santa Marta, ‘já começada (em 1873), medindo de comprimento trinta e dois metros, quatro de largo e doze de altura’. (Barruncho, 1874, p. 157).

“Com o beneplácito da vereação, a 3 de Outubro de 1872, planearam, também, a construção de um canal que conduzisse água do mar até ao parque, onde construíram uma doca para abrigo de uma embarcação de recreio, que serviria igualmente para os banhos.” (Henriques, 2011, p. 88).



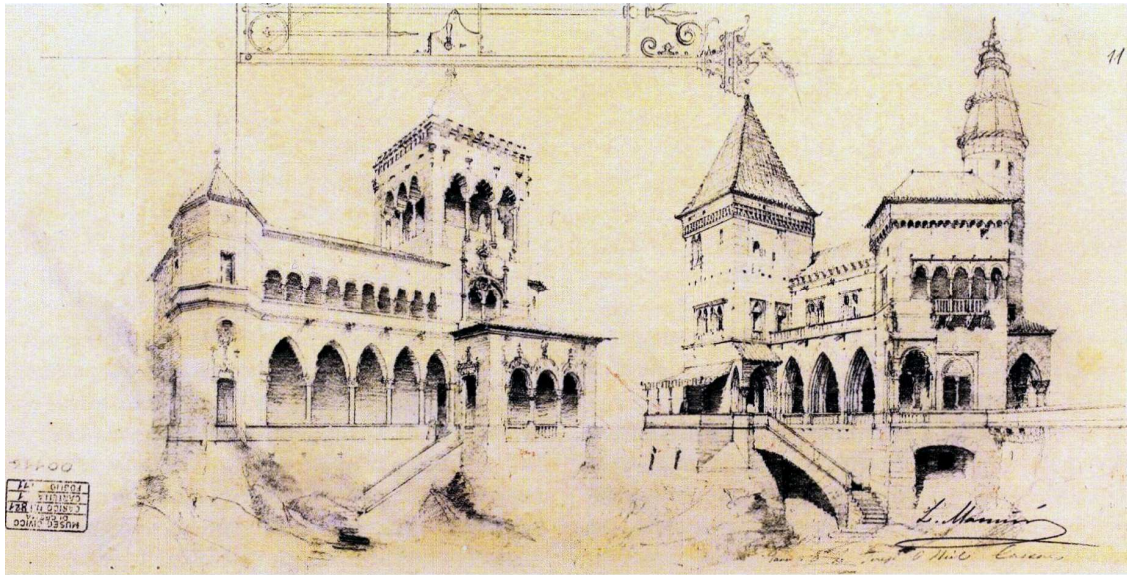
**Planta dos terrenos adquiridos por Jorge O'Neill.**

**Fonte: Cascais 1900, Maria José Pinto Barreira Rego Sousa.**



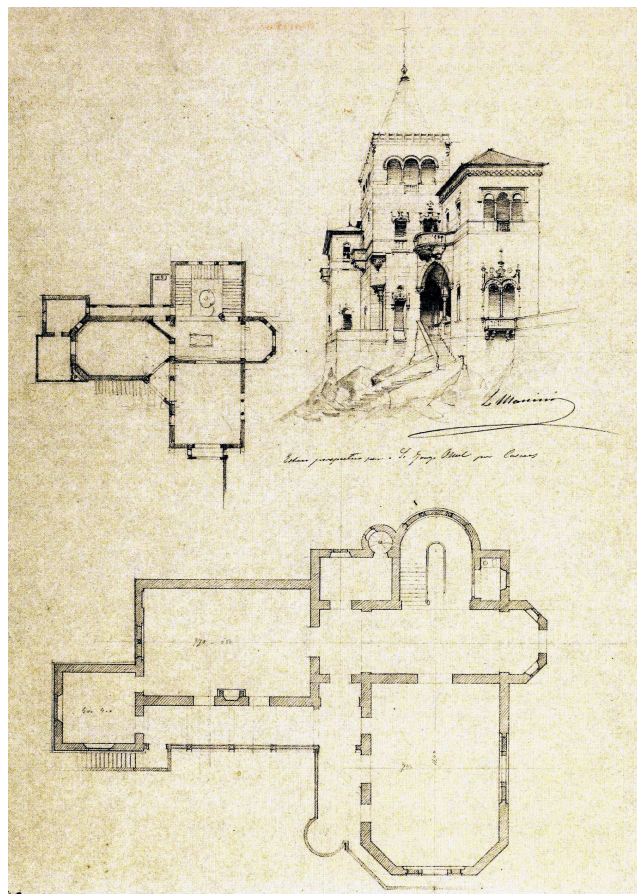
**Projecto para o Palácio O'Neill, executado por Luigi Manini, 27 de Julho de 1894.**

**Fonte: Monumentos Nº 31, Abril 2011.**



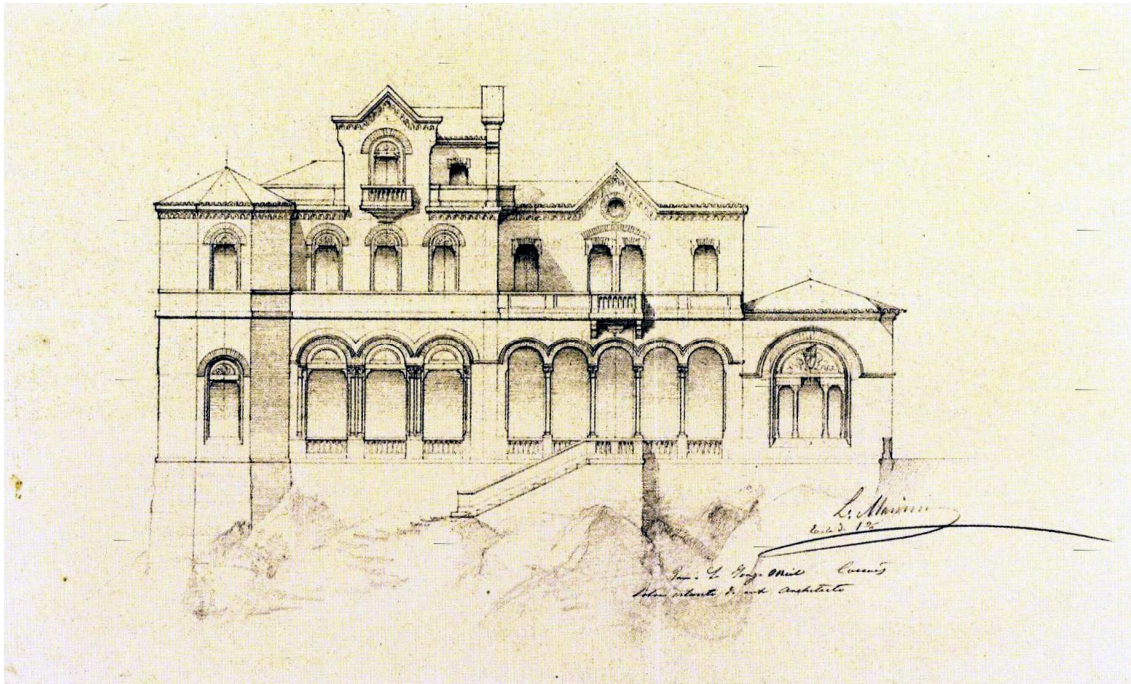
Projecto para o Palácio O'Neill, executado por Luigi Manini, 22 de Outubro de 1897, original no Museu Civico di Crema.

Fonte: *Monumentos N° 31*, Abril 2011.



Projecto para o Palácio O'Neill, executado por Luigi Manini, c. 1897, original no Museu Civico di Crema.

Fonte: *Monumentos N° 31*, Abril 2011.



Projecto para o Palácio O'Neill, executado por Luigi Manini, c. 1898, original no Museu Civico di Crema.

Fonte: *Monumentos N° 31*, Abril 2011.



Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães (1900) – Francisco Vilaça – Fachada Sul.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, II volume, 17 de Setembro de 1906, p. 201-205.



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Alçado Norte.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Torre de S. Sebastião – Alçado Sul.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Lado Sul.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Portal de Entrada – Lado Nascente.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Claustro.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Claustro.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - Sala Amarela.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Entrada para a Sala Vermelha.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - Sala Vermelha.**

**Fonte: Museu Condes de Castro de Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Biblioteca.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - Sala de Jantar.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - Sala Pequena.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - O Quarto dos Condes.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - A sala José de Figueiredo.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



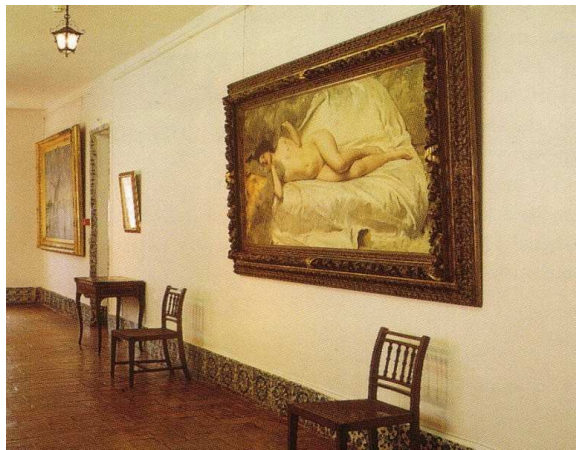
**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - A sala dos Contadores.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



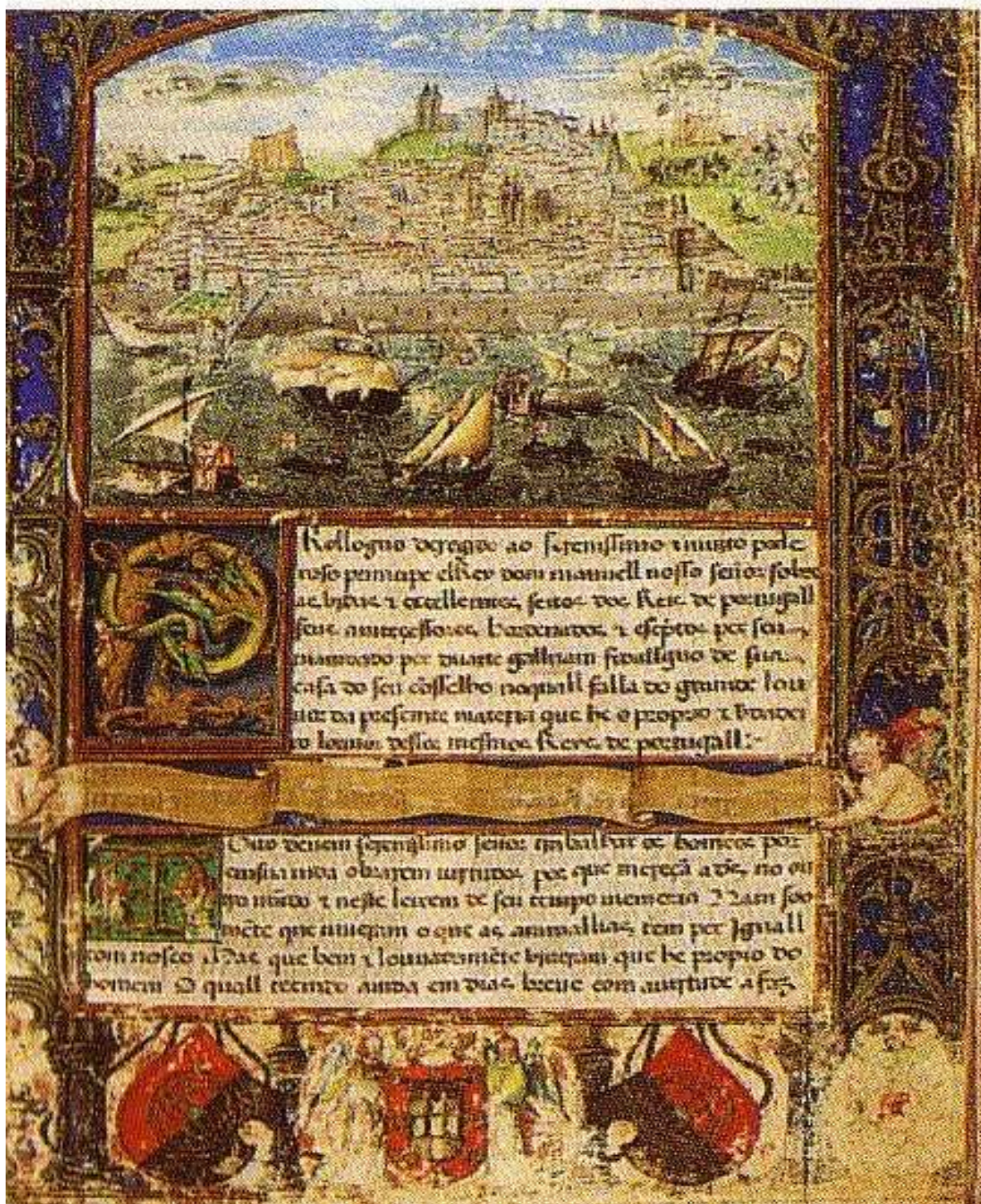
**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - Galeria (terrina do serviço dos pavões).**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - Nú de Giacomo Grosso.**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - Crónica de D. Afonso Henriques por Duarte Galvão, século XVI.

Fonte: IGESPAR, IP [on line].



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Pequeno lago com leão e painel de azulejos.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães – Painel de Azulejos no Jardim.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio O'Neill/Condes de Castro Guimarães - Pormenor do painel de azulejos.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Jorge O'Neill e sua esposa, Isabel Fernandes O'Neill.**

**Fonte: Maria José Pinto Barreira Rego Sousa, *Cascais 1900*.**



**Manuel de Castro Guimarães e Maria Ana de Guimarães, sua esposa – Victor Mateus Corcos (1904).**

**Fonte: Museu Condes de Castro Guimarães.**



**Manuel de Castro Guimarães no claustro do palácio.**

**Fonte: Maria José Pinto Barreira Rego Sousa, *Cascais 1900*.**



**Manuel de Castro Guimarães na varanda com amigos.**

**Fonte:** Maria José Pinto Barreira Rego Sousa, *Cascais 1900*.



**Jardim do Palácio dos Condes de Castro Guimarães – Túmulo dos Condes.**

**Fonte:** Coleção Particular.



**Parque Museu Condes de Castro Guimarães – Capela de S. Sebastião.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Parque do Museu Condes de Castro Guimarães - Busto de Humberto II de Itália.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Convento de Nossa Senhora da Piedade - Casas do Visconde da Gandarinha.**

**Fonte: Maria José Pinto Barreira de Sousa, *Cascais 1900*.**



**Convento de Nossa Senhora da Piedade.**

**Fonte: Coleção Particular.**

## **ANEXO IX**

## FICHA CASA HENRIQUE DE ARAÚJO SOMMER

**Localização:** Fachada principal orientada a Sul para o Largo de Nossa Senhora da Assunção (Matriz de Cascais), confinando a Norte com a Travessa da Vitória, a Nascente com a Rua Conde de Ferreira e a Poente com a Avenida Vasco da Gama.

Largo da Assunção – Cascais.

**Classificação Oficial:** Imóvel de IM – Interesse Municipal. Abrangido em ZEP ou ZP. Futuras instalações do Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

(PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/7452888/>).

[Consultado a 03/02/2012].

**Propriedade Actual:** Câmara Municipal de Cascais.

**Arquitecto (s):** Desconhecido.

**Construtor da Casa:** Desconhecido.

**Data de Construção:** 1894. (José C. Vasconcelos Quintão. *A Cascais, para nunca mais...? Monumentos N° 31*, Abril 2011, p. 19).

“Em 1897, pede licença à Câmara para «construir uma cocheira e cavalariças com frente para o Largo Serpa Pinto e Rua Conde de Ferreira” (Sousa, 2003: 76).

**Construção Primitiva:** Inexistente.

**Fases de Construção:** Inexistente.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura Civil / Casa. Exemplo de residência privada plenamente oitocentista. Tendências românticas e neoclássicas (constituindo estes dois eixos estilísticos os mais relevantes do século XIX internacional).

(PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras* [on line], *idem*). [Consultado a 03/02/2012].

**Descrição:**

- a) **Exterior** – “Planimetricamente, o edifício é de planta quadrangular de três andares, com separação exterior através de cornijas que formam arquitraves, sendo os registos modulados segundo uma hierarquia funcional (mais alto o rés-do-chão e de menor desenvolvimento o último). Esta hierarquia é também

materializada ao nível do sistema construtivo, sendo o primeiro andar coberto exteriormente por aparelho rusticado. A fachada principal volta-se a Sul, e é antecedida por pórtico rectangular, assente sobre pilares nos ângulos, que enquadra a entrada axial e forma a varanda nobre do segundo andar, esta protegida por balaustrada e voltada para a igreja. As restantes fachadas repetem-se umas às outras, com três vãos harmonicamente abertos nos alçados que reforçam a estrutura quadrangular do conjunto. As paredes são fenestradas por vãos de lintel recto, enquadrados por frontões lisos e curvos (estes aplicados às portas centrais), pilastras caneladas, molduras e triglifos de inspiração clássica. Do lado Norte, a propriedade integra umas antigas cocheiras, construídas por Francisco António de Magalhães, edifício de dois andares e de planta longitudinal, com acesso por portais de arco abatido.” (PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras* [on line], *idem*). [Consultado a 03/02/2012].

“ (...) Cuja arquitectura é de uma erudição esmerada. Clássica, na melhor acepção da palavra, desenvolve-se em dois estratos e um ático. Quatro fortes pilastras bem desenhadas formalizam os cantos, sobrepostos por outras quatro menos possantes, como convencionado pela linguagem escolhida. O friso alto, do entablamento vagamente dórico, transforma as “métopas” em pequenas janelas, num modo absolutamente maneirista, alternando com os “triglifos”, aqui substituídos por mísulas. O primeiro estrato apresenta uma alvenaria de junta biselada, solução comum desde o século XVII, dando réplica à rusticidade renascentista dos pisos em contacto com o solo”. (José C. Vasconcelos Quintão. *A Cascais, para nunca mais...? Monumentos Nº 31*, Abril 2011, p. 19).

**a) Interior** – Devoluto.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Inserido na malha urbana, bem localizado, a poucos metros do centro da vila e perto do mar.

**Estado de Conservação:** Adiantado estado de deterioração.

**História da Casa:** Residência de veraneio de Henrique Sommer\*, que após a sua morte em 1944 e como não tivesse deixado herdeiros passou aos seus sobrinhos, os Champalimaud, que, por desentendimento, arrastaram o processo de partilhas durante anos na justiça portuguesa.

\*Henrique de Araújo Sommer nasceu a 29 de Janeiro de 1886, em Lisboa e faleceu a 28 de Março de 1944, em Cascais, casado com Palmira Diogo da Silva, e não deixou filhos. Descendia de uma família alemã há muito estabelecida em Portugal, e foi criado na Quinta dos Anjos, pertencente ao seu avô, o barão Heinrich de Sommer. O negócio da família ligava-se ao comércio do ferro, desde meados do século XIX, tendo fundado a Casa Sommer & Cia. Por sua vez, Henrique Sommer inaugurou a 3 de Maio de 1923, a Companhia de Cimentos de Leiria, situada na Maceira, distrito de Leiria, fazendo construir juntamente um bairro operário, com escola, cooperativa, capela, posto médico, maternidade, balneários e biblioteca, os quais podem ser actualmente visitados, embora a fábrica continue presentemente a sua produção de cimento. Em 1935, a Casa Sommer & Cia, tornou-se accionista da Companhia de Cimentos Tejo e conseqüentemente o maior produtor de cimento do País. Henrique Sommer ficou conhecido como o pai da indústria cimenteira em Portugal. Após a sua morte e não havendo descendentes directos, a herança transitou para os sobrinhos, dando origem ao “Caso da Herança Sommer”, que se prolongou na justiça portuguesa por 16 anos, opondo António de Sommer Champalimaud aos seus irmãos, também, herdeiros. (Jacinto Silva Duro (2008). As gentes do bairro social da Maceira-Liz. *Jornal de Leiria* [on line]. (17 de Janeiro). Disponível em

[http://www.jornaldeleiria.pt/files/\\_viver\\_1227\\_4878f3c1027dbd.pdg](http://www.jornaldeleiria.pt/files/_viver_1227_4878f3c1027dbd.pdg)). [Consultado a 03/02/2012].

(António Champalimaud: O último imperador [on line]. Disponível em

<http://accaopopularlibertaria.files.wordpress.com/2011/03/imperio-champalimaud.pdf>). [Consultado a 11/05/2012].

**Vivência:** “Na década de 80 do século XX, a casa albergou o Centro de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Cascais. Em 2003, o Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Cascais, propôs a conversão do edifício em Arquivo de História Local, de que fará parte uma área expositiva dedicada à História de Cascais, uma exposição permanente consagrada à casa propriamente dita, salas de exposições temporárias na cave, área de consulta e biblioteca no andar nobre e área técnica no último piso. Este projecto, da autoria de Carlos Bessa e António Diogo Capucho, prevê ainda a transformação das cocheiras, anexas à Casa Sommer, em depósito do Arquivo, sala de recepções e demais dependências de apoio ao empreendedorismo.” O início da

obra previa-se para 2006, o que não aconteceu. Investimento 750 000 euros. Obra projectada em 1 milhão de euros”. (PAF. *Casa Sommer, incluindo as cocheiras* [on line], *idem*). [Consultado a 03/02/2012].

**Outros:** “A fachada principal desta casa, virada a Sul, confronta com o portal de entrada da **Matriz de Cascais**, cujo orago é Nossa Senhora da Assunção. A presença de uma igreja, neste local, existirá, pelo menos, desde o século XVI, como se comprova pelas famosas gravuras do alemão Georgius Braun, datadas de 1572. No entanto, o edifício actual foi reconstruído entre 1671 e 1681, período no qual o culto passou para a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes (então Capela de Nossa Senhora do Socorro), certamente devido ao estado de degradação do templo. A nova igreja sofreu grandes estragos com o terramoto de 1755, e o culto passou novamente para outro edifício, o da pequena capela de Nossa Senhora da Nazaré, anexa ao antigo Solar dos Falcões. Pela mesma altura, e na sequência da destruição da outra igreja paroquial de Cascais, a igreja da Ressurreição de Cristo [situada onde hoje se encontra a estação de caminhos-de-ferro], esta passou a reunir as duas funções como Matriz da vila. O edifício que chegou aos nossos dias, cujos traços simples são atribuídos ao arquitecto João Nunes Tinoco\*, possui elementos que denotam as várias épocas de construção, com torres seiscentistas integradas numa fachada já posterior ao terramoto. Os três corpos das torres laterais e da fachada principal são separados por pilastras de cantaria, sendo o central aberto por um portal de verga recta com cornija angular. Rasgam-se ainda três janelões no registo superior, voltadas para o coro alto, sendo o central rematado em verga curva sobre um óculo cego, sob frontão triangular. As sineiras possuem cobertura piramidal. A maior riqueza do templo é, na verdade, o recheio do interior. Este é de nave única, de boa largueza, com cobertura em abóbada de berço e quatro altares laterais com arcos de volta perfeita, tal como o arco triunfal, ladeado por dois retábulos. O acesso ao baptistério faz-se por baixo do coro alto, com guarda em balaustrada de madeira, e a sacristia (antiga sala da irmandade do Santíssimo Sacramento) fica anexa à Capela-mor, do lado da Epístola. O recheio propriamente dito consta de algumas notáveis obras de pintura, boa escultura, e talha e painéis de azulejo de grande qualidade. A abóbada da nave possui uma *Assunção da Virgem* de José Malhoa, encomendada pela Rainha D. Amélia. Os altares são todos em boa talha dourada, de estilo nacional, atribuindo-se o risco do retábulo-mor (presidido pela imagem de Nossa Senhora da Assunção) a João Nunes Tinoco, com provável execução de Estêvão da Silva. A talha articula-se com o

profuso revestimento azulejar, incluindo silhares policromos de motivos geométricos e painéis historiados azuis e brancos, sendo os da sacristia da autoria do *mestre P.M.P.* [o mesmo autor da Sala dos Brasões, no Palácio Nacional da Vila de Sintra]. Na capela do Santíssimo, com retábulo mais tardio, século XIX, em talha dourada e marmoreada, vê-se uma *Última Ceia* de Pedro Alexandrino\*. Na capela-mor estão ainda quatro painéis do primeiro quartel do século XVI, atribuídos ao Mestre da Lourinhã\* (?) (século XVI), que configuram um dos mais belos conjuntos de pintura quinhentista nacional. Fariam provavelmente parte de um retábulo, talvez o primitivo da igreja, e incluem o díptico da *Anunciação* (painel da Virgem e painel do Anjo e duas outras tábuas representando o *Nascimento de Jesus* e a *Adoração dos Reis Magos*. Nas paredes da nave, sobre os silhares de azulejos, estão ainda expostas oito telas de Josefa de Óbidos\* [c. de 1630-1684], provenientes do antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade dos Carmelitas Descalços, retratando a vida de Santa Teresa de Ávila. Juntam-se a estas obras de arte muitas imagens em madeira estofada e policromada, quase todas oitocentistas, e de grande qualidade.”

(Sílvia Leite (2011). *Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Cascais* [on line]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/16216412/>.

[Consultado a 03/02/2012].

\*João Nunes Tinoco (ca. 1610-1689) – Era filho do arquitecto Pedro Nunes Tinoco (? – 1641), patriarca de uma família de arquitectos que desempenharam um importantíssimo papel no desenvolvimento da arquitectura portuguesa nos séculos XVII e XVIII. João Nunes Tinoco foi nomeado para um dos *Três lugares de aprender a Arquitectura* nos anos de 1630-31; em 1641 era-lhe confiado o cargo de arquitecto das obras de São Vicente de Fora, por morte de seu pai, e deteve igualmente o cargo de arquitecto da Casa das Rainhas, instituído em 1665 por D. Luísa de Gusmão. O seu intenso percurso profissional desenvolve-se essencialmente entre os anos de 1652 e 1689, contemplando dezenas de projectos e obras, sobretudo na área de Lisboa, e elege-o como um dos primeiros arquitectos portugueses que experimentam a estética barroca: desenhou, em 1661 o sacrário da igreja de Santa Justa, onde aparecem pela primeira vez colunas torsas, de grande efeito cénico, repetido em dezenas de retábulos pelo norte do país, os Conventos de S. Francisco da Cidade e de S. Francisco de Xabregas, o Convento da

Graça, a Igreja de Santa Teresa das Carmelitas Descalças de Carnide, etc., mas também se salienta a edificação do seminário jesuíta de Santarém, na década de 70. Segundo Paulo Varela Gomes (1998), terá colaborado, ainda que episodicamente, nas obras de Santa Engrácia, atribuídas oficialmente ao arquitecto João Antunes (? – 1712), seu discípulo. (Ana Cristina de Santana Silva. *João Nunes Tinoco, ca. 1610-1689* [on line]. Disponível em <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-tinoco.html>). [Consultado a 11/05/2012].

\*Mestre da Lourinhã (Século XVI) – “Sem outra fundamentação que não seja a do mero confronto estilístico entre núcleos que se encontram em muito desigual estado de conservação e, na sua grande maioria, expostos em adversas condições de visibilidade e de estudo, o *corpus* reunido em torno do «Mestre da Lourinhã» (cerca de meia centena de pinturas) assenta em bases fragilíssimas. (...) O desconhecimento da identidade deste pintor é particularmente frustrante, dado tratar-se de uma individualidade artística que teve sem dúvida um papel de grande protagonismo junto da corte. Assim, a tentativa de identificação do «Mestre da Lourinhã» com Álvaro Pires – pintor régio desde 1504 até à data do seu falecimento em 1539 (...) tem sido interpretada por alguns autores como o caminho para a resolução do problema da identidade do ‘Mestre da Lourinhã’. (...) Seja como for, a névoa que envolve o incógnito «Mestre da Lourinhã» estende-se, essencialmente, em redor da obra que lhe é atribuída e que, por incluir núcleos importantíssimos da pintura cosmopolita de Lisboa, se afigura imprescindível contornar.” (*História da Arte Portuguesa*, Mestre da Lourinhã, 1999, dir. Paulo Pereira, II Vol., Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, Lda., p. 222 a 227).

\*Pedro Alexandrino – Pintor muito famoso na sua época, de nome completo Pedro Alexandrino de Carvalho, nasceu em 1729, em Lisboa e faleceu em 1810, na mesma cidade. Tendo sido discípulo de André Gonçalves, acabou por se tornar director da Academia de Desenho, intitulada “do Nu”. As suas obras, incluindo óleos, têmperas e frescos, encontram-se, na sua maioria, em igrejas da capital. Da sua vasta obra, destacam-se os quadros *S. Cristóvão* e *O Salvador do Mundo*, patentes na Sé Catedral de Lisboa. São também notáveis trabalhos seus na capela do Palácio da Bemposta.

\*Josefa de Óbidos – Nascida em Sevilha, cerca de 1630, morreu em Óbidos, em 22 de Julho de 1684. Filha de Baltasar Gomes Figueira [também pintor] e de D. Catarina de Ayala Camacho Cabrera Romero [natural de Andaluzia]. De seu nome completo Josefa Figueira de Ayala y Cabrera Romero. Veio para Portugal com os seus pais, apenas com quatro anos de idade e estabeleceram-se, na Quinta da Chapeleira, em Óbidos, onde

viveu quase sempre. “ (...) Reintroduz na pintura o primado do colorido diversificado. A pintura de Josefa tem outra qualidade e um fazer mais lento (quando comparada com Bento Coelho da Silveira, pintor da mesma época). Como Bento Coelho também a pintora se socorria de estampas e gravuras como fontes de inspiração e seria certamente conhecedora de literatura religiosa indispensável à correcta fixação dos temas. A sua vasta produção pode também analisar-se segundo as temáticas mais constantes. Assim, Josefa teve uma especial predilecção pela representação de naturezas-mortas de cujas espécies, vegetais ou animais, se retira sempre uma leitura ora ética ora ôntica. O Cordeiro de Deus, o Menino Jesus Salvador do Mundo, são igualmente temas frequentes do imaginário josefino. Pintou também duas versões do casamento místico de Santa Catarina, um dos temas recomendados pelos reformadores católicos e tratado igualmente pela literatura monástica portuguesa. Enfim, o conjunto da sua obra mostra-nos uma artista dotada, zigzagueante nas suas tendências pictóricas (desde a pintura sevilhana, às experiências com a luz de origem francesa), terna e provincial mulher (daí grande parte do seu sucesso) mas que contribuiu para ultrapassar a quase monocromia da fase anterior.” (*História da Arte Portuguesa*, Mestre da Lourinhã, 1999, dir. Paulo Pereira, III Vol., Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, Lda., p. 17-18).

Acerca dos azulejos Santos Simões refere: “Na nave dividem-se os azulejos entre o silhar de vasos e anjinhos e painéis figurados que lhe foram sobrepostos. O primeiro painel do lado da epístola é moderno, representando o que julgamos ser uma dança bíblica, e está assinado: *Pereira Cão\*/1908/F. J. Dias, Lisboa*. Os outros painéis são antigos e, num deles, se lê a data 1748. São cenas marianas, de pintura e composições convencionais. O silhar ornamental de vasos e anjinhos tem 12 azulejos de altura e os panos de 6 x 5 são separados por jarras. Os painéis figurados têm 10 azulejos de alto. É na sacristia que se encontram os mais belos azulejos da igreja, revestindo totalmente a parede em 19 de alto. Sobre a porta que dá acesso ao corredor do trono e à sacristia de serviço lê-se, nos azulejos, a inscrição: ESTA OBRA MANDARAM FAZER A SVA CVSTA OS IRMÃOS PESCADORES NA ERA DE 1720. Os azulejos, de pintura azul, serão provavelmente do monogramista PMP\* (o mesmo que encontramos no Palácio Nacional da Vila de Sintra) e o conjunto pode considerar-se muito notável. A figuração refere-se a passagens do Antigo Testamento tiradas do *Êxodo* (cap. 15.89), do *Livro dos Reis* (cap. 6.67 e 5) e do *Livro de Josué* (cap. III), conforme elucidam as respectivas legendas. Na parede do lado direito do arcaz, um lindo painel mostra-nos uma nau, em

cujo castelo da popa se vê uma enorme Custódia.” (J. M. dos Santos Simões, (2010), *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 264-265).

\*PMP – Um dos mais activos e destacados pintores de azulejo do primeiro quartel do século XVIII, com toda a possibilidade aprendiz e colaborador de Oliveira Bernardes – a cuja obra aparece intimamente ligado – assinou alguns dos seus trabalhos com as iniciais PMP. Não temos tido a fortuna de identificar tal artista nem na documentação nem em quaisquer referências, mantendo-se no seu meio anonimato, e assim passou para nós a ser simplesmente PMP... (...) Analisando cronologicamente as obras assinadas ou francamente atribuíveis ao PMP, verificamos que ele está particularmente activo em 1723 (Santarém, sacristia da Igreja de Santa Cruz) e talvez mesmo já em 1717, colaborando com Policarpo de Oliveira Bernardes (Guimarães, Igreja das Capuchinhas) (...) A sua prodigiosa produção – mais de cinquenta núcleos lhe podem ser atribuídos entre 1717 e 1725-1730 – demonstra cabalmente que era artista muito popular e aceite, e, de facto, os seus trabalhos são, sem dúvida, dos mais agradáveis e atraentes.” (J. M. dos Santos Simões, (2010), *Azulejaria em Portugal no Século XVIII*, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 33-34).

\*Pereira “Cão” / José Maria Pereira Júnior - José Maria Pereira Júnior – Nasceu em Setúbal, a 21 de Fevereiro de 1841 e faleceu em Lisboa, a 16 de Janeiro de 1921. “Iniciou-se na pintura decorativa com apenas 12 anos e foi durante os seus últimos vinte e cinco anos de vida artística que se dedicou à pintura de azulejos. Pintor, decorador e ceramista, foi discípulo de Luís Ferreira, mais conhecido por “Ferreira das Tabuletas”, com quem trabalhou na Fábrica Viúva Lamego, e utilizou o pseudónimo “Pereira Cão” para assinar muitas das suas obras em azulejaria. Autor de numerosos painéis figurativos, geralmente com temas históricos ou religiosos, contribuiu bastante para o aparecimento da geração de pintores historicistas e nacionalistas, na qual se conta, por exemplo, Jorge Colaço. Como pintor a “fresco” decorou os tectos da Câmara Municipal, do Palácio das Necessidades e da capela-mor da Igreja da Graça, em Lisboa. Entre 1886 e 1888, trabalhou como restaurador no Convento da Madre de Deus e, em 1902, junto de Alberto Nunes, no Canal do Palácio de Queluz, refazendo azulejos e painéis que nessa altura já se encontravam em falta. Foi autor de dois painéis de azulejos da Igreja da Madre de Deus (1886-1888), do pátio do Palácio da Rosa (1904-1906) e do Palácio dos Condes de Castelo Melhor (Embaixada de Itália), em Lisboa, das decorações do

Jardim do Palácio de Estói, próximo de Faro, nas que se aproxima já de um gosto Arte Nova.”

Museu Nacional do Azulejo (2009). *Pereira Cão / José Maria Pereira Júnior* [on line]. Disponível em

<http://mnazulejo.imc-ip.pt-PT/Coleccao/Coleccoes/ContentDetail.aspx?id=410>.

[Consultado a 01/04/2012].

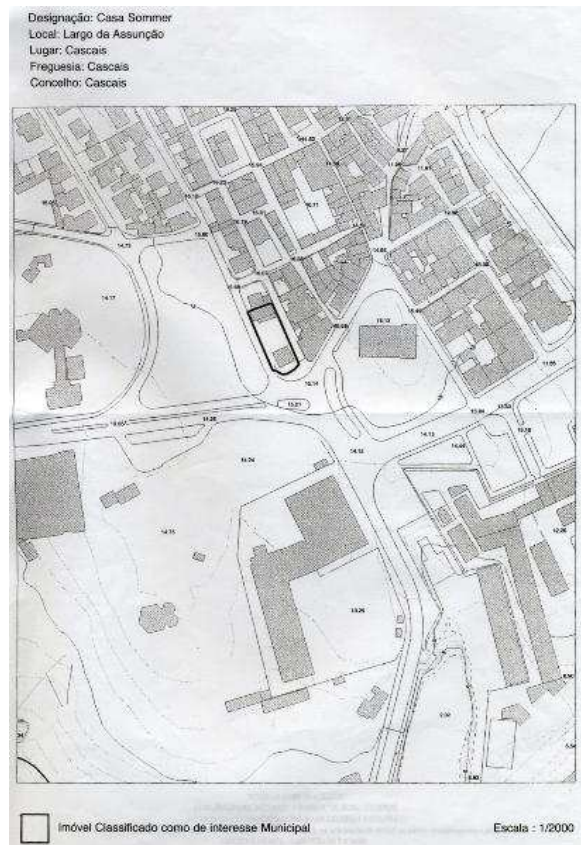
No jardim, do lado Sul da Matriz, a estátua do **Papa João Paulo II**, inaugurada em 15 de Maio de 2010, em bronze, com 3,20 metros de altura, da autoria de André Alves\* - homenagem da Paróquia de Cascais ao Santo Padre.

(Paróquia de Cascais. *A estátua* [on line]. Disponível em [www: <HTML: http://www.joaopauloii.paroquiadecascais.org/Joao-Paulo-II/a-estatua>](http://www.joaopauloii.paroquiadecascais.org/Joao-Paulo-II/a-estatua)). [Consultado em 18/04/2012].

\*Celestino Alves André, assina André Alves – Nasceu em Coimbra, a 15 de Abril de 1959 e reside em Portunhos, aldeia do concelho de Cantanhede, onde tem o seu atelier. Frequentou a Escola de Artes decorativas António Arroio, em Lisboa, no Curso de Artes Visuais de 1981 a 1983, quando cumpria o serviço militar. Ainda durante o serviço militar, executou vários painéis pintados e esculpidos no Regimento de Engenharia nº 1 e criou a decoração para o Dia do Exército no Pavilhão Carlos Lopes e na Feira Internacional de Lisboa (FIL Tropa). Elaborou o Plano Director Geral de Obras do Regimento nº 1, no ano de 1985, onde revelou conhecimentos de Arquitectura e Urbanismo. Em 1985, trabalhou com o arquitecto Mota Rebelo em arranjos arquitectónicos exteriores e em arquitectura paisagística, tendo em 1986 restaurado a sala Almeida Araújo do Palácio Nacional de Queluz. Em 1986, obteve o primeiro prémio no concurso do busto do escultor conimbricense Cabral Antunes. Executou mais de uma centena de medalhas para o País e para o estrangeiro, nomeadamente para os Estados Unidos, Canadá, Espanha, Canárias, Bélgica, Itália e França, sendo neste momento um dos mais cotados escultores de medalhística do País. Participou em várias exposições colectivas, nomeadamente em Sintra, Évora e Cantanhede. Entre as suas obras destacam-se vários bustos, como: Rainha D. Catarina de Bragança para Queens, Nova Iorque, USA (1990); D. Agostinho de Moura, Bispo de Portalegre, em Portalegre (1991); Franciso Stromp, Estádio José Alvalade, em Lisboa (1992); Arcebispo Primaz de Braga, D. João Crisóstomo, Cantanhede (1992). No ano de 1989, executou o

monumento ao Ourives Ambulante, na Vila de Febres (Cantanhede), uma escultura com 2,60 m de altura; o monumento a Pedro Teixeira, bandeirante, conquistador da Amazônia, uma estátua de excelente composição, com 3,60 m de altura, encomenda da Câmara Municipal de Cantanhede; a primeira estátua do Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, para a Câmara Municipal de Mira (1996); o monumento aos Pescadores da Arte da Xávega do Litoral Português, na Praia de Mira (1997); o Monumento ao Emigrante, para a freguesia da Camarneira (Cantanhede); o monumento a D. António Luís de Menezes (1º Marquês de Marialva), uma estátua equestre em bronze com 6,10 metros de altura, em Cantanhede (1999); o Monumento ao Homem do Mar, na Cidade de Ílhavo, em homenagem aos pescadores da epopeia da pesca do bacalhau nos mares da Terra Nova; o Monumento dos 100 Anos da Associação Comercial de Viseu, uma construção granítica de 13 metros de altura (2002); vence em 2003 o Concurso para a criação do Monumento ao Pescador Nazareno; o Monumento de Homenagem ao Engenheiro Ludgero Marques para Vila da Feira (2004); a estátua de homenagem à Mãe Nazarena colocada na marginal da praia da Nazaré (2005); o monumento aos Bombeiros da Mealhada (2006); em 2007, executa aquela que viria a ser a sua maior obra escultórica, uma estátua de Homenagem a Sua Santidade o Papa João Paulo II, encomendada pelo Governo da República Democrática de Timor Leste, a maior estátua em bronze alguma vez saída das fundições artísticas do nosso País, 6,5 metros de altura; estátua do Papa João Paulo II Peregrino, encomendada pela Paróquia de Cascais, em bronze, com 3,20 de altura.

(Município de Cantanhede, (2005), *Celestino Alves André* [on line]. Disponível em [http://www.cm.cantanhede.pt/xsite\\_cantanhede/CantanhedeOnline/Cultura/Artistas.jsp?PCH=540&CH=596&PID=16401](http://www.cm.cantanhede.pt/xsite_cantanhede/CantanhedeOnline/Cultura/Artistas.jsp?PCH=540&CH=596&PID=16401)). [Consultado em 18/04/2012].



**Casa Sommer – Planta de localização.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Sommer – Fachada principal.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Sommer – Perspectiva da fachada posterior.**

Fonte: IGESPAR, IP [on line].



**Casa Sommer – Alçado principal.**

Fonte: IGESPAR, IP [on line].



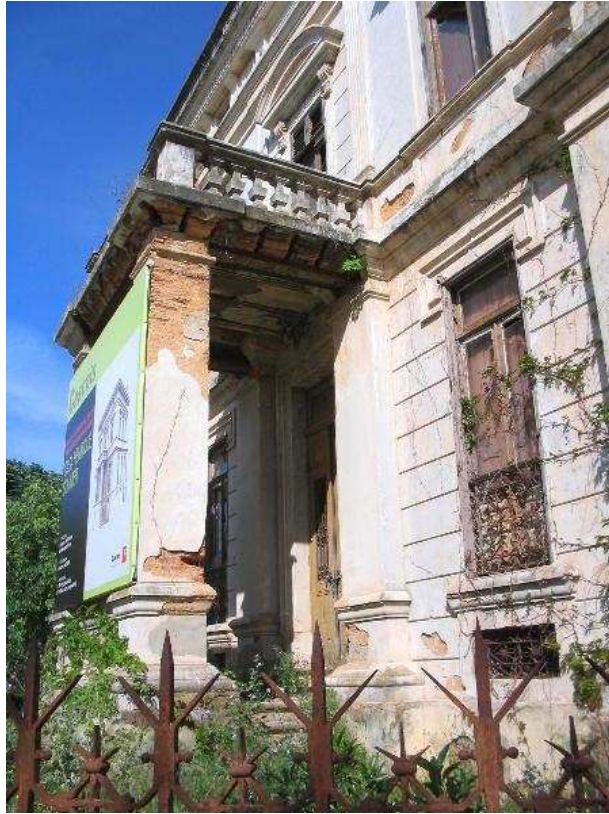
**Casa Sommer – Vista geral do edifício e sua integração na malha urbana.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Sommer – Vista lateral esquerda e pormenor da entrada.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Sommer – Pórtico de pilares quadrangulares que suporta a varanda do 1º andar, fachada Sudoeste.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Sommer – Lado Oeste e perspectiva da fachada Oriental.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



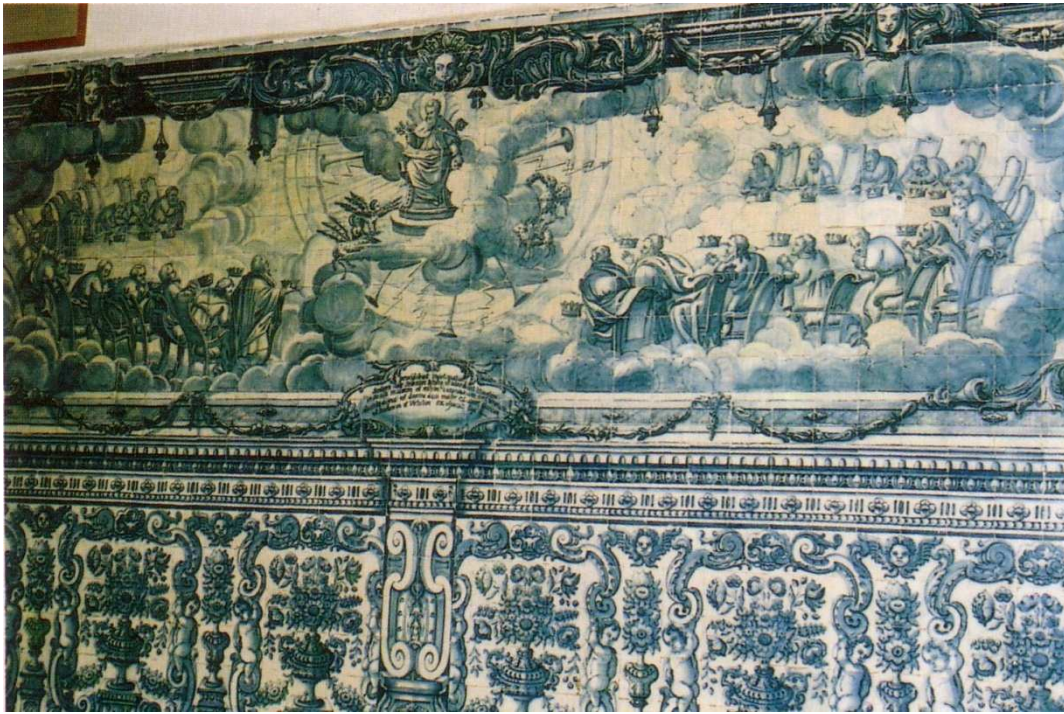
**Igreja Matriz de Cascais – Nossa Senhora da Assunção.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Igreja Matriz de Cascais – Igreja de Nossa Senhora da Assunção – Azulejos sobre a porta que dá acesso ao corredor do trono e à sacristia de serviço.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Pormenor com a inscrição do azulejo existente na sacristia da igreja matriz de Cascais. Obra do mestre P.M.P.  
Cena do Apocalipse – Azulejaria figurativa joanina (1748).**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Jardim anexo à Igreja Matriz de Cascais – Estátua, em bronze, de João Paulo II, da autoria de André Alves,  
inaugurada em 15 de Maio de 2010, homenagem da Paróquia de Cascais.**

**Fonte: Coleção Particular.**

## **ANEXO X**

## FICHA CASA FRANCISCO TRINDADE BAPTISTA

**Localização:** Situada na Avenida D. Carlos I, frente ao Portão de Armas da Cidadela de Cascais.

**Classificação Oficial:** Inexistente. No entanto, é um edifício de excepção, mandado construir por Francisco Trindade Baptista (1865-1938), no final do século XIX.

**Propriedade Actual:** Privada.

**Arquitecto (s):** Desconhecido.

**Construtor da Casa:** Desconhecido.

**Data de Construção:** 1899.

**Construção Primitiva:** Terreno baldio.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Veraneio.

### Descrição:

- a) **Exterior** – “Em frente à cidadela, num espaço nobilitado pela proximidade do olhar e dos trajectos reais, o modelo de *chalet* urbano da Casa Leitão cedeu intencionalmente lugar ao *palacete*. Primeiro Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos e logo depois Trindade Baptista mandaram construir duas pequenas e luxuosas residências que, como os projectos apresentados à Câmara bem revelam (Henriques, 2004, p. 121; AHMC/ALL-CMC/Urbanismo/Obras particulares/Processos de Obras/ Cascais, 1 de Março e 17 de Maio de 1899, Maço 444 – requerimentos de 1899), são essencialmente fachadas onde se acumulam as molduras, os frisos, os nichos, as citações minuciosas de pedaços de *desenho Belas-Artes*. Nessas superfícies trabalhadas pela luz existe uma suave sinestesia que encanta e distrai – evocando mais uma vez essa particular época arquitectónica, incerta de referências e sem futuro mas tão empenhadamente envolvida no fabrico efémero do presente.” (Raquel Henriques da Silva, 1988, p. 72).

“A Casa Trindade Baptista destaca-se pela assimetria das duas fachadas principais, dispostas em ângulo recto, enfatizadas pela conjugação da janela de canto, no rés-do-chão, e pela varanda do primeiro andar, a ela sobreposta, também perfazendo o canto. A varanda, assente sobre mísulas exageradamente

elaboradas, tem um balanço correspondendo à projecção do telhado que é suportado por sete colunas apoiadas no parapeito. As colunas de tão delgadas, lembram mais colunelos dos alvares renascentistas do que propriamente colunas clássicas.” (José C. Vasconcelos Quintão, *A Cascais, para nunca mais...?* Abril 2011. *Monumentos N.º 31*, pp. 19-20).

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Este edifício encontra-se situado no centro da vila. A Nascente está delimitado pelo prédio de Perestrelo de Vasconcelos, e a poucos metros, ainda a Nascente, pode ver-se a casa do Conde Monte Real, o Clube Naval e o Passeio D. Maria Pia; a Sul, do outro lado da Avenida D. Carlos I, a entrada da Cidadela; a Poente, um pequeno jardim, com árvores frondosas e mobiliário público, que se encontra agregado à Igreja Matriz, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

**Estado de Conservação:** Bom.

**Outros:** Monumento ao **Regimento de Infantaria 19** - “ (...) sobre um soco de pedra revestido de verdura, se ergue, esculpida em pedra branca, a estátua de um soldado desse mesmo Regimento de Infantaria 19.” (Andrade, *Cascais*, (1966), Lisboa: Editorial Publicações Turísticas, p. 25).

Como menciona Ferreira de Andrade, encontram-se mesmo em frente a esta casa, dois monumentos: um ao Regimento de Infantaria 19 (tomou parte nas Campanhas do Roussillon e nas Guerras Peninsulares, foi extinto em 1834), cuja primeira pedra foi lançada, a 3 de Setembro de 1917, na presença de Bernardino Machado, ainda Presidente da República, e de Fausto de Figueiredo, presidente da Câmara (1964, p. 422), da autoria de Anjos Teixeira\*.

O segundo, um monumento recente, recordando um momento trágico na vida da vila refere a invasão das tropas do Duque de Alba (D. Fernando de Toledo), ao serviço de Filipe II de Espanha, desembarcadas perto da Guia, a 28 de Julho de 1580, no local designado pela Laje do Ramil, que ao passarem pela vila, mataram o alcaide de Cascais, Henrique Pereira e o governador da Cidadela, **D. Diogo de Meneses**, destemido fidalgo português, que se tinha distinguido na Índia, “valoroso guerreiro de Samorim e do cerco de Chalé”, agora na defesa dos interesses nacionais e de D. António Prior do Crato. (Andrade, 1964, 117 a 119). A estátua de D. D. Diogo de Menezes, em bronze, foi inaugurada em 03/04/2010 e é da autoria de Augusto Cid\*.

\*Anjos Teixeira (1880-1935) – discípulo de Simões de Almeida e Costa Mota. Viveu alguns anos em Paris, onde conquistou alguns êxitos, deixou obras de pujança e ricas de observação. O seu realismo impressionante era por vezes quase brutal. A influência de Rodin acusa-se nos dois lutadores de musculatura poderosa, que se admiram no monumento a Carvalho Araújo, em Vila Real. Não parecia especialmente dotado para a escultura monumental; no entanto, alcançou o primeiro prémio no concurso para o monumento a Camões, em Paris, um tanto frouxo e convencional em sua concepção, mas com belas imagens, como o Adamastor, assombroso de imaginação, e a figura do Poeta, emocionante e expressiva. E obteve a 1ª medalha em escultura na Sociedade Nacional de Belas-Artes, e a medalha de ouro na Exposição do Rio de Janeiro. Foi também gravador de mérito. Entre as suas obras conta-se ainda: o monumento a Camilo; em Viseu, no Largo Mouzinho de Albuquerque, ergue-se o monumento aos Mortos da Grande Guerra de 1914-1918; o busto de Aquilino Ribeiro, no Museu Grão Vasco, em Viseu e o de Camilo; ‘Imprecação’ e ‘Ninfa e fauno’, no Museu de Arte Contemporânea; e várias outras peças em colecções particulares. (Fernando de Pamplona, (1991), *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, 3ª ed., Vol. I, Lisboa, Livraria Civilização, pp. 119-120).

\* Augusto Cid – Caricaturista, escultor, pintor e publicitário português, nasceu em 1941, no Faial (Horta). No seu percurso escolar passou pelos colégios Infante Sagres e Moderno, em Lisboa, para além dos Estados Unidos da América, onde esteve em 1959, com uma bolsa de estudos, tendo frequentado o curso de Escultura da ESBAL (Escola Superior de Belas Artes de Lisboa). As suas primeiras caricaturas (ou *cartoons*) conhecidas foram realizadas no final dos anos 50 do século XX, tendo participado no semanário humorístico *A Parada da Paródia*. No final dos anos 60 começou a ser notada a sua colaboração com *A Mosca*, célebre suplemento do *Diário de Lisboa*, tanto ao nível da BD como da Caricatura, em paralelo com o seu trabalho de publicitário, área onde trabalhou durante dezoito anos na sua própria agência. Depois do 25 de Abril de 1974 colaborou em diferentes periódicos e com a Televisão Independente (TVI). É considerado o mais incómodo dos caricaturistas portugueses, tendo tido diversos livros apreendidos, nomeadamente os relacionados com o período após o 25 de Novembro de 1975. Para além dos muitos livros da caricatura política, tem também trabalhos de caricatura publicitária, como os que fez para a Telecel e as seguradoras Lusitânia e Império. Como escultor tem peças urbanas na avenida Gonçalves Zarco, em Lisboa

(1995), no aeroporto de Macau, na China (1997), na avenida dos EUA, em Lisboa (2001), em Oeiras e na Madeira (2003), para além de diversos troféus que realizou para a Associação do Cavalo Lusitano. Dedicar-se também à Pintura, tendo realizado algumas exposições. Como caricaturista recebeu, entre outras distinções, o 1º Prémio de Desenho Humorístico do Salão Nacional de Caricatura (1987), o Grande Prémio do I Salão Livre (1988), o Prémio CPPM – Humor e Património (1989), o Grande Prémio do Salão Nacional de Caricatura (1990 e 1994), o Prémio Nacional de Humor de Imprensa (1996) e o Prémio Stuart de Tira Cómica (2005). Das muitas exposições em que participou, merecem destaque a retrospectiva de todo o seu trabalho (caricatura, escultura e publicidade), no Museu Rafael Bordalo Pinheiro, em Lisboa (1990) e “Augusto Cid – O Cavaleiro do Cartoon”, no Museu Nacional da Imprensa, no Porto, de que se editou um importante catálogo (2004). *Augusto Cid*. In Infopédia [on line]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível em [www: <URL: http://www.infopedia.pt/\\$augusto-cid>](http://www.infopedia.pt/$augusto-cid). [Consultado a 15.04.2012].



**Casa Francisco Augusto Trindade Baptista.**

**Fonte: João Miguel Henriques, *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol*.**



**Casa Francisco Augusto Trindade Baptista – Alçado Sul.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Francisco Augusto Trindade Baptista – Alçado Sul e Poente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Monumento ao Regimento de Infantaria 19 – Frente à Casa Francisco Augusto Trindade Baptista, da autoria de Anjos Teixeira.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Monumento a D. Diogo de Meneses 1510/20 – 1580 – *Capitão de Malaca, Governador da Índia e General-Chefe das tropas de D. António de Portugal, enfrentou em Cascais o exército de Filipe de Espanha, comandado pelo Duque de Alba, sob cujas ordens foi executado a 02/08/1580. O monumento é da autoria de Augusto Cid.***

**Fonte: Coleção Particular.**

## **ANEXO XI**

## **FICHA CASA CONSELHEIRO LUÍS AUGUSTO PERESTRELO DE VASCONCELOS**

**Localização:** Situada na Avenida D. Carlos I confina com a casa do conselheiro Francisco Trindade Baptista, frente ao Portão de Armas da Cidadela.

**Classificação Oficial:** Inexistente. No entanto, considerado um dos edifícios de excepção, construído no final do século XIX.

**Propriedade Actual:** Privada.

**Arquitecto (s):** Desconhecido.

**Construtor da Casa:** Desconhecido.

**Data de Construção:** 1899. (Henriques, 2004, p. 122).

**Construção Primitiva:** Inexistente.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil /Veraneio.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – “ (...) paredes meias com a anterior, assimetriza a fachada, num só plano, com a abertura da porta principal colocada num dos seus extremos, junto à Casa Trindade Baptista. A composição desta indicação da entrada principal evoca um torreão, contraposto à composição planar dos restantes três vãos. As janelas do rés-do-chão são enquadradas por quatro colunas que suportam uma sacada corrida, com a mesma característica de delgadeza das da casa vizinha. É de realçar que essas quatro colunas são afastadas da parede, conferindo tridimensionalidade acentuada à fachada. O sótão abre-se em quatro janelas, quais edículas, ‘encastoadas’ em molduras excêntricas, de um gosto ‘pós-barroco’.” (José C. Vasconcelos Quintão, *A Cascais, para nunca mais...?* Abril 2011. *Monumentos N.º 31*, pp. 19-20).

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Este edifício encontra-se situado no centro da vila. Encostado a Poente à Casa de Trindade Baptista, e a poucos metros do Clube Naval e do Passeio D. Maria Pia; a frente do edifício encontra-se voltada a Sul, para a Avenida D. Carlos I e para a entrada da Cidadela.

**Estado de Conservação:** Bom.

**Vivência:** “Ainda perto da cidadela, temos a casa de Luís Perestrelo de Vasconcelos, onde João Franco [Alcaide, Fundão, 1855-1929] veraneava no tempo de El-Rei D. Carlos e onde passa agora o Verão a condessa de Sabugosa.” (Colaço, Archer, 1999, 342).

**Outros:** Em frente a esta casa observamos o Portão de Armas da **Cidadela de Cascais**, que inclui a **Fortaleza de Nossa Senhora da Luz** e a **Torre Fortificada de Cascais** (Torre de Santo António), que constituem a parte Sudeste da Fortaleza. A Cidadela de Cascais está delimitada a Norte pela estrada e a Sul, a Este e a Oeste pelo oceano. Este conjunto insere-se na categoria de Arquitectura Militar / Cidadela e encontra-se classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público, abrangido por ZEP ou ZP.

Este conjunto considerado como monumento, insere-se na categoria de Arquitectura Militar / Cidadela e Imóvel de Interesse Público (IIP), abrangido por ZEP (Zona Especial de Protecção) ou ZP (Zona de Protecção).

A Cidadela de Cascais evoluiu a partir da torre fortificada, chamada de Santo António, da autoria de Pêro Anes, mandada edificar cerca de 1488, no reinado de D. João II, com o intuito de precaver os constantes ataques da pirataria inglesa, francesa e moura. Em 1589, Filipe II de Espanha, a fim de acautelar uma possível invasão inglesa, ordenou a construção de uma fortaleza abaluartada, que aproveitou a anterior estrutura da torre, reforçando assim não só a defesa da baía de Cascais mas também a da barra do Tejo. Já no reinado de D. João IV, em 1641, prevendo-se a Guerra da Restauração foi ordenada a construção de um forte, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Os planos da obra foram entregues, em primeira mão a Simão Mateus, substituído pouco tempo depois por Philippe Guitau, seguido do Jesuíta, João Cosmander. Ainda no mesmo reinado, em 1650, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz recebeu nova reestruturação e o seu espaço largamente ampliado transformou-se em Cidadela, aumentando significativamente a capacidade defensiva, na baía de Cascais. Da antiga fortaleza foram aproveitadas as baterias e o revelim, que passaram a ser utilizados quase só como armazém da recém-construída Cidadela. A obra foi entregue a Nicolau de Langres. (Catarina Oliveira (2007). *Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre fortificada de Cascais* [on line]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74730/>).

[Consultado a 03/02/2012].

De acordo com o SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), este conjunto, considerado monumento, tem a seguinte descrição: “Cidadela de planta sensivelmente quadrangular com baluartes nos ângulos, especialmente agudos, os virados a terra. Alçado com moldura a todo o comprimento, coroado em certos traços por merlões quadrangulares. Pórtico em estrutura avançada, terminado em frontão triangular ladeado por pináculos com arco pleno e aduelas em aparelho rusticado. No interior, para além do Palácio residencial e cisterna, tem capela dedicada a N<sup>a</sup>. S.<sup>a</sup> da Vitória [reconstruída após o terramoto de 1755, no reinado de D. Pedro V] com retábulo de talha dourada. A fortaleza de Nossa Senhora da Luz a SO, onde se integra a torre, tem planta triangular, com 3 baluartes, 2 deles virados ao mar e com ângulo mais aberto do que o outro, muito agudo. A cisterna tem planta em L.”

Paula Noé. *Cidadela de Cascais, incluindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a Torre Fortificada de Cascais* [on line]. Disponível em [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6052](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6052). [Consultado a 07/02/2012].

“(…) Com o terramoto e maremoto, em 1755, desabaram coberturas e os vários pisos da torre, salvando-se apenas as paredes-mestras, devido à sua espessura e estarem amparadas por muralhas quinhentistas da fortaleza; no século XIX, segundo Pinho Leal, durante o reinado de D. Miguel, fizeram-se vários concertos na praça; em 1889, D. Luís morre aqui na Cidadela; em 1933, o edifício é intervencionado pelo arquitecto Cassiano Viriato Branco; entre 1978-1988, foram executadas obras de carácter arqueológico, na Torre e Fortaleza de Nossa Senhora da Luz; em Junho de 1992, parte do imóvel foi afecto ao Instituto Português do Património Arquitectónico; em Outubro de 2004, recebeu nova campanha arqueológica; a 13 de Maio de 2009, o edifício foi cedido ao Grupo Pestana por 63 anos. (Paula Noé, *idem*).

No seu interior observa-se a **Casa do Governador Militar /Palácio Real** – Em 1870, por decisão de D. Luís, a Casa do Governador, foi adaptado a Paço Real, projecto entregue a Joaquim Possidónio da Silva\* (1806-1896), arquitecto da Casa Real, substituído, após a sua morte, pelo mestre-de-obras Frederico Augusto Ribeiro\*. Este arquitecto [Joaquim Possidónio da Silva] “liga a Casa do Governador da Cidadela ao pavilhão de Santa Catarina que confinava a Praça de Armas, redimensionando salas, decorando vestíbulos e salões, criando um salão de banquetes para a mesa de Estado, antecessor do espaço existente. (...) Regista-se na Cidadela a primeira experiência de

iluminação eléctrica em Portugal, com a instalação de candeeiros de arco voltaico [os candeeiros serviram de original para a reprodução dos candeeiros instalados, em 1985 pelo IPPC, em Vila Viçosa] no pátio privativo de acesso à entrada principal, oferta do Rei D. Luís ao seu filho herdeiro, Príncipe D. Carlos e Princesa D. Amélia, no dia 28 de Setembro, data dos seus aniversários, no ano de 1878. O conselheiro da corte foi a Paris adquirir e firmar o contrato de exploração dos seis candeeiros, que ostentam o Brasão da Casa de Bragança, e que utilizavam o mesmo sistema dos candeeiros que iluminavam as Avenidas, a Corte e o Teatro de Paris. A inauguração foi motivo para um grande baile no terraço; os pavimentos foram cobertos de carpetas, uma estrutura de toldos protegia do frio nocturno, e o povo de Cascais veio assistir, do lado de baixo da muralha no Passeio Maria Pia, à aristocracia em festa no terraço.” (Pedro Vaz, 2011, *Reabilitação, Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais*, p. 17).

\*Joaquim Possidónio Narciso da Silva (Lisboa, 1806-1896) – Arquitecto da Casa Real, como seu pai (Reinaldo José da Silva, Mestre Geral dos Paços Reais). Em 1807, foi para o Rio de Janeiro, com o pai e regressou em 1821. Estudou em Lisboa com Domingos António de Sequeira, Maurício José do Carmo Sendim e Germano Xavier de Magalhães. Em 1824 partiu para Paris, onde frequentou a Escola de Belas Artes. Entre 1828 e 1830, estudou em Roma, regressando posteriormente a Paris onde colabora nas obras do Palais Royal e das Tulherias. Regressou a Portugal em 1833, importando o gosto romântico oitocentista apreendido na sua formação que aplica nas suas múltiplas intervenções, das quais se destacam: a adaptação do Convento de São Bento a Parlamento; autor do projecto do Palácio da Ajuda (1834, publicado em 1866) e de um projecto de uns banhos públicos na zona do Passeio Público (1835), nenhum deles, no entanto, chegou a ser concretizado; projectou a remodelação do Paço das Necessidades (1844-1846) e do Paço do Alfeite (anteriormente a 1857); de muitos estabelecimentos comerciais, cuja construção se iniciava na Baixa de Lisboa; e trabalhou também na remodelação do Teatro de São Carlos e do Palácio do Manteigueiro. Acabou por se dedicar a tempo inteiro à arqueologia, tendo sido encarregado, por D. Pedro V, em 1858, de proceder a um estudo técnico de monumentos nacionais. Foi um dos fundadores, em 1863, da antiga Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, posteriormente Associação dos Arqueólogos Portugueses. A Associação foi a responsável, em 1866, pela criação de um museu arqueológico, depois instalado nas ruínas do Convento do Carmo, bem como de um boletim, a partir de 1865.

Publicou, em 1869 e 1873, trabalhos sobre a história da arquitectura e, em 1879 e 1887, trabalhos sobre arqueologia. Foi membro de diversas comissões de estudo e classificação de património construído, bem como de diferentes academias e sociedades nacionais e estrangeiras.

Associação dos Amigos da Torre do Tombo (AATT). *Joaquim Possidónio da Silva* [on line]. Disponível em <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1606>. [Consultado a 02/04/2012].

\*Mestre Frederico Augusto Ribeiro – Pioneiro em Portugal do sistema de betão armado, começou a sua vida como carpinteiro da construção civil. Exerceu o seu ofício de carpinteiro na antiga Escola do Exército onde se distinguiu na execução de alguns moldes, que ainda hoje ali existem e são admirados, chamando a atenção de um oficial superior da mesma escola. Salientando-se sempre pela sua probidade e pelos seus méritos profissionais, a certa altura prestou provas brilhantes na Câmara Municipal, e obteve, por direito a carta de construtor habilitado ao abrigo da Lei nº 6885, de 6 de Junho de 1885, chegando a ser mestre-de-obras da Casa Real. Engenheiros e arquitectos, como Norte Júnior e Tertuliano Marques beneficiaram dos seus conhecimentos e da sua experiência. Foi ele, que em 1921, empregou o betão armado na construção dos dois pavimentos que, abaixo do nível do solo, possui o magnífico edifício da firma de automóveis C. Santos, na Rua do Crucifixo, dado que foi ele quem estudou a introdução daquele sistema em Portugal. Foi ele também que dirigiu a grande transformação nas instalações dos Armazéns Grandela. Note-se que, o arquitecto parisiense, autor do projecto de remodelação, nunca veio dirigir a execução do seu trabalho, que se fez também, sem um único engenheiro a acompanhá-lo. Mestre Frederico executou ainda entre outras, as grandes obras de construção das numerosas fábricas da CUF, no Barreiro; o palacete de Alfredo da Silva, no Estoril; a reconstrução do Palácio do Conde dos Olivais (hoje o Seminário Patriarcal de Lisboa); o Hotel Metrópole, no Rossio; as obras da Quinta da Cardiga de Luís Sommer; o alargamento da sede do Banco Nacional Ultramarino; as obras dos Paços Reais de Belém, Ajuda e Necessidades; as ornamentações do palco do Teatro S. Carlos, juntamente com Rafael Bordalo Pinheiro.

Sindicato dos Agentes Técnicos de Arquitectura e Engenharia (SATAE). Frederico Augusto Ribeiro, in *Revista do SNCC*, nº 3, (Junho 1939), [on line]. Disponível em <http://www.satae.com/website/content/view/32/160/1/7/>. [Consultado em 16/04/2012].

“No dia 19 de Outubro de 1889, Sábado, às 11H05, morre de lepra e gangrena, na Cidadela de Cascais, o rei D. Luís. O corpo foi embalsamado e ainda esteve dois dias na Cidadela. “Numa cadeira de rodas levam-no, de quando em quando, até à varanda, para ver a Baía, a sua Baía de Cascais... Para poder, da cama ou do terraço, admirar o maravilhoso espectáculo do Mar onde tantas horas havia passado, mudam-lhe o quarto de dormir para um compartimento ao lado, com a janela voltada para Nascente. O *Diário de Notícias*, de 21 de Outubro, publica um desenho esquemático desse quarto, onde, numa cama de *pau-santo, lisa, simples, sem dossel nem cortinas*, agoniza o Rei Marinho. (...) Na cidadela de Cascais – escreve Ramalho Ortigão – acaba de falecer, ao cabo da mais cruciante enfermidade, o Rei D. Luís. A sua agonia foi lenta e pavorosa. Paralisado das pernas e dos vasos inferiores, invadiu-o a pouco e pouco a pútrida devastação da gangrena. (...) A cidadela – escreve ainda Ramalho – está edificada à beira da água. Do quarto em que padeceu e em que expirou o soberano, a janela dá em cheio no mar. Enquanto os seus olhos tiveram vista, o enfermo, espezinhado pela dor, na humilhação suprema da lenta decomposição em vida, veria as águas da baía, azuis, luminosas e calmas, onde flutuava alegre, embandeirada, a corveta *Bartolomeu Dias*, entre velas douradas de faluas, espichas e latinos, demandando a barra na salgada arfagem da brisa matinal. Fora esse o vaso de guerra do seu comando. Fora a bordo dessa airosa embarcação que ele navegara em moço nos mares da Europa. Fora nela que pela última vez o jovem oficial da armada entrou no Tejo para receber do Duque de Loulé, juntamente com o tratamento de «majestade», a notícia de haver morrido aquele de quem ele herdara um trono». [...] Segunda-feira 21 d’outubro, pelas 10 horas da noite, foi o cadáver do rei trazido da alcova mortuária de Cascaes para o grande coche que devia arrastal-o até aos Jeronimos. Estava uma noite escura e tormentosa, com ventania e chuviscos (...)” (Andrade, 1964, 315 a 324).

“Com o assassinato de D. Carlos e do Príncipe Filipe em 1908 e a implantação da República em 1910, o Palácio da Cidadela tornou-se, por extensão ao Palácio de Belém, residência do Presidente da República. As edificações da Cidadela foram entregues ao Estado-Maior do Exército e a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz foi entregue ao Estado-Maior da Armada, tendo funcionado como posto semafórico, estação dos correios, armazém da Cidadela, seguindo-se uma escola de pesca e finalmente a Estação Rádio Naval, que ali permaneceu até 1993. Diferentes presidentes utilizaram pontualmente o palácio, principalmente como residência de Verão, sem lhe introduzir

alterações. O primeiro presidente a instalar-se na Cidadela foi o Presidente Manuel de Arriaga (...) que a utilizou até renunciar ao cargo, a 16 de Maio de 1915 (...) Outro presidente a utilizar o Palácio foi o Contra-Almirante Canto e Castro, que sendo natural de Cascais, estava naturalmente familiarizado com o local. (...) O Presidente Óscar Carmona é o primeiro a fixar residência na Cidadela durante 17 anos, desde 1928 até à data em que, por aconselhamento médico, se mudou para o palacete do Lumiar, onde viveu mais sete anos, até 18 de Abril de 1951. Foi o Chefe de Estado que mais anos esteve no cargo, e que mais anos habitou a Cidadela. Durante o seu mandato, e a seu pedido, é edificado o salão de vidro sobre a bateria, depois de 1935 e previsivelmente antes de 1939. No início do seu mandato, o Presidente Óscar Carmona pediu ao engenheiro Duarte Pacheco que encerrasse o espaço do terraço, onde tinha montado uma luneta para admirar a paisagem da baía de Cascais. Nesta data, os salões estavam repletos de fotografias do Rei D. Luís e D. Maria Pia, D. Carlos e D. Amélia, em quadros e molduras sobre as mesas. Nos faqueiros utilizados, metade tinham a coroa, metade o escudo da República. Quase todos os copos eram cunhados com a coroa. No antigo quarto do rei D. Carlos, aposentos onde vivia a filha do Presidente Carmona, nasceu em 1931 o seu neto António, que enquanto criança, viria a quebrar um dos lavatórios de loiça do vestíbulo do rei. Os netos deste presidente dormiam nos quartos onde D. Carlos desenvolvera os estudos oceanográficos. A pintora Menez, neta do Presidente Carmona, pintou o seu primeiro quadro, um retrato do seu irmão nascido na Cidadela, na sala de pequenos-almoços da *suite* do Rei D. Carlos. O Presidente Craveiro Lopes viveu um ano na Cidadela com toda a família, ocupando os quartos do primeiro e segundo piso, voltando quase todos os Verões durante o seu mandato. A alteração dos quartos do primeiro piso no Pavilhão de Santa Catarina, incluindo a casa de banho com as loiças azuis, a cozinha no antigo quarto da Rainha D. Amélia e outras pequenas obras de interior são executadas neste período para adaptação às necessidades da família. Durante o mandato do Presidente Costa Gomes o Palácio da Cidadela é desafectado da Presidência por “dispensa” do próprio presidente, através de Decreto-Lei, que formalmente opta por utilizar S. Julião da Barra. O palácio entra num limbo de tutela. Após a revolução de Abril, todo o conjunto da Cidadela, incluindo o Forte de Nossa Senhora da Luz e a Torre de Santo António, desde a Ponta do Salmodo ao Clube Naval de Cascais, é classificado como Imóvel de Interesse Público através do Decreto-Lei n.º 129/77 de 29 de Setembro. Contudo, o edifício começava a denunciar sinais de degradação. O Presidente Ramalho Eanes, eleito em 1976, utilizou pouco a Cidadela. O

seu gosto pelo hipismo e pelos cavalos, a par de alguma degradação do palácio, conduziram-no a preferir uma quinta na proximidade de Lisboa onde pudesse montar (a Cidadela era, na opinião do General, ‘grande para ter um cão, mas pequena para um cavalo’. Durante o mandato do Presidente Mário Soares, habitou no Palácio da Cidadela o General Carlos Azeredo, Chefe da Casa Militar da Presidência. Natural do Porto, e sem residência em Lisboa, instalou-se no palácio onde residiu com a família. Durante o mandato do Presidente Jorge Sampaio a Cidadela encontra-se desocupada e sem funções atribuídas. No ano de 2007, no início do primeiro mandato do Presidente Cavaco Silva, o processo de degradação acumulada ao longo de décadas revela-se preocupante em certos locais do edifício. Há episódios de patologias diversas disseminadas por todo o edifício, e alguns valores construtivos e ornamentais estão perto da perda irreversível. A progressão da degradação tinha como principal obstáculo a perseverança do então mordomo do palácio, Sr. Jorge Cruz da Silva, na função desde 1969, e que zelava pela sua conservação com os meios directos que dispunha, telefonando para Belém sempre que algum problema ultrapassava a sua capacidade de resposta. Contudo, grande parte dos equipamentos do palácio estava desligada, não funcionava, atacada por xilófagos, com colonizações biológicas várias, o que não levantava problemas, uma vez que nada ali acontecia” (Vaz, 2011, 21 a 26).

Após o restauro, o Palácio da Cidadela abriu ao público em Novembro de 2011, e o primeiro jantar de Estado aqui oferecido realizou-se em Março de 2012, ao Presidente da Sérvia.

Salas e Mobiliário: Vestíbulo e pequena sala com paredes rodeadas por armários de época, com portas de vidraça martelada; escada de acesso ao primeiro piso, o piso nobre, onde se desenvolvem as áreas mais sociais do palácio; Vestíbulo; Salão Nobre, com tecto em masseira e clarabóia pintada a têmpera, lambrins em madeira e paredes forradas a tecido. No tecto, lustre com 30 lâmpadas, que se encontrava em Belém, em substituição do que aqui se encontrava, mais majestoso, com 50 lâmpadas, retirado, em 1976, para o gabinete do General Eanes, em Belém. Fogão de Sala (c. 1880) com os brasões do Rei D. Luís, Casa de Bragança, e de D. Maria Pia de Sabóia, no fundo da braseira, ricamente ornamentada em estilo barroco, com elementos decorativos em carvalho francês maciço, com velatura escura. Dois tremós imitando o trabalho decorativo do fogão de sala, executados no tempo do Presidente Carmona na carpintaria Olaio, na Amadora, em madeira tola, com velatura igualmente escura; Quarto do Rei D.

Luís e Quarto de Vestir (utilizado, pelo Presidente Carmona, como câmara escura, onde fazia fotografia), retrato do Rei por Henrique Casanova, a pedido de D. Maria Pia de Sabóia; Sala Árabe (onde faleceu provavelmente o Rei D. Luís, em 1889). Nesta sala almoçava e jantava o Presidente Carmona, posteriormente foi o gabinete do Presidente Craveiro Lopes. Os tectos são da autoria dos irmãos Meira; Sala de Jantar, com lambrins e colunas em nogueira americana, dois lustres (conhecidos como os lustres das dragonas, pelo facto de apresentarem corpos de dragão e seios femininos em cada figura, um é maior que o outro, século XIX), a mesa de Estado, de grande comprimento (com 7 tábuas), para banquetes, em nogueira americana, no chão um tapete de Portalegre - Sala de Bilhar, um espaço mais pequeno onde se encontra a mesa de bilhar da marca Match-Sampaio e o banco do piano do Rei D. Carlos. O piano transitou para o Museu do Teatro em 1985, onde se encontra, e Copa, com azulejos Arte Nova, da Fábrica de Azulejos Constança; Terraço (Salão de Inverno ou de Vidro), fechado depois de 1935, a pedido do Presidente Carmona, obra de que se encarregou Duarte Pacheco, fechado com caixilharia de ferro, com vidro simples e efeitos decorativos em chapa de aço. A laje de cobertura cobre 8,10 x 28,20 m livre de apoios; Segundo Piso (terá sido acrescentado ao pavilhão de Santa Catarina, em 1886) – Salas Azul, Rosa e Cinza dispostas em trevo, onde o Rei D. Carlos montou o seu laboratório de biologia marítima e estudos oceanográficos; Quarto de Vestir do Rei D. Carlos, com um conjunto de armários, mesa com lavatórios embutidos, executados em madeira de casquinha e azulejos árabes incrustados, fabricados em La Cartuja, Sevilha, em 1801; os pisos das salas são revestidos a madeira, formando desenhos, da autoria de Jean Baptista Colombe; Capela de Nossa Senhora da Vitória. (Visita efectuada no dia 11/04/2012).

“Adaptada a palácio, a partir de 1870, guarda no seu interior a capela de Santo António: “Uma das particularidades que interessa destacar e que hoje faz parte do Agiológio Antoniano é a ‘inscrição’ de Santo António como ‘Soldado’ do exército português. Após as vitórias do Regimento de Cascais, o então príncipe Regente (depois o Rei D. João VI) não só lhe deu a patente de Tenente-Coronel mas o soldo correspondente. Igualmente condecorou a imagem com a cruz de guerra como ainda hoje se pode ver na capela da cidadela.” (Andrade, *Cascais*, (1966), Lisboa: Editorial Publicações Turísticas, p. 24).

“Anexa à parte do palácio (...) a capela de Nossa Senhora da Vitória. Há nela a destacar, além de outras, a imagem de S. Sebastião e o altar de talha dourada, o tecto de

berço, com pinturas setecentistas, bem como nas paredes os admiráveis azulejos da mesma época, de belo efeito decorativo e que representam guerras bíblicas.” (Andrade, *Cascais*, 1966, Lisboa: Editorial Publicações Turísticas, p. 24).

A Capela do Palácio – “A capela consagrada a Nossa Senhora da Vitória, localiza-se ao lado do palácio, com ligação interna ao nível do primeiro piso a um coro alto sobre a entrada principal, onde o rei podia assistir à cerimónia com mais privacidade. A capela só abria uma vez por ano, dia 13 de Junho, dia de Santo António, tendo enorme afluência de pessoas, que enchiam os bancos da capela e ficavam em pé até à porta da rua. Por vezes a capela surge atribuída a Santo António, pela ligação do padroeiro à história da capela (no altar existia uma imagem do padroeiro mandada construir pelo príncipe regente D. Pedro II em 1668 para o regimento de Lagos. Mais tarde, em 1683, os Castelhanos fazem nova investida no Sul de Portugal, onde o regimento de Lagos, com o Santo debaixo do braço, vence apesar da inferioridade aparente. Em 1707, a unidade da Cidadela tinha poucos efectivos pelo que foram recrutados elementos vindos de Lagos, que trouxeram a estátua do Santo António com eles. Sedeado na Igreja de Nossa Senhora da Vitória, sempre que o Regimento de Infantaria 19, saía da Cidadela para mais uma missão, levavam a estátua montada numa mula branca, escoltada por dez homens. Transportado além-fronteiras, foram-lhe atribuindo patentes militares até General. Como simbolicamente lhe era atribuído o soldo devido, a Rainha D. Maria despromoveu-o a Tenente-Coronel para reduzir a despesa. A imagem do santo tornou-se famosa pelas suas proezas nas batalhas napoleónicas de 1808, 1809 e 1810, notabilizando-se na Batalha do Buçaco. Conta a lenda que os franceses, não conseguindo vencer o regimento, se centraram na estátua, cercando-a e fazendo-a refém. Os soldados lusos, num acesso de coragem, reagruparam-se e resgataram a imagem do Santo numa luta corpo a corpo. Um francês enraivecido disparou sobre a estátua, arrancando-lhe um braço, tal como hoje se conhece. A estátua regressou à Cidadela em 14 de Setembro de 1814, onde permaneceu na capela até 1910. Na celebração do centenário da Batalha do Buçaco, o director do Museu Militar do Buçaco, solicitou a imagem para lhe render homenagem. Todavia, no Buçaco esperava-se um entalhador preparado para executar uma réplica do Santo António. A réplica foi executada e, após as celebrações, enviada para a capela na Cidadela, ficando o original no Buçaco) (este texto apresenta datas erradas, que foram alteradas), e pelo facto de aí ter existido uma imagem do Santo. Depois de décadas na capela, a réplica de Santo António foi retirada

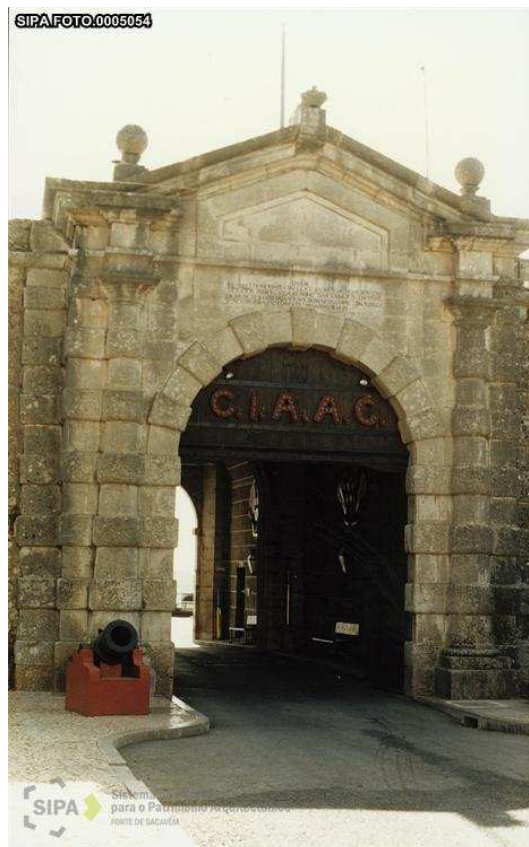
para uma capelinha dos militares. Após a revolução de Abril, o espaço da capelinha é transformado em gabinete e a imagem vai para a Cisterna existente sob a Parada. Contudo, a tradição mantinha a procissão no dia de Santo António. No dia 12 de Junho a imagem vinha para a capela de Nossa Senhora da Vitória. Daí partia no andor até à igreja da freguesia e regressava para a capela. Passados uns dias, os militares levavam a imagem de volta para a cisterna. Após a Implantação da República e a indefinição que se lhe seguiu, a capela esteve fechada e serviu de armazém de arreios, até ser devolvida ao culto por iniciativa de D. Maria do Carmo Carmona, a 25 de Dezembro de 1930. Nos finais de 1957 houve nova campanha de intervenção sobre o púlpito e altar-mor. No tecto abobadado da capela encontra-se um brasão da Coroa com as armas do tempo de D. José pintado por Epifânio Pereira (pintura assinada no canto inferior direito). (...) Sobre o arco triunfal está pintado um “M” alusivo a D. Maria Pia, com desenho igual ao “M” que Manini pintou na Quinta da Regaleira, sendo provável tratar-se de um trabalho seu, aquando da pintura dos panejamentos para a tenda sobre a bateria, para uma das festas organizadas pelos reis. Esta pintura está executada sobre placas de estafe que cobrem toda a parede sobre o arco triunfal. Não foi possível determinar se existia pintura sob o estafe. As paredes pintadas a branco (...) O tecto de madeira pintada do altar-mor.” (Vaz, 2011, 69 a 71). A capela realiza serviço religioso ao Sábado, às 10H00.

A Pousada de Cascais, situada no recinto interior da Cidadela, surgiu da adaptação do espaço interno pelos arquitectos Gonçalo Byrne e David Sinclair, pertence ao Grupo Pestana. É a maior pousada em Portugal, com 108 quartos e 18 *suites* e foi inaugurada no dia 18 de Março de 2012. Para além da pousada, o recinto conta ainda com outras estruturas de lazer, como: o restaurante “A Taberna da Praça” (gastronomia portuguesa); o “CC Club”, um espaço de animação e música; lojas e espaços para eventos. (Visita efectuada pela Directora de Recepção, a Sra. D. Rute Oliveira, no dia 11/04/2012).



**Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos.**

**Fonte: Coleção Particular.**



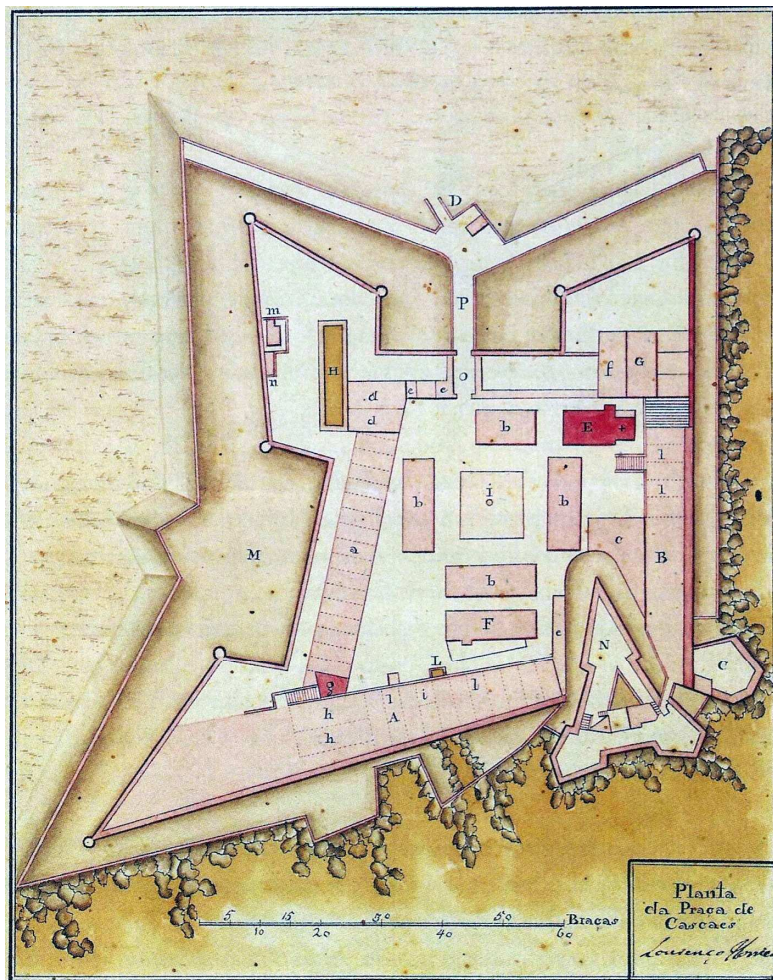
**Cidadela de Cascais - Pórtico de entrada.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).**



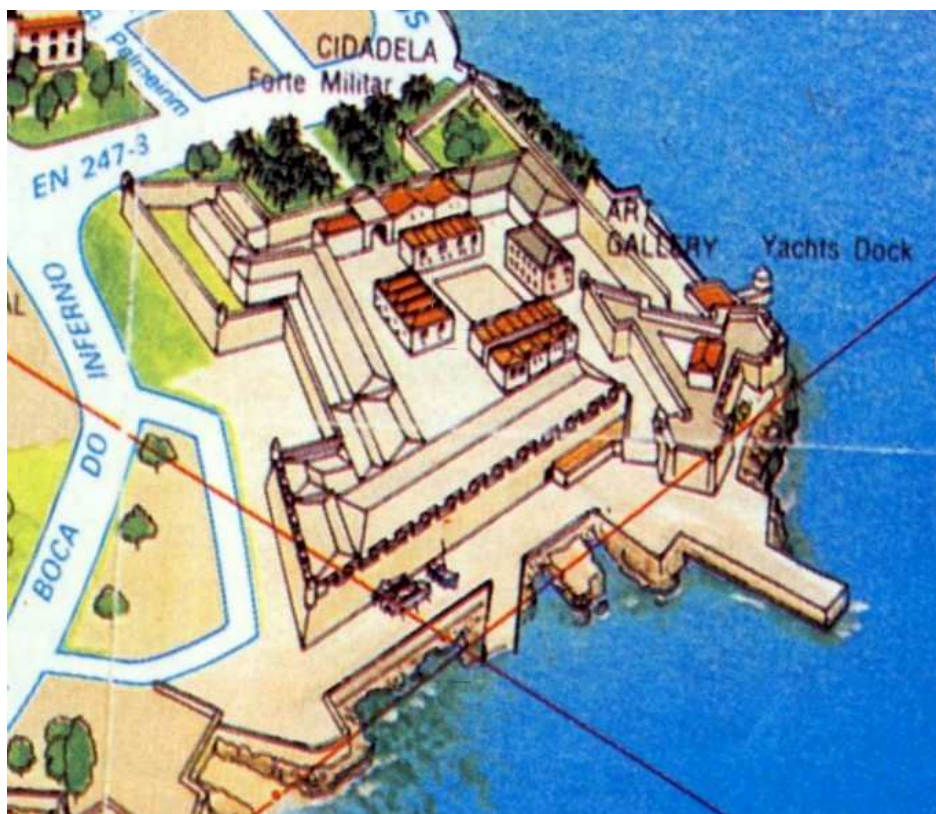
Cidadela de Cascais – Portão de entrada.

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).



Planta da Praça de Cascais, de Lourenço Homem da Cunha d'Eça (inícios do século XIX), onde se reconhece o pavilhão de Santa Catarina separado da Casa do Governador Militar. GEAMEM, Doc. 1062, (1-8-12).

Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais*.



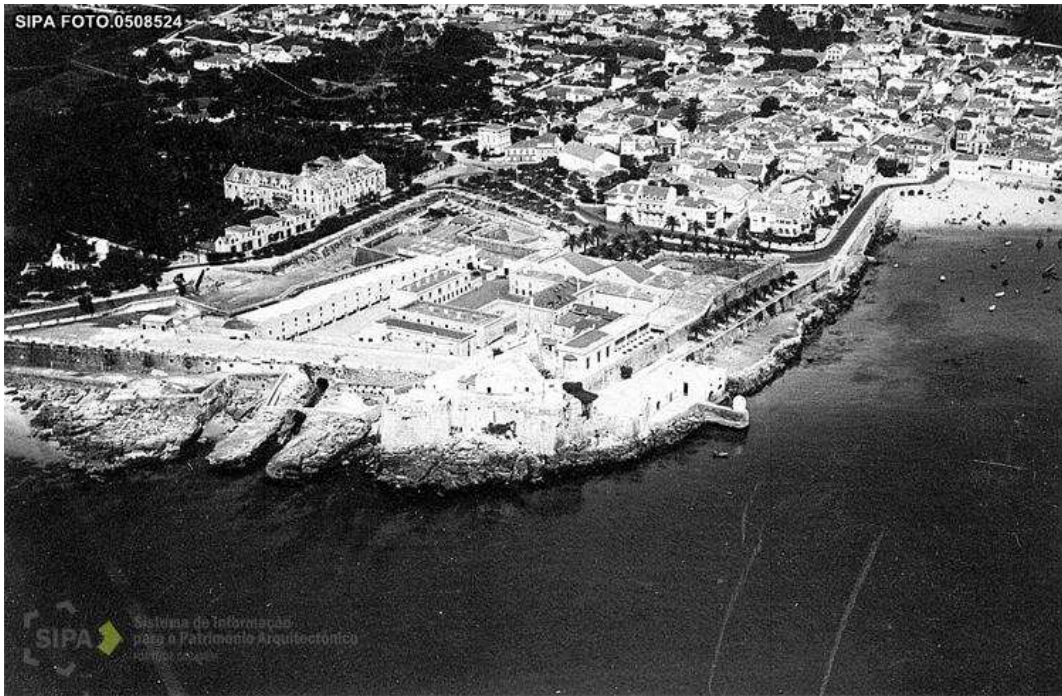
Cidadela de Cascais – Forte de Nossa Senhora da Luz e Torre de Santo António.

Fonte: *Estoril image* – Ano 1 / N° 1 / 1989.



Cidadela de Cascais – Vista aérea (lado Ocidental).

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).



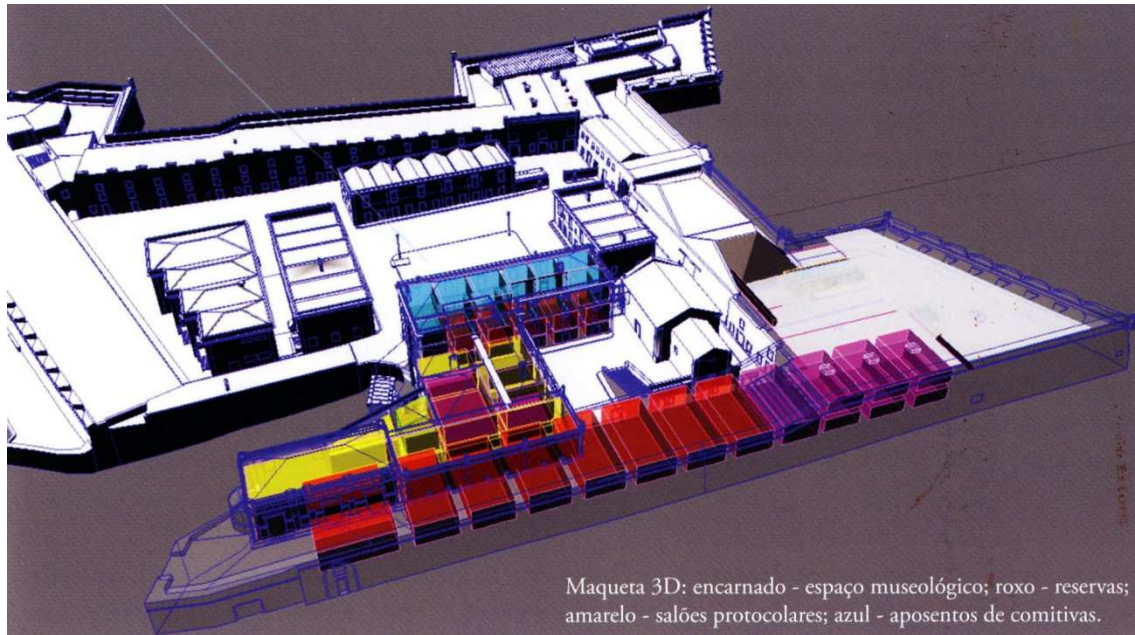
**Cidadela de Cascais – Vista aérea (lado Ocidental e Sul).**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).**



**Cidadela de Cascais - Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (lado Sueste).**

**Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte\\_de\\_Nossa\\_Senhora\\_da\\_Luz\\_de\\_Cascais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_de_Nossa_Senhora_da_Luz_de_Cascais).**



**Palácio da Cidadela de Cascais - Maqueta 3D.**

Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais*.



**Vista da Cidadela de Cascais com o toldo armado sobre a bateria – Aguarela sobre papel, assinado por D. Maria Pia, 1884, que se encontra no Palácio Nacional da Ajuda.**

Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais*.



**Cidadela de Cascais (interior) – Pavilhão de Santa Catarina - Palácio Real.**

**Fonte: Coleção Particular.**



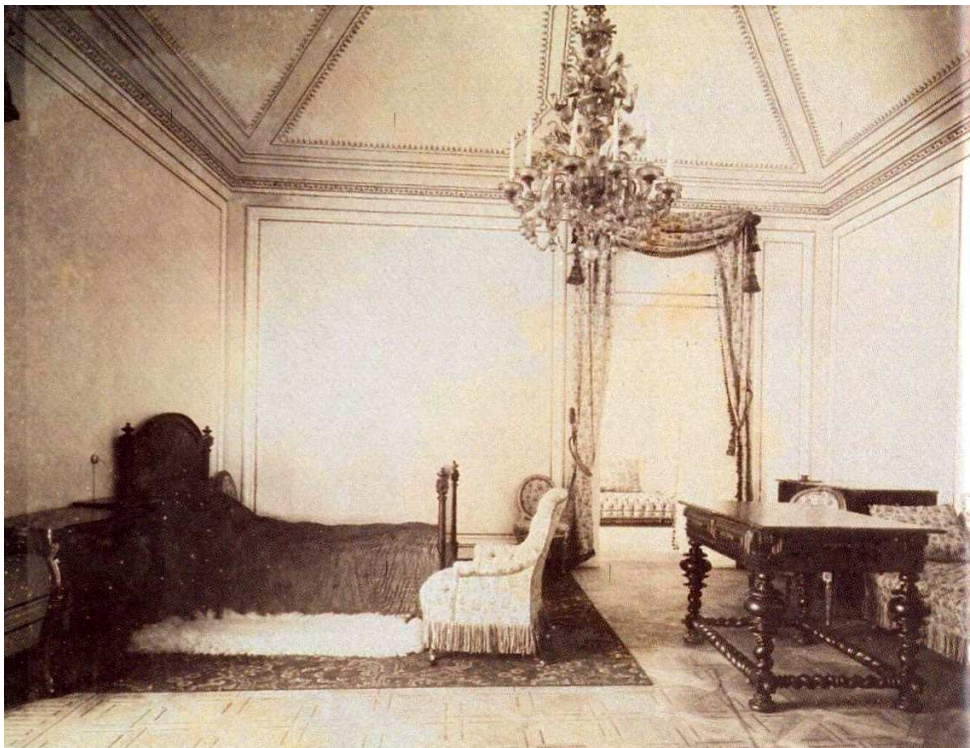
**Palácio Real da Cidadela – Vestíbulo.**

**Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais.***



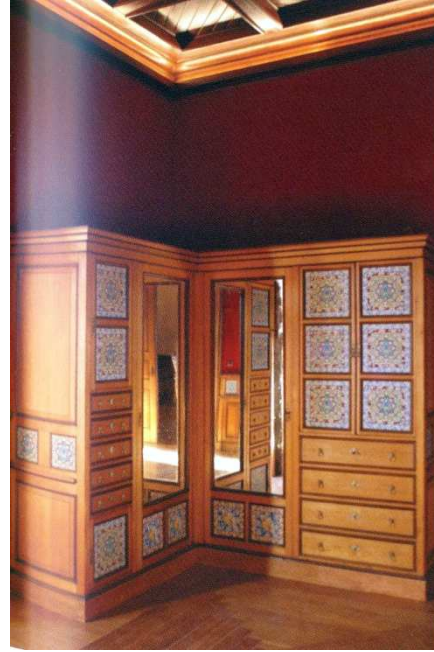
**Palácio Real da Cidadela - Escada de acesso ao primeiro piso.**

**Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais.***



**Palácio Real da Cidadela - Quarto de D. Luís – 1889, A. Bobone. Palácio Nacional da Ajuda.**

**Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais.***



**Palácio Real da Cidadela – Sala Moçárabe e Vestíbulo do quarto do Rei D. Carlos.**

**Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais.***



**Palácio Real Cidadela – Vestíbulo do quarto do Rei D. Carlos.**

**Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais.***



**Palácio Real da Cidadela – O Presidente da República Óscar Carmona, fotografado pelo fotógrafo inglês Cecil Beaton. Cascais, Ca. 1940. Museu da Presidência da República.**

**Fonte: Pedro Vaz, *Reabilitação Projecto e Obra – Palácio da Cidadela de Cascais*.**



**Cidadela de Cascais (interior) – Capelinha de Nossa Senhora da Vitória - Capelinha de Santo António.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Cidadela de Cascais (interior) - Pousada de Cascais – Grupo Pestana.**

**Fonte: <http://www.dinheirovivo.pt/Economia/Artigo/CIECO036224.html>.**

## **ANEXO XII**

## FICHA CASA DO CONDE MONTE REAL

**Localização:** Avenida D. Carlos I.

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Proprietário Actual:** Condes Monte Real.

**Arquitecto (s):** Guilherme Gomes (Falcão, 2005, p. 477).

**Construtor da Casa:** Mestre Alfredo de Figueiredo (Falcão, *idem*).

**Data de Construção:** Terminada pouco antes de 1920 (Falcão, *idem*).

**Construção Primitiva:** Construída no enorme terreno que antigamente era ocupado pelo grande palácio do conde de Monsanto, senhor de Cascais (Barruncho, 1873, p. 155).

**Tipologia Arquitectónica:** Mistura de estilo tradicional português e neomanuelino.

**Fases de Construção:** Inexistentes.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – Constituída por quatro pisos: subterrâneo, rés-do-chão bastante alto do lado Nascente e ao nível da rua do lado Poente, primeiro andar, segundo andar e mansarda.

Do estilo tradicional português vai buscar as janelas de guilhotina; varandas de sacada ângulo esquinado, com arcaria suportada por meias colunas em pedra nos dois pisos intermédios; torreão; no rés-do-chão pequena varanda alpendrada a Nascente, suportada por meias colunas em pedra; ladeando esta pequena varanda um vistoso portal manuelino. A entrada principal, voltada para Poente dá acesso a um átrio interior.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Desfruta de esplêndido panorama sobre a baía de Cascais, a barra e a entrada do Tejo.

Quando nos situamos frente a esta casa, não podemos evitar espreiar o olhar ao longo da baía de Cascais e ao longo da costa, apontando aqui, não só os outros palacetes incluídos no resto da visita mas, aludindo ainda, a duas imensas moles que se destacam na paisagem e que uma delas se encontra já no Monte de Estoril, freguesia, portanto, do

Estoril: a Casa de São Cristóvão e o *Chalet* da Rainha e sobre as quais se apresentam também fichas (Anexos XIII e XIV).

**Estado de Conservação:** Bom estado.

**História da Casa:** Esta casa foi mandada construir por Artur Porto de Melo e Faro, primeiro conde de Monte Real, título criado e atribuído por D. Carlos I, em 21 de Outubro de 1907. Artur Porto de Melo e Faro, diplomado com o Curso Superior de Comércio, foi Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino e do Banco de Angola, nasceu no Rio de Janeiro, a 18 de Agosto de 1866 e morreu, em Lisboa, a 13 de Dezembro de 1945, casou com D. Laura Cardoso Diogo da Silva. O conde Monte Real foi um dos grandes beneméritos da Vila de Cascais, tendo dado às obras o nome de seu filho mais velho, morto ainda criança, das quais destacamos a Creche José Luís, o Bairro José Luís, a Escola Oficina José Luís, entre outras (Falcão, 2005, p. 478).

**Vivência:** A Família Real Italiana alugou esta casa, desde finais de 1946 até à Primavera de 1947, data em que se mudarão para uma outra propriedade, situada junto à Boca do Inferno, com grande área de jardim e pinhal e pertença de Eduardo Pinto Basto que acabarão comprando mais tarde (Orléans, 2011, p. 105).

**Apontamentos:** “O palacio e parque do sr. Visconde da Gandarinha, são obras não concluídas na maior parte, ou ainda em simples projecto, mas que devemos fallar, attenta a sua importânciã e fama que já as apregoa. Dissemos n’outro logar que foi o sr. visconde o último comprador do arruinado paço do senhor de Cascaes, e que, fazendo abater as velhas paredes, alli intenta levantar novo edificio. Do que este há-de ser, temos ouvido pomposa descripção, que não surprehende aos que conhecem o generoso animo e aprimorado gosto do edificador, e quando é certo que a situação do local não póde ser mais excellente. Diz-se, pois, que no espaço d’aquelles cento e dois metros de comprido por setenta e seis de largo, superficie do antigo paço, apparecerá um magnifico palácio, acastellado, com quatro frentes, sendo a principal para nordeste. O terreno, já livre dos destroços da velha fabrica, está preparado para a nova edificação, que se acredita começará breve. Jardins, lagos e estufas virão embellezar o novo palácio.” (Barruncho, 1873, p. 155).

“O paço dos senhores de Cascaes é incontestavelmente um ponto militar de muita importânciã, e seria muito bem empregado o dinheiro que se gastasse para os concertos que está reclamando. O paço dos senhores de Cascaes estava edificado no alto da villa.

O terramoto de 1755 o arruinou, e d'elle hoje não restam vestígios; apenas junto ao sítio onde existiu, está o antigo castello (vulgó *castellête*) que era dos senhores de Cascaes, e cuja porta dava entrada a este velho edifício. Na muralha ainda se vê o braço d'estes Castros; são: 6 aruellas azues em campo de prata. Estas armas foram feitas e alli collocadas em 1598, pelo mestre Pinto, segundo uma inscripção inferior. Apesar de muito arruinado pelo terremoto, ainda n'elle se aquartellaram os francezes de Junot em 1807, e tropas portuguezas em 1831. Este venerando monumento foi votado ao extermínio pela fúria dos elementos e pelo desprezo dos homens. Em 1837 e em outras épocas se lhe venderam grande parte dos seus materiaes. O sr. Marquez de Niza (há pouco fallecido nos Pyreneus) que herdou a casa de Cascaes, vendeu este solar dos seus maiores ao sr. José Carlos Mardel. Este vendeu-o depois ao sr. José Maria Eugénio de Almeida (também há pouco fallecido em Évora). Este o vendeu ao architecto o sr. Evaristo, e este finalmente o vendeu ao sr. Sebastião Pinto Leite (visconde da Gandarinha que o mandou arrazar completamente, para edificar uma sumptuosa vivenda.” (Leal, 1874, pp. 152-153).

“Era no sítio chamado ‘o Baluarte’, em face da baía, que antigamente erguia seus muros arrogantes o palácio dos marqueses de Cascais, os senhores da terra por direito hereditário. O terramoto de 1755 arrasou-o de alto a baixo. Desapareceu o palácio, desapareceu o senhorio, desapareceu o título. Neste local fica hoje o moderno palacete do conde de Monte Real, uma elegante construção do estilo português.” (Colaço, Archer, 1999, p. 342).

“Os mais ambiciosos promotores do desenvolvimento da região foram, decerto, os Viscondes de Gandarinha, que adquiriram as ruínas dos outros dois maiores edifícios da vila destruídos pelo terramoto de 1755: o Convento da Piedade e o Palácio dos Marqueses de Cascais. Apesar de Pedro Barruncho ter anotado que planeavam construir nos ‘cento e dois metros de comprimento por setenta e seis de largo, superfície do antigo paço (...) um magnífico palácio, acastelado, com quatro frentes, sendo a principal para nordeste’, os planos dos titulares para esta área pareceram ser sobretudo imobiliários. Na verdade, após ter autorizado, a 3 de Outubro de 1872, a demolição do antigo edifício, a vereação pôde apreciar, a 14 de Novembro, um requerimento em que os Gandarinha se referiam à construção de várias habitações no terreno, solicitando, então, licença para incorporar no seu projecto a passagem fronteira às ruínas, substituindo-a, a expensas suas, por uma outra que construiriam sobre as arribas e que lhes parecia de

grande vantagem pública, por permitir a comunicação directa entre a praia e a Cidadela. No entanto, apesar de a Câmara Municipal ter deliberado proceder a uma vistoria, a 3 de Dezembro, o Governador Civil acabou por ordenar a suspensão da obra. (Henriques, 2011, pp. 86-87).

**Outros:** “A filantropia marcou, igualmente, este período, pelo que a 4 de Abril de 1925 a Comissão Executiva Municipal deferiria um requerimento de Artur Portu de Melo e Faro, Conde de Monte Real, no intuito de construir, num terreno que possuía na Rua José Ribeiro e Largo da Assunção, um infantário para crianças até aos sete anos, durante as horas de trabalho das mães, que ofereceria ao município, na condição de se denominar Creche José Luís, em homenagem ao seu filho falecido.” (Henriques, 2011, p. 247).

“A Creche José Luís foi doada, com todo o seu recheio, a 27 de Outubro de 1925. A 8 de Outubro de 1928, a Câmara Municipal, reconhecendo a benemerência do Conde Monte Real, decidiu, também, atribuir o nome de José Luís ao jardim em construção Junto à Igreja de Nossa Senhora da Assunção. Já a 5 de Novembro desse ano se lançaria um voto de louvor ao titular, pela doação de 200 libras em títulos de empréstimo, para a manutenção da creche.” (Henriques, 2011, p. 282; Cf. AHMC/AADL-ACC/003, 27 de Outubro de 1925).

No início do Passeio Maria Pia encontra-se a estátua alusiva ao **Rei D. Carlos**, inaugurada no dia 1 de Fevereiro de 2008, assinalando os 100 anos da sua morte, em substituição do monumento a Gago Coutinho e Sacadura Cabral, deslocado para o recinto do Museu do Mar.

“Ficha Técnica da estátua de D. Carlos: Autor/Escultor: Luís Valadares.

Descrição do monumento: O Rei é representado a bordo do (último) iate “Amélia” em pé, junto à amurada, olhando a baía, com uns binóculos na mão. Encontra-se rigorosamente vestido à época, em uniforme de trabalho, da Marinha.

Base do conjunto: O conjunto assenta numa base de forma circular em pedra “azulino de Cascais”, bujardada de modo a simbolizar o mar.

Materiais: A figura do Rei é em bronze, fundido pelo método de “cera perdida”. A secção do “Iate” é constituída por aço, ferro, latão e madeira.”

Câmara Municipal de Cascais (2007). *Inauguração da Estátua de D. Carlos I* [on line]. Disponível em: [http://agendaculturaldecascais.blogspot.pt/2008\\_01\\_01\\_archive.html](http://agendaculturaldecascais.blogspot.pt/2008_01_01_archive.html). [Consultado em 25/03/2012].



**Passeio de charrete da Rainha D. Amélia, Duquesa de Palmela e Maria Francisca de Meneses.**

**Observa-se, na esquina da Av. D. Carlos, o edifício arruinado do Palácio dos Senhores de Cascais, que viria a ser ocupado pela Casa do Conde Monte Real.**



**Imagem da Av. D. Carlos I e da Praia da Ribeira – ainda não se encontrando construída a casa do Conde Monte Real.**

**Fonte: *Cascais 1900*, Maria José Pinto Barreira Rego Sousa.**



**Avenida D. Carlos I – Casa do Conde Monte Real – Casa Joaquim da Silva Leitão.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Conde Monte Real – Alçado Nascente.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**



**Casa Conde Monte Real – Fachada Sul e Nascente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Artur Porto de Melo e Faro – Primeiro conde de Monte Real com os netos.**

**Fonte: Pedro Falcão, *Cascais menino*.**



**Segundo conde de Monte Real.**

**Fonte: Pedro Falcão, *Cascais menino*.**



**Estátua do Rei D. Carlos I, inaugurada no dia 1 de Fevereiro de 2008, do Escultor Luís Valadares.**

**Fonte: Coleção Particular.**

## **ANEXO XIII**

## CASA DE SÃO CRISTÓVÃO / CASA ALFREDO DA SILVA

**Localização:** Sobranceira ao oceano e à estrada marginal Lisboa/Cascais, designada como a casa de São Cristóvão. Rua Alfredo da Silva – Monte Estoril - Estoril

Raquel Henriques da Silva cita: “ (...) um palacete alcandorado numa poderosa muralha sobre a Av. Marginal” (1984, p. 18).

**Classificação Oficial:** Proposta de classificação da Câmara Municipal de Cascais de 12/03/1985. Proposta não aceite, despacho de revogação em 21/12/2010, do Director do IGESPAR, IP. O imóvel possui a classificação de VC – Valor Concelhio. (Paulo Fernandes (2007). *Casa de S. Cristóvão* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70895/>).

[Consultado em 03/02/2012].

**Proprietário Actual:** Privada.

**Arquitecto (s):** Tertuliano Marques\*.

\*“Tertuliano Lacerda Marques nasceu em Lisboa a 30 de Outubro de 1883, vindo a morrer num acidente em S. João do Estoril a 12 de Maio de 1942. Diplomado pela ESBAL dedicou-se também à pintura de aguarela e à miniatura. Autor dos edifícios Chiado Terrasse (1911), dos do BNU e do BPSM em Lisboa, do palacete Alfredo da Silva no Monte Estoril e da remodelação do palacete Ulrich à Cova da Moura, Prémio Valmor de 1921. Concorre ao novo edifício para a Câmara Municipal de Guimarães (1917), obtendo uma menção honrosa, e ao do «Melhoramento Estético do Rossio» (1934). Em 1924 constitui uma equipa com Cristino da Silva e Carlos Ramos que pretendia desenvolver obras «nacionais modernizadas» e que foi autora de diversos edifícios, entre as quais os hospitais das misericórdias de Vila Franca de Xira e de Arraiolos; diversas moradias em Lisboa (Avenida Santos Dumont, 71, por exemplo) e em Cabo Verde. Em 1934 foi co-autor com o seu filho, Vasco L. Marques, do edifício da Rádio Clube Português.” (José Manuel Pedreirinho, 1994, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*, Porto: José Manuel Pedreirinho e Edições Afrontamento, p. 162).

**Construtor da Casa:** Frederico Augusto Ribeiro (notas biográficas – Anexo XI – Ficha da Casa Luís Augusto Perestrelo de Vasconcelos).

**Data de Construção:** Entre 1917 e 1920.

**Construção Primitiva:** Terreno baldio.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura Civil / Casa.

**Fases de Construção:** Inexistentes.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – “É um palacete que reinterpreta o estilo barroco joanino, marcado por linhas rectas e uma assumida ideia de grandiosidade”, produto acabado da «arquitectura da ostentação» que contaminou o Monte Estoril logo após a implantação da República.

A entrada principal localiza-se do lado Norte, mas é ao longo do alçado voltado a Sul, sobranceiro à Avenida Marginal e à Praia das Moitas, que se exhibe toda a magnificência do projecto. De dois pisos, esta monumental fachada compõe-se de três corpos, sendo o central recuado para permitir o desenvolvimento de uma ampla varanda panorâmica, assente sobre imponente colunata de gosto classicizante. A opção por dispositivos estéticos clássicos é, de resto, a mais importante marca artística do conjunto, destacando-se os frontões e molduras que enquadram os vãos, as pilastras caneladas que definem verticalmente os panos e as colunas dóricas que sustentam a varanda meridional. No seu conjunto, trata-se de elementos que propositadamente contradizem o vocabulário ainda romântico do parque urbano do Monte. A própria monumentalidade é um valor que se impõe, ombreando os dois andares da Casa de São Cristóvão com os cinco pisos da vizinha residência da rainha D. Maria Pia.” Paulo Fernandes (2007). *Casa de S. Cristóvão* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70895/>. [Consultado em 03/02/2012].

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** O lado Sul voltado para a baía, desfrutando de um panorama soberbo e do lado Norte envolve-a um pequeno parque frondoso. A entrada faz-se pelo lado Nascente, por uma rua muito sossegada.

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** Mandada construir por Alfredo da Silva, é depois habitada pela sua filha e pelo marido, Manuel de Melo, seu continuador nos negócios.

**Vivência:** Após ter sido terminada, os Mello, fazem dela sua residência. Segundo Miguel Ferreira de Faria “Manuel de Melo deslocava-se diariamente para o escritório da Rua do Comércio, usando sobretudo, o comboio como meio de transporte”. Nessa casa irão nascer dois filhos do casal: Amélia de Mello (1922) e José Manuel de Mello (1927).

**Apontamentos:** Alfredo da Silva nasceu, em Lisboa a 30 de Junho de 1871 e morreu, em Sintra, a 22 de Agosto de 1942. Era filho do comerciante Caetano Isidoro da Silva e de sua mulher Emília Augusta Laymée Ferreira. Estudou em França até à morte de seu pai, que o obriga a regressar a Portugal, em 1885.

Em 1894, casou-se com Maria Cristina de Resende Dias de Oliveira, filha de Alfredo Dias de Oliveira e de Luísa Amélia de Resende (Lisboa, 1896 – Lisboa, 1958). Do matrimónio nasceu apenas uma filha, Amélia de Resende Dias de Oliveira da Silva, que casou com D. Manuel Augusto José de Mello (Sintra, 1895 – Lisboa, 1966), filho do conde do Cartaxo.

Frequentou o Curso Superior de Comércio, no Instituto Industrial e Comercial e em 1890, com apenas 19 anos, geria a herança familiar. Em 1893, era administrador da Companhia Aliança Fabril (CAF) e do Banco Lusitano.

Aos 26 anos, dadas as dificuldades económicas da CAF e da CUF (criada em 1865), juntou as duas empresas e criou uma nova companhia, a Companhia União Fabril (CUF), que produzia: sabões, velas e óleos vegetais, iniciando mais tarde a produção de adubos, em grande escala, fibras têxteis, ácidos e químicos industriais e óleos alimentares.

Em 1907, a CUF instalou-se no Barreiro (num enorme lote de terreno, situado entre a Praia Norte do Barreiro e a Praia dos Moinhos do Lavradio, comprado à família Bensaúde), fundando fábricas em vários locais do País, e chegando a dar trabalho a 16 mil empregados.

O seu império incluía ainda, além da CUF, a Tabaqueira (1925), a Carris, o Banco Totta e a Companhia de Seguros Império, a Lisnave (1961, inaugurada em 1967).

Foi deputado em 1906, antes de apoiar Sidónio Pais, e em 1935 fazia parte da Câmara Corporativa. Durante o período do Estado Novo manteve com Oliveira Salazar uma relação cordial e proveitosa para ambos. Em 1916, ganha a adjudicação do “Estaleiro da Rocha do Conde de Óbidos”, integrado na CUF e que originará, mais tarde, a Lisnave.

A 18 de Julho de 1919 e a 21 de Outubro de 1921, (na sequência da “noite sangrenta” de 19 de Outubro de 1921, em que foram assassinados o chefe do Governo, António Granjo, Machado de Castro, Carlos da Maia, entre outros), após ter sido vítima de dois atentados, exilou-se em Espanha e em França, gerindo os negócios a partir do estrangeiro, e regressará a Portugal, em 1906.

Depois da sua morte a CUF passará para o Grupo Mello, cujos fundadores tinham sido: Manoel de Mello (genro de Alfredo da Silva) e seus filhos, Jorge de Mello e José de Mello, os quais aumentaram e desenvolveram a herança. Após o 25 de Abril, grande parte do património foi expropriado, encontrando-se, hoje em dia, em franco crescimento.

Alfredo da Silva encontra-se sepultado no antigo cemitério do Barreiro, à entrada da CUF, num monumental mausoléu, mandado construir pela família, da autoria do arquitecto Luís Cristino da Silva e do escultor Leopoldo de Almeida.

(Ordem dos Engenheiros. *No Centenário da Cuf – ‘O Grande Industrial’ Alfredo da Silva (1871-1942) – I* [on line]. Disponível em

<http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/no-centenario-da-cuf-o-grande-industrail-alfredo-da-silva-1871-1942-i/>).

[Consultado em 03/02/2012].



**Casa de São Cristóvão – Fachada principal.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de São Cristóvão – Vista do jardim.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de São Cristóvão – Exterior da fachada e portão de entrada.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de São Cristóvão – Painel exterior de azulejos.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de São Cristóvão – Pormenor da escultura da entrada.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de São Cristóvão – Pormenor da entrada.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de São Cristóvão – Vista do portão.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de São Cristóvão – Vista lateral.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa de São Cristóvão – Vista da fachada lateral.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**

## **ANEXO XIV**

**CASA JOÃO ULRICH**  
**CHALET DA RAINHA MARIA PIA DE SABÓIA**

**Localização:** Encontra-se já na Freguesia do Estoril. No sentido Lisboa / Cascais, a primeira casa antes do Hotel Mirage, sobranceira à estrada marginal.

Avenida Marginal; Rua D. Manuel de Melo.

**Classificação Oficial:** Inexistente. Encontra-se em estudo uma área de protecção.

**Propriedade Actual:** D. António Júlio Gentil Herédia (17.02.1938), neto do 1º Visconde da Ribeira Brava (Francisco Correia de Herédia) e filho de D. António Guedes de Herédia (10.03.1901-13.08.1997), e de Maria Antónia Cabral Gentil (filha do 2º casamento do Prof. Francisco Soares Branco Gentil, fundador do IPO – Instituto Português de Oncologia).

(Vilarinho, 2008, p. 209; D. António Júlio Gentil de Herédia. Disponível em [http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id.=36791](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id.=36791)). [Consultado a 22/04/2012).

**Arquitecto (s):** Arranjado e modificado pelos arquitectos Luís Caetano Pedro d'Ávila\* e Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira\*, na década de 90 do século XIX, para a rainha D. Maria Pia de Sabóia, depois da morte de D. Luís. (Vilarinho, 2008, pp. 209-210).

\*Luís Caetano Pedro d'Ávila – nasceu na Índia, por volta de 1840 e morreu em 1904. Diplomado em engenharia em Goa, veio para a Europa, estudando arquitectura em Paris, onde trabalhou com diversos arquitectos e foi discípulo de Charles Garnier. De regresso a Portugal, montou a sua própria empresa de construção, para quem elaborou muitos dos seus projectos, em que sempre revelou um gosto por formas sóbrias e funcionais, mas em que mantém uma constante influência da sua formação francesa. Principais obras: palacete duque de Loulé, em Cascais (1872); creche Vítor Manuel, para a rainha D. Maria Pia (1873); diversos palacetes para a nobreza, em Lisboa, Porto, Alenquer e Cascais; pavilhão para a Exposição Agrícola de 1882, na Tapada da Ajuda; adaptação de um convento no Rato para asilo (1882-1885); projectou a primeira construção escolar que foi elaborada com base num programa próprio, a Escola Industrial Marquês de Pombal, em Alcântara (1884-1892); projecto para o Instituto Industrial, Lisboa; igrejas, em Viseu, Figueira da Foz e Mondariz; premiado internacionalmente pela igreja de S. Torcato, em Guimarães; anexo da Escola

Politécnica, em Lisboa; projecto monumental para a Academia de Belas Artes; projecto para a reconstrução da Câmara dos Deputados; projecto para a Câmara Municipal de Lisboa; escola industrial Afonso Domingues (1893). Foi delegado do governo português aos congressos da União Internacional dos Arquitectos de 1889, 1897, 1900 e 1904.

\*Rosendo Garcia de Araújo Carvalheira nasceu em 1863 e faleceu em 1919, com cerca de cinquenta e cinco anos, formou-se no Instituto Industrial. Fez parte da direcção da revista “A Construção Moderna”, fundada em 1900 e extinta em 1919. Efectuou trabalhos de restauro nos Jerónimos, no Castelo de Leiria e na Sé da Guarda (1900); remodelações nos Paços Reais das Necessidades, Belém, Ajuda e Queluz; melhoramentos no Asilo da Ajuda (1903, dotando-o com um pavilhão de inédita ventilação no tecto) e projecto da Capela do Asilo, a Ermida de Nossa Senhora do Paraíso; a sucursal do mesmo asilo na Parede; projecto para a remodelação do Palácio de Belém, transformação do picadeiro régio em Museu dos Coches; o Liceu Passos Manuel; a remodelação da Imprensa Nacional; projectou o Sanatório de Sant’Ana, na Parede; o edifício de Assistência aos Tuberculosos; decorou a Sala da Bolsa e Tribunal do Comércio (Porto) quando Eduardo VII de Inglaterra visitou Portugal.

(Elsa Maria Carneiro Mendes (2002). *A Obra do Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919)*. Tese não publicada (Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://dited.bn.pt/29432/467/642.pdf>. [Consultado a 19/04/2012].

**Construtor da Casa:** 1889 – Na primeira fase (João Henrique Ulrich Júnior) desconhece-se o arquitecto e, ou o construtor; 1893 - Na segunda fase (Rainha D. Maria Pia de Sabóia) trabalharam os arquitectos Rosendo Carvalheira, Luís Caetano Pedro d’Ávila e o pintor António Ramalho; 1913 - Na terceira fase (D. António Guedes de Herédia) foram efectuadas obras pelo construtor Carlos Júlio de Almeida.

**Data de Construção:** Cerca de 1889.

**Construção Primitiva:** “Chalet construído por ingleses para João Henrique Ulrich Júnior e que, em 1894, passou a ser designado por Chalet da Rainha D. Maria Pia.” (José-Augusto França, 1990, *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. II, Lisboa: José Augusto França e Bertrand Editora, Lda., p. 168).

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Chalet / Casa.

**Fases de Construção:** 1889 - Construção inicial de João Frederico Ulrich; 1893 – Foi comprado pela Rainha D. Maria Pia, tendo recebido obras de remodelação e de redecação de interiores, efectuadas pelos arquitectos Rosendo Carvalheira e Luís Caetano Pedro d'Ávila e pelo pintor António Ramalho; 1913 – Recebeu novamente obras, mandadas efectuar por D. António Guedes de Herédia, ao construtor Carlos Júlio de Almeida.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – Edifício com quatro pisos. Telhado esmaltado, feito com telhas azuis e vermelhas, torreão de capacete pontiagudo.

“Quer os muros do jardim – em pedra aparelhada contrastando com a maior parte dos muros que então se faziam de pedra irregular – o portão ou o edifício conservam o aspecto da época, vulgar chalet de telhado de bico em que apenas a utilização de telhas coloridas dava uma marca de diferença.” (Silva, 1984, p. 12).

“De planta rectangular irregular, à qual adossam, do lado Oeste, dois corpos, um deles poligonal, e outro, rectangular – correspondente à piscina -, o edifício apresenta volumetria escalonada e cobertura efectuada por telhados a duas águas perfuradas por trapeiras e em coruchéu octogonal. Exibe panos de muros em reboco pintado com cunhais de cantaria e abertura de vãos de verga recta com emolduramento simples de cantaria (limitado à verga e ao parapeito no que respeita a janelas de peito). Dada a implantação da habitação de molde a acompanhar o declive do terreno (orientação N-S) reconhece-se alçado principal a Sul, composto por quatro pisos (um, ao nível da cobertura), sendo os inferiores, articulados com amplas galerias que se prolongam a parte do alçado E. (pelo qual se acede, por meio de lanço recto de escadas contíguas ao alçado, à galeria do 1º andar) e servem de terraço ao 3º piso, guarnecido com guarda metálica em ferro forjado – a do piso térreo é rasgada por vãos curvos e a do piso superior, suportada por colunas de cantaria, exhibe o mesmo modelo de guarda metálica observado no piso superior. Do lado E., regista-se, no 1º andar, num corpo avançado relativamente à restante fachada, uma bow-window de 3 panos de cantaria animados por janelas de peito. O edifício é superiormente rematado por telhado de abas, suportado por asnas e cavaletes de madeira. (Teresa Vale, Maria Ferreira e Sandra Costa (2000). *Casa da Rainha Dona*

*Maria Pia /Vila Maria Pia*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). Disponível em:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403)).

[Consultado a 20/04/2012].

**b) Interior** – Pinturas de António Ramalho, escadas com obra de talha, salões.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Situada no alto de um terraço, dominando a entrada de Cascais, sobranceira ao mar e à baía, possui uma magnífica vista sobre a parte velha da Vila. A propriedade encontra-se limitada a Poente pela casa de Alfredo da Silva.

(As nossas gravuras – Mont’Estoril (1899). *O Occidente* [on line]. 20 de Junho. Disponível em

[http://hemrotecadigital.cm-lisboa.pt/Obras/Ocidente/1899/N737/N737\\_master/N737.pdf](http://hemrotecadigital.cm-lisboa.pt/Obras/Ocidente/1899/N737/N737_master/N737.pdf)

pp. 133-136. [Consultado a 22/04/2012].

A casa foi construída, na área conhecida então por *Lavrado*, local onde se encontrava anteriormente a “Quinta das Águas Férreas”, por possuir uma nascente de águas ferruginosas, muito utilizadas para casos de anemia. Antes da construção da linha de caminho-de-ferro dividir a quinta, o local era muito procurado pelas gentes de Cascais e pelos veraneantes. A nascente ainda hoje existe, mas a sua água foi desviada para o mar por uma conduta subterrânea. (Vilarinho, 2008, p. 207).

“Enquadramento urbano, destacado, isolado por jardim murado. Integrado na malha urbana oitocentista do Monte Estoril, no seu limite Sul, integrando a linha de edifícios distribuídos ao longo da Avenida Marginal – a Este, a Vila Aduar e a Oeste a Casa de São Cristóvão. O lote é extenso, de configuração rectangular e acusando desnível, encontrando-se o edifício a Sul, junto ao limite da propriedade, voltado ao Atlântico e em posição altimétrica dominante face à Avenida Marginal.”

(Teresa Vale, Maria Ferreira e Sandra Costa 2000. *Casa da Rainha Dona Maria Pia / Vila Maria Pia* [on line]. Disponível em:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403)). [Consultado a 20/04/2012].

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** Em 05/04/1889, João Henrique Ulrich, requereu à Câmara Municipal de Cascais, autorização para extrair pedra de cantaria num baldio, no Pai do Vento, para as obras do seu prédio (Vilarinho, 2008, pp. 209-210; AHMC, Fundo CMC / Câmara Municipal de Cascais, Secção C / Serviços Administrativos / Sub Secção A / Expediente / Série 004 / Requerimentos, Lv. 437 (1887-1892), Reqº n.º 23, 05/04/1889).

Construída numa parcela de terreno no valor de 1600\$000 réis, atribuída a João Henrique Ulrich Júnior, viúvo, proprietário e morador na Avenida da Liberdade, n.º 91, em Lisboa, membro da administração da Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa (sociedade constituída em 23.03.1874, ADL, 4º Cartório Notarial de Lisboa (actual 9º), Livro de Notas 231, fls. 83v. a 86v., cx. 47 – Tabelião Jorge Carmellier), e domiciliada na Travessa de Santa Justa, n.º 61, em Lisboa). (Vilarinho, 2008, p. 207).

“Em 1911, o Chalet Maria Pia, terá sido legado ou adquirido pela família Herédia, eventualmente pelo 1º Visconde da Ribeira Brava, Francisco Correia de Herédia que, em 1918, viria a ser abatido a tiro, por causas políticas, no cruzamento das ruas Serpa Pinto e Victor Cordon (ao Chiado). Seu filho, D. António Guedes de Herédia (nascido em 10/03/1901) viria a casar, em 31/03/1937, com Maria Antónia Cabral Gentil, filha do 2º casamento do Professor Francisco Soares Branco Gentil, fundador do IPO. O neto e actual proprietário do Chalet D. Maria Pia, D. António Júlio Gentil Herédia, casou em primeiras núpcias, com Maria Rita de Sande e Castro Salgado, natural de Cascais e filha do médico, António Maria Roma Machado Cardoso Salgado e de Maria Amália Inês do Carmo de Paes de Sande e Castro.” (Vilarinho, 2008, p. 209).

“1893 – Aquisição pela Rainha D. Maria Pia (1847-1911), viúva de D. Luís I, a João Henrique Ulrich de um chalet, então denominado Vista Longa e supostamente edificado por uns ingleses, que este último possuía no Estoril, procedendo de imediato a rainha a obras de remodelação (empreendidas sob a direcção dos arqts. Rosendo Carvalhareira e Luís d’Ávila), bem como a uma redecação e enriquecimento artístico do interior (encontrando-se particularmente empenhado nessa tarefa o pintor António Ramalho, 1858-1916); 1913 – a casa era propriedade de D. António de Herédia, filho do Visconde da Ribeira Brava, em cujo nome, o construtor civil Carlos Júlio de Almeida, apresenta um requerimento junto da Câmara Municipal de Cascais, com vista à realização de obras no imóvel; 1943 – a casa permanecia na posse de D. António Herédia.”

(Teresa Vale, Maria Ferreira e Sandra Costa 2000. *Casa da Rainha Dona Maria Pia /Vila Maria Pia* [on line]. Disponível em:

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9403)). [Consultado a 20/04/2012].

**Apontamentos:** O seu pai, João Henrique Ulrich (1815-1885), casado com Maria Luísa Marques de Sá, nascera na Figueira da Foz e fizera fortuna no Brasil. Em Lisboa, foi membro da direcção da Companhia Nacional de Tabacos, em Xabregas, pertenceu ao Conselho Fiscal do Banco de Portugal, foi Presidente da Companhia das Minas de Santa Eufémia e várias vezes deputado pelo círculo da Figueira da Foz. Morreu em Benfica e quatro anos depois morreu sua mulher, na Quinta da Feiteira, em Benfica. (Vilarinho, 2008, p. 209).

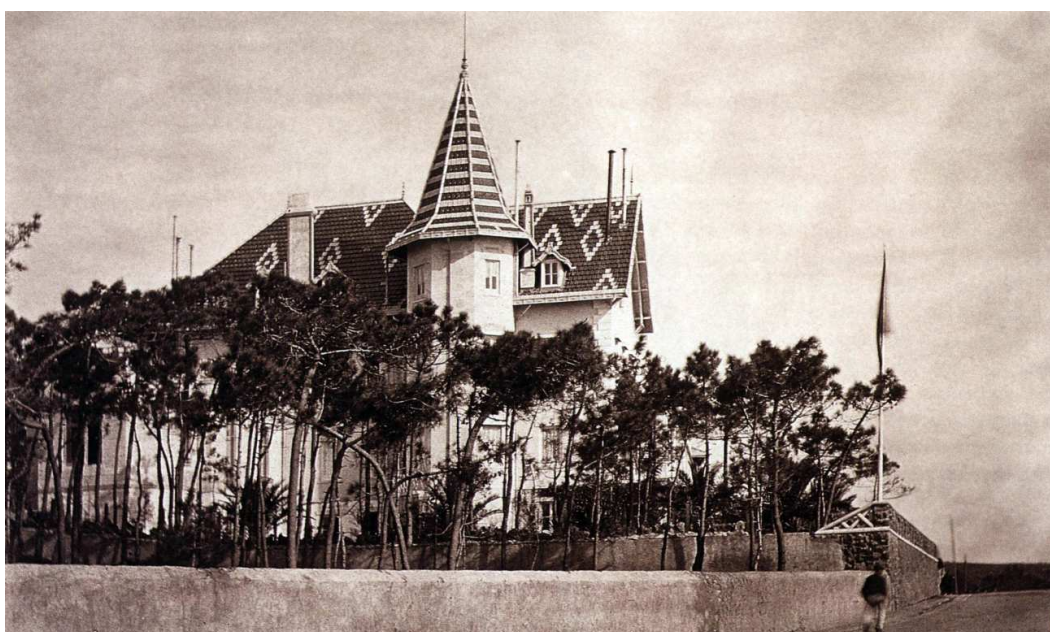
D. Maria Pia de Sabóia, Rainha de Portugal (1862-1889). Nasceu a 16 de Outubro de 1847 e faleceu a 5 de Julho de 1911, em Turim. Era filha de Vítor Manuel, Príncipe do Piemonte, aclamado, em 1849, Rei da Sardenha e, em 1867, Rei da Itália, e da Arquiduquesa D. Maria Adelaide Francisca Reinerio Elisabete Clotilde, falecida em 1854, quando D. Maria Pia contava apenas 7 anos e por isso entregue aos cuidados da condessa de Vila Marina que a educou. Casou em Turim por procuração, com D. Luís, em 27 de Setembro de 1862, realizando-se o casamento, em Portugal, no dia 6 de Outubro, do mesmo ano, na Igreja de São Domingos, em Lisboa. A Rainha D. Maria Pia foi regente do reino por duas vezes: a primeira, em 1902, quando o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia visitaram o Rei de Espanha; e a segunda, em Dezembro de 1904, quando os soberanos visitaram a Inglaterra, a convite de Eduardo VII. Foi agraciada com a ordem de Santa Isabel, a grã-cruz de Nossa Senhora da Conceição, e condecorada com a ordem das Damas Nobres de Maria Luísa, de Espanha. D. Maria Pia fundou, em 1 de Novembro de 1878, a Creche Vítor Manuel, na Tapada da Ajuda, apoiou os Asilos Escola da Sociedade da Infância Desvalida, que haviam começado a ser inaugurados desde 1834, patrocinou a fundação do Sanatório D. Luiz I (1896), instalado no Palácio da Mitra, ao Campo de Santa Clara, destinado a militares doentes vindos de África, com doenças tropicais, e foi presidente e protectora de muitas corporações de beneficência do reino, e especialmente da Associação das Creches, entre outras. (Transcrito por Manuel Amaral (2000-2010). Maria Pia de Sabóia. *Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume

IV, pp. 840-842. Disponível em <http://www.arqnet.pt/dicionário/mariapia.html>).  
[Consultado a 22/04/2012].



**Chalet de S. M. a Rainha D. Maria Pia de Sabóia – portão virado a Sul sobre a Estrada Marginal.**

**Fonte: *O Ocidente* [on line], n.º 738, 30.06.1899, p. 145.**



**Chalet de S. M. a Rainha D. Maria Pia de Sabóia – Alçado Poente.**

**Fonte: *O Ocidente* [on line], n.º 737, 20.06.1899, pp. 133-136.**



**Chalet da Rainha D. Maria Pia – Alçada Nascente.**

**Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=409054>.**



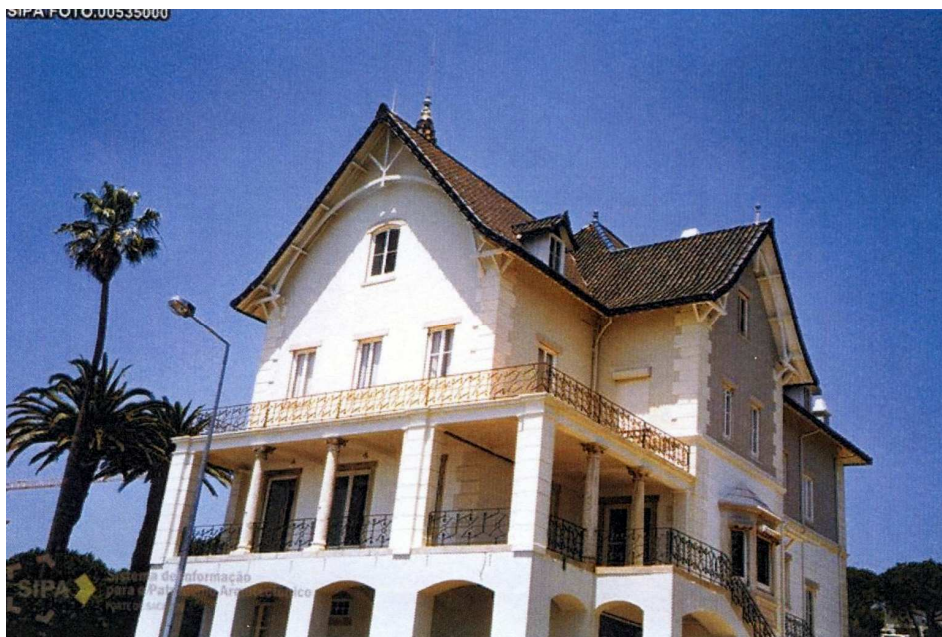
**Chalet da Rainha D. Maria Pia – Alçada Sul e Nascente.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**



**Chalet da Rainha D. Maria Pia – Alçado Sul.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**



**Chalet da Rainha D. Maria Pia – Alçado Sul e Nascente.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**



**Chalet da Rainha D. Maria Pia – Alçado Sul e Poente.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**



**Chalet da Rainha D. Maria Pia – Alçado Sul e Nascente.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**

## **ANEXO XV**

## FICHA CASA JOAQUIM DA SILVA LEITÃO

**Localização:** Avenida D. Carlos I, frente à baía de Cascais. “Está situada no melhor local da vila, por estar exposta mesmo em frente da esplêndida baía, e, portanto, com a frente principal virada a sueste (sobre a estrada real n.º 67), isto é, à direita, quase ao fim da rampa que conduz à cidadela” (*A Construção Moderna*, Nº 79, Anno III, 1 de Dezembro de 1902, p. 163). A entrada principal faz-se pela Rua Tenente Valadim, paralela à Avenida D. Carlos I.

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Propriedade Actual:** Privada.

**Arquitecto (s):** António José Dias da Silva. Requerimento de Joaquim da Silva Leitão, datado de 1896 (*A Construção Moderna*, Nº 79, Anno III, 1 de Dezembro de 1902, p. 163; AHCMC, Maço 441 – 1896).

António José Dias da Silva nasceu em Lisboa, em 1848, tendo terminado o curso de arquitectura, em 1868, e começou a praticar nas construções, como empregado de Miguel Evaristo, arquitecto e construtor do Teatro da Trindade, bem como na casa dos duques de Palmela, em Cascais. Em 1872, ingressou como arquitecto na Câmara Municipal de Lisboa, onde prestou relevantes serviços até à data da sua morte, em 28 de Agosto de 1912. Entre as suas obras mais importantes realça-se a Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, em 1890, a igreja neogótica de Reguengos de Monsaraz, em 1912 e o jazigo dos Bombeiros municipais, no cemitério Ocidental, além de outros edifícios. “Obra do arquitecto António José Dias da Silva. O ecléctico autor da Praça de Touros do Campo Pequeno em Lisboa (1890) e da Igreja neogótica de Reguengos de Monsaraz (1912), esta casa foi depois modelo de uma série de outras ao longo das Avenidas D. Carlos I e Valbom e Rua Tenente Valadim – nenhuma, todavia, assumiu com tanta frescura a função transgressora do ferro, transposto das marquises das traseiras para o pleno espaço da fachada onde imprimia uma ambígua sugestão de contemporaneidade.” Silva, 1988, p. 72)

**Construtor da Casa:** Luís Caetano Pereira de Carvalho. (*A Construção Moderna*, Nº 79, Anno III, 1 de Dezembro de 1902, p. 163).

**Data de Construção:** 1896.

**Construção Primitiva:** A traseira do prédio encontrava-se adossada à antiga muralha de Cascais que ali passava.

**Tipologia Arquitectónica:** Representativa da arquitectura do ferro. “ (...) E a sua estética geral é muito agradável por ter certo movimento de linhas, que aliam à máxima simplicidade, que tão recomendada foi pelo seu proprietário, grandeza em todas as suas partes congéneres, pelos seus belos terraços, etc.” (*A Construção Moderna*, Nº 79, Anno III, 1 de Dezembro de 1902, p. 163).

**Fases de Construção:** Inexistentes.

#### **Descrição:**

a) **Exterior** – Segundo Raquel Henriques da Silva “O projecto não tem qualquer originalidade: planta convencional organizada sobre o fundo, volumetria paralelepípedica pobre, distribuição generosa de aberturas mas sem requinte de particularização de ambientes. A marca da diferença constitui-se no corpo metálico das varandas da fachada principal que se cola ao alçado com uma ousada intenção de ruptura, valorizando a estética do ferro, simultaneamente fria e engalanada” (1988, p. 72).

“ (...) Com janelas em todas as suas frentes, quatro pisos, em que residem duas famílias, mas podendo residir três ou quatro, dado que já foram concebidos para tal. Tem as suas entradas bem independentes (...) ” (*A Construção Moderna*, Nº 79, Anno III, 1 de Dezembro de 1902, p. 163).

“A casa propriamente dita, isto é, sem os terraços a Sueste, mede 12,20 m de frente por 20 metros de fundo e o terreno total, com terraços, jardins, isolamentos, etc., mede 16 metros de frente e 27 metros de fundo, ou seja 432 m<sup>2</sup> de área. A elevação posterior, que é paralela à principal, constitui fachada sobre a Rua Tenente Valadim, e também, conforme a oposta, tem 12 metros, o de largura, apresentando só três pavimentos por lhe ficar totalmente subterrâneo o mais baixo, que é iluminado por janelas nas elevações laterais e lâminas de vidro no 2º pavimento sob as janelas e vestíbulo da escada principal, por cuja frente tem acesso.” (*A Construção Moderna*, Nº 79, Anno III, 1 de Dezembro de 1902, p. 163).

A sua área de logradouro é diminuta. A fachada principal corre orientada a Oeste.

**b) Interior** – Planta em anexo publicada em *A Construção Moderna*, Nº 79, Anno III, de 1 de Dezembro de 1902, p. 163).

Dividia-se em quatro pisos, onde residiam duas famílias, podendo adaptar-se a três ou quatro, uma vez que já foram preparados para isso. Cada piso tem entrada independente.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Quando foi construída, a edificação estava isolada, actualmente, está rodeada de várias construções, continuando a situar-se num dos melhores pontos da vila, desfrutando de um magnífico panorama sobre o mar, toda a barra e parte do Tejo.

“O mirante domina a vila, o grande Oceano, toda a barra e parte do Tejo; desfruta-se dele um soberbo ponto de vista, de uma beleza que não pode ser excedida.” (*A Construção Moderna*, Nº 79, Anno III, 1 de Dezembro de 1902, p. 163).

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** Mandada construir por Joaquim da Silva Leitão.

**Outros:** Para além destes três palacetes, de referir, ainda, o **Marégrafo de Cascais**, situado na Esplanada D. Luís Filipe (plataforma perpendicular ao Passeio da Rainha D. Maria Pia). Classificado na categoria de arquitectura civil / marégrafo, como IIP – Imóvel de Interesse Público e abrangido em ZEP ou ZP (zona especial de protecção), que consideramos de interesse, dada a sua forma arquitectural circular, que chama a atenção e que os visitantes mais curiosos indagam sempre.

**Marégrafo** - Nota Histórico-Artística: “Localizado à entrada da Baía de Cascais, junto à cidadela, o marégrafo tem como objectivo a medição do nível médio das águas do mar, ao abrigo de um sistema relativamente simples conhecido como maregráfico, da autoria de A. Borrel. Este teve início científico e tecnológico em 1877 e, escassos cinco anos volvidos, construiu-se o marégrafo de Cascais, que, na ocasião, ocupou um ponto mais a nascente do actual. Esta proximidade cronológica prova que o marégrafo cascalense acompanhou a vanguarda tecnológica, sendo mesmo um dos primeiros a ser construídos em território nacional. Isto fez com que tivesse sido ele a obter os resultados do nível médio das águas em toda a costa nacional, dados fundamentais para a conclusão do levantamento geodésico de Portugal continental (realizado entre 1857 e 1892). É também do marégrafo de Cascais que se adoptou o “zero de referência” [ou “Zero Hidrográfico, um mínimo absoluto que nem na maré mais baixa nem nas

condições mais extremas é ultrapassado – <http://cvc.instituto-camoes.pt>] altimétrica para toda a cartografia nacional, mesmo a realizada nos nossos dias. Na sua origem, o sistema de medição compõe-se de uma boia em conexão com um método de registo devidamente cronometrado por relógio. Esta aparente simplicidade determinou que os marégrafos sejam, a maior parte das vezes, construções desprovidas de monumentalidade, associadas a pequenas estruturas de madeira, cantaria ou betão. É o que acontece com o de Cascais, edifício de planta circular de um só andar por cúpula semiesférica. O acesso ao interior situa-se na fachada voltada a terra (neste caso a Ocidente), onde se rasga um arco a pleno centro, moldurado e com impostas e fecho de arco devidamente marcados. Duas outras aberturas existem no alçado, concretamente duas janelas de arco de volta perfeita, a Nascente e a Norte. A dependência interior é ocupada pelo sistema de registo (dotado de caneta assente em carro deslizante apoiado em régua, e datando o relógio de 1877), conectado com o fundo da baía através de um poço cilíndrico onde se situa a boia, devidamente presa por cabo metálico. Em contínuo funcionamento desde o século XIX e medindo directamente as águas oceânicas (enquanto outros marégrafos situam-se em pontos fluviais), o monumento de Cascais é um dos mais antigos ainda em actividade, o que possibilita a análise de uma das mais longas séries mundiais de medição. Este facto permitiu esclarecer que o nível médio das águas subiu cerca de 1,3 milímetros por ano ao longo do século XX. Na actualidade, e embora sujeito a trabalhos de restauro geral em 1996, o velho marégrafo perdeu parte das suas funções, em benefício de um sistema mais desenvolvido, que tem como base de medição as ondas acústicas e a sua codificação por via digital. Em todo o caso, o instrumento de 1882 está em pleno funcionamento, como forma de calibragem do mais recente, num interessante “diálogo” transtemporal entre o velho e o moderno.” (PAF (2011). *Marégrafo de Cascais* [on line]. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74735/>). [Consultado a 07/02/2012].

Continuando, ao longo da amurada da baía de Cascais, encontra-se um monumento que comemora os 500 anos dos Descobrimentos Portugueses, inaugurado em 22 de Fevereiro de 1992, do escultor João de Sousa Araújo\*, ofertado ao povo de Cascais pela ALA - Academia de Letras e Artes. (Esculturas e Monumentos Históricos em Locais Públicos – Sugeridos, Doados e Participados pela ALA – Academia de Letras e Artes.

Disponível em [http://www.academialetrasartes.pt/?page\\_id=15](http://www.academialetrasartes.pt/?page_id=15)). [Consultado a 17/05/2012].

\*João José de Sousa Araújo (n. 12/12/1929) – Pintor, Desenhador e Gravador contemporâneo, discípulo de Renato Penha e Cantos de Sousa Araújo, seu pai, e de Leopoldo de Almeida. Estudou na Escola de Arte Aplicada António Arroio, e licenciou-se na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (E.S.B.A.L) em Arquitectura, Pintura e Escultura, com a classificação final de 20 valores. Leccionou três anos nessa Escola várias matérias das suas especialidades e recebeu o prémio Roque Gameiro. Em 1954, recebeu a 1ª medalha da Sociedade Nacional de Belas Artes em gravura. Dedicou-se também à Cerâmica e ao Vitral. Ainda no mesmo ano concebeu a Capela de Santa Maria Goretti, na Igreja da Encarnação em Lisboa, um projecto onde se integra pintura e escultura. Expõe, em 1965, em Roma, um retrato de Paulo VI, muito apreciado. Até 1967, desenvolve vários projectos para o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima: desenha os vitrais da nave central (num total de 140 m<sup>2</sup>) e realiza várias telas entre as quais o painel do Altar-mor. Entre 1968 e 1997, realizou para a Catedral de Nampula, Moçambique, os vitrais, o políptico da Capela do Santíssimo “Pacem in Terris”, e o políptico do Altar-mor Aparições de Fátima, entre outros projectos de arquitectura para aquela Diocese. No ano de 1976, inaugura uma exposição na Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, onde foi seleccionado um quadro, representando “Cristo na Cruz” para a colecção do Papa. Em 1980, a pedido do embaixador da Ordem de Malta, pinta o quadro de S. João Baptista, que se encontra na igreja da ordem em Lisboa. Em 1985, uma das suas pinturas, intitulada “Cavalo Branco” foi oficialmente integrada na colecção do príncipe herdeiro do Japão. Tem cerca de 400 retratos pintados a óleo, entre os quais Paulo VI, em 1968 (que se encontra no Pontifício Colégio Português em Roma) e o do Rei Humberto II de Itália. Como arquitecto tem projectado numerosas obras no Continente e Ilhas, como moradias, blocos residenciais, igrejas, pavilhões de caça, estabelecimentos hoteleiros. Em muitas destas obras são da sua autoria a arquitectura e a decoração. (Casih (2007). J. J. de Sousa: pintor de Nossa Senhora [on line]. Disponível em <http://casih.blogspot.pt/2007/05/joo-sousa-arajo-o-pintor-de-nossa.html>). [Consultado a 19/04/2012]; (Fernando de Pamplona, (1991), *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, Vol. I, 3ª ed., Lisboa, Livraria Civilização, p. 135).



**Casa Joaquim da Silva Leitão – Fachada Nascente.**

**Fonte: *Cascais 1900*, Maria José Pinto Barreira Rego Sousa.**



**Casa Joaquim da Silva Leitão – Fachada Nascente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Joaquim da Silva Leitão – Fachada Nascente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



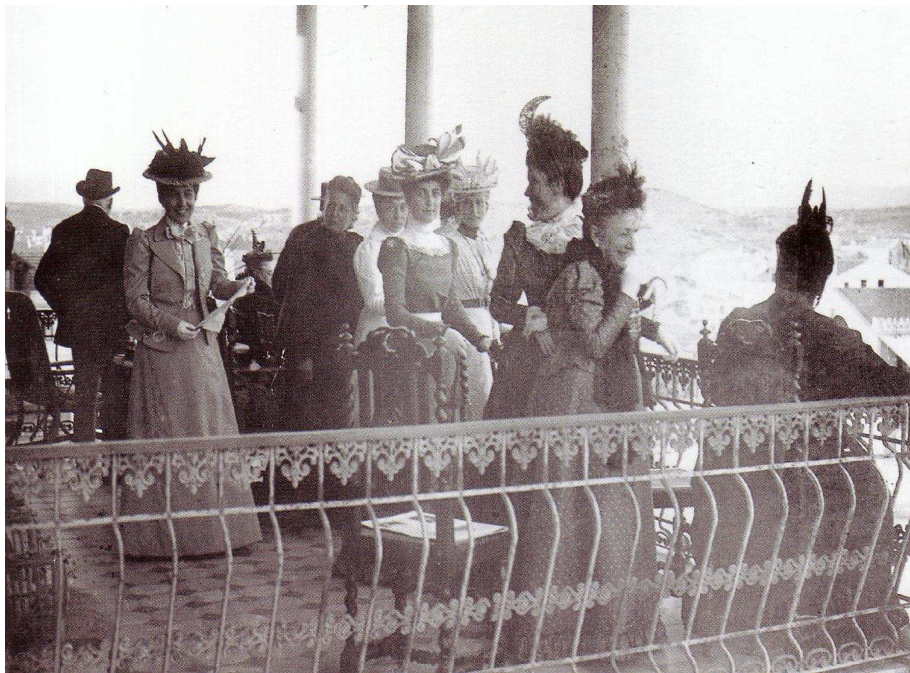
**Casa Joaquim da Silva Leitão.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Joaquim da Silva Leitão – tomando chá.**

**Fonte: *Cascais 1900*, Maria José Pinto Barreira Rego Sousa.**



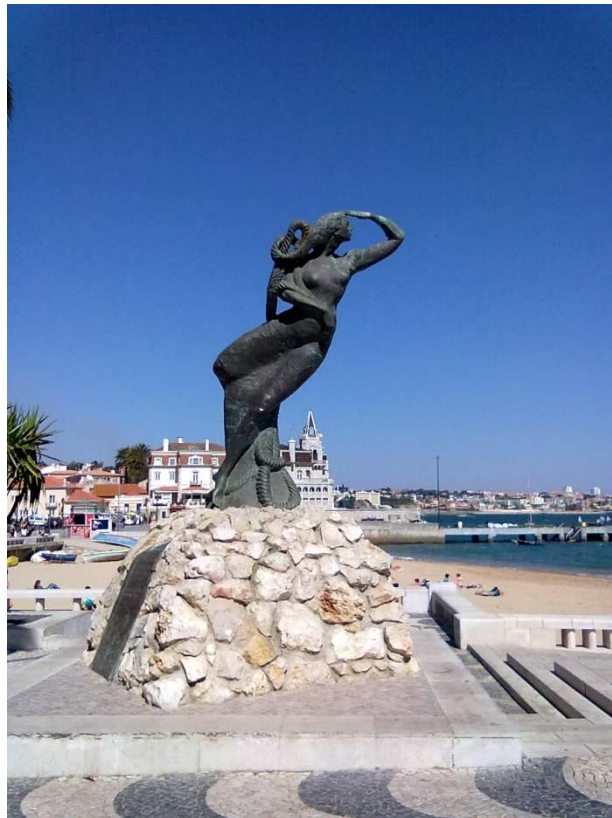
**Casa Joaquim da Silva Leitão – Varanda sobre a baía de Cascais.**

**Fonte: *Cascais 1900*, Maria José Pinto Barreira Rego Sousa.**



**Cascais – O Marégrafo.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Monumento aos Descobrimentos Portugueses ofertado pela Academia de Letras e Artes (ALA), em 22 de Fevereiro de 1992, do escultor João de Sousa Araújo.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Monumento aos Descobrimentos Portugueses.**

**Fonte: Esculturas e Monumentos Históricos em Locais Públicos – Sugeridos, Doados e Participados pela ALA – Academia de Letras e Artes. Disponível em [http://www.academialetrasartes.pt/?page\\_id=15](http://www.academialetrasartes.pt/?page_id=15)). [Consultado a 17/05/2012].**

## **ANEXO XVI**

## EDIFÍCIO DOS ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO

**Localização:** Na actual Praça 5 de Outubro, primeiramente denominada Praça Nova e mais tarde Praça D. Luís I.

**Classificação Oficial:** Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público. Abrangido por ZEP ou ZP.

(Rosário Carvalho. *Palácio dos Condes da Guarda, actual edifício dos Paços do Concelho*. Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74737/>).

[Consultado a 03/02/2012].

**Propriedade Actual:** Câmara Municipal de Cascais.

**Arquitecto (s):** Desconhecido.

**Construtor da Casa:** Desconhecido.

**Data de Construção:** 1821. “Ainda que a conclusão do imóvel tenha ocorrido, muito possivelmente em 1821, os Livros das Vereações indicam que o edifício começou a ser utilizado apenas dois anos mais tarde, em 1823.” (Rosário Carvalho, *idem*).

**Construção Primitiva:** Espaço anteriormente ocupado, por um edifício que terá sido destruído com o terramoto de 1755. Escavações arqueológicas efectuadas em 1987, comprovam a ocupação do espaço desde finais do século XV.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Paço.

**Fases de Construção:** Desconhecidas.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – “O imóvel denuncia uma linguagem depurada que recorda a arquitectura pombalina da reconstrução de Lisboa, na segunda metade do século XVIII. A fachada é seccionada por pilastras rematadas por pináculos, que a dividem em três corpos. No piso térreo, o portal central, de verga curva, abre-se ao centro, e nos corpos laterais rasgam-se janelas de verga recta. No piso superior a organização mantém-se, com janelas de sacada, sendo que a do meio apresenta moldura decorada. A verticalidade do eixo central é acentuada pelo corpo ladeado por pilastras, coroadas por pináculos e por aletas, que se eleva

sobre a cornija, e que é rematado por duas sineiras. Neste corpo, exibem-se as armas de Portugal e um relógio, aqui colocado em 1876, e oferecido por Sérgio Barros, quando era Presidente da Câmara o Dr. Júlio Pereira de Castro. A fachada lateral, onde são visíveis as trapeiras do terceiro piso, pauta-se pela mesma depuração, com vãos de verga recta.” (Rosário Carvalho, *idem*).

**b) Interior** – Adaptado a serviços municipais, nomeadamente, a Finanças.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Urbano, bem no centro da vila

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** De acordo com a nota histórica do IGESPAR. I.P: “O antigo edifício dos Paços do Concelho de Cascais remonta a 1821, data inscrita sobre o lintel da porta principal e que assinala, muito possivelmente, o final das obras do novo imóvel que assim substituíra o anterior, implantado no mesmo local, e que havia ficado arruinado em consequência do Terramoto de 1755. Não se conhecem informações referentes ao edifício desaparecido no século XVIII, nem se sabe em que época teria sido construído. Na verdade, os dados mais significativos são relativos às escavações arqueológicas efectuadas em 1987, e que permitiram recuar a ocupação deste espaço, pelo menos, ao final do século XV, testemunhando a importância estratégica da praça enquanto símbolo do poder e pólo aglutinador de instituições e edifícios senhoriais, como é o caso do palácio dos Condes da Guarda, que actualmente acolhe a Câmara Municipal.” (Rosário Carvalho, *idem*).

**Vivência:** Posteriormente, com a passagem da Câmara para o edifício dos Condes da Guarda, adquirido pela autarquia na década de 1930, os antigos Paços do Concelho passaram a acolher outros serviços municipais. (Rosário Carvalho, *idem*).

**Apontamentos:** “A partir de 1835 (decreto de 18 de Julho) o *Código Administrativo* então promulgado determina a existência nos Concelhos de Câmaras Municipais. Anteriormente já o decreto de 9 de Janeiro de 1834 estabelecia que as Câmaras Municipais fossem eleitas pelos cidadãos domiciliados no Concelho. O vereador mais votado seria o presidente. Com a reforma de 31 de Dezembro de 1836 o presidente passou a ser eleito à «pluralidade de votos pela Câmara».” (Andrade, 1964, p. 455).

“O pitoresco antigo edifício das Finanças, no Largo 5 de Outubro, recentemente objecto de uma sondagem arqueológica, revelou também no seu subsolo uma sucessão de ocupações que recuam no final do século XV.” (Silva, 1988, p. 26).

**Outros:** No centro da Praça da República encontra-se uma estátua a D. Pedro I, da autoria do professor António Duarte\*, inaugurada em 1964 (Andrade, (1966), *Cascais*, Lisboa: Editorial Publicações Turísticas, p. 25).

\*António Duarte – Escultor, desenhador, professor efectivo da E.S.B.A.L., e vogal efectivo da Academia Nacional de Belas Artes, nasceu nas Caldas da Rainha em 1912 e morreu em Lisboa em 1998, foi discípulo de Simões de Almeida (sobrinho). Entre as suas obras contam-se: Nu Feminino, no Campo Grande; o monumental baixo-relevo, na Serra da Estrela, no Covão do Boi, aberto no granito da montanha, de oito metros de altura “Nossa Senhora da Boa Estrela”; o Monumento a Diogo Cão, em Angola; a estátua de D. Sancho I, na Guarda; um busto de Salazar, em Goa; o Monumento a Nuno Tristão, em Bissau; “Cavalos-marinheiros”, na Praça do Império, em Lisboa; a estátua do Dr. Passos Vela, em Cascais (1942); grupos decorativos, em pedra, para a Biblioteca Central da Cidade Universitária de Coimbra; fonte decorativa, em bronze, no Funchal; estátua de Camilo Castelo Branco, em Lisboa (1949); monumento em granito a Oliveira Muzanty, na Guiné (1949); relevo da fachada da capela do cemitério da Guia, em Cascais (1949); estátua de Jaime da Costa Pinto para o jardim da Parada, em Cascais (1953); estátua do poeta Teixeira de Pascoaes, em Amarante; estátua do poeta José Régio, em Vila do Conde, entre outras. (Fernando de Pamplona, (1991), *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, Vol. I, 3ª ed., Lisboa: Livraria Civilização, pp. 119-120).

Ainda na praça, junto ao edifício do Hotel Baía, pode ver-se um busto de D. Luís I, inaugurado em 1990, oferecido pela Casa de Bragança, uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Cascais e da ALA-Academia de Artes e Letras. (Esculturas e Monumentos Históricos em Locais Públicos – Sugeridos, Doados e Participados pela ALA – Academia de Letras e Artes. Disponível em [http://www.academialetrasartes.pt/?page\\_id=15](http://www.academialetrasartes.pt/?page_id=15)). [Consultado a 17/05/2012].

O busto não se encontra assinado, no entanto, parece ser uma cópia do busto em mármore em exposição no Palácio da Ajuda, na Sala do Corpo Diplomático (cujas medidas são 86X63X55), realizado por Anatole Célestin Calmels\* (1822-1906), em 1867.

\*Anatole Célestin Calmels – Escultor francês, nascido em Paris em 1822 e falecido em Lisboa em 1906. Estrou para a Escola de Belas Artes de Paris (1837) e foi aluno dos

mestres François Joseph Bosio e James Pradier. Em 1839, ganhou o segundo Prémio de Roma, ex aequo com Jean-Claude Petit. Como membro da Academia das Belas Artes foi nomeado, em 1874, correspondente da Academia das Artes em Lisboa. A partir de 1860 estabeleceu-se definitivamente em Lisboa e casou com Maria da Piedade Désirat, de quem teve três filhos. As suas obras mais importantes encontram-se em Portugal, entre as quais se destacam as que se podem admirar no Palácio de S. Bento, como: o busto de Silva Passos na Biblioteca, medalhões com efígies do Duque de Palmela e D. Guilherme, na Sala das Sessões da antiga Câmara dos Pares, o busto de Francisco Margiocchi no átrio, e o grupo escultórico talhado por Leandro Braga. No Arco Triunfal da Rua Augusta em Lisboa, o grupo alegórico representando a Glória coroando o Génio e o Valor; o grupo escultórico do frontão da Câmara Municipal de Lisboa; a estátua equestre de D. Pedro IV (Porto); as alegorias ao trabalho e à força moral do portal do Palácio Palmela (ao Rato, Lisboa); e a estátua do jazigo dos Duques de Palmela, no Cemitério dos Prazeres. (Wikipédia. *Célestin Anatole Calmels* [on line]. Disponível em

[http://fr.wikipedia.org/w/index.php?title=C%C3%A9lestin-Anatole\\_Calmels](http://fr.wikipedia.org/w/index.php?title=C%C3%A9lestin-Anatole_Calmels).

<http://www.parlamento.pt/PrintArea.html>.

[Consultados a 23/04/2012].



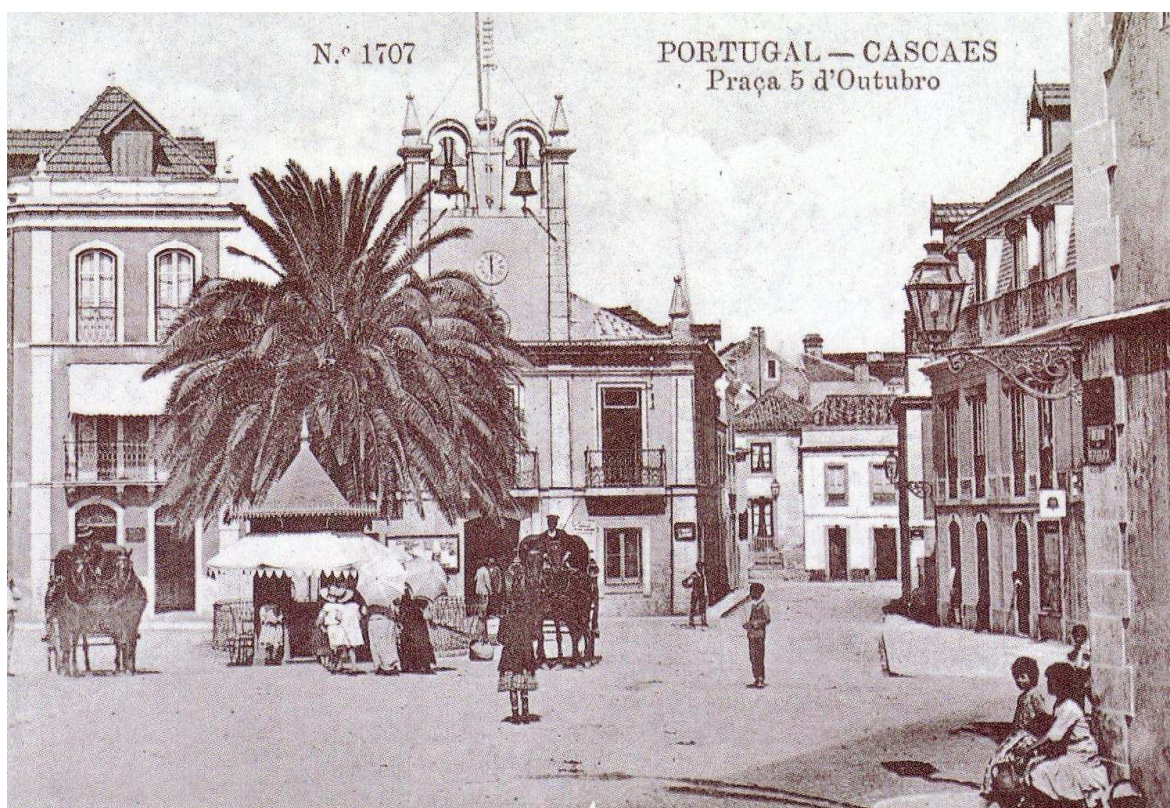
**Antigo edifício dos Paços do Concelho - Cascais – Alçado da fachada Nascente (Rua Regimento de Infantaria 19).**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Antigo Edifício dos Paços do Concelho – Praça Nova.**

Fonte: IGESPAR, IP [on line].



**Antigo edifício dos Paços do Concelho – Praça 5 de Outubro.**

Fonte: IGESPAR, IP [on line].



**Antigo edifício dos Paços do Concelho – Fachada Principal – Estátua de D. Pedro I – Cascais.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Antigo edifício dos Paços do Concelho – Cascais - Fachada principal.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Antigo edifício dos Paços do Concelho – Cascais.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Antigo edifício dos Paços do Concelho – Cascais – Entrada principal.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Antigo edifício dos Paços do Concelho – Cascais - Registo superior da fachada.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Antigo edifício dos Paços do Concelho – Cascais – Fachada Nascente (Rua Regimento de Infantaria 19).**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Antigo edifício dos Paços do Concelho – Cascais – Fachada Poente.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**À esquerda busto do Rei D. Luís I - Praça 5 de Outubro – Cascais e à direita o que se encontra em exibição no Palácio da Ajuda.**

**Fonte: ALA – Academia de Letras e Artes [on line].**

## **ANEXO XVII**

## FICHA CASA DOS CONDES DA GUARDA

**Localização:** Praça 5 de Outubro.

**Classificação Oficial:** Classificado como Imóvel de Interesse Municipal (IM).

**Proprietário Actual:** Câmara Municipal de Cascais.

**Arquitecto (s):** Ignorado.

**Construtor da Casa:** Ignorado.

**Data de Construção:** Ignorada, no entanto, verifica-se pela planta de Cascais, em 1755, que a casa não existia ao tempo.

**Construção Primitiva:** Pela mesma planta verifica-se que o local estava ocupado por uma outra construção, com uma área distinta.

**Tipologia Arquitectónica:** Residência senhorial. Arquitectura civil / Palácio.

Rosário Carvalho. *Palácio dos Condes da Guarda, actual edifício dos Paços do Concelho*. Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/7453001/>.

[Consultado a 03/02/2012].

**Fases de Construção:** No século XIX, na posse dos Condes da Guarda, o edifício era composto por três corpos independentes, sendo o corpo central alteado, e revestidos de azulejos. Em 1918, os três corpos foram nivelados, o que tornou a fachada mais harmoniosa. E em 1966, como tivessem destruído o edifício que se encontrava na esquina com a Rua Marques Leal Pancada, o edifício foi acrescentado, para Sul, com um novo corpo, o que tornou a edificação mais independente (*idem*).

### Descrição:

- a) **Exterior** – “Com um corpo alongado, afirmando a horizontalidade da arquitectura doméstica portuguesa, contraria depois, formalmente, esse ritmo através das marcações verticais das pilastras adossadas. Os desornamentados emolduramentos das portas e janelas, os perfis repetidos das sacadas e dos ferros forjados compõem o teor austero da fachada, iluminada pelos painéis de azulejo que, no andar nobre, alternam com as aberturas. No conjunto, a proporcionalidade eficaz das volumetrias, a discrição dos gestos arquitectónicos,

a intensidade da luz sobre os claros materiais, moldam o sentido festivo deste edifício, paradigma das possibilidades da arquitectura corrente do Sul do país no início do século XVIII (?), aberta ao gosto decorativo do barroco através das estruturas impositivas de edificação tradicional” (Silva, 1988, p. 30).

A fachada deste edifício apresenta-se coberta de azulejos, Santos Simões diz-nos: “Tem este paramento 20 azulejos de altura e compõe-se de doze painéis, dos quais dez estão na fachada principal e dois na lateral, no Beco dos Inválidos. A contar da esquerda enumeramos: Guarnição com cipreste (5 azulejos de largo); Imagem de *São Sebastião* e, no tronco do Martírio, a legenda: SEBASTIANVS /CHRISTIANVS (sic.). (Tem 8 azulejos de largo); Guarnições (5 azulejos de largo); Guarnições (4 azulejos de largo); *Santo António*, com respectiva legenda na parte inferior (9 azulejos de largo); Guarnição (4 azulejos de largo); *São Marçal* (11 azulejos de largo); *São Marcos* (11 azulejos de largo); *São Jerónimo* (7 azulejos de largo). Na fachada lateral: *São Lucas* (11 azulejos de largo); *São João* (11 azulejos de largo). Os azulejos, do último quartel do século XVIII, têm emolduramento concheado policromo e a figuração central de pintura azul.” (Simões, 2010, p. 261).

Segundo José Meco: “O frontispício é animado pelo revestimento cerâmico que, naturalmente soube respeitar a arquitectura, organizando-se em registos de santos que se adaptam ao espaço existente entre os diferentes vãos. Estas figurações surgem envoltas por uma cartela de concheados, suportada por anjos, sendo identificados não apenas pelos respectivos atributos, mas também pela legenda presente na zona inferior do painel.” Ainda de acordo com o mesmo autor “são azulejos provenientes da Real Fábrica de Louça do Rato\* (neoclássicos, pós terramoto, cerca de 1786), pintados pelo menos os quatro Evangelistas da zona central da fachada, e da fachada lateral, por Francisco de Paula e Oliveira\*. Já os restantes santos (*São Jerónimo*, *São Marçal*, *Santo António* e *São Sebastião*) evidenciam um tratamento de qualidade inferior, sendo atribuídos, pelo mesmo autor, a um outro pintor ‘de menores recursos artísticos’ mas que se aproxima do trabalho de Francisco Jorge da Costa. Este conjunto reveste-se de uma importância acrescida por constituírem, apesar dos elementos rococó, um dos primeiros, e um dos poucos, exemplos na região que documenta a transição para o neoclássico. Os painéis do corpo novo são, também eles, recentes: *São João de Brito*, *São Pedro* e *São Paulo*, foram

executados em 1969, por Alves de Sá, na Fábrica da Viúva Lamego\*”. (Meco, 2011, pp. 46-48).

“A sua fachada, seccionada por pilastras e aberta por um número simétrico de vãos, foi objecto de múltiplas alterações, tendo sido alteados os corpos centrais já no século XX, pertencendo também a esta centúria o corpo da esquerda (que confina com a Rua Marques Leal Pancada). A zona mais nobre do conjunto é a extremidade oposta, da direita, onde se situa a entrada principal. A perspectiva actual deste frontispício, que denota uma grande unidade é, na verdade, uma característica recente, pois as imagens fotográficas de cerca de 1900 denunciam as diversas transformações de que o Palácio foi objecto: o volume mais moderno era um prédio de quatro pisos, (...) e o corpo central era mais elevado, existindo entradas independentes para os três blocos.” (Sousa, 2003, pp. 21 e 52, cit. por Rosário Carvalho, *idem*).

Segundo Pedro Falcão, alguns azulejos seriam anteriores ao terramoto, o que não corresponde à realidade, dado que a construção é posterior a esta data. (Falcão, 2005, p. 459).

\*Real Fábrica de Louça do Rato (1767-1835) – “Situada no sítio do Rato, começou a funcionar em 1767, tendo como administrador Tomaz Brunetto até 1771, altura em que foi substituído por Sebastião Inácio de Almeida. No início, e sob a administração de Brunetto, a fábrica produziu, principalmente, peças sumptuárias, de grande qualidade, inspiradas na ourivesaria ou em modelos escultóricos, algumas das quais foram encomendadas pelo Marquês de Pombal, um grande impulsionador desta fábrica. Enquanto Sebastião de Almeida foi administrador continuou a produzir-se louça qualificada, especialmente pintada em azul, altura em que deve ter sido iniciada a produção de azulejo. Entre 1779 e 1816, sob administração de João Anastácio Botelho de Almeida, a fábrica começou a produzir, de acordo com o gosto neoclássico, azulejos e peças de faiança com formas diversificadas e menos cuidadas, com o objectivo de atrair um maior número de pessoas. Das fábricas do último quartel do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, esta foi a que maior número de azulejos produziu, no início ainda num gosto rococó e, aos poucos, integrando novos elementos decorativos neoclássicos. Embora tenha produzido uma grande quantidade de azulejos comuns, de padrão, realizou um importante conjunto de painéis figurativos de pintura mais elaborada destacando-se, dos seus artistas, o pintor Francisco de Paula e Oliveira. Após a administração de João Anastácio Botelho de Almeida seguiu-se, em 1818, a de

Alexandre António Vandelli, o qual não soube efectuar a sua gestão, atravessando a fábrica sucessivas crises, que culminaram no seu encerramento.”

(Real Fábrica de Louça (ao Rato) (2009). Museu Nacional do Azulejo. Disponível em <http://mnazulejo.imc-ip.pt/pt-PT/Coleccao/Coleccoes/ContentDetail.aspx?id=415>).

[Consultado a 20/04/2012].

\*“Fábrica Viúva Lamego – Foi fundada em 1849, por António da Costa Lamego, no Largo do Intendente Pina Manique, em Lisboa, denominando-se Fábrica de Cerâmica António Costa Lamego. Segundo documentação existente na fábrica, esta passou a chamar-se Fábrica Viúva Lamego em 1899. No século XIX, Luís Ferreira, o “Ferreira das Tabuletas”, dirigiu a parte artística da fábrica, aqui trabalhou e executou os seus trabalhos, tendo pintado a bela fachada da loja. (...) Esta fábrica teve, até ao início do século XX, uma diversificada produção em barro vermelho de objectos utilitários, passando depois para o barro branco, produzindo faiança utilitária branca e pintada, louça para construção e azulejos que passaram a marcar a quase totalidade do fabrico Viúva Lamego (só em 1863 é que começou a fabricar faiança e azulejo). No campo da azulejaria rivalizou com a Fábrica de Sacavém na concepção de padronagens para o revestimento de fachadas. Em 1992, a fábrica foi transferida para a Abrunheira, em Sintra. O fabrico da pasta e dos azulejos é efectuado na fábrica (utiliza argila de Lisboa e de Leiria), tal como algumas tintas, sendo outras importadas através de empresas especializadas. Só utiliza a pintura à mão e estampilhagem com acabamento igualmente manual. Os seus funcionários entram, geralmente, para a fábrica bastante jovens e aqui aprendem o ofício (alguns possuem o curso da Escola António Arroio).”

(Museu Nacional do Azulejo (2009), *Fábrica Viúva Lamego*. Disponível em <http://mnazulejo.imc-ip.pt/pt-PT/Coleccao/coleccoes/ContentDetail.aspx?id=387>).

[Consultado a 01/04/2012].

\*Francisco de Paula e Oliveira (c. 1764-1830) – “Foi aprendiz da Fábrica do Rato, da qual veio a ser mestre responsável entre os anos de 1817 e 1821, ultrapassando o período das invasões francesas. Da sua vasta produção destacam-se numerosos registos, painéis figurativos, como os da Igreja da Glória e os da Reitoria da Universidade, em Salvador, e os da Igreja de Nossa Senhora da Corrente, em Penedo, no Brasil, bem como os da nave da Igreja da Merceana (Alenquer), um retábulo do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, e os painéis com a ‘história do chapeleiro’, no Museu Nacional do Azulejo. Produziu igualmente um grande número de excelentes composições

ornamentais, geralmente centradas por medalhões figurativos, como as do claustro do Convento de Santa Cruz, em Coimbra, as da nave, coro e sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, em Lisboa, as da capela da Zibreira (Torres Vedras) e as da capela-mor da Igreja da Vitória, em Salvador, dos mais tardios dos seus trabalhos.” (Meco, 1989, pp. 240-241).

\*Francisco Jorge da Costa – “Trabalhou na Fábrica do Rato, em 1765 forneceu azulejos de «brotescos de cores» para o Palácio de Queluz. Voltou a fornecer para o mesmo palácio, em 1784, estes parece que para o corredor «das mangas» (os que figuram na parte superior do mesmo corredor), e em 1787 para o Paço de Samora Correia que se destinavam a Queluz. Além dos azulejos de Queluz, atribuem-se a Francisco Jorge da Costa os importantes conjuntos de azulejos do Colégio Militar da Luz, em Lisboa, os painéis das salas do capítulo dos conventos de Santo Tirso e Tibães e os azulejos da Misericórdia de Santarém.” (Simões, 2010, p. 28).

\*Alves de Sá (1878-1982) – “Trabalhou na Fábrica Viúva Lamego, responsável pelos azulejos do Governo Civil de Lisboa e pela decoração azulejar do Hospital da Universidade de Coimbra e das estações de Rio Tinto, Estremoz e Vilar Formoso.” (Museu nacional do Azulejo, *idem*).

**b) Interior** – “No interior, já não é possível reinventar os trajectos de uma casa senhorial (...). Mas o grande pátio de entrada, lajeado a pedra, e a escadaria monumental decorada a azulejo, conservam uma memória velada dos símbolos formais de uma existência ‘antigo regime’ ” (Silva, 1988, p. 30).

No átrio de entrada, azulejos do século XVIII, representando figuras de convite. Os azulejos do Salão Nobre, com excepção do painel junto da entrada, alusivo a Cascais, os restantes apresentam temas profanos variados, da autoria de Eduardo Leite\* e provenientes da Fábrica Viúva Lamego, colocados em 1940. (Meco, 2011, p. 48).

\*Eduardo Leite (1902-1962) – “Autor dos Azulejos do revestimento da Capela das Almas, no Porto, e da decoração do Salão Nobre da Câmara Municipal de Cascais.” (Museu Nacional do Azulejo, *idem*). Em 1940 era director artístico da Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego, antigo discípulo e colaborador de João Alves de Sá (1878-1982). (Meco, 2011, p. 48).

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** No centro da malha urbana, rodeado dos antigos Paços do Concelho e do Hotel Baía.

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** A primeira proprietária da casa foi D. Inês Margarida Antónia da Cunha (igualmente proprietária da Quinta de Nossa Senhora da Lapa, em Alcoitão), nascida em Cascais e casada com um fidalgo de nome José Eduardo de Figueiredo, capitão do exército, que se havia distinguido na campanha do Roussillon. A casa foi vendida, mais tarde, aos condes da Guarda (Andrade, 1964, p. 257).

“Após o falecimento do segundo conde da Guarda, em 1917, a casa foi adquirida pelo advogado Herlânder Ribeiro, que, no ano a seguir, efectuou várias transformações internas e mandou destruir o andar elevado da fachada, cujos azulejos foram então vendidos, prolongando a cornija de pedra já existente aos corpos vizinhos. Na posse da Associação Comercial de Cascais, desde 1925, foi nessa época negociada a aquisição do edifício pelo município de Cascais, concretizada em 1932. A instalação dos Paços do Concelho implicou a remodelação total do edifício, através de uma proposta, elaborada em 1935, por uma equipa da qual fazia parte o arquitecto Jorge Segurado, mantendo a fachada, o átrio e a escadaria. A Sala de Sessões e o Gabinete da Presidência foram decorados em 1940, procurando recriar a arte do século XVIII, segundo proposta do tenente Lacerda de Machado. Uma última ampliação foi feita para sul, após a destruição do edifício onde existiu o restaurante *A Marisqueira*, em 1966, segundo projecto de Domingos Rebelo, permitindo que a fachada principal dos Paços do Concelho alcançasse a dimensão actual.” (Meco (2011). Da ‘Casa dos Azulejos’ aos azulejos de Cascais, *Monumentos N.º 31*, Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), pp. 46-48).

“(…) Decidir-se-ia construir um novo edifício para instalação da Câmara Municipal e das repartições públicas do concelho, pelo que, a 10 de Junho de 1915, a Comissão Executiva Municipal autorizaria o pagamento a Silva Júnior pelos planos do novo edifício, a construir no Jardim da República, já publicitado na edição de Maio d’*Arquitectura Portuguesa*. O projecto nunca se concretizou, optando, mais tarde, a Câmara Municipal por se instalar no antigo Palácio dos Condes da Guarda. Na verdade, a 29 de Agosto de 1925 a Comissão de Iniciativa e Turismo de Cascais sugeriria a aquisição ‘da Casca dos Azulejos onde seriam instaladas as repartições camarárias,

mudando-se a instalação dos correios e telégrafos para o actual edifício da Câmara, de acordo com a respectiva Administração'. Já a 3 de Outubro de 1927 a edilidade tomava conhecimento de correspondência da União Comercial de Cascais, Lda., propondo a venda do dito palácio por 650.000\$00, que, ainda assim, apenas se pareceu efectivar definitivamente em 1932.” (Henriques, 2011, pp. 243-244).

**Vivência:** No período das Invasões Francesas, quando das negociações da chamada Convenção de Sintra, alojou-se nesta casa o Almirante Cotton (Andrade, 1964, p. 264).

“É curioso também notar que foi nestas duas casas [...] que se hospedaram, quando das negociações para a célebre «Convenção de Sintra», o Almirante Cotton, na que veio a ser do Conde da Guarda, depois Câmara Municipal e o General Junot no Solar dos Falcões, hoje Solar D. Carlos, entrando portanto então, ambas elas na História Portuguesa.” (Falcão, 2005, p. 460).

Segundo um artigo publicado no jornal *A Costa do Sol*, no final do século XIX, ainda pertença dos condes da Guarda, servia de alojamento a vacas, a venda de leite e outros produtos da quinta dos proprietários.

O *Guia de Portugal Lisboa e Arredores* refere: “ [...] na praça 5 de Outubro, numa frontaria de casa antiga, que foi do conde da Guarda e onde está a sede da União Comercial.” (1924, p. 619).

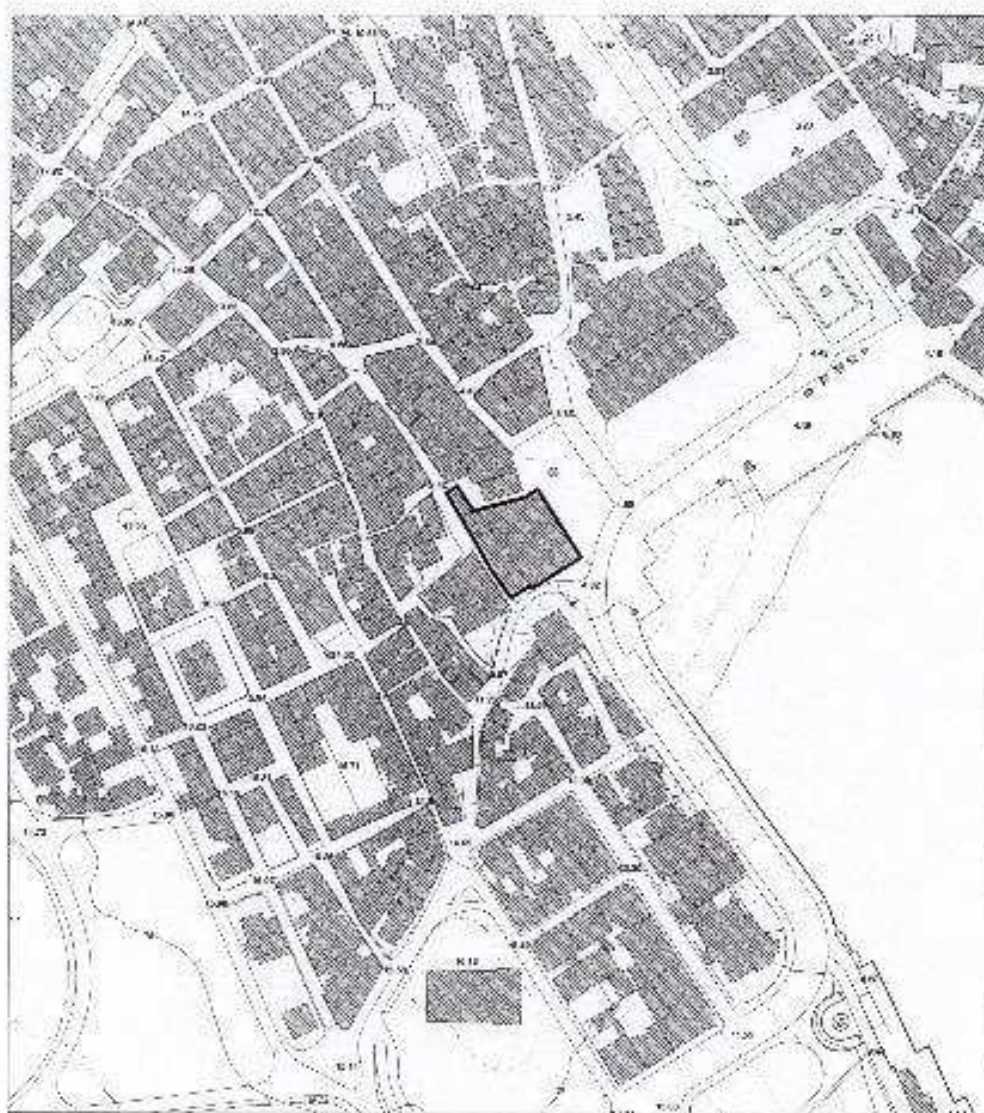
“O Palácio dos Condes da Guarda foi residência particular até ao século XX, mas desta vivência habitacional restam poucos vestígios no seu interior, uma vez que as sucessivas ocupações de que foi objecto (entre as quais destacamos o Grupo Dramático de Cascais que aqui fazia as suas representações) e as adaptações às necessidades da Câmara Municipal descaracterizaram profundamente os espaços. (Rosário Carvalho, *idem*).


“O Palácio dos Condes da Guarda foi residência particular até ao século XX, mas desta vivência habitacional restam poucos vestígios no seu interior, uma vez que as sucessivas ocupações de que foi objecto (entre as quais destacamos o Grupo Dramático de Cascais que aqui fazia as suas representações) e as adaptações às necessidades da Câmara Municipal descaracterizaram profundamente os espaços. (Rosário Carvalho, *idem*).

**Apontamentos:** Esta casa constitui, juntamente, com o Solar dos Falcões [actual Residencial D. Carlos], “ (...) uma das mais importantes construções senhoriais [da vila]. Não se conhece a data da sua edificação que, no entanto, não se deverá afastar dos meados do século XVIII, ainda que as escavações arqueológicas efectuadas no local

tenham revelado uma ocupação que remonta, pelo menos, ao final do século XV.  
(Rosário Carvalho, *idem*).

Designação: Palácio dos Condes da Guarda (Actual edifício dos Paços do Concelho)  
Local: Praça 5 de Outubro, nº 9  
Lugar: Cascais  
Freguesia: Cascais  
Conselho: Cascais



 Imóvel classificado como de Interesse Municipal

Escala: 1/2000

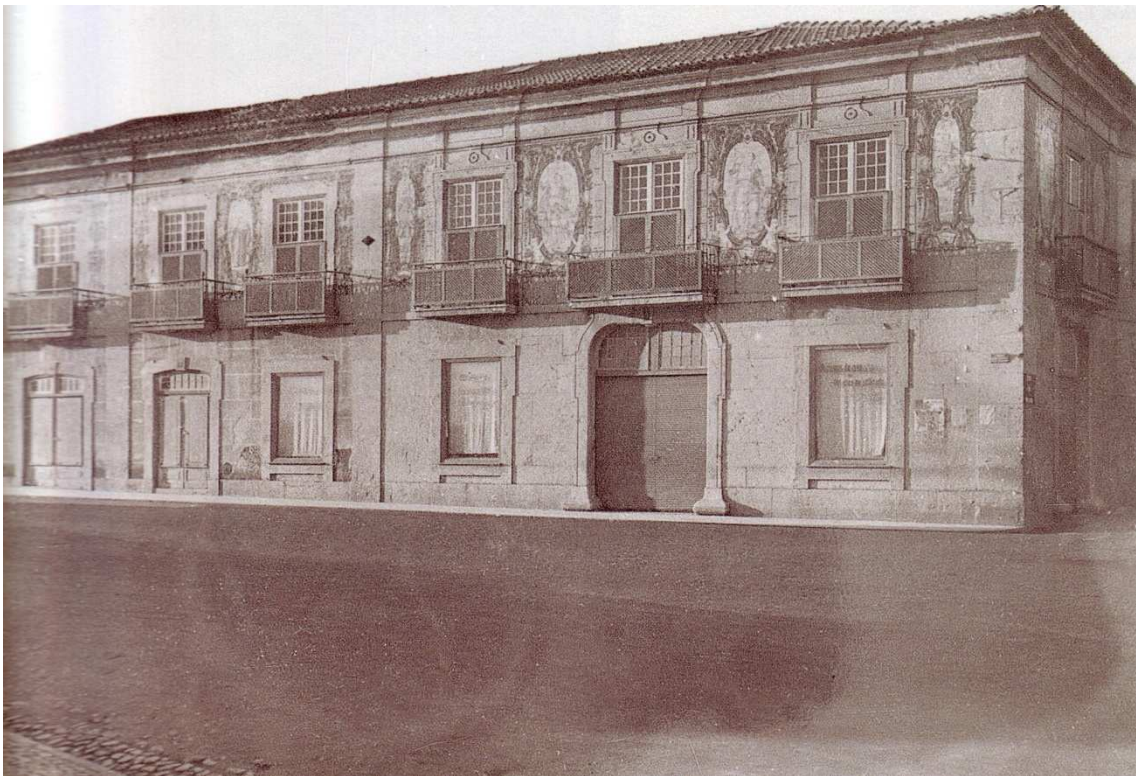
**Casa dos Condes da Guarda – Planta de localização.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Câmara Municipal de Cascais.**

**Fonte: *Cascais 1900*, Maria José Pinto Barreira Rego Sousa.**



**Casa dos Condes da Guarda – Câmara Municipal de Cascais.**

**Fonte: *Cascais 1900*, Maria José Barreira Rego de Sousa.**



**Pormenor da frontaria da Casa dos Condes da Guarda. Azulejos estilo neoclássico, segunda metade do século XVIII, de Francisco de Oliveira de Paula.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Fachada principal.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Porta de entrada.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Pormenor dos painéis de azulejos da fachada direita, com a representação de S. Lucas e S. João.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Fachada lateral direita.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Fachada lateral esquerda.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Painéis de azulejo da fachada lateral esquerda, com representações de S. Pedro e S. Paulo.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Fachada principal, com representação de S. Sebastião.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Condes da Guarda – Fachada principal, com a representação de Santo António.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**

## **ANEXO XVIII**

## FICHA PALÁCIO SEIXAS

**Localização:** Sobre a praia dos Pescadores, também conhecida pelas “gentes” da vila como Praia da Ribeira ou Praia do Peixe, na Rua Fernandes Tomás.

**Proprietário Actual:** Ministério da Marinha (Capitania do Porto de Cascais).

**Arquitecto (s):** Norte Júnior\*.

\*O arquitecto, Manuel Joaquim Norte Júnior, nasceu em Lisboa, a 24 de Dezembro de 1878 e morreu em 1962. Além de arquitecto da Casa de Bragança, foi um dos mais activos, no princípio do século XX, na zona de Lisboa, contando com inúmeras obras particulares, principalmente habitações, diversas restaurações e vários prémios Valmor. No concelho de Cascais projectou, além do Palácio Seixas, o Grande Hotel do Monte Estoril e o Hotel Paris, no Estoril. Diplomado pela ESBAL, após o que estudou em Paris, na EBA e no atelier Pascal, fazendo ainda diversas viagens de estudo por Espanha, França e Bélgica. Entre os seus melhores trabalhos, contam-se: Casa e Atelier Malhoa (Lisboa, Prémio Valmor de 1905); Pavilhão D. Carlos, no Buçaco; Palace Hotel, na Cúria; Palácio Fialho (Évora); moradia na Alameda das Linhas de Torres, Prémio Valmor de 1912; Sociedade Voz do Operário, (Lisboa – 1913); moradia na Avenida Fontes Pereira de Melo, actual sede do Metropolitano, Prémio Valmor de 1914; prédio na Avenida da Liberdade, nº 216, Prémio Valmor de 1915; Associação dos Empregados do Comércio, na Rua da Palma (1916); Hospital Visconde Salreu (Salreu); restauro do Palácio da Bacalhoa (Azeitão); Casino e Cine-Teatro, em Sintra; edifício na Avenida da Liberdade, nº 176, Prémio Valmor de 1927; Palácio Júdice Fialho (Faro); Cine-Teatro Variedades, em Lisboa.

**Construtor da Casa:** Desconhecido.

**Data de Construção:** 1920.

**Construção Primitiva:** Encontra-se construída sobre o antigo Baluarte de Santa Catarina.

**Tipologia da Casa:** Arquitectura Civil. Revivalista.

**Fases de Construção:** Numa primeira fase existiu a Residência da Família Aires de Ornelas e numa segunda fase, nos anos 20 do século XX, o Palacete Seixas, mandado construir por Henrique Maufroy de Seixas.

## Descrição:

- a) **Exterior** – Exteriormente apresenta-se revestido a pedra, como convém às construções próximas do mar. Apresenta quatro pisos: rés-do-chão, primeiro andar, segundo andar e mansarda; telhados cor de ardósia; torreão; varandas de sacada em pedra; janelas amplas.

“Arquitetura residencial, do século XX. Casa tipo chalet, de estilo eclético, de planta rectangular e irregular, composta por vários volumes articulados, destacando-se da mole, vários terraços e um corpo torreado, rematado em coruchéu. Possui coberturas amansardadas e remates em cornija sustentada por cachorros. A fachada principal, muito simples, possui vários vãos rectilíneos, sendo as demais marcadas por terraços e varandas, para onde abrem janelas rectilíneas e em arco de volta perfeita, aparecendo, ao nível do piso superior, várias sacadas. O corpo torreado ostenta balcões, sustentados por mísulas, com janelas de ângulo e vários vãos mainelados. O interior com vestíbulo e escadaria de acesso ao andar nobre.” (*Forte de Santa Catarina / Palacete Seixas / Edifício da Messe de Cascais* (2011). Disponível em

[http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=22648](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22648)).

[Consultado a 23/04/2012].

- b) **Interior** – Adaptado a Messe da Marinha.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Situada no meio da malha urbana, construída em situação privilegiada, sobranceira à baía de Cascais e junto à Praia da Ribeira.

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** “A família Aires de Ornelas constrói nos terraplenos do Forte de Santa Catarina a sua residência, que se manteve até que Henrique Maufroy de Seixas cerca de 1920 adquiriu a propriedade aos herdeiros Ornelas e constrói o Palacete Seixas, cujos trabalhos terminaram em 1932. O antigo Forte de Santa Catarina, depois Residência Ornelas e finalmente Palacete Seixas, é hoje propriedade da Marinha. (*Messe de Cascais* [on line]. Disponível em

<http://www.marinha.pt/pt/extra/messedecascais/historial/pages/messedecascais.aspx>).

[Consultado a 23/04/2012].

O palácio mandado construir por Henrique Maufroy de Seixas, em 1920, teve a obra embargada durante alguns anos, por um processo instaurado pelo Dr. Luiz Vaz de

Carvalho Crespo, filho da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho e do escritor Gonçalves Crespo, que vivendo na casa próxima, objectou, considerando que não só tirava a vista à sua casa, mas que ficava também como que «encafoado». Se atentarmos na situação das duas casas, é perfeitamente compreensível as razões do Dr. Luís Crespo, no entanto, este perdeu o processo e o embargo foi levantado, tendo a construção continuado. Henrique Maufroy de Seixas, armador e amante das coisas do mar, legou em 20 de Outubro de 1945, o palácio ao Ministério da Marinha, com usufruto de sua esposa D. Ida dos Santos de Seixas, “para ali ser estabelecida e instalada a Capitania do Porto de Cascais” e, legou também ao Museu da Marinha, uma notável colecção fotográfica e de miniaturas de embarcações. Segundo nos informa, ainda, Pedro Falcão, talvez por volta da década de 70, a casa sofreu obras que, de certa forma, mexeram com o seu traçado original e com os telhados, dando origem a muitas contestações e críticas da população da Vila de Cascais. (Falcão, 2005, pp. 475-476).

**Apontamentos:** Neste momento da visita, frente ao Palácio Seixas, junto à balaustrada da Praia da Ribeira, podemos invocar o sistema defensivo aqui existente, ladeando a praia, e que juntamente com o Forte de Santa Catarina (localizado onde hoje se encontra o Palácio Seixas) acautelavam possíveis incursões, e dos quais ainda existiam vestígios até às inundações de 1983.

**Outros:** “Com a restauração da independência em 1 de Dezembro de 1640, começou a tomar corpo a construção da linha de Fortalezas da Defesa da Costa, com a chegada dos engenheiros Cosmander (Belga), Nicolau de Langres (Francês) e Gillot (Holandês), que as planearam. D. João IV nomeou D. António Luiz de Menezes, terceiro Conde de Cantanhede e primeiro Marquês de Marialva, patriota fidalgo de grande prestígio militar e de administrador, para superintender aos trabalhos que se prolongaram até 1646. Desta linha de defesa fazia parte o Forte de Santa Catarina (no local onde hoje se situa a Messe de Cascais). 150 anos mais tarde (1796), foram levantadas novas plantas deste forte por Maximiano José da Serra, Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros que, referindo-se a ele, afirmava: ‘Está dentro da Vila de Cascais, defende bem a Ribeira, por estar elevado sobre o plano do mar 15 palmos e é composto por bateria, quartéis e paiol. Tem guarnição, parlamenta e está reedificado pelo Major Serra debaixo das ordens do Coronel José do Rego. A artilharia em ferro, composta por uma peça de calibre 9 e três de calibre 24. Possuía 60 e 180 balas para cada calibre. A artilharia está capaz de

funcionar'. No princípio do século XIX, quando entraram em declínio alguns dos velhos fortes, Santa Catarina foi abandonado.” (Marinha (2009), *idem*).

“ (...) Justamente nessa praia [Praia da Ribeira] que se construiu um sistema defensivo constituído por dois bastiões, do qual remanesciam, até às inundações de 1983, as bases do muralhado que o suportava na origem e emoldurava a enseada onde se erguiam, defendendo, juntamente com o Forte de Santa Catarina, a parte oriental da enseada da vila (...)’ . A sua edificação veio, por conseguinte, dar corpo ao plano traçado por D. António Luís de Meneses, Conde de Cantanhede e Governador da Praça de Cascais durante o período pós-Restauração (...). (A. Martins. *Bases da Muralha que interligava os dois baluartes da Praia da Ribeira* [on line]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/ptpatrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74728/>).

[Consultado a 07/02/2012].



**Palácio Seixas em construção.**

**Fonte: *Cascais 1900*, Maria José Pinto Barreira Rego Sousa.**



**Palácio Seixas – Fachada Nascente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Palácio Seixas – Alçado Poente.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**

## **ANEXO XIX**

## FICHA CASA D. PEDRO

**Localização:** Rua Fernandes Tomás, nº 1, Cascais.

**Proprietário Actual:** Planase (Hotéis Albatroz). “The Albatroz Bayside Villa GuestHouse”.

**Arquitecto (s):** José António Gaspar\*.

\*José António Gaspar - Nasceu em Lisboa, a 10 de Outubro de 1842 e morreu na mesma cidade, a 18 de Fevereiro de 1909. Estudou na Academia de Belas-Artes de Lisboa até 1861, partindo para Paris como bolsheiro em 1866, onde estudou no atelier de C. Questel e na Academia Francesa de Belas-Artes. Regressou a Lisboa em 1870, tendo sido professor na Academia de Lisboa de 1874 a 1903. Principais obras: monumento ao Duque da Terceira (juntamente com o escultor Simões de Almeida), casa do Conde Arnoso e Casa de Sousa Leal, ambas em Lisboa; remodelações em edifícios bancários na Baixa lisboeta: Banco de Portugal, Bank of London, Montepio Geral; profundas remodelações no Palácio Foz, em Lisboa; remodelações no Palácio Palmela, ao Rato e em Cascais; projecto da casa de Maria Amália Vaz de Carvalho, em Cascais. A sua obra mais significativa foi, no entanto, a Casa da Moeda, ao Conde Barão, em Lisboa (Pedreirinho, 1994, p. 118).

**Construtor da Casa:** Ignorado.

**Data de Construção:** Terminada no ano de 1903.

**Descrição:**

- a) **Exterior** – Apresenta características do estilo português: janelas de guilhotina enquadradas por vãos de pedra, varandas alpendradas ao nível do rés-do-chão e no primeiro andar, voltado a Poente, destaca-se uma varanda de sacada, com uma porta janela sobranceira à praia dos Pescadores, ou da Ribeira. A porta de entrada, virada a Sul, não condiz com a imponência da construção, insignificante e encimada por um pequeno alpendre.

A casa divide-se em quatro pisos: subterrâneo, rés-do-chão, primeiro andar e mansarda.

O rés-do-chão compunha-se de átrio, salão com lareira em mármore, duas salas pequenas, cozinha e copa. No primeiro andar, quartos destinados aos

proprietários, virados a Poente e sobranceiros à praia. Na mansarda, quartos para os empregados.

**b) Interior** – Actualmente, adaptado à multifuncionalidade de uma unidade hoteleira.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** No centro da vila de Cascais, actualmente, rodeada de casario, quase confinando com o Palácio Seixas e junto à praia da Ribeira. Conserva ainda, a Poente, um pequeno logradouro que, no tempo do Dr. Luís Crespo, era um jardimzinho com canteiros e banquinhos de pedra, junto à amurada, de onde se podia observar, ao cair da tarde e às vezes já noite, o descarregar do peixe, que depois seguia para a lota, ali ao lado.

**Estado de Conservação:** Bom.

**História da Casa:** Mais uma vez os duques de Palmela intervieram no embelezamento da vila, com a construção desta casa que ofertaram à escritora Maria Amália Vaz de Carvalho Crespo.

Por volta de 1900, os duques de Palmela, adquiriram umas casas e terrenos de pescadores, junto ao baluarte de Santa Catarina, onde a escritora costumava passar o Verão com os filhos, doando-a à filha da escritora, Cristina, com usufruto da mãe. Segundo Pedro Falcão e de acordo com a escritura, “ (...) para o fim de em testemunho de reconhecimento e de admiração pelo talento com que a segunda outorgante [Maria Amália] soube reconstituir para a história pátria a ‘Vida do Duque de Palmela’, D. Pedro de Sousa Holstein, poderem fazer doação do mesmo prédio à terceira outorgante, com reserva para esta do usufruto vitalício” (Falcão, 2005, p. 463).

Aqui passa a viver Maria Amália Vaz de Carvalho Crespo e, por sua morte, a casa passa para filha D. Cristina Aires Crespo, conforme o previsto na escritura. Por morte de D. Cristina, que não deixou herdeiros, a casa passou então a ser habitada por seu irmão, o Dr. Luiz Vaz de Carvalho Crespo e sua mulher, D. Maria do Carmo Viana Crespo (filha do proprietário da quinta do Estoril, o José Viana) e filhos.

**Vivência:** “Dentre os intelectuais que residiram ou estanciaram em Cascais não nos podemos esquecer dessa extraordinária figura de Mulher, de Esposa e de Escritora que foi Maria Amália Vaz de Carvalho. Em Cascais, com seu marido, o grande poeta Gonçalves Crespo, viveu alguns anos da sua vida, primeiramente numa casa que, junto à muralha sobranceira à Baía, alugara ao banheiro Rafael e depois na vivenda que a

duquesa de Palmela lhe ofertara: a ‘vila D. Pedro’. Maria Amália havia escrito então os três volumes da *Vida do duque de Palmela, D. Pedro*. Em Cascais reunia Maria Amália, como na Capital, na travessa de Santa Catarina – o último salão literário de Lisboa – as mais conhecidas figuras do pensamento português. Segundo informações, (...) recebia, entre outros, o Conde de Sabugosa, Teixeira de Queirós, António Cândido, Eça de Queirós e Ramalho.” (Andrade, 1964, p. 419).

“Antes de possuir a sua casa na muralha da Baía, hospedara-se muitas vezes Gonçalves Crespo em casa do Conde de Sabugosa.” (Andrade, 1964, p. 419).

Numa descrição de Pedro Falcão pode ler-se: “Lá estava a casa branca de estilo bem português (...) Lá estava (...) o Dr. Luís Crespo [filho de Maria Amália Vaz de Carvalho], à varanda com o seu binóculo. Quase não havia ruídos de automóveis nem de barcos a motor e o silêncio que reinava permitia ouvir, em toda a sua pureza, a vida da praia [referindo-se a 1910]. Era o sussurro das pequeninas ondas quebrando na areia, era o leve ruído cadenciado dos remos na água, eram os gritos sonoros das companhas, eram os barcos varando a praia, eram as gaiotas fazendo acrobacias a rir, eram os panos estalando ao vento...E toda aquela sinfonia entrava pelas grandes janelas da casa branca. Viver nela era quase viver no mar! Quantas vezes o Dr. Crespo falava da varanda para a praia a fim de dar algum recado ao Zé da Varina, o arrais da ‘Maria do Carmo’. – Ó José, a canoa está pronta a largar? – Pode vir, sr. Dr., vou desamarrar a chata.” (Falcão, 2005, p. 195-196).

**Apontamentos:** Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa, 1847 - 1921) autora de uma obra variada, como poesia, contos, ensaios, biografia e crítica literária, publicou, entre outros: *Serões no Campo* (1877); *Arabescos* (1880); *Contos e Fantasias* (1880); *Contos para os Nossos Filhos* (1880), este último em colaboração com o seu marido, Gonçalves Crespo.

Filha de José Vaz de Carvalho e de Maria Cristina de Almeida e Albuquerque, descendia de D. José Vaz de Carvalho, Chanceler-mor do reino, no tempo de D. João V. Foi casada com António Cândido Gonçalves Crespo, poeta, e foi também a primeira mulher a ingressar na Academia das Ciências de Lisboa.

Constituiu, nas suas residências, quer de Lisboa quer de Cascais um salão literário, por onde passaram grandes nomes da cultura e da literatura portuguesa daquela época, como

Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro, entre outros.

**Outros:** No centro do largo entre a Casa D. Pedro e o edifício da Lota de Cascais, um padrão erguido por altura da construção da estrada para o Estoril, durante o reinado de D. Miguel, o qual tem a seguinte inscrição: “Viva a Carta Constitucional (lado Sul); Viva D. Pedro, Duque de Bragança (lado Norte); Se a força fez levantar/Um padrão à tirania/ À rainha neste dia/Cascais o vai consagrar (lado Poente) /4 de Abril de 1834/Viva D. Maria Segunda (lado Nascente).” (Andrade, 1964, p. 273).

Continuando a visita e subindo as escadinhas entre a Casa D. Pedro e o Palácio Seixas, entrando na Rua Fernandes Tomás, a meio da mesma deparamo-nos com um miradouro. Justamente neste ponto podemos indicar o local designado por **Cortina de Atiradores** (que se situava entre o Forte de Santa Catarina e o Forte do Almesqueiro). Trata-se dos vestígios de uma estrutura militar, “ (...) constituída por um lanço de muralha, edificada no século XVIII. O objectivo desta construção era reforçar a linha defensiva da barra do Tejo, desenvolvida no período pós-Restauração. A cortina, que se estendia entre as duas fortalezas, junto à água, fechava assim o acesso à praia e permitia a distribuição da artilharia ao longo da sua estrutura.” A Cortina de Atiradores encontra-se presentemente classificada como IIP – Imóvel de Interesse Público, inserida na categoria de Arquitectura Militar e abrangida em ZEP ou ZP.

Catarina Oliveira (2007). *Cortinas de atiradores (entre o Forte de Santa Catarina e o Forte do Almesqueiro)* [on line]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74731/>.

[Consultado a 03/02/2012].

Ao deixar a Rua Fernandes Tomás, em direcção à Rua Direita, entramos na Rua da Saudade e no Largo da Misericórdia, onde se encontra a igreja do mesmo nome. A **Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia de Cascais** é um edifício classificado como IM – Interesse Municipal, e abrangido por ZEP ou ZP.

“A Santa Casa da Misericórdia foi instituída em 1551. O núcleo histórico a ela pertencente está inserido no centro histórico da vila, no Largo da Misericórdia, e integra a actual igreja, a sacristia, o edifício do antigo hospital e farmácia, e diversas dependências adjacentes. O templo primitivo, a Ermida de Santo André, antiga sede da instituição, foi destruído pelo terramoto de 1755, tendo sido reedificado em 1777,

embora as duas torres laterais da nova igreja nunca tenham sido concluídas. A igreja da Misericórdia de Cascais é constituída pelo templo, de planta longitudinal, e pela sacristia anexa, situada onde seria provavelmente a anterior Ermida. A fachada do templo é antecedida por escadaria e pequeno adro, e constituída pelo corpo central e pelas duas sineiras, incompletas. A frontaria da igreja está dividida em 3 panos, separados por pilastras de cantaria. No plano central, ligeiramente saliente, rasga-se o portal principal em verga recta, encimado por frontão curvo interrompido onde encaixa o janelão central no registo superior. Neste segundo registo abrem-se três janelas com molduras de cantaria, sendo a axial mais trabalhada. O frontão é rematado por cruz. Os corpos das duas torres, de planta quadrada, são rematados por terraços, já que as sineiras nunca foram concluídas. A torre à esquerda está levantada ao terceiro piso, à altura da fachada da igreja, e a torre da direita está levantada apenas até ao segundo piso. A fachada Sul deita para o pátio da antiga casa do capelão, farmácia e celeiro, e do primitivo Hospital. O interior do templo constituído por ampla nave com cobertura em abóbada de berço. Possui coro alto com balaustrada em madeira, púlpitos, e dois altares laterais em talha dourada e policromada. A capela-mor é rasgada por arco triunfal de volta perfeita em cantaria, com marmoreados, e o emblema da Santa Casa da Misericórdia. O retábulo é rococó, com colunas de capitéis coríntios, camarim e trono, e imagem de Nossa Senhora da Conceição. De cada lado, em duas mísulas, estão as imagens de Santa Bárbara e de Santo António. À direita, do lado da Epístola, fica a porta de acesso à sacristia. A sacristia, um dos elementos mais antigos do conjunto arquitectónico, junto de cuja entrada existe uma lápide sepulcral datada de 1622, tem tecto em madeira, onde se destaca um medalhão central pintado com o emblema da Misericórdia, entre concheados e elementos vegetalistas rococós. O espólio da igreja é constituído por um vasto conjunto de alfaias religiosas, imagens sacras, um presépio oitocentista em terracota, diversas bandeiras processionais pintadas, e parte de um retábulo quinhentista composto por quatro tábuas com as representações de Nossa Senhora da Misericórdia, Visitação, Cristo Carregando a Cruz e Ressurreição de Cristo.” (Sílvia Leite (2010). *Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia de Cascais* [online]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/6434128/>.

[Consultado a 03/02/2012].

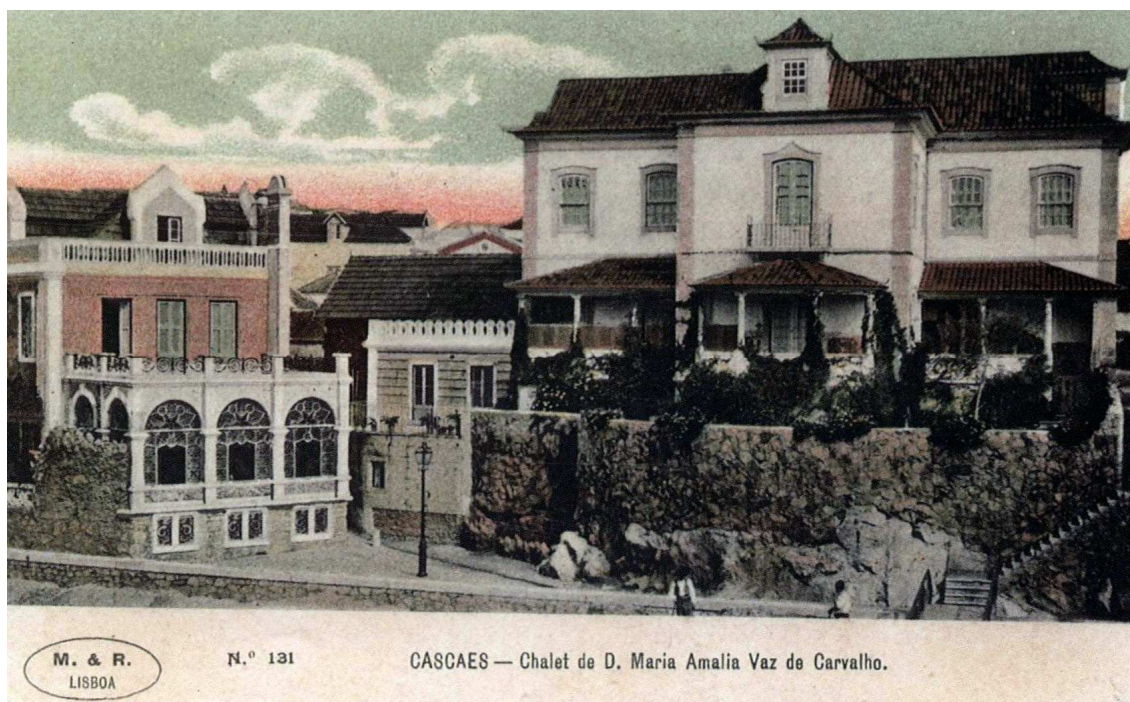
“Quando Eça morreu, na sua casa de Neuilly, a 16 de Agosto de 1900, os pais do escritor, Carolina Augusta Pereira d’Eça de Queirós e José Maria d’Almeida Teixeira de Queirós encontravam-se em Cascais, na companhia de sua filha, Aurora. [...] A missa por alma de Eça de Queirós foi mandada dizer por seus pais na igreja da Misericórdia de Cascais, com as presenças de Ficalho, Sabugosa e Soveral.” (Ricardo António Alves, *Eça e os Vencidos da Vida em Cascais*, 1998, Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 52-53).

Ainda na Rua da Saudade deparamo-nos com uma placa a assinalar a casa onde viveu **Mircea Eliade**. Escritor, ensaísta, pensador, nasceu na Roménia, em Bucareste, a 13 de Março (ou a 28 de Fevereiro, como referem os ficheiros romenos e de acordo com o calendário Juliano, dado que a Roménia só aderiu ao calendário Gregoriano em 1924. Contudo, Eliade, proveniente de uma família Cristã Ortodoxa, comemorava o seu aniversário a 9 de Março, dia dos Quarenta Mártires, pelo calendário Juliano) de 1907 e faleceu, em Chicago, a 22 de Abril de 1986. Licenciou-se em Filosofia, em 1928, na Universidade de Bucareste e partiu, no mesmo ano para a Universidade de Calcutá, onde recebeu ensinamentos de sânscrito e filosofia. De regresso a Bucareste em 1932 fez o doutoramento, apresentando uma tese sobre a análise do ioga. Em 1939, ocupou o cargo de Adido Cultural, na embaixada da Roménia, em Londres e em 1940, foi nomeado Secretário de Imprensa em Lisboa, até 1944. “Acerca das suas impressões sobre Lisboa escreverá nas suas memórias: ‘Lisboa conquistou-me desde o primeiro dia (...) No último ano da minha estadia em Calcutta tinha começado a aprender o português com método e paixão’. Em 1941-1942 Eliade trabalhava numa biografia de Salazar. Com a ajuda dos historiadores e jornalistas Manuel Múrias (1900-1960), João Ameal (1902), Alfredo Pimenta (1882-1950) e Pedro Correia Marques (1890), Eliade escreveu uma hagiografia do ditador português, hoje em dia francamente obsoleta. O mesmo Eliade mudou depois de perspectiva e revelou-se em 1946 muito mais crítico com respeito a Salazar. *Salazar e a Revolução em Portugal* saiu em 1942 em Bucareste. O capítulo XIV foi publicado em versão portuguesa no jornal *Acção* (30-IX-1943). Nas suas *Memórias* Eliade descreve com luxo de detalhes a génese deste livro, que lhe valeu uma entrevista com o próprio Salazar: ‘Na tarde de 6 de Julho telefonou-me António Ferro para me anunciar que no dia seguinte ia ser recebido por Salazar às cinco da tarde: Como não encontrei um táxi, cheguei lá quase correndo. O porteiro do Palácio de São Bento perguntou-me para onde ia. ‘O Senhor Presidente’, respondi. Ele mostrou-me a

escada do fundo e disse: ‘Segundo andar, à direita’. Assim se entra no gabinete do ditador português... Durante aqueles cinco minutos de espera engoli sem fôlego um copo de água: ‘A minha garganta ficara tão seca que receei não poder falar.’ (...) Os últimos dois anos em Lisboa (1943-1944) foram para Eliade um calvário. O que mais o abalou foi a morte de sua mulher, Nina Mares. Para não incomodar o marido, Nina Mares queria ser operada em Bucareste. Quando voltou a Portugal, em Junho de 1943, Eliade verificou que ela estava muito mal. O médico português aconselhou o internamento num sanatório, a Casa de Saúde e Repouso da Lousã, onde Nina passou dois meses com escassos resultados. (...) Nina Mares morreu no dia 20 de Novembro de 1944, e Eliade partiu para Paris, rumo ao exílio definitivo. Nos últimos anos relembrou a imagem da casa em Cascais: ‘a casa em que morávamos desde há seis semanas ia ser derrubada até o dia 1º de Outubro. Vivíamos rodeados de escombros, com um lenço na mão para tapar a boca quando o vento levantava o pó da rua. Esta imagem parecia-me o símbolo duma Europa no fim da Segunda Guerra Mundial.’ (...) Na literatura romena, Portugal é uma espécie de planeta desconhecido, uma «terra incógnita» que fica longe de mais para caber dentro de um horizonte real e palpável. A «Ocidental praia lusitana» torna-se, por isso, um pretexto ideal para evocar um Finisterrae, um iluminar entre a realidade e o sonho, entre terra e água. Mircea Eliade, ao lado de Nicolae Iorga [n. Botosani, Roménia 1871, m. Srejniciu 1940, historiador, professor, escritor, poeta, primeiro ministro da Roménia em 1931-32, ministro da educação, fundador do Partido Nacional Democrático – PND, apoiante do regime de Carol II, foi assassinado em 1940 pela Iron Guard. Acerca de Portugal escreveu: *The Remotest Latin Country in Europe: Portugal*]. (Nicolae Iorga. Disponível em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/293151/Nicolae-Iorga>). [Consultado em 29/04/2012], e Lucien Blaga [1895-1961, poeta, filósofo, dramaturgo e diplomata romeno, ministro plenipotenciário da Roménia em Portugal entre 1938-1939, período que influenciou também a sua obra literária. (Blaga 70. Disponível em <http://www.icr.ro/lisboa/eventos/blaga-70.html>). [Consultado em 29/04/2012], foi um dos poucos romenos que tiveram no nosso século um conhecimento directo do país. Ainda assim, revelou-se incapaz de se subtrair a esta visão mítica. Ao escrever nos anos cinquenta o seu romance *Bosque Proibido (Noite de São João)*, Eliade escolheu Portugal para criar aí o único ninho de felicidade do romance: A Estufa Fria, no Parque Eduardo VII, Cascais e o Buçaco. (...) ‘Creio que, mais do que qualquer outro trabalho literário meu, este romance poderá interessar o leitor português. Passei cerca de cinco

anos em Portugal, e uma parte da acção do romance decorre em Lisboa, Cascais e Coimbra (...) Se os compreendi bem, os Portugueses têm uma determinada concepção do Tempo, da Morte e da História, que lhes permite presentir o tema central (e ‘secreto’) do romance (...) Parece-me que para os Portugueses (como aliás para os Romenos), o Tempo, a História, a Morte e o Amor conservam o carácter de mistérios». (...) Portugal significou para Eliade uma vivência crucial: um adeus à pátria, à própria cultura, à primeira mulher. Só nos últimos anos da vida ele reconstruiu este episódio nas suas *Memórias*.” (Brunn, Albert von (1990). *Mircea Eliade em Portugal (1940-1944)* [on line] Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/meliade.pdf>). [Consultado a 16/03/2012].

Em 1944, de Portugal partiu para Paris, onde leccionou na Universidade de Sorbonne, como professor de Religião Comparada. Treze anos depois partiu para os Estados Unidos da América, para dirigir o departamento de Religião e ensinar História das Religiões na Universidade de Chicago, acabando por se naturalizar americano. Das suas obras destacam-se: *A Noite Bengali* (1933); *A Volta do Paraíso* (1934); *A Serpente* (1937); *História das Crenças e das Ideias Religiosas* (1949-1983); *Tratado de História das Religiões*; *La Nostalgie des Origines*; *O Sagrado e o Profano*; *Ocultismo bruxaria e correntes culturais*; *O Mito do Eterno Retorno* (1949), entre outros. Do período que passou em Portugal escreveu a síntese *Os romenos, latinos do Oriente* e a obra *Salazar e a Revolução Portuguesa*. (Mircea Eliade. In Infopedia [on line]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível em [www: <URL:http://www.infopedia.pt/\\$mircea-eliade>](http://www.infopedia.pt/$mircea-eliade)). [Consultado a 25/03/2012].



**Casa Maria Amália Vaz de Carvalho.**

**Fonte: *Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol – Cascais, (1850-1930)*, João Miguel Henriques.**



**Casa D. Pedro – José António Gaspar – 1903.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa D. Pedro - Maria Amália Vaz de Carvalho.**

**Fonte: *Cascais 1900*, Maria José Pinto Barreira Rego Sousa.**



**Padrão erguido durante o reinado de D. Miguel, com inscrição consagrada a D. Pedro IV, a D. Maria II e à Carta Constitucional.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Cascais - Cortina de Atiradores.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**



**Cascais – Cortina de Atiradores.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**



**Igreja da Misericórdia (1777) – Alçado Poente.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Mircea Eliade na Rua da Saudade.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) [on line].**



**Casa Mircea Eliade.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa Mircea Eliade – Placa alusiva.**

**Fonte: Coleção Particular.**

## **ANEXO XX**

## FICHA CASA DOS ALMADAS / CASA D. NUNO / ASSE DAS TRÊS

**Localização:** Situada no promontório do mesmo nome, sobre a Praia da Rainha. Também conhecida como a Casa dos Almadas.

Rua Asse das Três – Cascais.

A origem do nome provém do facto de que “asse” significava um talhão, um pedaço de terra, uma “courela”, medida agrária antiga de 100 braças de comprimento por 10 de largura, ora acontecia que, este pedaço de terra (“asse”) pertencia a três senhoras (Correia, 1964, p. 20).

**Classificação Oficial:** Classificada como IM – Interesse Municipal. Abrangida em ZEP ou ZP.

(Rosário Carvalho. *Casa dos Almadas*. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/7885590/>).

[Consultado a 03/02/2012].

**Proprietário Actual:** Planase (Hotéis Albatroz).

**Arquitecto (s):** Engenheiro Gastão Benjamim Pinto.

**Construtor da Casa:** Ignorado.

**Data de Construção:** 1922.

**Construção Primitiva:** Muito possivelmente existiria ali uma construção, certamente mais modesta e menos interessante.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura Civil. Estilo português. “Influência dos *chalets* suíços com elementos muito tradicionais, filiados na denominada Casa Portuguesa de Raul Lino.” (Rosário Carvalho. *Idem*).

**Fases de Construção:**

**Descrição:**

- a) **Exterior** – Dois pisos: rés-do-chão e primeiro andar. Torreão de planta quadrangular, na fachada Sul; varanda redonda alpendrada, com arcaria abrangendo os dois pisos e virada ao Oceano; área diminuta de logradouro.

“A sua arquitectura denuncia, precisamente, a preocupação com a paisagem, pois todas as portas e janelas permitem o acesso à varanda ou ao jardim. Os seus volumes diferenciados são cobertos por telhados tradicionais, à excepção do corpo mais próximo do mar, com telhado piramidal a recordar a arquitectura dos *chalets*. No restante, é a tradição portuguesa que impera, com a desmultiplicação de fachadas, os alpendres e varandas, a valorização do branco, a utilização de górgias de madeira, a par da decoração através de registos de azulejos do século XVIII, originais ou cópias. Muitos dos azulejos que hoje se observam são réplicas, como os dos quartos, de temática marinha, ou o do exterior alusivo ao Condestável D. Nuno.” (Rosário Carvalho. *Idem*).

#### **b) Interior**

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Embora esteja rodeada de outras construções, consegue ter uma certa independência e privacidade, uma vez que se encontra numa posição mais avançada sobre o mar, assente sobre a plataforma rochosa.

“ (...) Beneficia de uma situação privilegiada, sobre um pequeno promontório sobranceiro ao mar e à Praia da Rainha.” (Rosário Carvalho. *Idem*).

**Estado de Conservação:** Bom. Convertida em hotel (inserida no grupo dos Hotéis Albatroz), em 2002, sofreu profundas obras de remodelação e adaptação a unidade hoteleira.

**História da Casa:** A casa foi mandada construir por D. Nuno Miguel d’ Almada e Lencastre, casado com Isabel Teresa de Jesus de Melo d’ Almada e Lencastre, os quais por não terem filhos a doaram a seu afillhado Bernardo Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva (Cascais, 1935-1997) (filho de Manuel Ribeiro do Espírito Santo Silva e de Isabel de Jesus Maria Pinheiro de Melo), casado com Maria Luísa Bessa Leite de Faria Espírito Santo Silva, e pai de cinco filhos (Falcão, 2005, p. 473).

**Outros:** “Mais além... Numa riba sobranceira ao amontoado de fragões, numa riba que o oceano babuja de espuma, fora das vistas da estrada e perdida num aglomerado de casario pobre, avulta a linda casa de D. Nuno de Almada, casado com a filha mais nova dos condes de Sabugosa. Situação de maravilha para um miradoiro, - o que a Câmara já viu, tendo por isso comprado, para as demolir, as velhas barracas do sítio. Cascais, por isso, vai ter em breve, junto à moradia de D. Nuno de Almada, um varandim sobre o oceano [1943].” (Colaço, Archer, 1999, p. 343).

Designação: Casa dos Almadas / Casa Dom Nuno  
Local: Rua Asse das Três, nº 5  
Lugar: Cascais  
Freguesia: Cascais  
Concelho: Cascais



**Casa dos Almadas – Planta de localização.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Almadas – Vista geral.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa dos Almadas – Fachada Norte.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Asse das Três – Alçado Poente – Sobranceiro à praia da Rainha.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Asse das Três – Alçado Nascente – com vista para a praia da Conceição.**

**Fonte: Coleção Particular.**

## **ANEXO XXI**

## FICHA CASA DUQUE DE LOULÉ

**Localização:** No extremo Oeste da Praia da Conceição, sobranceira ao mar, confinando com a Ermida de Nossa Senhora da Conceição dos Inocentes (século XVII).

Rua Frederico Arouca – Cascais.

“O palácio do sr. Conde de Valle dos Reis (Loulé) está em seguida ao do sr. Duque de Palmella. [...] Assente sobre rochas, é, pela originalidade da sua forma architectonica, a edificação que mais prende a atenção de todas as pessoas que visitam Cascaes, onde, até hoje, não tem rival, e mesmo não consta que no paiz haja outra semelhante” (Barruncho, 1873, p. 151).

**Classificação Oficial:** Classificado como IM – Interesse Municipal. Abrangida em ZEP ou ZP. (Sílvia Leite (2009). *Palácio dos Duques de Loulé ou Casa Loulé* [on line]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/4304704/>.

[Consultado a 03/02/2012].

**Proprietário Actual:** Planase (Hotéis Albatroz).

**Arquitecto (s):** Luís Caetano Pedro d'Ávila. (Dados biográficos – Anexo XV – Ficha do Chalet D. Maria Pia de Sabóia).

“É sabido que ao distinto architecto portuguez o sr. Ávila se deve tão primorosa fábrica, sendo porém certo que o sr. Rodrigo Cantagallo, cujo génio artístico e aprimorado gosto todos conhecem, não deixou de concorrer, e concorre para a conclusão da obra, movido pela íntima amizade que o liga ao proprietário” (Barruncho, 1873, pp. 151-153).

**Construtor da Casa:** A construção terá sido, provavelmente, supervisionada pelo próprio architecto e, talvez, também por Rodrigo Maria Berquó (1839-1896).

**Data de Construção:** Construção finalizada em 1873.

**Construção Primitiva:** Terreno baldio.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Palácio. Influência francesa, estilo Luís XIII. (Sílvia Leite. *Idem*).

“Vê-se que foi obra traçada e dirigida por um verdadeiro artista, porque toda ella obedece a um pensamento artístico. A architectura faz sobressair no fundo o estylo de Luís XIII, mas ornamentada com reminiscências da antiguidade grega e árabe, harmoniosamente combinadas. O palácio apresenta pois um aspecto ao mesmo tempo alegre e magestoso, o que condiz bem com o logar em que foi levantado, à beira do Oceano, e dominando um panorama ora festivo ora severo” (Barruncho, 1873, p. 151).

### **Descrição Sucinta:**

- a) **Exterior** - “Occupa uma área talvez de duzentos metros quadrados, sendo dividido em três andares: rez do chão, primeiro e mansardas. As paredes exteriores apresentam um bonito xadrez de tijolo encarnado. A cantaria das portas e janellas é alternada de pedras grandes e pequenas, conforme o estylo de Luís XIII. A cobertura superior do edifício abriga engenhosamente as mansardas, e é toda pintada de cor de ardósia. Forma anteriormente cinco pavilhões, dos quaes os três mais salientes terminam em graciosas agulhas douradas, com cataventos” (Barruncho, 1873, p. 153).

“Agora é o palacete dos Duques de Loulé, que pertence actualmente ao marquês da Foz. Ameias de antigo estilo, janelas abertas sobre a toalha rendada das ondas. Mandou-o fazer um dos filhos da Infanta D. Ana de Jesus Maria, e é das mais bonitas casas de Cascais.” (Colaço, Archer, 1999, p. 343).

“O Palácio (...) é um edifício imponente constituído por um corpo rectangular levantado em dois pisos e mansardas, revelando-se a influência francesa nesta estrutura, no relativo rigor e sobriedade das formas, e no uso da pedra (cantarias de portas e janelas). (Sílvia Leite, *idem*).

**Interior** - Presentemente e uma vez que foi adaptado a hotel, a sua divisão interior encontra-se completamente alterada, no entanto regista-se uma descrição na época: “As divisões interiores foram adaptadas à forma do edifício que o architecto sujeitou sem esforço às irregularidades do terreno. No rez do chão tem: sala, casa do jantar, casa de costura, casa de bilhar, um quarto para hóspede, vestíbulo, guarda-roupa, copa e sentina inodora. O primeiro andar tem quartos destinados para o sr, Duque de Loulé, dando sobre o Oceano; ao lado um gabinete, quarto do conde e condessa, e de suas filhas, com os respectivos toilettes. No andar superior há quartos para hospedes, habitações para criadas, despensa, casa de engomar, etc. Todo o edifício é methodicamente inundado de

luz e convenientemente arejado. Está-se procedendo à ornamentação interior, devendo a obra de estuque ficar em harmonia com o carácter da edificação, e com os preceitos de bom gosto, alliando a variedade à singeleza (esta descrição é tirada na sua maior parte do *Diário de Notícias*, de 24 de Fevereiro de 1873). As cocheiras e outras oficinas ficam ao lado do palácio e não discrepam da elegância d'este” (Barruncho, 1873, p. 153).

### **Enquadramento Urbano e Paisagístico:**

**História da Casa:** Foi uma das primeiras moradias luxuosas de Verão que a nobreza construiu em Cascais, para acompanhar a Família Real, na sua temporada balnear.

A 29 de Dezembro de 1870 é anunciada a compra do terreno no *Diário do Governo*, N<sup>o</sup> 295, todavia, a publicação é mandada suspender pela Câmara Municipal, em 5 de Janeiro de 1871, por ordens do Governo Civil de Lisboa. Somente a 26 de Janeiro de 1871 é dada a autorização pelo Conselho de Distrito e publicado o aforamento, que é arrematado a 23 de Fevereiro do mesmo ano por Rodrigo Maria Berquó\*, na qualidade de procurador dos condes. Assim, apenas em 17 de Novembro de 1872, a câmara procederá ao deferimento do requerimento do conde de Vale de Reis, D. Pedro Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto\* e de sua mulher D. Constança Maria da Conceição Figueiredo Cabral da Câmara (Henriques, 2004, p. 133).

No dizer do Professor Thomas de Mello Bryner (4<sup>o</sup> Conde de Mafra), esta casa era tão feia que lhe chamavam a “caixa de amêndoas” (cit. por Andrade, 1990, p. 330).

\*D. Pedro de Moura Barreto era 10<sup>o</sup> conde de Vale de Reis, 3<sup>o</sup> marquês de Loulé e 2<sup>o</sup> duque de Loulé. Nasceu a 7 de Outubro de 1830 e faleceu a 2 de Março de 1909, no Palácio da Quinta da Praia, em Belém. Exerceu os cargos de General de Brigada, Estribeiro-mor da Casa Real, Gentil-homem da Câmara e Mordomo-mor da rainha D. Maria Pia. D. Pedro de Moura Barreto era filho de D. Nuno José Severo Mendonça Rolim de Moura Barreto (1804-1875, 9<sup>o</sup> Conde de Vale dos Reis, 2<sup>o</sup> Marquês de Loulé e 1<sup>o</sup> Duque de Loulé), que casou com a infanta D. Ana de Jesus Maria de Bragança, filha de D. João VI, tendo ascendido a Duque de Loulé.

A casa é vendida mais tarde a Eduardo Alberto Plácido (1874-1937), cuja filha, Maria Antónia Tedeschi Plácido, casou com Francisco de Mello Breyner (5<sup>o</sup> Conde de Mafra) e depois ao Marquês da Foz (n. 1931 - 3<sup>o</sup> Marquês da Foz e 4<sup>o</sup> Conde de Cabral, Jacinto Brandão de Melo Magalhães Guedes de Queirós) que a alugou, nos anos 60 do século

XX, tendo sido transformada em estalagem. Em 1978, passou a ser propriedade da família Simões de Almeida (João António Simões de Almeida – Trás-os-Montes, Bragança 1910-1990, uma das suas filhas, Maria João Simões de Almeida, casou com José Manuel Pinheiro do Espírito Santo Silva, filho de Manuel Espírito Santo Silva e de Isabel de Jesus Pinheiro de Melo). Por fim a mansão foi transformada em hotel de luxo, o Hotel Albatroz, cuja empresa acaba comprando a propriedade (Sílvia Leite, *idem*).

Eduardo Alberto Plácido. Disponível em

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=12001](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=12001). [Consultado a 30/04/2012].

Jacinto Brandão de Melo de Magalhães Guedes de Queirós. Disponível em

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=54636](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=54636). [Consultado a 30/04/2012].

João António Simões de Almeida. Disponível em

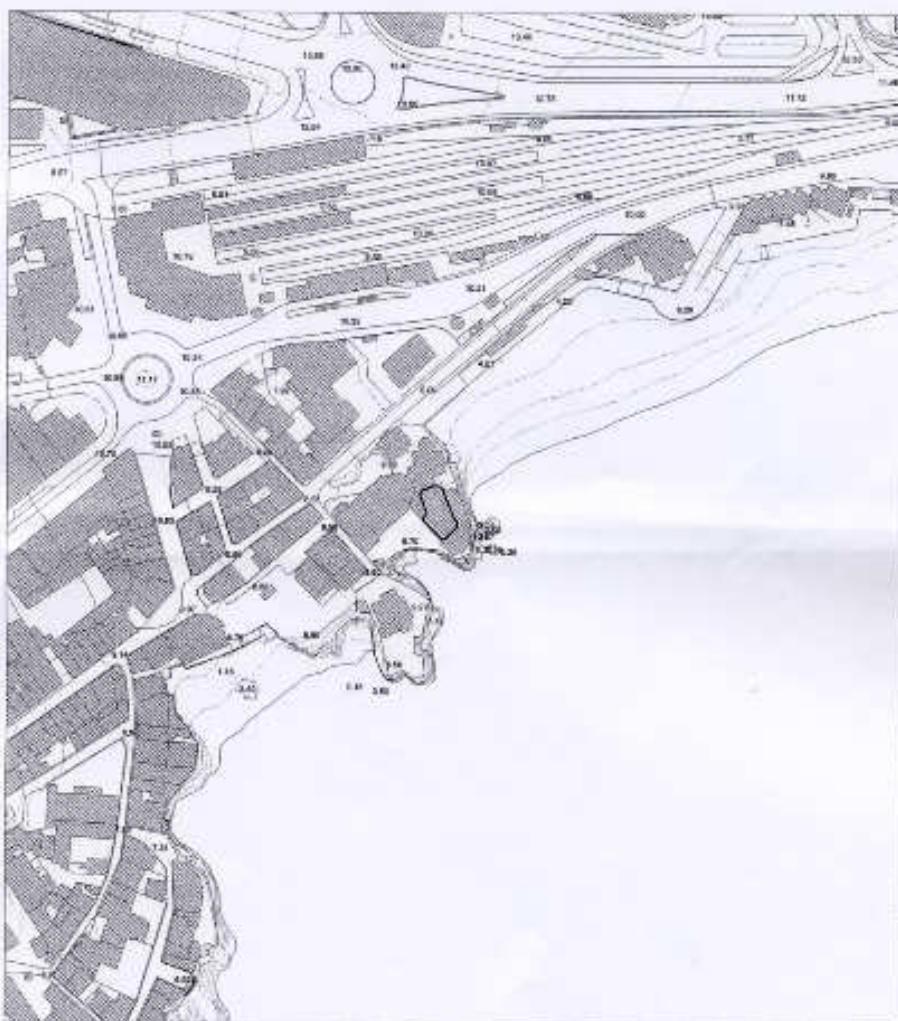
[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=38409](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=38409). [Consultado a 30/04/2012].


**Apontamentos:** \*D. Rodrigo Maria Berquó – Engenheiro distinto e ilustrado amador de música, nasceu no Rio de Janeiro, em 1839, morreu em Lisboa em 1896. Foi desde 1888 director e administrador do Real Hospital das Caldas da Rainha, estabelecimento termal que conseguiu reformar completamente depois de porfiadas lutas. Deve-se-lhe a construção do novo hospital modelo e do edifício denominado a Copa. É também obra sua o estabelecimento termal da Felgueira. O seu carácter alegre tornou-o muito popular e querido nas Caldas e foi dos vultos eminentes da alta sociedade do seu tempo, que muito lhe apreciava os dotes de cantor de grande mérito e executante de clarinete. Era filho do Marquez de Cantagalo, camarista da imperatriz do Brasil, viúva de D. Pedro IV.

**Outros:** Imediatamente a seguir ao Palácio Duque de Loulé (Hotel Albatroz) encontra-se a Capela de **Nossa Senhora da Conceição dos Inocentes**. Construída provavelmente durante o século XVII resistiu milagrosamente ao terramoto de 1755. Segundo se conta, ficou intacta. Sofreu alterações entre o século XIX e XX, tendo sido acrescentados os dois corpos laterais, o que alterou o espaço interior. Fachada do século XVIII e no interior, no altar-mor, a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Esta capela foi cedida à Comunidade Ortodoxa (Paróquia de São João Crisóstomo), sediada na freguesia e concelho de Cascais.

Junto à capelinha, do lado da praia, encontra-se um cruzeiro que assinala um naufrágio ocorrido, em 1609. (Paróquia de Cascais. Disponível em [http://www.paroquiadecascais.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2](http://www.paroquiadecascais.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2). [Consultado a 26/04/2012].

Designação: Palácio dos Duques de Loulé  
Local: Rua Frederico Arouca, nº 100  
Lugar: Cascais  
Freguesia: Cascais  
Concelho: Cascais



 Imóvel classificado como de Interesse Municipal

Escala: 1/2000

**Palácio dos Duques de Loulé – Planta de localização.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa Duque de Loulé – Alçado Nascente.**

**Fonte:** <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/estalagem-albatroz-em-cascais.html>.



**Casa Duque de Loulé – Alçado Norte.**

**Fonte:** <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/estalagem-albatroz-em-cascais.html>.



**Casa Duque de Loulé – Alçado Norte**

**Fonte:** <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/estalagem-albatroz-em-cascais.html>.



**Casa Duque de Loulé – Alçado Poente.**

**Fonte:** <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/estalagem-albatroz-em-cascais.html>.



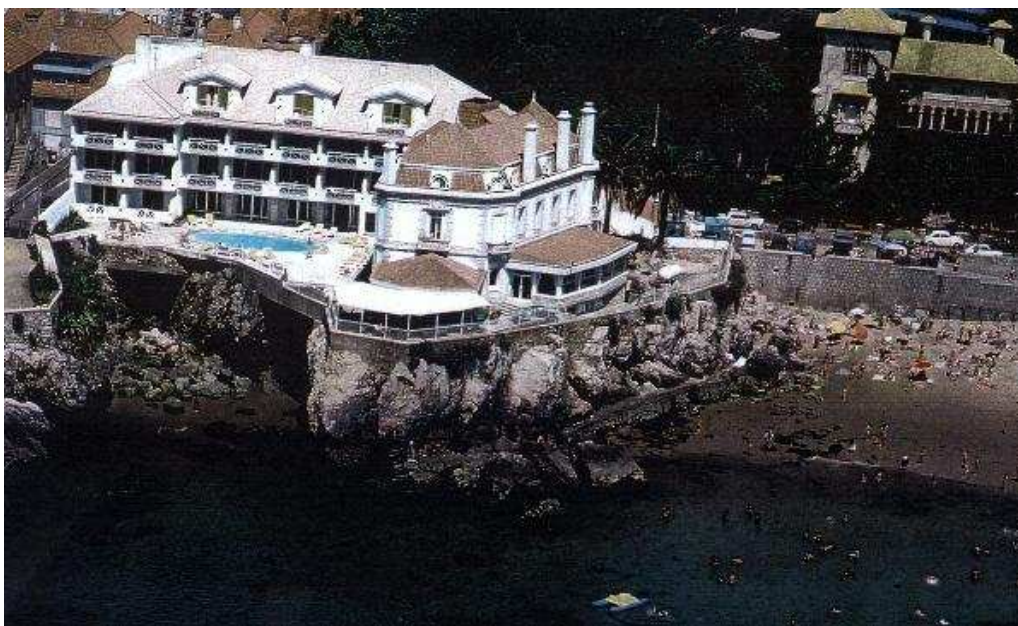
**Casa Duque de Loulé – Alçado Poente.**

**Fonte:** <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/01/estalagem-albatroz-em-cascais.html>.



**Casa dos Duques de Loulé – Alçado Nascente – Sobre a praia da Conceição.**

**Fonte:** IGESPAR, IP [on line].



**Palácio dos Duques de Loulé – Fachadas Sul e Nascente.**

**Fonte: Hotéis Albatroz.**



**Capela de Nossa Senhora dos Inocentes.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Capela de Nossa Senhora dos Inocentes.**

**Fonte: Coleção Particular.**

## **ANEXO XXII**

## FICHA CASA D. ANTÓNIO LENCASTRE – CASA DOS PELICANOS – CASA MANTERO – CASA DOS TELHADOS AMARELOS

**Localização:** Situada frente à Praia da Conceição, entre o Palácio Faial e a Casa do Duque de Loulé (Hotel Albatroz), na Rua Frederico Arouca, Nº 107, em Cascais.

Rua Frederico Arouca – Cascais.

**Classificação Oficial:** Classificada como IM – Interesse Municipal. Abrangida por ZEP ou ZP.

Sílvia Leite (2009). *Casa Lencastre* [on line]. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/4304572/>.

[Consultado a 03/02/2012].

**Proprietário Actual:** Comprada em 2001 pela Planase (Hotéis Albatroz).

**Arquitecto (s):** Ignorado. Consta que terá sido o próprio Dr. António Lencastre que a projectou.

**Construtor da Casa:** Ignorado.

**Data de Construção:** O requerimento a pedir licença para a construção desta casa foi enviado à Câmara Municipal de Cascais em 1898.

**Construção Primitiva:** Terreno baldio pertencente aos Duques de Palmela e ofertado a D. António Lencastre. (Falcão, 2005, p. 469).

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Casa. Estilo revivalista.

### **Descrição Sucinta:**

- a) **Exterior** - A casa “ (...) funde a volumetria já tradicional de chalés com torreão lateral com a sugestão de palacete italianizante do corpo principal. Os motivos decorativos arabizantes, neogóticos e neomanuelinos, os perfis inesperados das guaritas, a cor amarela dos telhados reforçam o teor eclético e ostensivo do projecto como exemplo elaborado de sensibilidade ingénua, no sentido rigoroso que atribuiu Ernesto de Sousa” (Silva, 1988, p. 78).

“Inscreve-se plenamente no eclectismo oitocentista mais tardio, que conjugava simultaneamente as novas e polémicas tendências românticas com as tendências

neoclássicas “oficiais”. No presente caso trata-se da adopção de uma variante do tão apreciado *chalet* urbano, mas aqui quase transformado em palacete, ao modo de algumas residências mais luxuosas que então se erguiam na vila. Marca a diferença a utilização de uma linguagem italianizante, como italiano seria o arquitecto.” (Sílvia Leite, *idem*; Falcão, 2005, pp. 469-471).

“Assim se fundem elementos arquitectónicos como o torreão lateral, de planta quadrada, e o corpo longitudinal com a sua galeria de palácio veneziano, rasgada por arcos de sabor mourisco, encimando um pórtico neogótico em alfiz. De resto, nesta casa abundam as referências neo, desde os vãos, pilares e elementos decorativos “manuelinos”, até às cachorradas em vaga citação românica, passando pelos arcos ogivais neogóticos.” (Sílvia Leite, *idem*).

- b) Interior** – O edifício original foi mantido e ampliado para Ocidente, a fim de ampliar a capacidade hoteleira, e mobilado de acordo com a sua nova funcionalidade.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** A casa encontra-se ainda rodeada de um pequeno parque, apesar das construções efectuadas a Oeste, possui duas entradas, sendo a principal virada a Sul, para o lado do mar e uma pequena porta chapeada a Norte, que dava para a antiga estrada real nº 67 e para a estação de caminho-de-ferro. A fachada principal, voltada a Sul, apresenta três pisos, um andar térreo, um andar nobre e mansarda. A Norte apresenta apenas um piso, dada a irregularidade do terreno. O lado Este está virado para Lisboa e Oeste para Cascais.

**História da Casa:** Esta mansão era antigamente conhecida, em Cascais, pela “Casa dos Telhados Amarelos” e foi mandada construir por D. António de Lencastre\*, Conde de Lencastre. O verdadeiro nome da casa é a Casa dos Pelicanos.

“Sempre na orla costeira, mesmo em face da estação ferroviária, ergue-se a casa de D. António de Lencastre, que ainda ostenta o seu brasão herdado de D. João II, porque os Lencastres descendem de seu filho D. Jorge.” (Colaço, Archer, 1999, pp. 343).

\*D. António de Lencastre nasceu em Lisboa, a 11 de Setembro de 1857 e faleceu também em Lisboa, a 30 de Outubro de 1944. Era proveniente de ascendência nobre, que remontava a Sir Richard Colley Wellesley, 1º marquês de Wellesley e cujo irmão, mais novo, era Arthur Wellesley, o famoso 1º duque de Wellington, e em linha directa de D. Jorge de Lencastre, filho natural de D. João II, que foi Mestre de Aviz e o último

Grão-Mestre da Ordem de Santiago da Espada, e 2º Duque de Coimbra. Além de médico pessoal do rei D. Carlos, foi colaborador da rainha D. Amélia d'Orléans, na fundação da Assistência Nacional aos Tuberculosos, vogal do Conselho de Higiene, professor de Higiene Naval e de Patologia, presidente da Sociedade de Ciências Médicas, entre outras actividades, o primeiro representante de Portugal no Comité Olímpico Internacional, desde 1906, por recomendação de D. Carlos I, bem como sócio de várias academias estrangeiras.

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tendo sido agraciado pelo Rei Eduardo VII de Inglaterra, com o título de “Sir” e nomeado Par do Reino, em 1905.

D. António de Lencastre era: “ (...) extremamente modesto, como são tantas vezes as pessoas de verdadeiro valor e nunca quis usar o título de Conde de Lencastre a que tinha direito”. A propósito desta sua atitude conta-se: (...) Tendo uma vez a mulher do seu neto D. António Maria de Souza e Faro de Lencastre, D. Maria José Burnay, perguntado porque nunca o usara, respondeu com imenso espírito ‘que, sendo obrigado como médico a subir constantemente escadas, não o podia fazer com o peso do título às costas’ ” (Falcão, 2005, pp. 470-471).

Uma vez que não usava o título, e com autorização prévia da rainha e do Conselho da Nobreza, cedeu-o a seu neto, D. António Maria de Souza e Faro de Lencastre.

Os últimos Lencastres a habitar esta casa foram: o filho de D. António, o Dr. D. Fernando Maria de Lencastre, também médico, casado com D. Judite de Souza e Faro e os seus três netos, D. António Maria que herdou o título e casou com D. Maria José Burnay, D. João que casou com D. Maria Teresa Burnay e D. Maria Carlota que casou com o Dr. Bernardo Mendes de Almeida, conde de Caria.

A casa foi vendida ainda em vida de D. António, pelo seu bisneto, o Dr. D. Fernando de Lencastre, em 1941, ao negociante Carlos Mantero\* e a cujos descendentes pertenceu até 2001, data em que foi vendida à Planase, empresa proprietária dos Hotéis Albatroz. Foi transformada numa unidade hoteleira de luxo, o “Albatroz Palace”.

\*Carlos Mantero Belard nasceu em Lisboa, a 24 de Janeiro de 1895 e faleceu em Dublin, na Irlanda, a 24 de Setembro de 1980. Era filho de D. Francisco de Asis Diego José Maria del Rosário Mantero y Velarde (n. Puerto Real, Cádiz, Espanha em 1853, de ascendência genovesa e m. no Lumiar em 23/04/1928) que residiu muitos anos em S. Tomé e Príncipe, tendo sido cônsul geral de Espanha nesta colónia. Foi o principal

fundador das companhias da Ilha do Príncipe e da Sociedade de Agricultura Colonial (S. Tomé e Príncipe); da Companhia de Cabinda e do Cazengo (Angola); da Companhia de Timor, presentemente «Pátria e Trabalho»; dos 'Prazos' da Lujela (Moçambique); fundador das sociedades Francisco Mantero, Lda., em Lisboa, e Roça Porto Real, na Ilha do Príncipe; presidente de honra da Câmara de Comércio Espanhola no nosso país; diploma de membro da Associação dos Homens de Letras de Espanha; presidente de honra do Centro Colonial, entre outros. Era sócio fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa e presidiu à direcção do Asilo da Infância Desvalida do Lumiar, e de outras obras de beneficência, de que foi desvelado protector e de D. Maria Amélia Muller Belard (1870-1952). Carlos Mantero casou na capela da Embaixada de Espanha em Lisboa, com D. Carolina Maria Zea y Ataolarruchi (1904-1996), de quem teve três filhos: Carlos Zea de Mantero Belard (II) (1920-2007), Pedro Zea de Mantero Belard (1921-2010) e José Manuel Zea de Mantero Belard (1926-1992). Era Licenciado em Ciências Históricas-Filosóficas pela Universidade de Lisboa, em Direito e Economia Política pela Universidade Livre de Bruxelas e em Ciências Económicas pela Universidade de Columbia (Nova Iorque). Foi Presidente do conselho de administração da Sociedade Comercial Francisco Mantero Lda. e da Sociedade de Agricultura Colonial, presidente da Câmara de Comércio de Lisboa (1949-1954) e da Associação Comercial de Lisboa, chefe da Missão Económica Portuguesa no Brasil (1949), director da revista *Comércio Português* (1949-1955), deputado à Assembleia Nacional pelo círculo de São Tomé (1938-1942 e 1949-1957). Foi autor de inúmeros discursos, artigos, monografias e relatórios. Recebeu várias condecorações: grande oficial da Ordem de Mérito, de Itália, comendador da Ordem de Orange Nassau, dos Países Baixos, comendador da Ordem de Danneborg, da Dinamarca, oficial da Ordem da Legião de Honra, de França, Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, Brasil.

Luís Belard da Fonseca (2011-2012). *Os Belarde* [on line]. Disponível em <http://67.220.196.2/~armoria/belard/paginas/0268.carlosmanterobelard.shtml>.

[Consultado a 26/04/2012].

Carlos Mantero Belard. *Legislaturas II, V, VI* [on line]. Disponível em [http://app.apartamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/b/belard\\_carlos\\_mantero.pdf](http://app.apartamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/belard_carlos_mantero.pdf). [Consultado a 26/04/2012].

[http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=2040513](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=2040513). [Consultado a 26/04/2012].

**Apontamentos:** Enrique Mantero Belard (1903-1974), irmão de Carlos Mantero, era casado com D. Gertrudes Eduarda Verdades de Faria (1905-1967), e uma das grandes fortunas de Portugal. Em 1967, estando viúvo e como não tivesse tido filhos, dispôs do seu património de forma benemérita, instituindo várias obras notáveis, beneficiando particularmente a Santa Casa da Misericórdia, à qual deixou 70% da sua herança depois de satisfeitas as obrigações legais, beneficiou também a Cruz Vermelha Portuguesa com 20% da sua herança, e deixou ainda 10% da mesma à Federação Portuguesa de Ténis, com a intenção de perpetuar a memória do irmão Artur Mantero Belard (1905-1933), que fora adepto da modalidade e falecera com apenas 27 anos. Doou a sua casa do Restelo à Fundação Calouste Gulbenkian, que posteriormente a transmitiu à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para aí ser instalada uma residência para pessoas de mérito cultural mas sem recursos, e que é hoje a Residência Faria Mantero e em cujo jardim existe um busto de Enrique Mantero Belard, da autoria de Simões de Miranda. Para perpetuar a memória da mulher, D. Gertrudes Eduarda Verdades de Faria, amante das artes e da música, doou à Câmara Municipal de Cascais a sua casa do Monte Estoril, na Av. de Sabóia, para aí ser instalada uma Casa-Museu com o seu nome, e que hoje é a Casa-Museu Verdades de Faria, dando cumprimento à vontade e às disposições testamentárias de Enrique Mantero Belard. O edifício foi mandado construir em 1917 por Jorge O'Neill, com desenho de Raul Lino, e adquirido em 1942. Na Casa-Museu funciona hoje o Museu da Música Portuguesa, que acolhe o espólio do musicólogo Michel Giacometti.

Luís Belard da Fonseca (2011-2012), *Os Belarde* [on line]. Disponível em <http://67.220.196.2/~armoria/belard/paginas/0270.enriquemanterobelard.shtml>.

[Consultado a 26/04/2012].

Designação: Casa Lencastre / Casa Mantero / Casa Pelicanos  
Local: Frederico Arouca, n.º 105  
Lugar: Cascais  
Freguesia: Cascais  
Concelho: Cascais



Imóvel classificado como de Interesse Municipal

Escala: 1/2000

**Casa D. António Lencastre – Planta de localização.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Casa D. António Lencastre – Fachada Sul (1898).**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



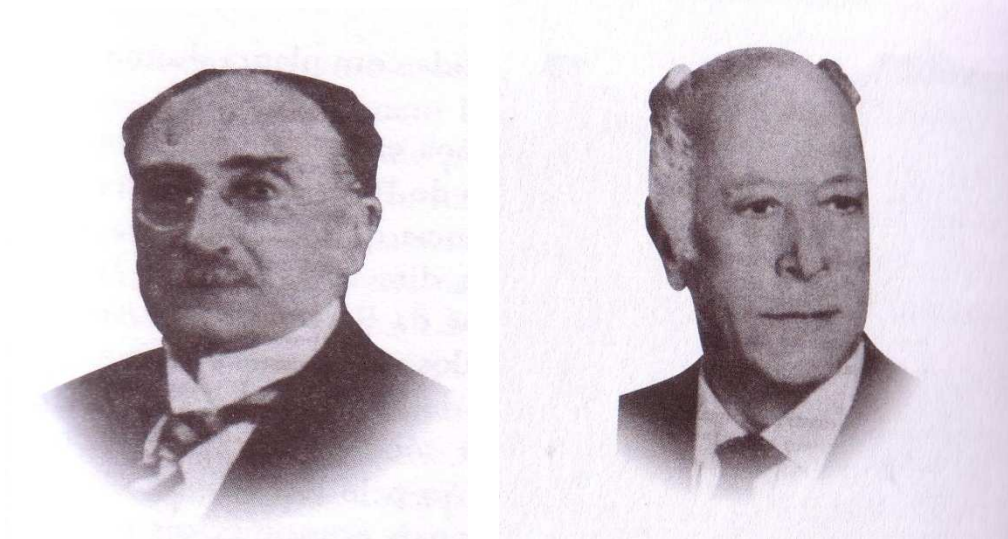
**Casa D. António Lencastre – Fachada Sul.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa D. António Lencastre – Fachada Sul e Torreão – Albatroz Palace.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Casa D. António de Lencastre - O construtor da casa, o médico, Dr. D. António Lencastre e seu neto.**

**Fonte: Pedro Falcão, *Cascais menino*.**

## **ANEXO XXIII**

## FICHA PALÁCIO FAIAL

**Localização:** O Palácio Faial encontra-se situado sobre um esporão rochoso da baía de Cascais, o qual divide uma zona arenosa, formando duas praias, a Praia da Conceição e a Praia da Duquesa.

**Classificação Oficial:** Em vias de classificação (com despacho de abertura). Abrangido em ZEP ou ZP.

**Proprietário Actual:** Pertenceu ao Ministério da Justiça e foi vendido há relativamente pouco tempo, a fim de aí ser instalado um Hotel & Spa.

**Arquitecto (s):** José Luís Monteiro\* (arquitecto que trabalhou na terceira fase de construção do Palácio Palmela).

\*José Luís Monteiro – nasceu em Lisboa, a 22 de Outubro de 1848 e morreu em Lisboa, a 27 de Janeiro de 1942. Formado pela ARBA (Academia Real de Belas Artes), em Lisboa, em 1868, seguiu como bolseiro para Paris, em 1870, onde se diplomou. Aqui, trabalhou no atelier de Pascal, tendo então dirigido as obras do edifício do Hotel de Ville (1876), em Paris, que aquele projectara, seguindo depois para Roma, onde esteve a complementar os estudos clássicos, entre 1878 e 1880. Regressou a Portugal, em 1880, já contratado pela Câmara Municipal de Lisboa. Em 1882, é nomeado professor na ARBA Lisboa, permanecendo como tal mais de 40 anos e como seu director a partir de 1912. Os seus principais projectos foram: a Escola Froebel, em Lisboa (1882), ainda existente no Jardim da Estrela; o Pavilhão de Lisboa na Exposição Agrícola de 1884; a Estação do Rossio (1886-1887); Liceu Passos Manuel (começado em 1887, foi depois profundamente alterado); estudos para o arranjo do Parque Eduardo VII, com Ressano Garcia (1888), que não teriam qualquer seguimento; o Hotel Avenida Palace (1890-1892), aos Restauradores, também já modificado; o Quartel dos Bombeiros, na Avenida D. Carlos I (1891-1892); a tribuna no Terreiro do Paço para a visita de Eduardo VII (1903); a base para o busto do Visconde Valmor (do escultor Teixeira Lopes), ao Chiado; as salas Portugal e Algarve, na Sociedade de Geografia de Lisboa (1897); a porta do Museu de Arte Contemporânea; o Palacete para a Rainha D. Maria Pia, no Monte Estoril; a Casa Castro de Guimarães, ao Torel, em Lisboa (1905); a Casa Biester, em Sintra (1907); a Igreja nos Anjos, em Lisboa (1908-1911); o Palácio da Herdade Santos Jorge, em Rio Frio (c. 1918).

**Construtor da Casa:** Manuel Joaquim de Oliveira, natural de Sintra, a quem a *Construção Moderna* chama mestre-de-obras, mas que ao assinar os documentos destinados à Câmara Municipal de Cascais se intitula “construtor civil, habilitado pela Lei de 10 de Julho de 1885” (documento 4 em anexo).

Manuel Joaquim de Oliveira assina também, como construtor civil, a 14 de Abril de 1899, um requerimento endereçado à câmara, mas agora em nome do Marquês do Faial, pedindo autorização para o titular fazer obras “na sua propriedade conhecida pela Horta do Aguiar” (AHMC maço de requerimentos nº 10 (444), ano de 1899).

**Data de Construção:** O requerimento para a sua construção é de 1896 (Henriques, 2004, p. 121; Cf. AHMC/ALL-CMC/Urbanismo/Obras Particulares/Processos de Obras/Cascais, 20 de Maio de 1896). Os planos desta casa foram publicados e reproduzidos em *A Construção Moderna*, Nº 26, de 16 de Fevereiro de 1901, pp. 1-4).

**Construção Primitiva:** terreno baldio que pertencia aos Duques de Palmela.

**Tipologia Arquitectónica:** Foi seguido de perto o estilo perpendicular inglês, parecendo-se com a construída anteriormente para os duques de Palmela, resultando equilibrada, no entanto, apresentando um certo distanciamento em relação à anterior “ (...) adiante do palacete dos Duques de Palmela, encontra-se uma outra moradia isolada, também magnificamente instalada à beira da baía, e semelhante no estilo à primeira, mas de telhas vermelhas” (Colaço, Archer, 1943, p. 343).

#### **Descrição Sucinta:**

a) **Exterior** - Exteriormente apresenta igualmente uma justaposição de diversos volumes, bay-window visível no alçado da fachada Sul apenas ao nível do rés-do-chão, inspirada na do Palacete Palmela. A entrada principal do lado Norte, um pouco obscurecida pela existência de uma sacada no andar superior, correspondendo a um melhor ordenamento inferior e projectada para o exterior.

“Adoptando a volumetria compacta do modelo, o aparelho rústico de cobertura exterior e os telhados de duas águas, multiplicados nas águas-furtadas. O conjunto de peças desenhadas, que acompanha o pedido de construção, revela um edifício pensado em termos do sítio.” (Silva, 1988, p. 66).

“É notória a importância da sua localização em termos de projecto, pois cada pormenor arquitectónico tira partido da paisagem envolvente, principalmente em termos de vãos, que se abrem em enquadramentos criteriosamente pensados. O

edifício apresenta uma multiplicidade de fachadas, em aparelho rústico, rematadas por telhados de duas águas, com águas furtadas.” (RC, *Chalet Faial (incluindo toda a área de terraço e muros)*). Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/património/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/9571472/>. [Consultado a 03/02/2012].

- b) **Interior** – “A planta, centrada num corredor de distribuição bem articulado, organiza a compartimentação interna, privilegiando a abertura controlada sobre a paisagem.” (Silva, 1988, p. 66).

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Implantado num esporão rochoso, de forma triangular, que confinava com o mar e com a estrada real n.º 67. O terreno era desde o início de pequenas dimensões e a construção ocupava quase toda a área. Quando foi construído, em 1896, hipoteticamente os seus moradores não sentiriam tanto a invasão do seu espaço como aconteceu mais tarde. A partir de 1900, foi construída uma rampa no lateral Este a confinar com a propriedade, por outro lado a procura dos banhos de mar trazia cada vez mais veraneantes durante a época estival que afluíam à praia em grande número e de certa forma invadiam a privacidade da casa. Com o decorrer dos anos e com as construções que se foram ali implantando a situação foi-se tornando, certamente, mais delicada para os moradores.

Dada a grande proximidade do mar, presume-se que a arborização ou uma parcela de jardim seria difícil. Houve épocas em que as paredes exteriores estiveram cobertas por trepadeiras.

O projecto de serventia da Praia da Conceição, onde se encontra este palácio, foi aprovado a 12 de Dezembro de 1900. (Sousa, 2003, p. 65).

Após ter sido vendido ao Ministério da Justiça foi instalado aqui o Tribunal de Cascais até à construção de raiz de um novo edifício, com a mesma finalidade e em sua substituição.

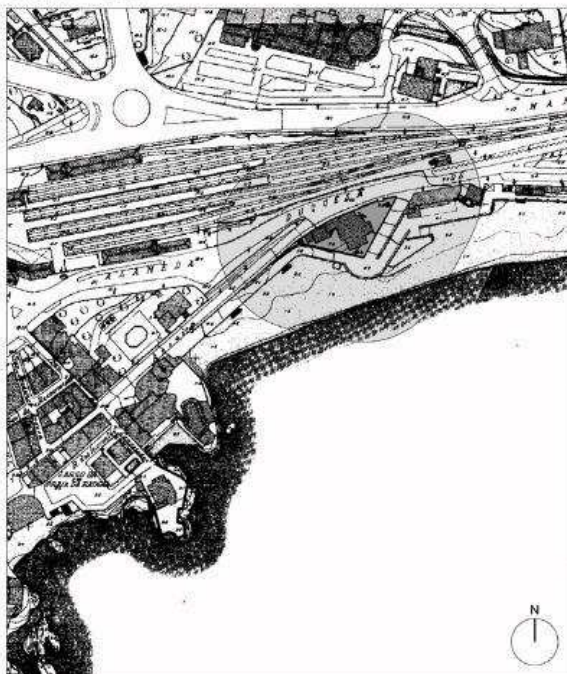
**História da Casa:** A construção do Palácio Faial está, também, intimamente ligada com a história da Família Palmela, uma vez que é mandado construir pelos duques para a sua filha, num terreno de que eram proprietários. A terceira Duquesa de Palmela não teve filhos varões, ou seja, teve um que morreu com três anos, D. Pedro Maria Luís Eugénio de Sousa Holstein (1866-1869), e uma filha, D. Helena Maria Domingas de Sousa Holstein (1864-1941), que veio a ser a quarta Duquesa de Palmela e terceira

Marquesa do Faial. Foi para esta filha, casada com D. Luís Coutinho de Medeiros de Sousa Dias da Câmara que o Palácio Faial se construiu. O custo total da construção importou em 27 contos de réis.

“Mais adiante do palacete dos duques de Palmela encontra-se uma outra moradia isolada, também magnificamente instalada à beira da baía, e semelhante, no estilo, à primeira, mas de telhados vermelhos. Pertence igualmente à casa Palmela e habita-a o actual duque, com a sua numerosa família, desde o tempo em que usava o título de conde da Póvoa.”

**Apontamentos:** O quarto Marquês do Faial e 5º Duque de Palmela foi D. António Maria de Sousa Holstein Beck (1892-1941), que não deixou descendência; 5º Marquês do Faial e 6º Duque de Palmela, D. Luís Maria da Assunção de Sousa Holstein Beck (1919 – 1997). Actualmente, possui o título de 6º Marquês de Faial e 7º Duque de Palmela, D. Pedro Domingos de Sousa Holstein Beck (n. 1951).

Referência: 2003/11-05/36419/CL/28  
Designação: Chalet Faial (incluindo toda a área de terraço e muros)  
Local: Cascais  
Lugar: Rua Frederico Arouca, 175, confrontando com a Alameda Duquesa de Palmela  
Freguesia: Cascais  
Concelho: Cascais



Conjunto em vias de classificação  
Zona de protecção de 50 metros

Esc: 1/2000

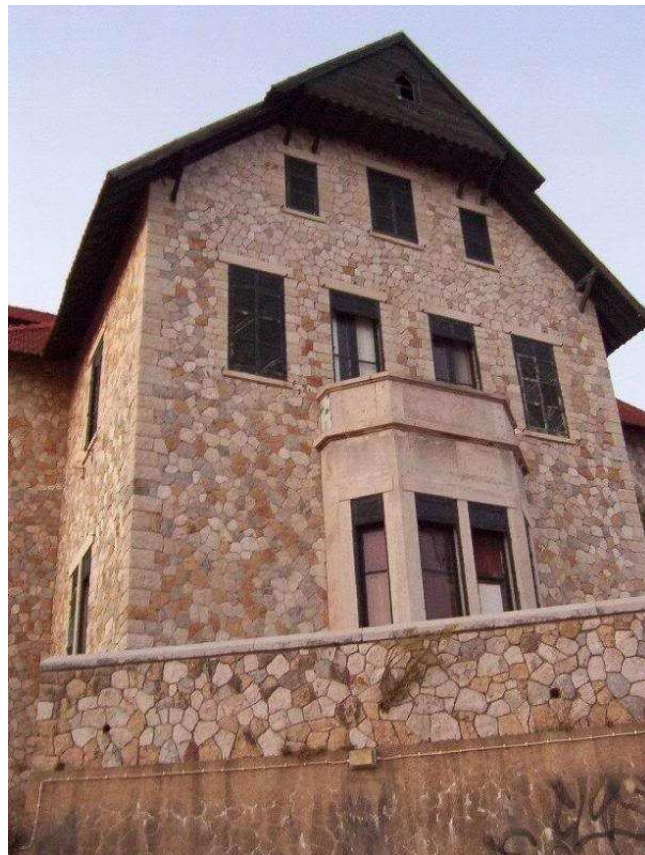
**Palácio Faial – Planta de localização do imóvel e respectiva zona de protecção.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Faial – Alçado Sul.**

**Fonte: IGESPAR, IP [On line].**



**Palácio Faial – Alçado Nascente com Bay-Window.**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA)**



**Palácio Faial – Alçado Sul**

**Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA)**

## **ANEXO XXIV**

## FICHA PALACETE PALMELA

**Localização:** “O parque e palácio do sr. duque de Palmella ficam á entrada da villa, no logar chamado a *Castelhana*” (Barruncho, 1873, p. 148).

Entre a Praia da Duquesa e o Almagreiro (designado actualmente como Praia das Ratas, junto à linha do caminho-de-ferro).

Alameda Duquesa de Palmela (Conceição Velha) – Cascais.

**Classificação Oficial:** Em vias de classificação (proposta de classificação da Câmara Municipal de Cascais de 09/12/1981. Homologado como IIP/VC. Abrangido em ZEP ou ZP.

Rosário Carvalho. *Palácio Palmela (Conceição Velha), incluindo o jardim*. Disponível em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70834/>. [Consultado a 03/02/2012].

**Proprietário Actual:** Família Palmela.

**Arquitecto (s):** Thomas Henry Wyatt\* (entre 1870-1880); José António Gaspar\* (1883); José Luís Monteiro\* (entre 1890-1895); César Ianz\* (1895).

\*Thomas Henry Wyatt (n. 1807 – m. 1880) – juntamente com o irmão, foi autor de diversos projectos de igrejas neogóticas em Inglaterra, esteve ligado à Exposição Universal de 1851 e foi presidente do RIBA – Royal Institute of British Architects, entre 1870 e 1873 (Pedreirinho, 1994, p. 257; e França, 1990, p. 433).

“A sua obra mais conhecida é a igreja de St. Mary, em Wilton, peça que riscou de parceria com David Brandon; segundo o desejo expresso dos encomendantes imitava a igreja de São Zenão de Verona” (Anacleto, 1992-1994, p. 118).

\*José António Gaspar (1883) – nasceu em Lisboa, a 10 de Outubro de 1842 e morreu na mesma cidade, a 18 de Fevereiro de 1909. Estudou na Academia de Belas-Artes de Lisboa até 1861, partindo para Paris como bolseiro em 1866, onde estudou no atelier de C. Questel e na Academia Francesa de Belas-Artes. Regressou a Lisboa em 1870, tendo sido professor na Academia de Lisboa de 1874 a 1903. Principais obras: monumento ao Duque da Terceira (juntamente com o escultor Simões de Almeida), casa do Conde Arnoso e Casa de Sousa Leal, ambas em Lisboa; remodelações em edifícios bancários

na Baixa lisboeta: Banco de Portugal, Bank of London, Montepio Geral; profundas remodelações no Palácio Foz, remodelações nos Palácios Palmela, ao Rato e em Cascais; projecto da casa de Maria Amália Vaz de Carvalho, em Cascais. A sua obra mais significativa foi, no entanto, a Casa da Moeda, ao Conde Barão, em Lisboa (Pedreirinho, 1994, p. 118)

\*José Luís Monteiro – Ver ANEXO XXIII – Ficha Palácio Faial.

\*César Ianz (1895) – foi um dos técnicos que veio para Portugal como professor do então criado ensino industrial, tendo elaborado diversos projectos, entre os quais, a fachada do Coliseu de Lisboa (construído entre 1888-1890) e o Palacete Barros, no Estoril (c. 1900). Morreu em 1901.

**Construtor da Casa:** José Leandro Braga, “ (...) a obra foi confiada ao bem conhecido construtor José Leandro Braga.” (Thomas de Mello Bryner, cit. por Sousa, 2003, p. 64).

**Data de Construção:** Nem todos os autores estão de acordo, “ (...) a obra, principiada em Novembro de 1871 e acabada em igual mês de 1873.” (Bryner cit. por Sousa, 2003, p. 64).

O início das obras deve ter acontecido por volta de 1874, “ (...) infelizmente o Livro de registo dos requerimentos da Câmara de Cascais não mostra o pedido de autorização para a construção do imóvel, facto que impede a datação exacta do início dos trabalhos.” (Anacleto, 1992-1994, p. 145).

**Construção Primitiva:** “Dos 30 Planos da Casa de Cascaes mandados / buscar p.<sup>a</sup> a Exma. Sra. Duqueza, pelo Braga, em 16 de Dezembro de 1873 (Nº 1 a 30) / E mais / 1 do portão da quinta / são ao todo 31 desenhos, apenas se conhecem uns dezasseis e, por desfortuna, as plantas dos diversos pisos encontram-se entre as peças desaparecidas. Sobrou por outro lado, possibilitando uma leitura da dinâmica global do espaço interno e vislumbrar a assimetria dos diferentes planos, tão característica do pinturesco, a graciosa proposta dos volumes do telhado. Apesar dos desenhos apenas terem entrado na posse da casa Palmela em finais de 1873, as diferentes folhas encontram-se datadas de 1871 e 1872, o que deve significar, por parte dos proprietários, o conhecimento da planta em data anterior à sua entrega.” (Anacleto, 1992-1994, p. 119).

Foi construído sobre o Baluarte de Nossa Senhora da Conceição, antigo bastião de defesa do Tejo, que já em 1796 havia perdido o seu valor militar, servindo apenas de

paiol. Os Duques de Palmela compraram-no ao Estado por volta de 1868, por 2.611\$000 réis (Colaço, Archer, 1999, p. 335).

No entanto, havia uma condição: “ (...) o edifício que substituir este forte será guarnecido em tempo de guerra com soldados de infantaria, abrindo-se seteiras nas paredes do mesmo edifício que olharem para a praia para que não fique interrompida a linha de fuzilaria, que segue do referido forte até Cascais.” (Falcão, 2005, pp. 195-196).

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura Civil / Palácio (Rosário Carvalho, *idem*).

Edifício de traça neogótica que se insere na laicização progressiva que esta linguagem arquitectónica vinha a sofrer em Inglaterra. O neogótico, “ (...) que constitui um dos fenómenos mais desconcertantes da arte moderna (...) este baseava na imitação de formas perpendicularizantes, a difundirem-se via Inglaterra, país onde este estilo não havia desaparecido completamente, podendo mesmo dizer-se que, desde a Idade Média, os edifícios civis continuaram a ser construídos à maneira gótica.” (Anacleto, 1992-1994, p. 103).

Na opinião de Raquel Henriques da Silva: “A luxuosa mansão pertencia à tipologia do ‘Chalet’ rústico, através da organização da planta numa sequência de espaços cruzados que destruíam a função da fachada, multiplicando-a num intencional jogo de perspectivas” (Silva, 1988, p. 66).

**Fases de Construção:** Thomas Henry Wyatt, então presidente do Royal Institute of British Architects, “Artista de créditos confirmados que, antes de riscar o palacete, depois de se ter inteirado dos desejos dos encomendantes e simultaneamente seus clientes, acabou por se deslocar a Portugal” (Andrade, 1964, p. 304), começando-o a riscar a partir de 1871.

Thomas Henry Wyatt, como é compreensível, não permanecerá na vila de Cascais, a fim de supervisionar pessoalmente a ‘abbadia’ (Andrade, 1964, p. 347), pelo que os duques se viram na necessidade de procurar outro arquitecto que desse continuação às obras.

José António Gaspar, recém-chegado de Paris, onde se encontrava para aprofundar os seus estudos, julga-se que tenha sido o arquitecto escolhido. Embora, com alguma reserva, sabe-se que este artista empreendeu “ (...) algumas construções anexas na residência de Cascaes (...)” (Viterbo, 1922, p. 334), e assina, em 1883, um requerimento que dá entrada na Câmara Municipal de Cascais, na qualidade de encarregado de

trabalhos<sup>119</sup>, ‘elementos não conclusivos, mas que permitem, com reservas, ilacionar a sua mediação’ (Anacleto, 1992-1994, p. 121).

Pensa-se que a José António Gaspar se deve o projecto da capela nos anos 80, do século XIX, até aí inexistente. Este arquitecto projecta então os “ (...) dois corpos facetados de um só piso e cobertos por telhados ‘piramidais’, que justapôs ao paramento exterior do lado Poente, agregando-lhe ainda e respectivamente (...) outros dois conjuntos prismáticos que revestiu também de insignificantes telhados” (Anacleto, 1992-1994, p. 121).

José Luís Monteiro é o terceiro arquitecto a trabalhar no palacete, pressupõe-se que entre 1890-1895, altura em que se encontrava já a riscar o Palacete Faial, também por encomenda desta família, “Certamente porque a falta de harmonia do conjunto se apresentava de tal forma notória, os proprietários acabaram por incumbir José Luís Monteiro, (...) de imprimir outra dinâmica ao acréscimo. O artista decidiu-se por elevar num piso os corpos anexos à parede e eliminar as coberturas dos dois prismas que se dirimiram no conjunto.” (Anacleto, 1992-1994, p. 122).

**Descrição Sucinta:** Em 1873, encontrando-se a construção ainda no início, Pedro Barruncho descreve-a da seguinte forma: “Ha de conter, segundo dizem, um pavimento abaixo do nível do solo, rez-de-chaussée, andar nobre, e mansarda, devendo mostrar, o todo exterior da edificação, a apparencia de uma Abbadia em ruínas” (1873, p. 149).

Exteriormente, o palacete encontra-se em bom estado de conservação, apesar da proximidade do mar. “O edifício, moderado e elegante, no seu todo, manifesta uma organização assimétrica das massas; apresenta aberturas lisas, colocadas de forma a iluminar convenientemente as respectivas dependências: são ventanas muito simples que, a nível do projecto, ostentam, na parte superior, uma espécie de arco abatido, nem sempre respeitado; exhibe várias chaminés, bastante altas, a impor uma noção perpendicularizante; e aduz, no lado Sul, uma bay-window que integra dois pisos e se destinava a permitir o desfrute do circundante mar imenso. Os arquitectos ingleses, de forma paradigmática, utilizavam na construção os materiais existentes na zona, o que explica a utilização da pedra local nos paramentos da casa Palmela e a ausência dos tradicionais tijolos britânicos, que normativamente seriam aplicados por Wyatt” (Anacleto, 1992-1994, p. 120).

---

<sup>119</sup> Documento 2 anexo.

A entrada principal é discreta, opondo-se ao barroco da época anterior, encimada pelo escudo ducal e “ (...) situa-se num ressalto provocado pelo desnivelamento de dois planos da fachada” (Anacleto, 1992-1994, p. 121).

Outra descrição do palacete dá-nos conta: “A utilização de um aparelho de pedra rústica, os pesados telhados de duas águas, os perfis verticalizantes das águas furtadas eram os outros vectores do mesmo referente estético «chalet rústico» que, em atitude neo-romântica, proclamava a casa como áspero refúgio, frente a uma natureza excessiva. A segura compositiva, o rigor na distribuição das aberturas, a quase ausência de elementos decorativos, reduzidos à formulação elegante da entrada principal, filiam esta notável casa nas apropriações ecléticas do estilo Queen Anne que apontam algumas das mais curiosas vias na elaboração da arquitectura revivalista inglesa” (Silva, 1988, p. 66).

Passando a entrada principal “ (...) dando acesso a um átrio, muito bem proporcionado; julgo poder afirmar que, na dinâmica interna da casa, este vestíbulo encerra uma função aglutinante e foi desenhado de forma a facilitar a comunicação tanto vertical, como horizontal. De salientar ainda o facto de o arquitecto não ter descurado os mais pequenos pormenores, mesmo a nível da decoração interna, preocupando-se em imprimir ao conjunto uma grande e digna sobriedade, que incluía também as próprias portadas” (Anacleto, 1992-1994, p. 121).

Um breve esboço da sala de visitas do palacete Palmela, datado de 26 de Junho de 1872, aparece assinado por J. Samuel Bennet (construtor inglês), que representa, mesmo na actualidade, a configuração do compartimento nele esboçado. Samuel Bennet encontrava-se em Portugal para dirigir a construção do palacete de Francis Cook, o Palácio de Monserrate, em Sintra, tendo também, durante este período, efectuado uma intervenção no ‘anexo’ dos Jerónimos, considerada desastrosa (Anacleto, 1992-1994, pp. 119-120).

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** “Beneficiando de um enquadramento paisagístico ímpar, o palácio dos duques de Palmela conserva, ainda hoje, a sua imponência arquitectónica, dentro do neogótico inglês, assumindo-se como uma importante memória da vivência de Cascais entre o final do século XIX e o início da centúria seguinte, quando esta vila se tornou na estância de veraneio da família real e, conseqüentemente, da corte portuguesa.” (Rosário Carvalho, *idem*).

“Havia uma mina de carvão entre o chalet da Senhora Duquesa de Palmella e a estação de Caminho de Ferro do Mont’ estoril; recorda-nos de ver a entrada para a mina formada com grossas traves de pinho. Dizem que os ingleses obstaram à exploração da mina para não serem prejudicados, ou porque não valia a pena a exploração. Havia no local e na praia fronteira muitas «pyrites» e uma bica de água férrea [...]. Esta mina tornaram a explorá-la durante a Grande Guerra (1914), sem resultado” (Andrade, 1964, pp. 304).

“Transposto de brumosos prados para a plena luz de um litoral já mediterrânico, a carga exótica do modelo acabou por conquistar a paisagem que ainda hoje questiona com um sentimento muito século XIX: visto daqui, o mar é uma contraditória presença e a casa um seguro e conveniente posto de contemplação (...). Com o tempo e as exigências do desenvolvimento urbano, o parque acabou por ser corroído e o veraneio estandardizado. Ficou a casa, com os jardins invadidos de areia, a ganhar marítimas raízes – um corpo arquitectónico não naturalizado pela paisagem mas intimamente aceite” (Silva, 1988, p. 66)

Neste período dava-se pouca importância à paisagem envolvente, o que não aconteceu no palacete Palmela, tornando-se “ (...) palpável a preocupação de articular janelas, mirantes, bay-window e plataforma posterior com os volumes do imóvel, bem como permitir aos moradores auferir de todas as possibilidades que lhes eram oferecidas pelo magnífico cenário circundante” (Anacleto, 1992-1994, p. 118).

O parque Palmela, atravessado primeiramente pelo caminho-de-ferro e muito mais tarde, nos anos 40 do século XX, pela ‘estrada marginal’, estendia-se até ao alto da colina do Monte Estoril, local onde a duquesa de Palmela havia separado uma faixa de terreno destinada a construções urbanas. A ‘Casa Montsalvat’, riscada por Raul Lino situa-se nessa área e foi oferecida pela escultora ao pianista Alexandre Rey Colaço (Anacleto, 1992-1994, p. 118).

O parque Palmela, o qual, parte dele chegou até aos nossos dias é utilizado ainda para concertos (Festival de Jazz de Verão), não foi obra fácil: “O terreno do parque tem sido bastante ingrato ao desenvolvimento da arborização, mas possui a vantagem de mostrar, a par do pittoresco do sítio, um lindíssimo ponto de vista sobre o oceano, em qualquer dos lados que o observador se colloque. Toda a área está cortada por diferentes caminhos, artisticamente traçados, e a maior parte d’elles por indicação da sra. Duquesa, que tem sabido reagir contra a esterilidade do solo, fazendo constantemente

substituir as árvores que seccam ou definham; e em resultado d'esta porfiosa lucha já tem obtido o considerável arvoredo que alli se encontra [...]. Na maior altura do parque foram construídos três grandes tanques de forma rústica, mas elegante, que parecem servir de depósito, a muitos outros e pequenos lagos que se encontram em diversos sítios do parque, tornando-o assim notavelmente agradável pelo murmúrio das águas que de todos os lados se ouve” (Barruncho, 1873, pp. 148-149).

**História da Casa:** A história do Palacete Palmela prende-se com a história da Família Palmela.

D. Pedro de Sousa e Holstein foi o primeiro conde, marquês e duque de Palmela, nasceu em Turim, a 8 de Maio de 1781, filho de D. Alexandre de Sousa e Holstein (n. 1751 – m. 1803), senhor da Casa dos Sousas, chamados do Calhariz, e de D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim (n. 1753 – m. 1793), alcunhada o «bichinho de conta», pertencente aos de Alva, depois marqueses de Santa Iria.

A alcunha da mãe do Duque de Palmela, ‘bichinho de conta’, prende-se com o facto de ter conseguido anular o seu primeiro casamento com o filho segundo do marquês de Pombal, José Francisco de Carvalho e Daun, casamento a que foi forçada e a cuja consumação se opôs com determinação inabalável. Passados dois anos sobre o casamento a que fora obrigada, o marquês de Pombal descobriu o estado em que se haviam conservado os dois supostos cônjuges, reconhecendo não ter havido no matrimónio nem consumação, nem comunidade de habitação e resolveu desistir da empresa, pondo ele mesmo mãos à obra para desmanchar o casamento em que tanto se empenhara. Pronunciada a nulidade do matrimónio, D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho, saiu da casa do marquês de Pombal, ingressando por ordem real no Convento de Santa Joana de Lisboa, onde era abadessa, uma irmã do marquês, e onde sofreu durante um ou dois anos o tratamento mais rigoroso e insultante. Depois desta permanência em Lisboa, foi transferida para o Convento e Igreja do Calvário, em Évora (da invocação de Santa Helena, fundado pela infanta D. Maria, filha de D. Manuel, em 1570, para freiras de Santa Clara, cujo edifício ainda é visível junto à estrada de circunvalação de Évora), onde permaneceu em clausura e em prisão durante sete anos, isto é, até à morte do rei D. José. Por fim, com a subida ao trono de D. Maria I, cessou o domínio do marquês de Pombal no reino, e D. Isabel Juliana de Sousa Coutinho foi libertada e pôde então casar com D. Alexandre de Sousa e Holstein (pai do Duque de Palmela) (*Guia de Portugal, Estremadura, Alentejo e Algarve*, (1991), Coimbra:

Fundação Calouste Gulbenkian, p. 69), do qual nasceram um filho e três filhas. O primeiro e único varão foi D. Pedro e a seguir Mariana (n. 1784), ambos nascidos em Turim; Teresa (n. 1786) e Catarina (n. 1788), nascidas na Dinamarca. Segundo relato do próprio Duque de Palmela: “Parecerá impossível que uma senhora de catorze anos, educada quase num retiro completo, vivendo em Portugal numa época em que ninguém se lembrava sequer de respirar contra a prepotência do marquês de Pombal, tomasse a resolução de lhe resistir num ponto para ele de tamanha importância; e de resistir não só a ele face a face, mas às seduções da própria marquesa de Pombal e de toda a sua família. Quando as seduções se reconheceram inúteis, resistiu do mesmo modo às ameaças; e quase às violências, que contra ela se quiseram empregar. O que parece mais impossível ainda é que esta guerra em que combatia uma desamparada menina, contra um ministro diante do qual Portugal inteiro tremia, contra a sua própria família enfim; contra os atractivos da riqueza e da grandeza, de que estava cercada, se prolongasse por mais dois anos sem abalar a consciência da sua resolução. Igualmente impossível parece que no decurso daquele tempo não transpirasse nem fosse suspeitado por ninguém, o *motivo secreto* que lhe inspirava semelhante constância.” (Maria de Fátima Bonifácio, 2010, *Memórias do Duque de Palmela*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 60 a 67).

D. Pedro de Sousa e Holstein foi militar, várias vezes representante diplomático e defensor acérrimo do liberalismo, fiel à Carta Constitucional e à dinastia de D. Pedro IV, pelo que foi obrigado a deixar Portugal como exilado. O mesmo já acontecera com seus pais no tempo do marquês de Pombal, se bem que por motivos diferentes, daí o facto de ter nascido em Turim.

O duque de Palmela, que casara com D. Eugénia Teles da Gama, e apenas regressado a Portugal, em Outubro de 1850, durante o reinado de D. Maria II, morre dois dias depois, sucedendo-lhe no título o filho mais velho D. Domingos, mais tarde também marquês de Faial.

D. Domingos casou em 1836, com a filha dos condes da Póvoa, D. Maria Luísa de Sampaio de Noronha, de cujo casamento nasce, em 1841, uma filha, D. Maria Luísa Domingas de Sales e Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein, que herda os títulos de terceira duquesa de Palmela, terceira condessa do Calhariz, segunda marquesa do Faial e condessa de Sanfré no Piemonte.

D. Maria Luísa ou Maria de Sousa Holstein como era conhecida, viveu em Londres, Paris e Roma, estudou escultura com Anatole Calmels, francês radicado em Portugal, foi camareira-mor da Rainha D. Amélia e, tal como o seu avô, possuía as mesmas qualidades de carácter e de personalidade que o haviam caracterizado.

A terceira Duquesa de Palmela casa com D. António de Sampaio e Pina Brederode, filho dos segundos viscondes da Lançada e é no seu tempo, cerca de 1868, que se procede à compra do Baluarte de Nossa Senhora da Conceição e à construção do palacete Palmela.

Quando a família Palmela vinha para Cascais: “Foi a segunda casa que os duques habitaram em Cascais. A primeira, alugada, era à entrada da vila [onde está hoje o Supermercado Pão de Açúcar], e ocuparam-na em todo o tempo que o actual palacete se construiu” (Colaço, Archer, 1943, p. 342).

**Vivência:** Durante o período balnear a terceira Duquesa de Palmela, promovia e organizava festas de caridade para angariar fundos que revertiam a favor das suas obras de beneficência. Sempre que fossem necessários fundos mais substanciais, não se eximia de as organizar com frequência que, quer pelas atracções proporcionadas, quer pela presença da Família Real que se dignava assistir, quase sempre, e que constituíam acontecimento notável da temporada balnear.

O bazar que organizou em 1901 no parque cascalense ficou na memória de todos (*Boletim da Câmara Municipal de Cascais*, Nº 8, 1989: 50-51). É que “ (...) as quermesses estavam na moda, e as senhoras emplumadas, vestidas de sedas farfalhantes, sentiam delícias ao vender os bilhetinhos bem enrolados, onde se ocultava, entre bilhetes ‘brancos’, o número feliz que dava direito a uma jarra, a uma biscoiteira, a uma caixa e luvas (...). Nessa festa do Parque Palmela, que rendeu cerca de cinco contos (dos antigos) para fins de caridade, houve uma tómbola rica, com bilhetes a dez tostões, e em que só eram sorteados objectos em prata – salvas, serviços de chá, faqueiros, etc. Houve as costumadas barracas de rifas a vintém e os seus costumados prémios de jarras, biscoiteiras, caixas de luvas, floreiras. Como atractivo máximo da festa exibiram-se num écran algumas projecções cinematográficas, grande novidade para a época e chamariz do público – um cinema incipiente, no género da lanterna mágica. O programa comportava três filmes. A assistência estava toda de pé, em massa compacta, em frente do écran. E o pasmo era de se ver e falar (...). O Parque Palmela apareceu iluminado a

electricidade, coisa maravilhosa e nunca vista, produzida pela máquina particular. O público admirava as filas de lâmpadas como um espectáculo raro. Debalde o teatro das marionetas exhibia noutra local a sua bonecagem – a que então chamavam o ‘teatro electro-mágico’. O público o que mais admirava na festa era a iluminação eléctrica e o cinema – o chamado animatógrafo, nesse tempo que já não volta” (Colaço, Archer, 1943, pp. 357-358).

**Apontamentos:** César Iantz, de origem italiana (o autor do Palacete Barros no Estoril, mandado construir por João Martins de Barros), é incumbido em 1895 de construir um edifício de apoio na proximidade do palacete, na Travessa da Conceição, em terrenos da família Palmela, respectivamente cocheira e cavalaria, conforme o comprova requerimento pedindo autorização para o efeito, apresentado à Câmara Municipal de Cascais, em 21 de Janeiro de 1895<sup>120</sup>. Este requerimento é acompanhado de um projecto muito simples deste mesmo arquitecto e “ (...) previa uma fábrica onde também era utilizada a justaposição de volumes, embora implantada num espaço algo irregular; o segundo piso, a ocupar apenas parte da superfície disponível, destinava-se a servir de dormitório e seria reservado, certamente, aos empregados da casa.” (Anacleto, 1992-1994, p. 123).

“É formado por dois edifícios, um de planta em L e de dimensões mais pequenas, o maior de planimetria rectangular, que não têm ligação interior entre si, confinando através de um pequeno pátio. A «expressão formal do conjunto é a de um *chalet*», que se destaca pela simetria.”

Catarina Oliveira (2010). *Edifício da Livraria Municipal*. Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/14475163/>.

[Consultado a 03/02/2012].

Neste edifício, das antigas cocheiras e cavalariças do Palácio Palmela, encontra-se, actualmente, instalada a Livraria Municipal e nele funcionou também, em época mais recuada o edifício do Tribunal do Trabalho de Cascais.

Embora tenha sido aberto processo para a sua classificação, esta não foi aceite, e o procedimento foi encerrado e arquivado, sem protecção legal. No entanto, encontra-se em ZEP ou ZP (Catarina Oliveira, *idem*).

---

<sup>120</sup> Documento em anexo.

**Outros:** “A vila de Cascais começa, mal se sai do Monte Estoril, pela mata de pinheiros que pertence à Casa Palmela. À direita da avenida marginal, quando nos dirigimos para Cascais, lá estão eles, os pinheiros dos altos cimos ondulantes. Poucos passos andados vemos, à esquerda, a casa de estilo inglês, adornada de trepadeiras, altos telhados negros, pontiagudos, que um arquitecto inglês construiu, sobre o demolido forte da Conceição, para a duquesa de Palmela, D. Luísa. Foi a segunda casa que os duques habitaram em Cascais. A primeira, alugada, era à entrada da vila, e ocuparam-na em todo o tempo que o actual palacete se construiu.” (Colaço, Archer, 1999, p. 342).

**Forte de Nossa Senhora da Conceição** (restos das muralhas) – encontra-se classificado pelo IGESPAR, IP como Arquitectura Militar / Forte e IIP – Imóvel de Interesse Público. “O Forte de Nossa Senhora da Conceição fazia parte do conjunto de fortalezas joaninas integradas na defesa da linha de costa entre São Julião e o Cabo da Roca. A edificação deste conjunto, ordenada por D. António Luís de Meneses, governador da Praça de Cascais, foi iniciada em 1642, e a fortaleza estava já operacional em 1646. Denominada na época Baluarte do Rio do Bode, a fortaleza possuía uma estrutura básica que correspondia ‘(...) aos mesmos princípios construtivos que identificam os fortes levantados ao longo da costa a seguir à Restauração (...)’. Implantado sobre a extremidade oriental da baía de Cascais, numa saliência rochosa, o Forte de Nossa Senhora da Conceição era um elemento fundamental na sua defesa, uma vez que cruzava fogo com a Cidadela de Cascais, ‘(...) embaraçando deste modo a aproximação do inimigo (...)’. Com o avanço da engenharia militar e das técnicas de guerra no início do século XIX, o forte acabaria por se tornar obsoleto, sendo desactivado e demolido na primeira metade da centúria. Em 1868, o Duque de Palmela comprou o imóvel, demolindo-o nesse mesmo ano. Em 1873 tinha sido edificado no lugar da fortaleza um *chalet*, projectado por Thomas Henry Wyatt. A construção da Casa Palmela destruiu por completo a estrutura do Forte de Nossa Senhora da Conceição, pelo que o que se conhece da estrutura seiscentista da fortaleza baseia-se em mapas e descrições do século XVIII. Apresentando uma planimetria fora do comum, devido à sua adaptação à topografia do terreno, a fortaleza possuía uma bateria rectangular, que terminava em V, postando-se sobre a escarpa. Na ponta oposta foram edificados os alojamentos, a cozinha, o paiol e a casa da palamenta, dispostos em frente da praça de armas. Sobre as edificações existia um terraço com parapeito, ao qual se acedia por uma escada disposta a partir da plataforma da bateria. Embora tenha sido objecto de algumas obras de

remodelação e modernização em finais do século XVIII, o Forte de Nossa Senhora da Conceição manteve intactas, até à data da sua demolição, a ‘organização funcional’ bem como o ‘traçado das estruturas’ seiscentistas. O muro ameado que actualmente se dispõe em volta da Casa Palmela não pertence ao conjunto original da fortaleza, tendo sido edificado quando a casa foi construída, para o caso de, em tempos de guerra, ser necessário guarnecer o local com tropas de infantaria.” (Maria Margarida Marques Ramalho, Maria de Fátima Rombouts Barros, Joaquim Manuel Ferreira Boiça, *As fortificações marítimas da costa de Cascais*, cit. por Catarina Oliveira (2006). Disponível em

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74733/>).

[Consultado a 03/02/2012].

Referência: 81/5[182]

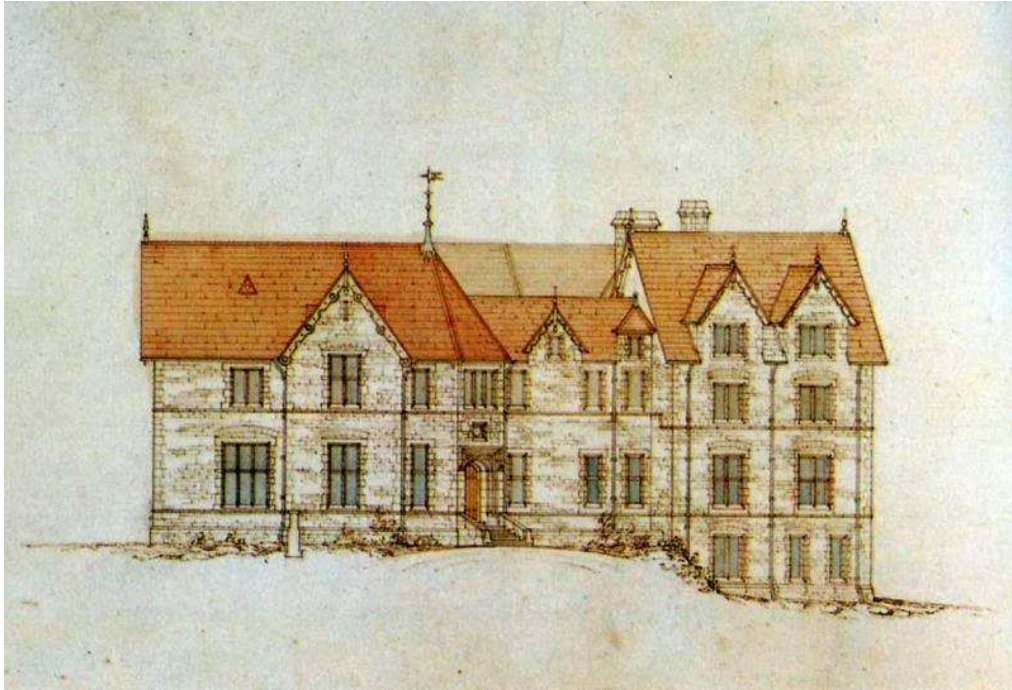
Designação: PALÁCIO PALMELA (CONDIÇÃO VELHA) INCLINADO O JARDIM  
Local: Alameda Duquesa de Palmela, Concelho Velho  
Lugar: Cascais  
Freguesia: Cascais  
Concelho: Cascais

CASCAIS



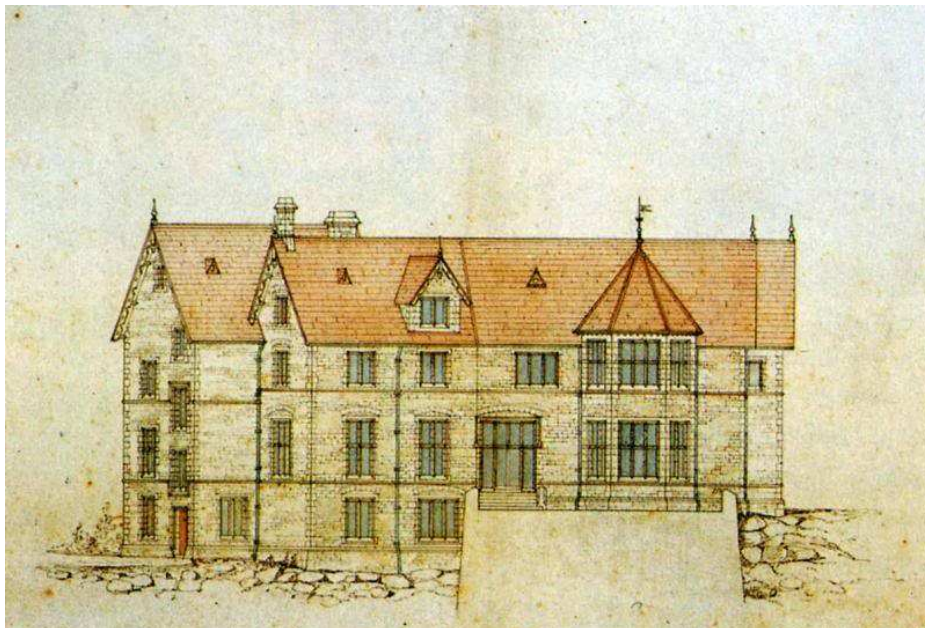
Palácio Palmela – Planta com a delimitação e a ZP em vigor.

Fonte: IGESPAR, IP [on line].



**Palácio Palmela – Fachada Norte e portal de entrada.**

**Fonte: *Um caso singular no gnoticismo nacional: O Palacete Palmela*, Boletim Cultural do Município, Nº 11, 1992-1994 – CMC.**



**Palácio Palmela – Fachada Sul com Bay-window.**

**Fonte: *Um caso singular no gnoticismo nacional: O Palacete Palmela*, Boletim Cultural do Município, Nº 11, 1992-1994 – CMC.**



**Palácio Palmela – Pedra de Armas sobre a porta principal.**

**Fonte: *Um caso singular no gnoticismo nacional: O Palacete Palmela*, Boletim Cultural do Município, Nº 11, 1992-1994 – CMC.**



**Palácio Palmela – Fachada Norte.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Palmela – Fachada Norte e Poente.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Palmela – Porta principal.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Palmela – Portão de entrada.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Palmela – Fachada da Capela.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Palmela – Interior da Capela.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



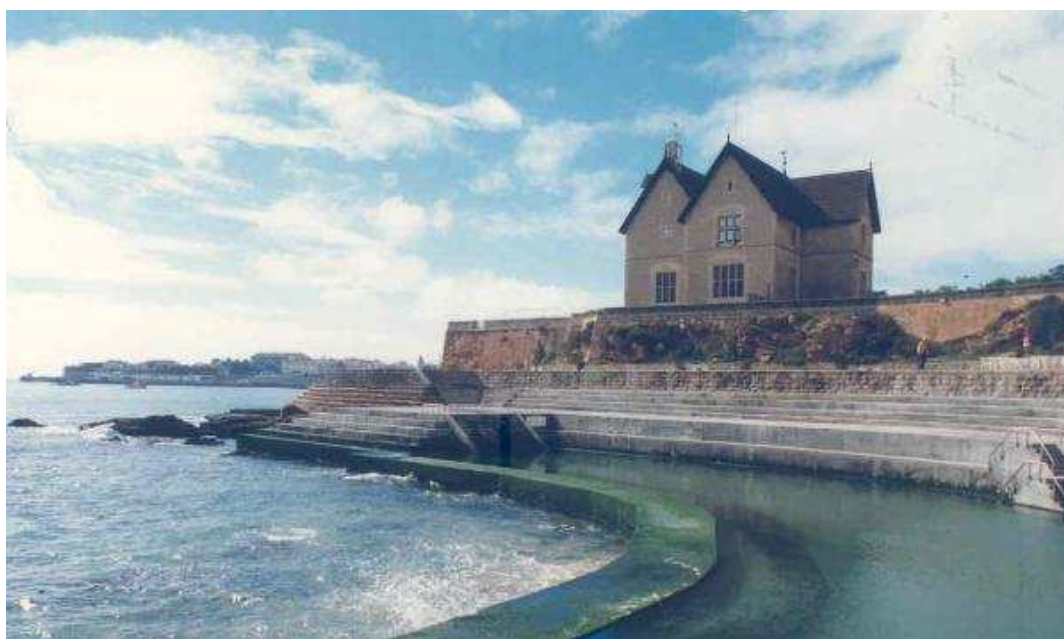
**Palácio Palmela – Fachada Poente sobre a praia da Conceição.**

**Fonte: Coleção Particular.**



**Palácio Palmela – Fachada Norte e Nascente**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Palmela – Fachada Nascente.**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



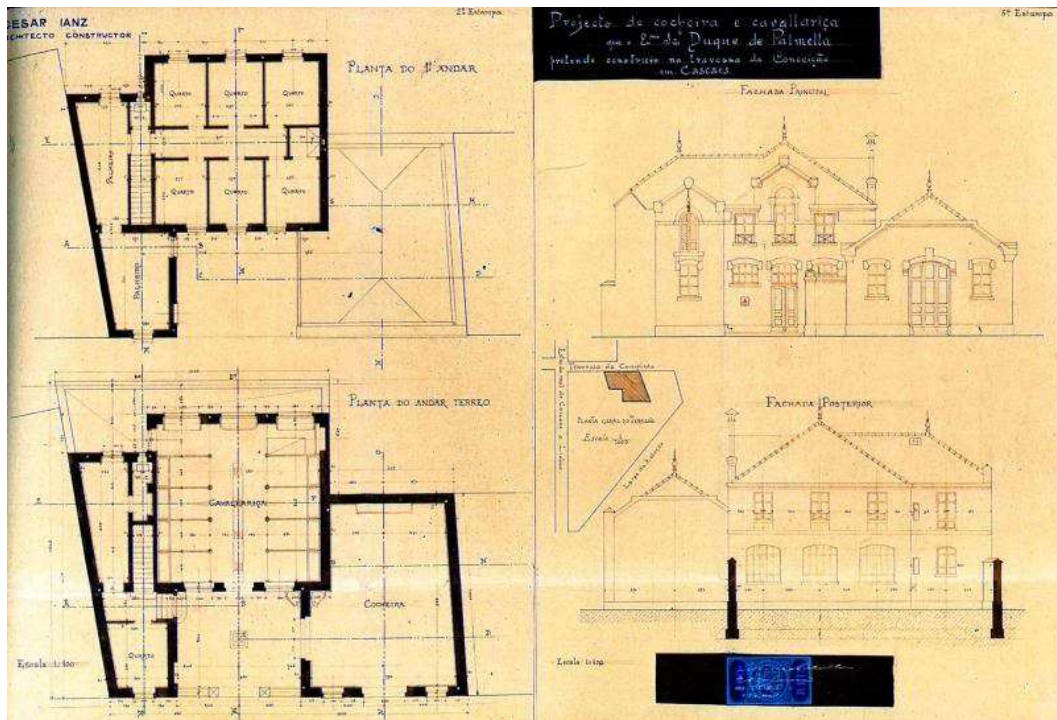
**Palácio Palmela – Fachada Nascente**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Palmela – Fachada Sul com Bay-window**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



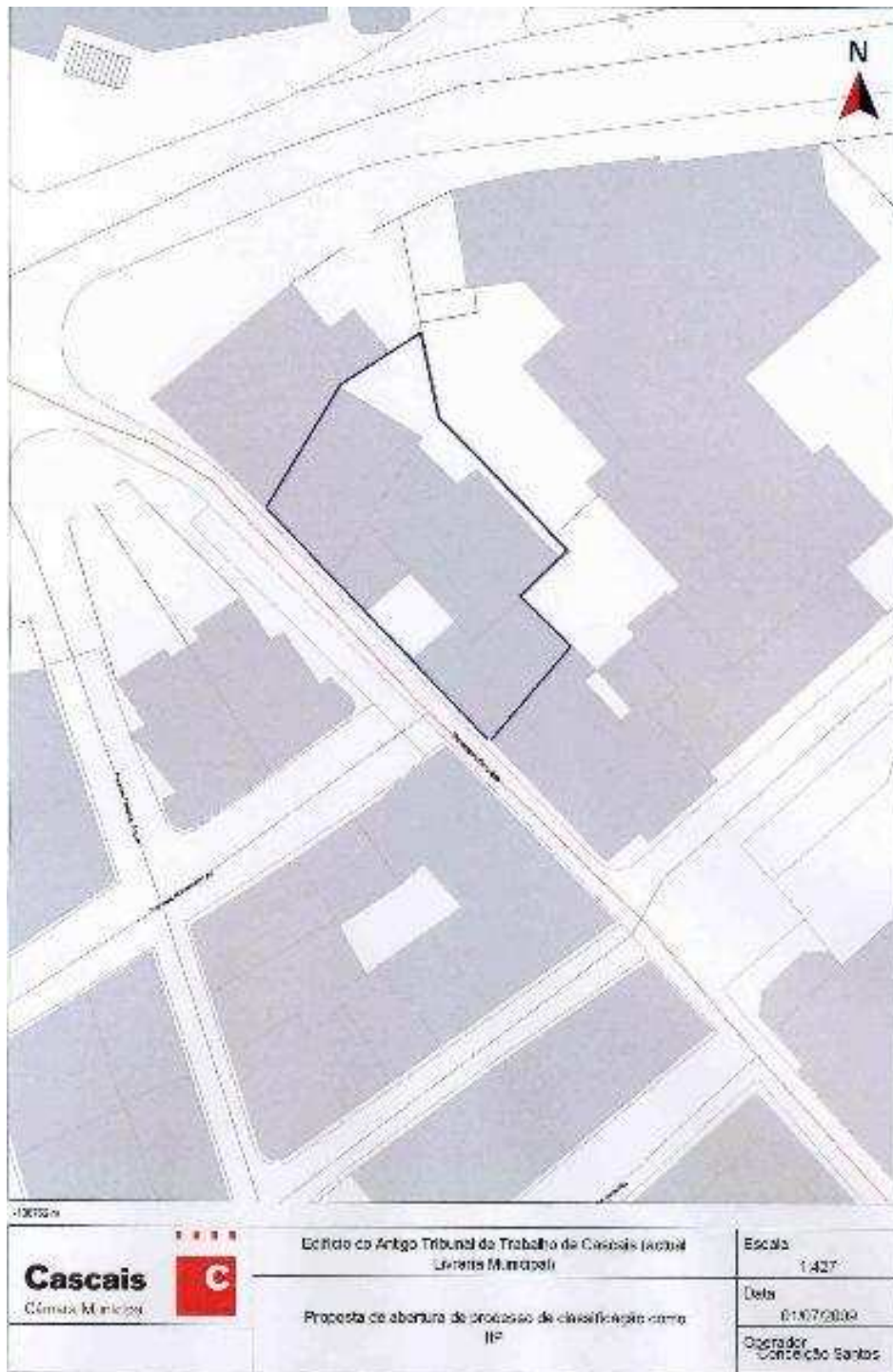
Palácio Palmela - Planta das cavalariças e cocheiras – Travessa da Conceição – César Ianz.

Fonte: *Um caso singular no gnoticismo nacional: O Palacete Palmela*, Boletim Cultural do Município, Nº 11, 1992-1994 – CMC.



Palácio Palmela - Entrada da antiga cavalariça e cocheira

Fonte: IGESPAR, IP [on line].



Palácio Palmela – Planta de localização das cavalariças

Fonte: IGESPAR IP [on line]



**Palácio Palmela – Fachada principal cocheiras**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**



**Palácio Palmela – Fachada principal das cocheiras**

**Fonte: IGESPAR, IP [on line].**

**ANEXO XXV**

## CASA PÉRGOLA

**Localização:** Situada na Avenida Valbom, perto da rotunda da estação de caminho-de-ferro, em frente à Gelataria Santini e à Livraria Galileu.

**Classificação Oficial:** Inexistente.

**Propriedade Actual:** Sra. D. Patrícia Correia Gonçalves. Pertence há mesma família há mais de um século. As informações desta ficha foram cedidas pela Sra. D. Sofia Gonçalves, sobrinha da proprietária.

**Arquitecto (s):** Ignorado.

**Construtor da Casa:** Ignorado.

**Data de Construção:** 1920.

**Construção Primitiva:** No local encontravam-se anteriormente duas casas que foram demolidas.

**Tipologia Arquitectónica:** Arquitectura civil / Habitação.

**Fases de Construção:**

**Descrição:**

- a) **Exterior** – No estilo “Casa Portuguesa”, de Raul Lino.
- b) **Interior** – Dividida em rés-do-chão, primeiro e segundo andar. Remodelada em 1985, pelo penúltimo proprietário, Manuel Correia Gonçalves, que a transformou numa Guest House, com 10 quartos, oito quartos duplos e 2 individuais.

Os arranjos interiores foram executados por Pedro Ruas.

**Enquadramento Urbano e Paisagístico:** Encaixada numa correnteza de prédios, possuindo, ao lado, uma outra casa com as mesmas características, mandada também construir pelo proprietário inicial para uma outra filha e usada, actualmente, como habitação particular de outra família. A sua posição, face à Avenida Valbom, acha-se recuada, o que dissimula a sua presença para quem transita na rua, só se deixando ver quando já estamos frente à mesma. Dado que está num plano mais recuado, o espaço dianteiro que dispõe está ocupado por um jardim, sempre muito bem tratado e que apresenta uma floração de acordo com as Estações do Ano.

**Estado de Conservação:** Excelente estado de conservação.

**História da Casa:** Marcelino Nunes Correia, negociante, que fez fortuna com a Sociedade Abel Pereira da Fonseca, mandou construir, no local, duas casas, com traça idêntica, e ao lado uma da outra, para as suas duas filhas.

A filha mais velha fica com a Casa Pérgola e a outra para a mais nova.

A casa tem passado, sucessivamente, de geração em geração. A segunda proprietária da casa foi então a Sra. D. Piedade Correia Gonçalves, que só tem um filho, Manuel Correia Gonçalves, que a herdou.

Este último proprietário, que viveu sempre em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro, casou e passou a utilizar a casa, inicialmente, como sua residência e, em 1985, transformou-a em Turismo de Habitação.

De Manuel Correia Gonçalves e ainda em vida deste último, a casa passou a sua filha, Patrícia Correia Gonçalves, que tomou as rédeas do negócio, tendo para isso frequentado o Institute of Higher Education, em Glyn, na Suíça, um curso hoteleiro.

**Apontamentos:** Marcelino Nunes Correia (Vale do Rio) entrou como sócio da Sociedade Abel Pereira da Fonseca, Lda., em 1918.

A Sociedade Abel Pereira da Fonseca, foi fundada por um agricultor, com o mesmo nome, que fundou também a Companhia Agrícola do Sanguinhal, com o fim de administrar as suas propriedades no concelho do Bombarral e o negócio dos vinhos.

Em 1930, a firma tornou-se a maior de Lisboa, constituindo uma vila, ocupando a zona do Beato e do Poço do Bispo, com oficinas, armazéns e casas de pessoal, que tinha como gerentes da sociedade Marcelino Nunes Correia, os seus filhos, Manuel e António e António Pereira da Silva. Em 1937, Abel Pereira da Fonseca, vendeu a sua posição accionista na Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S.A.R.L., à família Nunes Correia que congregou a totalidade das acções. Simultaneamente, a família Nunes Correia, fundadores da Companhia Agrícola do Sanguinhal, transformam esta última empresa, numa sociedade por quotas, que actualmente ainda se encontra na posse da mesma família.

Nos anos 50 do século XX, a Abel Pereira da Fonseca & Ca. Adquiriram uma cadeia de 25 lojas (na época designadas como mercearias) de seu nome Vale do Rio. Nos anos 70,

esta cadeia contava com 140 lojas, que passaram mais tarde a ser os primeiros minimercados do País.

Em 1961, a Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S. A., possuía 1200 funcionários. Em 1974, Manuel Rodrigues dos Santos e Alcino Rodrigues adquiriram a sociedade e em 1982, era a 2ª maior empresa de comercialização de vinhos, em Portugal. As suas actividades cessaram em 1993. Em 1998, o espaço dos armazéns, situados na Praça David Leandro da Silva, em Lisboa, são cedidos à Câmara Municipal de Lisboa, para actividades culturais e turísticas, integradas no “Caminho do Oriente” em articulação com a “EXPO 98” e a “AMBELIS” – música ao vivo, arte pública, exposições, passagem de modelos, mostra de gastronomia.

(<http://restosdecoleccion.blogspot.com>).

**Outros:** A casa do lado, pintada com tonalidades azuis, foi, também, em tempos a Residencial Palma, mas foi vendida, há cerca de vinte anos, ao construtor A. Santo que actualmente a utiliza como residência particular.

“A abertura da Avenida Valbom deu-se em 1894 e teve esta designação em honra do conselheiro Carlos Lobo d’Ávila (Valbom) que tinha sido titular da pasta das Obras Públicas. Fazia a ligação entre a estação de caminho-de-ferro e a encosta ocidental da ribeira das Vinhas e, através da ponte, fazia ligação à Travessa da Alfarrobeira. Depois de concluída e até 1909 nela foram construídas dezassete casas.” (Sousa, 2003, p. 23).



**Casa Pégola – Alçado Sul para a Avenida Valbom.**

**Fonte: Coleção Particular.**